



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPTO. DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

O OFÍCIO CORDIAL:
Análise Sistêmico-Funcional de Gêneros da Redação Oficial

HUDSON NOGUEIRA SANTOS

BRASÍLIA

2015

HUDSON NOGUEIRA SANTOS

O OFÍCIO CORDIAL:

Análise Sistêmico-Funcional de Gêneros da Redação Oficial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Dra. Edna Cristina Muniz da Silva

BRASÍLIA

2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1020805.

Santos, Hudson Nogueira.
S237o O ofício cordial : análise sistêmico-funcional de gêneros de Redação Oficial / Hudson Nogueira Santos. -- 2015.
167 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2015.
Inclui bibliografia.
Orientação: Edna Cristina Muniz da Silva.

1. Lingüística. 2. Redação oficial. 3. Identidade de gênero na literatura. I. Silva, Edna Cristina Muniz da. II. Título.

ODU 82.08

HUDSON NOGUEIRA SANTOS

O OFÍCIO CORDIAL:

Análise Sistêmico-Funcional de Gêneros da Redação Oficial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 4 de março de 2015

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edna Cristina Muniz da Silva – Orientadora/Presidente (UnB/LIP)

Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva – Membro efetivo interno (UnB/LIP)

Profa. Dra. Leila Bárbara – Membro efetivo externo (PUCSP)

Profa. Dra. Kelly Cristina de Almeida Moreira – Membro suplente (SEDF)

À minha família,
em especial vovó Ubaldina Nogueira Santos

AGRADECIMENTOS

À minha família que me deu o dom da vida e me cerca de afeto, carinho e apoio.

Aos meus amigos e professores que estiveram nos primórdios dessa pesquisa, quando ainda era projeto, orientando, estimulando e acreditando no meu potencial: o Prof^o João Correia Saraiva Júnior (IFRN) e a Prof^a Jane Adriana Castro (UnB), mesmo à distância sou grato pela presença de vocês.

Aos professores que conheci nessa jornada de novos conhecimentos, novos lugares e novas amizades: Prof^o Praxedes (UECE), Prof^o Orlando Vian Jr. (UFRN), Prof^a Sara Regina Scotta Cabral (UFSM), Prof^a Cristiane Fuzer (UFSM) e ao Prof^o Carlos Gouveia (Universidade de Lisboa).

À minha orientadora e amiga, Prof^a Edna Cristina Muniz da Silva (UnB), por ter aceitado me ensinar e acompanhar o meu desenvolvimento educativo e profissional nesses dois anos. Por ter acreditado e me dado liberdade de pensar e construir meus conhecimentos e caminhos.

Às professoras Denize Elena Garcia da Silva (UnB) e Leila Bárbara (PUC-SP) pela generosidade de seus conhecimentos, seja nos congressos, em sala de aula ou em suas produções acadêmicas. Por se disporem a participarem da Banca Examinadora.

Aos amigos que fiz nos cafés sistêmicos e crítico-discursivos após as aulas e nas viagens aos simpósios, dos quais pude compartilhar alegrias e vida e aos amigos que conheci em minhas andanças: Fernando Oliveira (há amigos mais próximos que um irmão), Nonato Ribeiro, sua amizade e força me acompanham desde Fortaleza e João Pessoa. Aos colegas de orientação, Ângela Veiga e Emmanuel Rodrigues.

À minha Coordenadora de Seleção e Desenvolvimento de RH, da Fundação Nacional de Saúde, Vania Alves Vianna que me apoiou e incentivou desde o início, nesse projeto acadêmico. Ao meu chefe Carlos Rodrigo e minha secretária Fabiana Santiago. À equipe do SOCAP/RN que me deram apoio e sentiram minha despedida das terras potiguares: Bete, Socorro, Tânia e Jazzon, obrigado pelo carinho de vocês.

Enfim, agradeço a todos os amigos que conheci no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, que direta e indiretamente contribuíram para esta pesquisa e para o meu crescimento, quanto cidadão e pessoa.

As palavras fogem
Se você deixar
O impacto é grande demais
Cidades inteiras nascem a partir daí
Violentam, enlouquecem ou me fazem dormir
Adoecem, curam ou me dão limites
Vá com carinho no que vai dizer

Vanessa da Mata, *As Palavras*.

RESUMO

Esta dissertação aborda, a partir dos estudos sistêmicos-funcionais de Halliday (2014), a presença de uma gramática de uso, em textos de redação oficial produzidos no âmbito da Administração Pública Federal, especificamente em instituições do Poder Legislativo e Executivo. Dentro da teoria hallidayana, centrou-se a pesquisa na Teoria de Registro e Gênero da Linguística Sistêmico-Funcional e na Metafunção Interpessoal, por meio do seu Sistema de Modo e do Sistema de Avaliatividade. As análises mostram uma configuração dos gêneros que se diferencia das orientações dos manuais oficiais, tendo em vista o objetivo cultural dos produtores de texto, o que implica uma perspectiva dialógica, nos termos de Bakhtin (2011). O escritor produz os seus textos visando o seu público leitor. Ao estabelecer uma relação dialógica, os produtores textuais constroem, por intermédio da léxico-gramática e de seu discurso, suas identidades, as quais são impressas no discurso. Também atribuem uma identidade ao seu leitor com fins de ganhar solidariedade para seus objetivos. Essa identidade possui traços do ‘Homem Cordial’ de Holanda (1995). Tal homem vive na fronteira entre o público e privado, no sentido de confundir estes campos. Sua cordialidade o leva a colonizar os espaços públicos por suas características personalísticas, por seus interesses privados. Por sua postura, o homem cordial está alinhado ao indivíduo em oposição ao cidadão, conforme os escritos de Bauman (2001) e Giddens (1990; 2002). Estes são teóricos que desenvolveram o termo Modernidade Tardia, para a era contemporânea. Termo este que influenciou os estudos críticos-discursivos de Norman Fairclough (1999; 2008). A partir da Análise do Discurso Crítica textualmente orientada de Fairclough, esta pesquisa buscou compreender, com base nas análises linguísticas da Gramática Sistêmico-Funcional, as identidades estabelecidas e atribuídas nas comunicações oficiais, bem como trazer à voga as influências da personalidade vinculada nessas identidades, como marca do indivíduo na Administração Pública. Por fim, este trabalho acredita que os estudos sistêmicos-funcionais e críticos-discursivos têm muito a contribuir na medida em que lançam luzes sobre as atividades administrativas do setor público, as quais tanto interessam à população, oferecendo a esta meios de conhecer, monitorar e comedir as ações daquela. Ainda, contribuir efetivamente na formação de uma cultura de profissionalização dos serviços públicos, no que tange à capacitação dos servidores e agentes públicos para a escrita de expedientes administrativos. Tal formação influi na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Palavras-chave: gêneros, redação oficial, linguística sistêmico-funcional, metafunção interpessoal, avaliatividade.

ABSTRACT

This dissertation suggests, from the systemic-functional studies proposed by Halliday (2014), a grammar of use in official written texts produced within the Brazilian Federal Public Administration, especially in the Legislative and Executive Powers. Hence, based upon Halliday's principles, this work focuses on the theory of register and genre suggested by the Systemic Functional Linguistics and the Interpersonal Metafunction through its system of Mode and Appraisal. The analysis shows a pattern of genres that differs from the guidelines recommended in governmental writing manuals, due to the cultural goals of text producers, which point to a dialogical perspective, Bakhtin (2011). Therefore, the writer produces his/her texts targeting at the reader. By establishing a dialogical relationship, textual producers build up their identities through the lexical-grammar and speech, which are salient in discourse. Furthermore, they assign an identity to the reader so as to gain solidarity with their purposes. This identity has traces of the so-called 'Homem Cordial', by Holanda (1995). This person lives on the border between the public and the private, confusing these fields. Their friendly character attempts to colonize public spaces through personalistic characteristics and private interests. With this posture, this friendly person is attached to the individual as opposed to the citizen, in accordance with the writings of Bauman (2001) and Giddens (1990; 2002). These are the theorists who developed the term Late Modernity for the contemporary era, a term which influenced critical-discursive studies advocated by Norman Fairclough (1999, 2008). From Fairclough's Textually-Oriented Discourse Analysis, this research sought to understand, based on the linguistic analysis of Systemic Functional Grammar, the identities established and assigned in official communications, as well as the influences of personhood within these identities, as a mark of the individual in Public Administration. Finally, this paper believes that the systemic-functional and critical-discursive studies have much to contribute and shed light on the activities of the Administration, which concern the population, offering them ways to grasp, monitor and control its actions. Additionally, this study may also inspire a culture of efficiency in the public sphere, with regard to the professional development of civil servants, for writing administrative files. Consequently, such development might influence the quality and efficiency in the services offered to society as a whole.

Keywords: genre, official texts, systemic functional linguistics, interpersonal metafunction, appraisal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Contexto de Cultura e de Situação	31
Figura 2: Variáveis de Registro e as Metafunções da Linguagem.	32
Figura 3: Plano cartesiano do Status e da Solidariedade.	35
Figura 4: O Sistema de Modo e seus componentes.	38
Figura 5: Decreto Imperial de 10 de dezembro de 1822	67
Figura 6: Ofício do Senador Fernando Collor	77
Figura 7: Ofício 018/08 - STJ.....	112
Figura 8: Ofício 116/08 - STJ.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Funções da fala e papeis possíveis na interação.....	37
Quadro 2: Tipos de Modalidade	40
Quadro 3: Gradação dos tipos de modalidade	40
Quadro 4: Avaliações de Atitude.....	47
Quadro 5: Quantitativo de Ofícios e Avisos.....	58
Quadro 6: Quantitativo de Avaliações de Atitude.....	59
Quadro 7: Quantitativo de Avaliações de Engajamento.....	60
Quadro 8: Quantitativo de Avaliações de Gradação	60
Quadro 9: Quantitativo das Modalidades Verbais.....	61
Quadro 10: Etapas comuns em Ofícios	65
Quadro 11: Etapas Estruturais do Of. nº 855/2013/SGM/P	70
Quadro 12: Famílias de gêneros	72
Quadro 13: Família de gêneros e Etapas dos gêneros	73
Quadro 14: Etapas Estruturais do Ofício nº 008/2013 – CI	75
Quadro 15: Análise do Sistema de Modo	79
Quadro 16: Análise do Sistema de Modo.....	82
Quadro 17: Modalização em Avisos	88
Quadro 18: Modulação em Avisos	92
Quadro 19: Modalidade e Polidez	93
Quadro 20: Modalização em Ofícios.....	96
Quadro 21: Modulação em Ofícios	100
Quadro 22: Análise do Sistema de Modo.....	102
Quadro 23: Percentual das Pessoas verbais em Ofícios e Avisos	105
Quadro 24: Vocativos, Tratamentos e Fechos usados em Redação Oficial	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempos verbais e modalidades nos textos de Ofício	84
Gráfico 2: Tempos verbais e modalidades nos textos de Avisos	85
Gráfico 3: Avaliação de afeto em Avisos Ministeriais.....	108
Gráfico 4: Avaliação de afeto em Ofícios	109
Gráfico 5: Avaliação de Julgamento em Avisos Ministeriais	115
Gráfico 6: Avaliação de Julgamento em Ofícios.....	115
Gráfico 7: Avaliação de Apreciação em Avisos.....	117
Gráfico 8: Avaliação de Apreciação em Ofícios	117
Gráfico 9: Monoglossia e heteroglossia em Avisos	119
Gráfico 10: Monoglossia e Heteroglossia em Ofícios.....	120
Gráfico 11: A heteroglossia em Avisos Ministeriais.....	122
Gráfico 12: A heteroglossia em Ofícios	122
Gráfico 13: Gradação em Avisos Ministeriais	131
Gráfico 14: Gradação em Ofícios.....	131
Gráfico 15: Gradação de Força em Avisos Ministeriais.....	132
Gráfico 16: Gradação de Força em Ofícios	132
Gráfico 17: Foco em Avisos.....	135
Gráfico 18: Foco em Ofícios	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC: Análise do Discurso Crítica

ADTO: Análise do Discurso Crítica Textualmente Orientada

CDHM: Comissão de Direitos Humanos e Minorias

DOU: Diário Oficial da União

e-SIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

LSF: Linguística Sistêmico-Funcional

MEC: Ministério da Educação

MP: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRCDD: Manual de Redação da Câmara dos Deputados

MRPR: Manual de Redação da Presidência da República

SDH: Secretaria de Direitos Humanos

STF: Supremo Tribunal Federal

TR&G: Teoria de Registro e Gênero

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 CAPÍTULO I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	21
1.1 A Administração pública e os princípios constitucionais	21
1.2 A Redação Oficial.....	23
1.3 Cultura administrativa brasileira: na fronteira entre o público e o privado	25
2 CAPÍTULO II – PRESUPOSTOS TEÓRICOS	29
2.1 A Língua como fenômeno social	29
2.2 Contexto de Cultura e de Situação.....	30
2.3 A construção dos significados interpessoais.....	33
2.3.1 A oração como “troca”	36
2.3.2 O Sistema de MODO.....	37
2.3.3 A Modalidade	39
2.4 A Teoria de Registro e Gênero da LSF.....	43
2.5 O Sistema de Avaliatividade.....	45
2.5.1 O Eixo Atitudinal	46
2.5.2 O Eixo do Engajamento.....	47
2.5.3 O Eixo da Gradação.....	51
3 CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO	54
3.1 A pesquisa qualitativa	55
3.2 A busca dos documentos.....	56
3.3 Coleta e seleção de Ofícios e Avisos	57
3.4 Análise textual: A Linguística Sistêmico-Funcional e a Análise do Discurso Crítica Textualmente Orientada	58
3.5 Considerações acerca do princípio da publicidade	62
4 CAPÍTULO IV – GÊNEROS TEXTUAIS DE REDAÇÃO OFICIAL.....	64
4.1 Análise sistêmico-funcional do Gênero Ofício.....	64
4.1.1 O Contexto de Cultura.....	64
4.1.2 Contexto de Situação	78
4.1.2.1 Os Tempos Verbais e as Modalidades	83
4.1.2.2 A Modalização e a Modulação em Avisos Ministeriais.....	88
4.1.2.3 A Modalização e a Modulação em Ofícios	96

4.1.3	Considerações.....	105
4.2	Comunicações oficiais: entre a personalidade e a avaliação	107
4.2.1	Avaliações atitudinais e cordialidades.....	108
4.2.2	Avaliações de Engajamento e o jogo político	119
4.2.3	Gradação, intensificando atitudes e níveis de comprometimento.	130
4.2.4	Análise avaliativa de um Ofício parlamentar	136
4.2.5	Considerações.....	141
5	CAPÍTULO V – O INDIVÍDUO VERSUS O CIDADÃO: ANÁLISE CRÍTICO- DISCURSIVA	144
5.1	As Instituições Sociais	146
5.2	A identidade na Modernidade Tardia: a crise de identidade	151
5.3	A prática discursiva manifesta na linguagem	152
5.4	Entre o público e o privado.....	153
5.5	Polidez	156
5.6	Considerações	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	165

INTRODUÇÃO

Uma preocupação que surge no meio intelectual brasileiro na década de 20, especificamente com o Movimento Modernista, é redescobrir ou reconhecer uma identidade cultural nacional. Um dos maiores expoentes, na literatura, desse período é Mario de Andrade, que em sua obra *Macunaíma*, de 1928, empenhou-se em afirmar a identidade nacional por meio de uma rapsódia na qual trata diversos problemas e características dos brasileiros. Na história, tivemos Sérgio Buarque de Holanda quem, na trilha do movimento modernista, escreveu sua obra *Raízes do Brasil*, cuja primeira publicação data de 1936. A respeito desse livro, Antonio Candido (1995, p.12) escreve que Holanda, por meio de uma metodologia dos contrários, destaca pares de características sociais para compreender a estrutura social e política do Brasil e os brasileiros, entre esses pares: o urbano e o rural, a burocracia e o caudilhismo; a norma impessoal e o impulso afetivo. Esses pares polarizam uma mentalidade “não moderna” versus “moderna”, tendo como referencial modernista a Europa.

Em *Raízes do Brasil*, Holanda (1995, p.146) trata da vida política do Brasil, contemplando, inclusive, o funcionalismo público. Pensar o caráter público das ações do Estado, isto é, o seu proceder administrativo em relação aos interesses da sociedade, é considerar, por diferenciação, o caráter privado de relações sociais e dos cidadãos que compõe uma sociedade. Sergio Buarque de Holanda (1995, p.141) entende que o caráter privado e pessoal das relações sociais corresponde à família e o caráter público do Estado, por sua vez, surge a partir da transgressão da ordem familiar. O termo transgressão sugere crises, as quais podem afetar profundamente o comportamento de uma sociedade.

Quanto ao funcionamento da sociedade brasileira, Holanda lembra que no Brasil imperou desde tempos remotos o modelo de família patriarcal e que os efeitos desse “império” permanecem vivos até hoje. No capítulo intitulado ‘O Homem Cordial’, o historiador discorre acerca do funcionalismo público brasileiro, sua característica patrimonialista que enxerga a gestão pública como assunto de interesse particular, em que funções, empregos e benefícios estão subordinados ao que seriam direitos particulares ou privilégios. Ele chama a atenção para a nossa própria história, em que é possível acompanhar o predomínio constante de vontades particulares e sua ordenação impessoal, as quais surgem do círculo familiar, esfera por excelência dos laços de sangue e de coração. Segundo o autor, um dos efeitos da supremacia do núcleo doméstico está em “fornecer o modelo obrigatório de

qualquer composição entre nós”, mesmo em instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos e que pretendem assentar nossa sociedade em normas antiparticularistas.

Tal efeito é uma constante na história política do Brasil. Uma instituição democrática como o Congresso Nacional, por exemplo, deve, por sua natureza, orientar-se por princípios de impessoalidade e moralidade. Ora, a impessoalidade implica em neutralidade, levando em conta o interesse público dos cidadãos e não interesses e privilégios particulares de alguns indivíduos. O agir democrático, pautado em princípios neutros e abstratos, rejeita um modelo doméstico regido por normas particularistas. Falar em supremacia do núcleo doméstico em fornecer modelo obrigatório em qualquer composição entre nós é considerar que, ao estabelecer nossas relações sociais, seja relações de trabalho, relações de amizade ou afetivas, imprimiremos nas mesmas o modelo da família. Isso é um fenômeno cultural, já estabelecido e naturalizado entre nós.

O uso dos bens e funções públicos por vezes é feito a partir da ótica particularista, assim também os princípios democráticos, como impessoalidade, publicidade e moralidade tornam-se relativizados a partir do comportamento particularista que o indivíduo adota na sociedade, ainda mais se esse indivíduo desempenha um papel público e de representatividade da sociedade, como um deputado, um senador ou um governador. Considerando essa condição, Holanda afirma que:

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram sem ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família, aquele se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade (HOLANDA, 1995, p. 146).

Ao discorrer sobre esse funcionamento da sociedade brasileira e o império do núcleo doméstico nas relações, Holanda (1995, p.148) acrescenta ainda que, “no domínio da linguística, um estudo atento de nossas formas sintáticas traria, sem dúvida, revelações preciosas a esse respeito”. Ele crê que as formas sintáticas do português brasileiro realizam o contexto de cultura, pautado nesse modelo familiar, de laços de sangue e coração. Ele cita inclusive o frequente uso do sufixo *-inho*, diminutivo posto nos termos de nomes próprios, o qual marca proximidades e familiaridades.

Aqui, então, se justifica esta pesquisa. Em um recorte da sociedade brasileira, a Administração Pública, busco identificar e discutir traços dessa cultura administrativa a partir do domínio da linguagem, de sua produção textual e de suas práticas discursivas, no ambiente de Parlamento e de Ministério, em suas comunicações oficiais escritas. Segundo Bakhtin (2011), os diversos campos das atividades humanas encontram-se ligados pelo uso da linguagem, e o caráter e a forma desse uso são tão multiformes quanto os campos das atividades humanas. Ele considera ainda que o emprego da língua se dá em forma de enunciados orais e escritos, concretos e únicos, os quais refletem as finalidades e características de cada campo. Sendo assim, cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso.

Eggins (2004, p.54) lembra que para a LSF os gêneros constituem o objetivo cultural de um texto, não podem ser tratados independentemente de sua realidade social e de sua relação com as ações humanas, uma vez que concretizam situações de comunicação do cotidiano nas diferentes esferas das atividades humanas. Tendo em vista seu envolvimento social com tais atividades, este trabalho intenta pesquisá-los na esfera da atividade profissional.

Especificamente, pesquisei gêneros da Redação Oficial – Avisos e Ofícios –, típicos no âmbito da administração pública federal. Busquei o que eles mostram a respeito da cultura da administração pública brasileira; como a gramática sistêmico-funcional do português brasileiro articula significados materializados nesses gêneros; e quais são as identidades desempenhadas e atribuídas pelos produtores de texto nas interações realizadas nos gêneros de redação oficial.

Assim, no Capítulo I, apresento conceitos do universo jurídico acerca da Administração Pública. A partir da Constituição Cidadã de 1988, parto do artigo 37, o qual elenca os princípios constitucionais e administrativos do Estado Brasileiro. Busquei discorrer de forma objetiva sobre tais conceitos, uma vez que os mesmos constituem de forma prescritiva a própria natureza dessa Administração. Para tal, trouxe os conhecimentos dos seguintes teóricos das ciências jurídicas, Di Pietro (2009), Gasparini (2012) e Meirelles (2012). Trato ainda do objeto de estudo desta dissertação, a Redação Oficial segundo o Manual de Redação Oficial da Casa Civil (Presidência da República), tal manual traz normas pautadas na constituição para a elaboração dos documentos oficiais. Por fim, desenvolvo o conceito de cultura, a partir de Malinowski (1970), uma vez que o conceito desse autor é importante para a teoria a qual esta pesquisa se filia, pois daquele antropólogo surgem os conceitos desenvolvidos por Halliday (2014), o pai intelectual da linguística sistêmico-

funcional. A partir do conceito de cultura, apresento um breve histórico da cultura brasileira sobre o público e o privado e as implicações que dessa relação decorrem, Gomes (1998).

No Capítulo II apresento a teoria que dá base e permite essa pesquisa, a Linguística Sistêmico-Funcional – LSF, (HALLIDAY, 2014, 2004; THOMPSON, 2014; EGGINS, 2004, 1997; MARTIN, 1997, 2005, 2008; WHITE, 2005; ROSE, 2007). Trata-se de uma teoria funcionalista que concebe a língua como um fenômeno social, a qual se estrutura em torno de três metafunções a fim de realizar significados ideacionais, interpessoais e textuais, sistematizados em uma gramática de uso. Em especial, trabalhei com a metafunção interpessoal, a qual constrói os papéis e identidades dos participantes na interação, sua base de negociação se dá na oração, unidade de informação. Aplicando e desenvolvendo os conhecimentos de Halliday, trago os estudos de Suzanne Eggins e J. Martin acerca dos gêneros textuais, que na LSF são intitulados como Teoria de Registro e Gêneros – TR&G. Concluo o capítulo com a Teoria da Avaliatividade, que expande os significados interpessoais mostrando a subjetividade dos interagentes por meio de suas avaliações. Para tanto, firmei-me nos estudos de Martin e Rose (2007). Tem-se aqui uma triangulação teórica: Metafunção Interpessoal, Teoria de Registro e Gêneros e Teoria da Avaliatividade.

No Capítulo III, trato do percurso metodológico alinhado à pesquisa qualitativa, pois segundo Silva (2007) seus métodos são apropriados para o entendimento dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas redes de relações que ocorrem no contexto sociocultural. Trato, nesse capítulo, da Pesquisa Documental e algumas questões quanto à coleta de tais documentos, considerando o caráter público, por princípio, dos mesmos.

No Capítulo IV, faço a análise dos documentos de redação oficial. Em um primeiro momento, conjugo as análises da Modalidade e dos Tempos Verbais presentes no Sistema de Modo. Faço uma descrição e quantificação das escolhas dos produtores textuais nesses gêneros para a negociação na interação. No segundo momento descrevo e quantifico as avaliações do Sistema de Avaliatividade realizadas nos textos. Apresento em ambos os momentos a análise de documentos de redação oficial, segundo a teoria sistêmico-funcional.

No Capítulo V faço uma análise crítico-discursiva a partir das análises da gramática sistêmico-funcional. Especificamente, busquei investigar traços da modernidade tardia na construção das identidades realizadas nas comunicações oficiais, no contexto da Administração Pública. Os estudos de Fairclough (2008) se baseiam na teoria linguística de Halliday para proceder à Análise do Discurso Textualmente Orientada. Seu objetivo é investigar possíveis motivações ideológicas na escolha léxico-gramatical e discursiva dos falantes. A teoria de Fairclough está alinhada ao termo modernidade líquida, cunhado por

filósofos e sociólogos como Zygmunt Bauman (2001) e Giddens (1991; 2002). Uma discussão corrente a esses pensadores é a identidade dos indivíduos nessa modernidade contemporânea, em especial a colonização do espaço – seja nas ideias e nos comportamentos – público pelo privado. O que interessou na análise das identidades realizadas nos documentos da administração pública brasileira.

Por fim concluo com as considerações finais, em que retomo as questões postas nesta introdução, quanto a uma gramática de uso presente nos gêneros administrativos aqui analisados, a identidade e os papéis desempenhados e atribuídos pelos produtores textuais e contribuições para a formação de uma cultura de profissionalização dos serviços públicos que passe pela produção dos gêneros atendendo aos princípios constitucionais e que deve ter como objetivo a eficácia dos serviços públicos prestados a sociedade.

1 CAPÍTULO I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

1.1 A Administração pública e os princípios constitucionais

A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (BRASIL, 2002).

A citação acima é o *caput* do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira. O artigo é imperativo ao estabelecer os princípios que a administração pública deve obedecer. Esta, segundo Di Pietro (2014), é conceituada em dois sentidos: (i) orgânico, os entes que são incumbidos de exercerem a atividade administrativa, isso compreende as pessoas jurídicas, órgão e agentes públicos; (ii) funcional, a natureza das atividades exercidas pelos referidos entes, a própria função administrativa. Esta é exercida, predominantemente, pelo Poder Executivo.

Quanto à predominância pelo Poder Executivo, Di Pietro (2014) ressalta que a Constituição Cidadã de 1988, ao estabelecer no Art. 2º a independência e harmonia dos Poderes da União – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário –, não adota a separação absoluta de atribuições, mas o da especialização de funções. Em outras palavras, os demais Poderes do Estado exercem, além de suas funções predominantes, legislativa e jurisdicional, funções tipicamente administrativas. Assim, a Constituição determina que qualquer um dos Poderes Públicos, quando exercer a função administrativa, deve obedecer aos princípios constitucionais.

No viés da ciência jurídica, Gasparini (2012) escreve que os princípios constituem um conjunto de proposições que alicerçam e embasam um sistema, garantindo-lhe validade. Assim, os princípios constitucionais são também princípios administrativos, pois se configuram como postulados fundamentais para a validade e eficácia de todo o agir da administração pública, que é a conduta e o proceder operacional do Estado.

Há íntima relação entre os princípios constitucionais, da qual outros princípios emanam. Tomaremos dois princípios que tocam diretamente a produção textual na Administração Pública: a publicidade e a impessoalidade.

O princípio da publicidade nos remete a outro princípio que deriva do quadro constitucional do Art. 37, a formalidade. Entre outras características, a publicidade impele a publicação dos atos administrativos na “forma” do registro escrito, o texto. Assim, toda ação do Estado passa, necessariamente, pelo texto escrito. De igual modo, os princípios constitucionais se dão na produção textual dentro da administração.

Pela publicidade, os atos administrativos devem receber a mais ampla divulgação possível, pois dessa forma permite-se à sociedade averiguar as ações da administração, se estas obedecem aos demais princípios, bem como controlar a conduta dos agentes administrativos. Meirelles (2012) ensina ainda que a publicidade não é elemento formativo do ato administrativo, mas requisito de eficácia e moralidade do ato. É preciso destacar que o ato administrativo é, nas palavras deste autor:

Toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. (MEIRELLES, 2012)

Textualmente, esses registros devem ser impessoais. Segundo Di Pietro (2010), o princípio da impessoalidade está relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa, não podendo atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas. Assim, a impessoalidade objetiva que as questões tratadas pela administração pública sejam resguardadas como *res publica*, protegendo-as de interesses de caráter pessoal. Trata-se da postura do Estado perante a coletividade dos cidadãos, o que toca conseqüentemente o princípio da publicidade. Não por acaso, o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2002) dá destaque a esses dois princípios quando da elaboração das redações oficiais.

1.2 A Redação Oficial

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no Art. 37 (...). Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro está que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, clareza e concisão. (BRASIL, 2002)

Basicamente, o que diferencia a Redação Oficial de outros tipos de redações, empresarial, técnica, escolar etc., é o fato de o termo “oficial” vincular-se ao Governo, ao Estado. O dicionário Houaiss (2001) descreve o vocábulo oficial como: “emanado do governo ou de uma autoridade administrativa reconhecida”, redação que porta em si características governamentais. Sua realização se dá na administração pública brasileira, a qual deve ser entendida, aqui, em sentido estrito, ou seja, as funções meramente administrativas juntamente com os órgãos e entidades do Governo que as desempenham.

O Manual de Redação da Presidência da República – MRPR (BRASIL, 2002) reforça que os princípios da impessoalidade e da publicidade devem igualmente nortear sua elaboração. É preciso mencionar que a Redação Oficial não configura um gênero textual, mas práticas discursivas padronizadas segundo princípios estabelecidos. Para Fairclough (2008, p.106), a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, os quais variam segundo os contextos e fatores sociais nos quais estão situados. Assim, na Redação Oficial tem-se, além dos princípios constitucionais mencionados, o contexto social e político das instituições governamentais atuando e orientando a produção textual, bem como sua distribuição e consumo. Portanto, além de considerar os princípios que devem reger a elaboração desses textos, a prática discursiva considera ainda os fatores sociais e políticos, que nessa relação negociam os critérios de produção, em outras palavras, negociam os próprios princípios constitucionais. Isso é para Fairclough (2008, p.90) o uso da linguagem como prática social, o que ele denomina discurso. Trata-se de uma relação dialética entre o social e o discurso, em que ambos se constituem. Para cada situação social há práticas

discursivas particulares. Logo, na Administração Pública uma de suas práticas discursivas é a Redação Oficial. Esta intermedeia as relações administrativas entre os órgãos públicos por meio de seus agentes e se realiza por meio de gêneros em cada contexto de situação.

A Redação Oficial se divide em dois grupos gerais, atos oficiais e comunicações oficiais. Os atos reúnem em seu escopo textos de natureza normativa e de Estado, como Leis, Decretos, Portarias e Apostilas. Ao passo que as comunicações reúnem textos de natureza administrativa, no sentido estrito, de comunicação institucional, interna e externa, como Memorandos, Ofícios, Pareceres, Relatórios e Notas.

Analisei textos dos gêneros Ofícios e Avisos. Tais comunicações são de caráter institucional e externo. São institucionais, pois comunicam em nome da instituição que as emitem, são assinadas por agentes públicos, representantes do Governo em função de gestão. São externas porque a comunicação se dá entre instituições públicas, ou entre essas e o particular. Por fim, destaco que, conforme disposto no MRPR, o Aviso é um tipo de Ofício, sua única particularidade é ser assinado exclusivamente pelos Ministros de Estado a autoridades de mesma hierarquia.

A padronização e a estrutura desses textos são prescritas pelos manuais oficiais, com a finalidade de que um determinado documento seja reconhecido dentro da própria administração pública e pelos cidadãos. Isso permitirá que as informações e bens e serviços públicos sejam atendidos com celeridade, uma vez que portam demandas públicas. Todavia, os manuais não consideram a natureza dos gêneros textuais, os quais instanciam o contexto de cultura de uma sociedade.

A edição do manual de redação oficial pretende ainda contribuir na consolidação de uma cultura administrativa de profissionalização dos servidores públicos e de respeito aos princípios constitucionais (BRASIL, 2002). Nisso o administrador reconhece que esses textos podem e dever garantir os princípios administrativos e a profissionalização dos administradores. Eis aí uma das finalidades dos gêneros textuais de redação oficial na administração pública.

Ora, contribuir na consolidação de algo é assumir que este algo não está consolidado, ao menos por completo. No caso do manual da presidência da república, assume-se que a cultura administrativa de profissionalização dos serviços públicos e de respeito aos princípios constitucionais não está consolidada. Assim tomamos como bússola para esta pesquisa a análise de dois princípios considerados pelo próprio manual e aqui já mencionados, a publicidade e a impessoalidade, buscando descrever e interpretar como esses princípios

revelam a cultura da administração pública, suas relações interpessoais e as identidades dessas relações.

1.3 Cultura administrativa brasileira: na fronteira entre o público e o privado

Segundo Laraia (2001), foi Edward Tylor¹ quem sintetizou o conceito de cultura, a partir de duas visões teóricas, a germânica (*Kultur*), que utilizava o termo para simbolizar as experiências espirituais de uma comunidade e a francesa (*Civilization*), que fazia referência as realizações materiais de um povo. No vocábulo inglês *Culture*, Tylor definiu um conceito clássico de cultura: em amplo sentido etnográfico, é todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Este conceito abrange a ideia de aprendizagem da cultura, rejeitando a aquisição inata transmitida por mecanismos biológicos.

Geertz (2008) escreve que entorno desse conceito surgiu todo o estudo da antropologia, no entanto sente a necessidade de limitá-lo, especificá-lo e enfocá-lo. Ele considera o conceito de E. B. Tylor muito abrangente devido a “todo o complexo” e, embora com grande potencial criativo, mais confunde do que esclarece. O conceito de cultura que Geertz defende é em sua essência semiótico: trata-se de uma ciência interpretativa a procura de significados. Pois o homem está amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Cultura seria, pois, essas teias.

O antropólogo Malinowski (1970), ao qual nos alinhamos, entende que a tradição cultural é transmitida de geração para geração por métodos e mecanismos de caráter educacional, os quais existem em toda cultura. Contudo, esse autor tem uma visão funcionalista da mesma, o que inclui o fator biológico. O funcional subjaz uma relação entre o fenômeno cultural e as necessidades humanas básicas. Função é senão a satisfação de uma necessidade humana por meio de uma atividade organizada e cooperativa. Essa unidade de organização, Malinowski chama de instituição. De forma concreta o autor apresenta a seguinte definição para cultura:

¹ Edward Burnett Tylor (1832 – 1917): Antropólogo britânico nascido em Londres, responsável pela criação e sistematização da antropologia cultural. Fonte: www.dec.ufcg.edu.br/biografias.

A cultura é um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue, por meio da procriação; a contiguidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades; e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política. (MALINOWSKI, 1970, p.46)

A partir desse conceito, que traz a campo a organização política como fenômeno cultural realizado por meio de instituições sociais, nós podemos pensar uma cultura da administração pública brasileira, considerando as raízes históricas do Poder Público no Brasil. Para tal, trazemos as contribuições de Gomes (1998). Segundo essa autora, as raízes de nossa política administrativa estão no período colonial, com nossa tradição rural e escravagista, em que o sentido da posse e do privado estão profundamente arraigados.

Desde o centenário da Independência, em 1922, uma questão inquietava a intelectualidade e os políticos de então: o atraso na política brasileira versus a modernização que a política vivia no cenário mundial. Esta última demandava extensão de direitos políticos e sociais, e era insuflada por greves e agitações urbanas, tendo como pano de fundo o fim da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917.

O atraso na nossa política, decorrente de suas relações sociais e dos serviços prestados a sociedade, o caráter agrário em oposição entre outros, configura-se na ambiguidade entre o público e o privado. Essa ambiguidade é constituinte de nossa cultura político-administrativa e ambos os lados da moeda precisam ser considerados. O lado público tem seus antecedentes no Império, em que o Rei era a autoridade pública central, um administrador cesarista. Boris Fausto (2014) escreve que D. Pedro I, quando da elaboração da nova constituição após a independência, dissolveu com o apoio de tropas a assembleia constituinte e promulgou a constituição de 1824. Isso se deu com a prisão de deputados. Assim nascia a primeira constituição brasileira, de cima para baixo, do imperador para o povo, concentrando os poderes nas mãos do rei, tornando-o inviolável e sagrado. O lado privado surge das oligarquias, constituindo os poderes locais de oposição e a defesa do poder descentralizado, tendo de seu lado o privatismo dos caudilhos.

O caudilho, na acepção de Olivieri (BOBBIO, 1998, p.158), é um termo criado na América Espanhola e Espanha, para representar as lideranças, os chefes locais, que exercem o poder de forma carismática, demagógica, autoritária e paternalista. É um poder que concorre paralelamente com o poder do Estado e defende estruturas socioeconômicas tradicionais, por

isso é privatista. No Brasil, a figura mais representativa do caudilho é a do coronel ou do cacique.

Este é, segundo Gomes (1998, p.496), o dualismo da formação social brasileira. Tem-se aí uma tensão que é constitutiva da política nacional. Por outro lado, essa tensão também impede o desenvolvimento de uma política nos marcos da modernidade ocidental, tornando a principal marca e dilema de nossa política. Razão pela qual ela se situa na fronteira entre o público e o privado, onde nasce e vive a política brasileira.

Modernizar, então, significa o Poder Público agir pautado na impessoalidade, visando sempre o bem comum dos cidadãos, sem se direcionar segundo os interesses de particulares privilegiados. Nele, as questões privadas devem encontrar seu campo de diligência, a luz do direito e da justiça. Assim, essa fronteira tem, no Brasil, seu ponto principal de partida e de sustentação na esfera estatal. Com isso, Gomes aponta duas premissas para o que chama de desafio da modernização de nossa política:

- a) O paradigma da política moderna, isto é, o mundo dos cidadãos racionais e dos procedimentos públicos impessoais;
- b) A compreensão de uma realidade social – que se confronta com o paradigma acima – fundada nos padrões das autoridades tradicionais – padrão personalizado e emocional – os quais não podem ser ignorados, sob pena de insucesso.

Acerca dessas considerações sobre a ambiguidade constitutiva do público e do privado na política brasileira, consideramos que o fato de ser constitutiva não implica na impossibilidade de mudanças. Evitamos, pois, uma visão maniqueísta em que se polariza o “bem público” em oposição ao “mal privado”. Vícios e virtudes ocorrem e ocorrerão em ambos os lados da fronteira. A modernização de nossa política deve ser pensada a partir dessa dualidade. Apesar dessa temática não ser original, “confusão entre o público e o privado” na política brasileira, acreditamos que sua retomada deve ser sempre estimulada, pois é no campo da práxis que se pode construir mudanças políticas. Ao retomar essa questão é possível ter a percepção, no tempo e espaço, do paradigma brasileiro e que ações e projetos deve-se pensar a respeito. Tal busca de modernização, está registrada no Manual de Redação da Presidência da República de 2002 quando este objetiva a consolidação de uma cultura

administrativa de profissionalização dos servidores públicos e de respeito aos princípios constitucionais.

Por fim, Gomes (1998, p.498) escreve sobre a eficácia de se retomar as análises e trabalhos sobre o público e o privado, a fim de tornar inteligíveis as características da realidade brasileira, com a intenção de intervir na mesma:

A eficácia de tal esforço, que envolve a permanente construção simbólica da identidade nacional, está diretamente correlacionada às condições de plausibilidade das interpretações formuladas, o que só pode ser avaliado em razão de uma congruência tanto com a realidade social sob análise como com os paradigmas políticos e intelectuais vigentes em determinado momento.

Sendo assim esta pesquisa pretende examinar como é construída a identidade nacional no contexto da administração pública, a partir da realidade política que se faz presente em gêneros textuais de Redação Oficial, por meio da análise sistêmico-funcional e discursiva desses textos, considerando a existência de uma gramática de uso do português brasileiro nas comunicações oficiais.

2 CAPÍTULO II – PRESUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A Língua como fenômeno social

Os estudos sistêmicos iniciados por Halliday, na década de 60, pertencem ao quadro teórico de uma visão funcionalista de língua, que considera o aspecto social da mesma e a intenção do falante/escritor. Formado na tradição britânica, uma das escolas funcionalistas do séc. XX, sendo então aluno do linguista britânico John Firfh, Halliday recebeu influências de antropólogos e sociólogos, como Malinowski e Bernstein, respectivamente, o que o levou a compreender a linguagem como um fenômeno social.

A partir dessa orientação, algumas de suas contribuições ao funcionalismo corresponderam aos estudos de Malinowski acerca dos contextos sociais em que ocorrem os fenômenos linguísticos e estudos de Bernstein, que entende que a codificação do discurso é orientada, condicionada, por relações de poder e controle social.

Relacionando essas duas perspectivas, ele entende que a língua se organiza para produzir três tipos de sentidos: estabelecer relações, construir experiências e vinculá-las no discurso. Esses três sentidos ele os classificou como funções sociais da linguagem. Para Halliday (2014), esses sentidos estão dispostos para o falante como um conjunto de opções que possuem potenciais significativos, o que ele define como sistema. Essas opções são selecionadas e organizadas de acordo com o contexto, o qual permite construir uma rede de diferentes sistemas, o que subentende uma inter-relação entre estes. Isto é, entre diferentes conjuntos de opções de significados. Ainda, esses sentidos, organizados em sistemas, ao serem eleitos pelos falantes, atenderão a funções, outro conceito importante para a teoria hallidayana. Este conceito implica o que a língua desempenha socialmente e como ela se configura de acordo com suas funções sociais. Assim Halliday distinguiu essas funções em três metafunções, as quais estão associadas aos três tipos de sentidos, acima mencionado:

- a) Metafunção Interpessoal: estabelecer relações;
- b) Metafunção Ideacional: representar as experiências;
- c) Metafunção Textual: organizar os significados das metafunções interpessoal e ideacional em um texto coerente.

A teoria de Halliday vincula a língua como um fenômeno conectado a uma sociedade e a uma determinada cultura. Portanto, falar em função social da língua é considerar quais usos os falantes fazem da mesma dentro de suas sociedades e contextos culturais. A partir dessa percepção e de suas análises, Halliday descreveu uma Gramática Sistêmico-Funcional, a qual relaciona os significados ao uso, considerando as opções linguísticas do falante, que está inserido em uma comunidade de indivíduos.

2.2 Contexto de Cultura e de Situação

Pensar em comunidades humanas é relacioná-las a contextos culturais e sociais, os quais atuam diretamente nas escolhas linguísticas dos indivíduos. Essa é outra contribuição de Halliday para o funcionalismo, a ideia de contexto, a qual é uma herança de Malinowski.

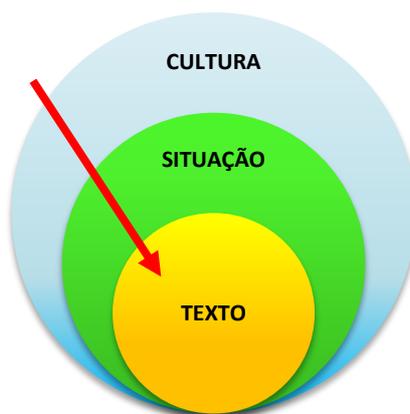
Malinowski, ao transcrever os eventos do cotidiano observados nas ilhas Trobriand, um arquipélago da Nova Guiné, constatou ser impossível traduzir os sentidos de forma literal para a língua inglesa. Ele percebeu a necessidade de realizar essa atividade sob o contexto cultural no qual a língua está sendo usada.

O estudo de uma língua, falada por pessoas que vivem em condições diferentes da nossa e que possuem uma cultura diferente, deve ser realizado sob o estudo de sua cultura e de seu ambiente (Malinowski apud Eggins, 2004, p.88, tradução nossa).

Para Malinowski a linguagem só se torna inteligível quando é considerada dentro de seu contexto de situação e de cultura. Com isso ele entende que o contexto em que as palavras são pronunciadas nunca pode ser preterido como irrelevante e que o significado de qualquer palavra é dependente do seu contexto.

No centro desses contextos está o texto, que, segundo Halliday, “é significado e significado é opção, uma corrente contínua de seleções” (Halliday apud Cabral e Fuzer, 2014, p.24). Logo, o texto encontra-se dentro de dois contextos, o de situação e o de cultura, conforme a figura a seguir:

Figura 1: Contexto de Cultura e de Situação



Fonte: Adaptado de Halliday (2014)

A teoria sistêmico-funcional entende que os textos são realizados dentro de dois contextos. Um contexto mais imediato, o de situação, e um contexto mais externo, o de cultura. Trata-se de uma análise descendente, que se inicia pelo contexto de cultura, passando pelo de situação, chegando então ao texto.

Ao contexto de cultura correspondem os gêneros, que, segundo Martin e Rose (2007, p.16), são atividades linguísticas com objetivos sociais, nas quais o falante está engajado como membro de uma dada cultura. Ao contexto de situação correspondem os registros, que, conforme Silva (2007, p.25), referem-se aos momentos e lugares específicos em que os textos são efetivamente utilizados. Tais momentos e lugares exercem influência sobre nossas escolhas linguísticas, quanto ao assunto a ser tratado, às relações desenvolvidas e ao papel que a mensagem desenvolve na organização das ideias em um texto coerente.

Halliday (2014, p.33) descreve o contexto de situação por meio de três variáveis de registro. Trata-se do Campo, no qual a língua é usada para discorrer sobre algo; da Relação, que aponta quais papéis são desempenhados pelos participantes na interação; e por fim o Modo, que subsidia os dois registros anteriores, demonstrando também o papel que a linguagem está desempenhando na interação.

Tais significados constituem, cada um, uma metafunção da linguagem. Cada qual possui seu sistema linguístico de análise. A cada uma dessas variáveis de registro, Halliday relacionou uma metafunção da linguagem, conforme a Figura 2:

Figura 2: Variáveis de Registro e as Metafunções da Linguagem.

Campo	• METAFUNÇÃO IDEACIONAL
Relação	• METAFUNÇÃO INTERPESSOAL
Modo	• METAFUNÇÃO TEXTUAL

Na metafunção ideacional, o Campo se refere ao discurso que realiza a atividade social. Ele consiste na sequência de atividades que são orientadas em um propósito institucional, portanto socialmente situado, seja em uma instituição doméstica como a família ou pública como a administração, a indústria ou a academia. Cada uma dessas atividades envolve pessoas, processos, espaços, coisas e são organizadas dentro de taxonomias, as quais por sua vez distinguem um campo de outro, bem como os seus processos: mentais, verbais, relacionais, materiais etc. Na perspectiva do campo, os padrões do discurso dos textos variam quanto ao grau de estruturação da atividade social e quanto à especificação ou generalização dos fenômenos e suas características.

Na metafunção interpessoal, a oração é entendida como “troca”. Logo, em uma interação, o que os falantes trocam são informações ou bens e serviços (HALLIDAY, 2004, 2014), e tais trocas consistem em ofertar ou demandar algo. De acordo com essa metafunção, a oração é estruturada e analisada em um Sistema de MODO. Tal sistema provê recursos léxico-gramaticais para se realizarem as interações mediadas pela linguagem.

Quando olhamos para a linguagem do ponto de vista da metafunção textual, segundo Thompson (2014, p.145), vemos como o falante e o escritor constroem as suas mensagens visando os eventos da língua, modalidades de comunicação, como uma conversa, um chat, um artigo, uma coluna de jornal ou um memorando, por exemplo. Bem como suas interações com seus ouvintes ou leitores. Falantes e escritores organizam constantemente a forma como a sua mensagem está redigida, a fim de sinalizar para seu público como sua mensagem se organiza objetivando compreensão.

Após considerarmos os contextos de cultura e situação, chegamos ao texto. Nele encontramos realizados os dois contextos sociais apresentados, cultura e situação. O contexto de cultura é realizado por meio do gênero com suas etapas estruturais; o contexto de situação, por meio de suas variáveis de registro, o campo, a relação e o modo. Bakhtin (2011) escreve que “os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Essa posição teórica une a linguagem ao fenômeno social, não podendo ser ambos tratados

independentemente um do outro. Considerar como um texto se estrutura em um contexto de cultura e de situação é relacionar a língua a aspectos históricos e discursivos. Aqui, o termo “discurso” possui o mesmo uso proposto por Fairclough (2008), que o compreende como um modo de ação, em que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, implicando uma relação dialética entre discurso e estruturas sociais.

As pessoas, ao agirem no mundo, assumem atitudes de agentes sociais e o lugar dessa interação, a qual envolve influência mútua e ação recíproca, se dá no texto, como bem lembra Koch (2009). Nesse sentido, Silva (2006) escreve que:

A linguistic system is not neutral, given that the discourses conveyed through this system may reflect in some way ideological positions and customs. Even the specific grammar system of a language is intrinsically related to the personal and social demands made on language [...]².

Sendo assim, este trabalho entende texto como um “evento comunicativo no qual concorrem ações sociais, linguísticas e cognitivas” (Beaugrande apud Marcuschi, 2008). Segundo Benveniste (1995), o caráter interativo desse evento comunicativo exige que os falantes ou escritores tenham sempre em mente seus interlocutores. Essa relação dialética entre locutores e interlocutores, permite que cada locutor se apresente como sujeito e atribua papéis sociais a si e a outrem. Essa interação permite a constituição da pessoa, bem como revela a configuração cultural de uma determinada sociedade, seus valores e princípios.

2.3 A construção dos significados interpessoais

Segundo Martin e Rose (2007), a natureza das relações sociais entre os interlocutores apresenta duas dimensões. Uma vertical, o *status*, que relaciona aspectos de igualdade e desigualdade, dominação e subordinação, portanto aspectos hierárquicos; outra horizontal, a solidariedade, que vincula aspectos entendidos como distância e proximidade social, e isso está relacionado com a natureza da relação que as pessoas possuem entre si, o que pode envolver emoções.

² Um sistema linguístico não é neutro, uma vez que os discursos veiculados por meio desse sistema podem refletir posições ideológicas e costumes. Mesmo o sistema gramatical específico de uma língua está intrinsecamente relacionado às exigências pessoais e sociais realizadas pela língua.

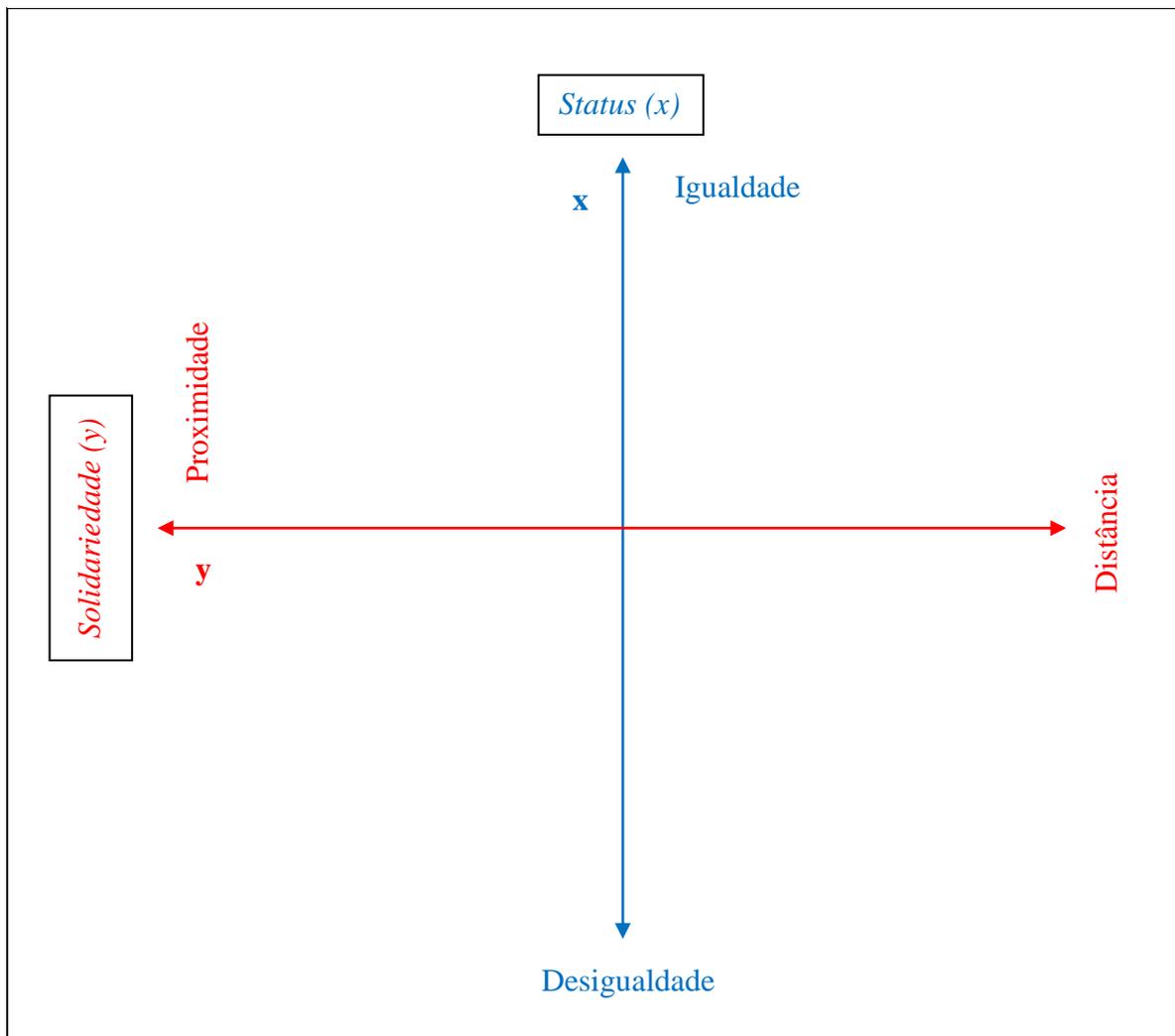
Um princípio para a dimensão de *status* é a reciprocidade de escolha: aspectos de igualdade propiciam tipos semelhantes de escolhas de significados, ao passo que aspectos de desigualdade, tipos diferentes de escolhas. Quanto mais intimidade se tem com alguém, mais significados se pode usar, menos controle se fará; menos intimidade implica em mais controle, mais seleção do significados que se pode usar.

Para a dimensão de solidariedade, os autores nomeiam dois princípios: *proliferation* e *contraction*. Os quais traduzi aqui como expansão e contração, por oposição a última palavra. A expansão refere-se ao grau de proximidade que os falantes possuem. Quanto maior esse, mais significados disponíveis eles possuirão. A contração refere-se ao grau de elaboração que é preciso ser feito para trocar significados, isso pode envolver formalidade e impessoalidade. Quanto melhor você conhece alguém, menos clareza é preciso para se fazer entendido. Menos formalidade é necessária. A relação de troca se torna mais pessoal, mais próxima. Isso também pode envolver o uso de nomes curtos ou a pronúncia apenas do primeiro nome.

Isso é evidenciado nas normas de tratamento no contexto de Parlamento brasileiro em que os parlamentares são chamados pelos seus nomes e sobrenomes, além da invocação de seus cargos e dos respectivos vocativos, como: *Sua Excelência, o Presidente Renan Calheiros*. Uma oposição a este tratamento seria *Caro Presidente Renan*. Nota-se que esta última opção, em comparação com a primeira, considerando o contexto de Parlamento, porta mais proximidade social e pessoalidade.

É possível então pensar um quadro cartesiano em que essas duas variantes são componentes:

Figura 3: Plano cartesiano do Status e da Solidariedade.



A partir desses dois eixos, Status e Solidariedade podemos então considerar onde nele se encontra a personalidade e inclusive termos sociológicos como o paternalismo – uma vez que nosso campo de pesquisa envolve documentos oficiais produzidos no contexto político. Nas palavras de Nicolas Mateucci (BOBBIO, 1998), paternalismo é uma atitude política que implica uma relação hierárquica de desigualdade, em que se tem o pai provedor e imperador da vontade e o filho dependente desse pai e de sua vontade, ao mesmo tempo em que essa relação confere proximidade, resultando em significados de acordos e sentimentos de proteção. É possível prever ainda em que ponto do plano cartesiano está a personalidade e a impessoalidade. Nos textos de redação oficial é de se esperar que o princípio da impessoalidade localize-se do lado direito, no eixo da Solidariedade: a Distância. Essa posição permite que o eixo do Status varie de acordo com a hierarquia dos interagentes, sem

comprometer a impessoalidade. No capítulo de análise voltarei a este quadro com exemplos a partir dos documentos oficiais.

2.3.1 *A oração como “troca”*

A metafunção interpessoal concebe a oração como troca. Em uma interação, os falantes estão trocando informações ou bens e serviços. Eles o fazem por meio de funções da fala. As funções mais básicas são “dar” e “pedir”, uma informação ou um bem e serviço. Cada uma dessas funções básicas pode ser realizada de duas maneiras, resultando em quatro funções da fala e suas possíveis respostas.

A Metafunção Interpessoal constrói significados interpessoais expressados na léxico-gramática pelo Sistema de MODO. A interpessoalidade é entendida na literatura como a interação que os falantes/escritores desenvolvem no evento discursivo. No ato discursivo o falante/escritor assume um papel social que impele seu interagente a, também, assumir um papel que complementa a interação. Halliday (2014) resume os papéis dos falantes na interação, fundamentalmente em dois tipos: (a) ofertante e (b) demandante. Estas são as funções mais básicas da fala, “dar” e “pedir”. O falante pode ofertar algo ao seu interlocutor ou demandar dele algo para si. Ofertar implica em alguém estar disposto a receber, como demandar implica alguém estar disposto a dar.

Nessa interação fica explícito que ocorre uma troca. A natureza do que se troca, ofertando ou demandando, é classificada como *informações* ou *bens e serviços*. Cruzando os papéis dos falantes com a natureza da troca, surgem então quatro funções primárias do discurso, ou funções da fala: declaração, pergunta, oferta e ordem. Estas funções resultam em diferentes papéis ou respostas na interação.

Quadro 1: Funções da fala e papéis possíveis na interação.

Funções primárias da fala	Troca	Função da fala	Papel esperado	Papel divergente
Dar	Informação	Declaração	Compreensão	Contradição
Pedir		Pergunta	Resposta	Evasão
Dar	Bens e Serviços	Oferta	Aceitação	Rejeição
Pedir		Ordem	Realização	Recusa

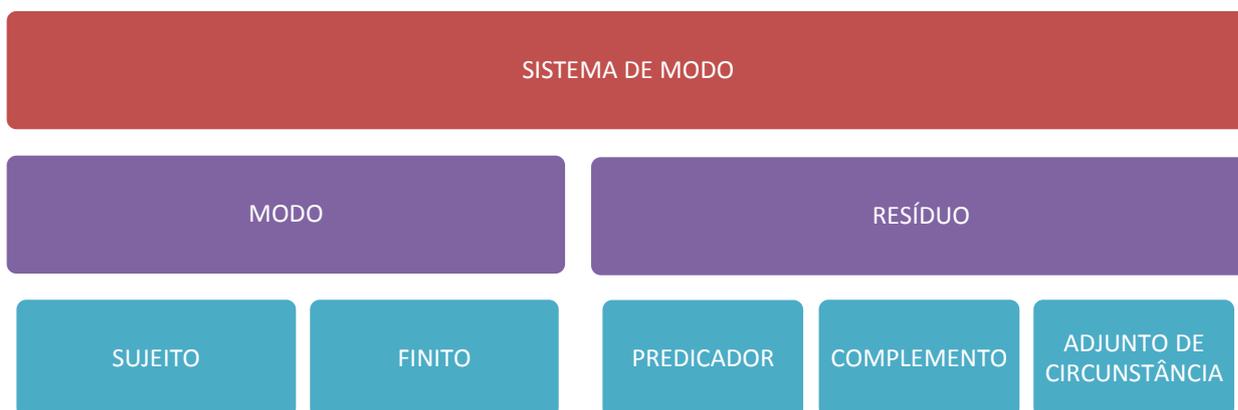
2.3.2 O Sistema de MODO

As relações de trocas são construídas e organizadas na léxico-gramática de forma sistemática e funcional, funcional porque envolve as escolhas do falante, em um Sistema de MODO. Segundo Bernardino (2012, p.470):

O sistema de modo constrói um terreno de trocas e negociações entre papéis e identidades e institui dimensões interpessoais que revelam níveis de poder, solidariedade, intimidade, julgamento e atitudes dos falantes em relação ao dito e em relação a seus pares na interação.

Esse Sistema constrói as informações sobre o tempo em que ocorre o evento, bem como informações sobre o julgamento e comprometimento dos falantes, o que se denomina de Modalidade. Tendo a oração como unidade de significado e análise das metafunções, Halliday (2014) categorizou o Sistema de Modo da seguinte maneira:

Figura 4: O Sistema de Modo e seus componentes.



O Sistema de MODO divide a oração em dois componentes, o Modo e o Resíduo. O Modo possui importância central, pois em torno dele se constroem os significados interpessoais. Ele é constituído pelo Sujeito e pelo Finito, este é a essência da oração. O Finito é a parte da oração que traz as informações de tempo, polaridade e modalidade, como implícito no seu nome, sua função é tornar a oração finita, aterrará-la na realidade do evento discursivo. Seu tempo é o primário: passado, presente e futuro, nos modos indicativo e subjuntivo. A polaridade indica se o finito está afirmando ou negando algo categoricamente, dizendo sim ou não. A modalidade por sua vez, inclui todas as possibilidades que podem ocorrer entre esses dois polos. Entre um sim e um não, poderá haver um “talvez”, revelando os graus de comprometimento do falante, bem como seus julgamentos. A modalidade não se restringe ao verbo, pode ser realizada também por meio de advérbios e expressões chamados de Adjuntos Modais, esses de alguma forma estão se relacionando diretamente com o Finito.

O Resíduo possui importância secundária em relação ao Modo, o que não deve ser entendido como menos importante para as intenções discursivas e argumentativas, apesar de seu nome. A importância primária do Modo é justamente trazer a oração para a discussão, feito isso a importância do Resíduo se dá em discutir essa oração, circunstanciando-a, definindo objetos do Finito e a continuidade da ação e do tempo primário. Essas funções são desenvolvidas pelo Adjunto de Circunstância, pelo Complemento e pelo Predicador.

O Complemento tem como função corresponder à transitividade do verbo do Finito, tem potencial para ser Sujeito, mas não o é. Ele é realizado normalmente por grupos nominais ou que desempenhem uma função nominal. O Adjunto de Circunstância não tem potencial para ser sujeito, sua função é circunstanciar a oração, o faz por grupos adverbiais ou frases preposicionadas. O Predicador, no português, aparece na oração em uma forma verbo-

nominal, infinitivo, gerúndio ou particípio. Na ausência dessas formas, encontra-se embutido no próprio verbo, especificando o tempo primário por meio dos tempos secundários, as formas verbo-nominais, por meio das quais marca também a voz passiva.

2.3.3 A Modalidade

Halliday (2014) afirma que o sim e o não, o “é” e o “não é” da Polaridade não são as únicas possibilidades presentes no Finito. Entre estes polos, existem graus intermediários e vários tipos de indeterminações como *talvez*, *poderá*, *certamente*. A esses graus intermediários ele chama de Sistema de Modalidade, cuja função é construir uma região de incertezas que reside entre os polos do sim e do não. Ao considerar diferentes graus entre esses polos, estamos considerando que há outras vias para a construção de significados e isso implica em outras possibilidades de escolha do falante.

Tomando como base os objetos de troca da oração, Informações e Bens e Serviços, temos dois tipos gerais de modalidade, os quais se dividem em outros dois tipos: as modalidades Epistêmica e Deôntica. A Epistêmica está no eixo do saber, portanto essa modalidade tem relação com conhecimentos e crenças. Sua origem está no falante, que conclui a partir de evidências quais as probabilidades de uma proposição ser verdadeira ou não e qual a usualidade da mesma. Quanto ao objeto de troca, esta modalidade está ligada à troca de Informações, sendo chamada de Modalização. A modalidade Deôntica está no eixo da moral, da conduta, portanto envolve obrigações e inclinações. Este último termo na teoria implica as volições do falante/escritor, sejam essas de cunho interno, seus desejos e vontades, ou uma necessidade externa a ele. A origem da modalidade deôntica está em normas morais e/ou sociais. Seja externamente, na sociedade, ou internamente, nas compulsões do indivíduo. Por sua vez, esta modalidade refere-se à troca de Bens e Serviços, sendo intitulada de Modulação.

Quadro 2: Tipos de Modalidade

Troca	Modalidade	Tipo de Modalidade
INFORMAÇÃO	MODALIZAÇÃO - Epistêmica -	PROBABILIDADE
		HABITUALIDADE
BENS E SERVIÇOS	MODULAÇÃO - Deontica -	OBRIGAÇÃO
		INCLINAÇÃO

Acerca dos graus de incertezas, Thompson (2014, p.71) aponta para a possibilidade de se graduar a modalidade, não em escalas absolutas, já que muitas e diferentes nuances podem ser realizadas, mas para uma melhor percepção do grau de comprometimento do falante. Assim, cada um dos quatro tipos de modalidade apresentados pode ser graduado de acordo com a intenção do falante na interação, para mais ou para menos, isso é, na direção do polo do sim ou do não, surgindo novas categorias, como na figura abaixo:

Quadro 3: Gradação dos tipos de modalidade

		PROBABILIDADE	HABITUALIDADE	OBRIGAÇÃO	INCLINAÇÃO
		Polaridade Positiva		Polaridade Positiva	
Gradação	Alta	Certeza	Sempre	Necessário	Determinado
	Média	Provável	Frequente	Aceitável	Desejoso
	Baixa	Possível	Às vezes	Permitido	Inclinado
		Polaridade Negativa		Polaridade Negativa	

Thompson (2014, p.73) se refere também sobre as possibilidades de o falante assumir responsabilidades no texto, de forma explícita ou implícita. É o que ele chama de *responsabilidade modal*. Para ele, o falante pode ser:

- a) Subjetivo: quando assume seu ponto de vista no texto, fazendo-o pelo uso da primeira pessoa do singular, do pronome Eu.
1. Exijo profunda e meticulosa investigação no foro constitucionalmente adequado, qual seja, o Supremo Tribunal Federal³.
- b) Objetivo: não se colocando diretamente, mas o fazendo por meio da natureza de fatos e eventos. A marcação na desinência verbal de numero e pessoa são a 3ª pessoa do singular. Aqui não é claro qual ponto de vista é representado. Ou o falante está projetando o seu próprio ponto de vista ou veiculando o ponto de vista de outro indivíduo ou grupo.
2. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 58/2012-Circular. Informo, ainda, que a referida matéria *deverá* ser encaminhada ao arquivo⁴.

As formas implícitas da modalidade acontecem na própria oração como uma proposição, já a forma explícita é destacada em uma oração separada. Há ainda outras diferentes maneiras da Modalidade se manifestar em um texto. Para o texto escrito têm-se as seguintes realizações:

- a) Verbos auxiliares modais: dever e poder;
3. A referida matéria *deverá* ser encaminhada ao arquivo⁵.
- b) Tempos verbais: como o Futuro do Pretérito do Indicativo e tempos no Modo Subjuntivo;
4. O apoio incluiu a guarda e segurança das provas e até mesmo o transporte destas para locais de difícil acesso, onde a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não *conseguiria* atender⁶.

³ Ofício Int. nº 33/GSDT – SF

⁴ OF. 365/2012/CAE

⁵ OF. 365/2012/CAE

⁶ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

c) Advérbios e expressões modais, como metáforas gramaticais de modo;

5. Diante da magnitude da operação, do alto grau de sigilo e segurança que demanda esse Exame e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro, *é imprescindível contar com o auxílio desse Ministério da Defesa* na próxima aplicação do ENEM⁷.

d) Indeterminações.

6. *Ressalta-se* que a Lei nº 12.277/2010 instituiu a Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo⁸.

Por fim, a modalidade vai além do comprometimento do escritor com suas proposições. Na interação, o que pressupõe a existência de interlocutores – no caso específico das comunicações oficiais, um destinatário – outro fator surge juntamente com o comprometimento: a afinidade ou solidariedade com o interagente (Fairclough, 2008).

O escritor, ao se comprometer com suas proposições, intenta ganhar a solidariedade de seu leitor para que este também se comprometa com o seu ponto de vista. O faz demonstrando afinidades com o seu leitor, faz uso da polidez ao realizar comandos e uso de cordialidades para aproximá-lo de si, em uma relação de características familiares. Para isso, o produtor textual torna o seu texto pessoal, diminuindo distâncias hierárquicas e aumentando a proximidade de ambos, como esboçado na Figura 3 – eixo do Status e da Solidariedade.

⁷ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

⁸ Aviso nº 105/GM – EXE

2.4 A Teoria de Registro e Gênero da LSF

O estudo dos contextos de Cultura e de Situação é intitulado de Teoria de Registro e Gênero – TR&G. Nessa teoria sistêmico-funcional, o conceito de gêneros textuais, segundo Eggins e Martin (1997), perpassa dois importantes aspectos, os quais os diferenciam do conceito tradicional originário dos estudos de Literatura. O primeiro aspecto é a perspectiva do teórico russo Bakhtin que considera os diversos gêneros discursivos como tipos relativamente estáveis de enunciados. Isso inclui atividades discursivas do cotidiano, sejam faladas ou escritas. O segundo aspecto é o caráter funcional do gênero, nesse sentido o seu propósito social. Assim, para diferentes objetivos sociais estabelecidos culturalmente tem-se diferentes tipos genéricos correlacionados. Isto é, diferentes textos genéricos possuem diferentes objetivos culturais a serem alcançados.

Esses dois aspectos se complementam e potencializam-se, vejamos que o primeiro traz a ideia bakhtiniana de “tipos relativamente estáveis”. Ora, quando consideramos aspectos relativamente estáveis em textos, escritos ou falados, com um mesmo objetivo social, dentro de uma determinada cultura, isso nos remeterá a uma estrutura de texto comum, a um padrão textual para um determinado objetivo social. É o que Eggins (2004) chama de *estruturas esquemáticas*. Aqui usaremos o termo Etapas Estruturais, tal termo é usado por Silva (2014, p.233), a autora escreve que os gêneros apresentam etapas estruturais que orientam linguisticamente os propósitos das interações e os relacionam a outros textos com as mesmas configurações.

A organização interna dos gêneros em estruturas ou etapas parece ser fator consensual para a análise e estudos de gêneros na LSF segundo os estudos de Silva e Espíndola (2013). Esses autores apontam a recorrente produção acerca da definição e estudos de gêneros nas produções de Martin e Matthiesen (2012), Martin (2001, 1992), Martin e Eggins (1997), Martin e Rose (2008) e Martin e White (2005).

Segundo Eggins (2004, p.59), para lograr um objetivo, os gêneros se estruturam esquematicamente e cada parte de sua estrutura colabora para a construção dos significados que o texto pretende vincular e assim alcançar sua meta. Segundo Hasan (apud Martin & Rose, 2007), os estágios de um gênero, bem como suas realizações linguísticas, estão condicionados aos três contextos sociais propostos por Halliday, as variáveis de campo, relação e modo. Estes são, como já mencionado, o Registro do texto. Para Hasan, nesse sentido, o contexto social determina o gênero.

A TR&G compreende que as escolhas lexicais, gramaticais e semânticas constituem o texto, bem como analisa a codificação e a interpretação das diferentes camadas do contexto em que o texto foi produzido. Eggins e Martin (1997) escrevem que o Contexto de Situação (Registro) e o Contexto de Cultura (Gêneros) são as duas principais camadas de contexto – com essa afirmação eles consideram então a existência de outras camadas – que têm impacto sobre o texto, e são, portanto, as duas principais dimensões de variação entre os textos. Nessa abordagem teórica, Registro e Gênero são dois planos realizacionais de uma visão de texto sociosemiótica. Trata-se de uma visão que é dialógica e interativa. Dialógica, pois o texto é a realização dos tipos de contexto; e interativa, pois ele é a busca de um objetivo estabelecido pelos membros de uma determinada cultura em um contexto situado.

A partir dessa visão, os autores entendem que o texto não é a codificação neutra de uma realidade natural, mas construções semióticas de significados socialmente construídos. Portanto, a tarefa dessa teoria sistêmico-funcional não é apenas a descrição da variação linguística dos e entre os textos, mas um caminho para que o analista exponha e explique como o texto serve a interesses divergentes na construção discursiva da vida social – incluindo os seus próprios interesses na análise do discurso bem como descrever como funciona a gramática de uso da língua.

Assim, a TR&G propõe uma análise do texto por meio de seu Registro e do Gênero, primeiramente descrevendo o padrão linguístico, suas palavras e estrutura, por meio de três fatores:

- a) Formalidade textual: o grau de formalidade da linguagem usada se dá tendo em vista sua audiência;
- b) Expressões de atitudes e valoração: a quantidade de expressões avaliativas expressas pelo produtor;
- c) Conhecimentos presumidos: Os tipos de conhecimentos presumidos e dispostos no texto, como o uso de termos especializados, técnicos ou acadêmicos, referências a biografias.

Feitas essas considerações acerca do texto, tais fatores são analisados considerando os diferentes contextos sociais, uma vez que o texto porta em si as influências do contexto em que é produzido. Este está no texto por meio das palavras e estrutura que o produtor de texto faz uso, buscando lograr um objetivo cultural.

Por fim, uma outra dimensão que a análise da TR&G nos permite é a percepção de que as diferenças entre os textos, bem como suas variações e características linguísticas são também reflexo de uma dimensão contextual mais abstrata, a qual interessa nessa pesquisa como instrumento colaborativo de análise e compreensão, a ideologia. Esta se refere a posições de poder, ao viés político e às suposições que surgem das interações no texto. Eggins e Martin (1997, p.237) demonstram que a ideologia tem motivações funcionais, pois nos dizem algo sobre os interesses dos produtores textuais. Considerando que estes trazem consigo e para os seus textos, suas próprias visões de mundo e seus princípios e sentidos.

2.5 O Sistema de Avaliatividade

A teoria da Avaliação se ocupa dos recursos linguísticos por meio dos quais a presença subjetiva de falantes e escritores é realizada nos textos. Segundo Martin e White (2005), trata-se da postura que adotam em relação ao texto que produzem e àqueles com quem se comunicam. A Avaliatividade interessa-se pela forma como aprovam e desaprovam, atribuem prestígio ou críticas, estimulam ou desanimam como se posicionam e como intentam posicionar seus leitores a fazerem o mesmo. Em última instância, pode se encontrar como motivador das intenções de falantes e escritores, a ideologia.

Considerando que as posições de avaliação assumidas são determinadas socialmente (WHITE, 2004), essa abordagem teórica está interessada nas funções sociais dos recursos linguísticos assumidos. Assim por meio dos gêneros textuais, sentimentos e valores compartilhados por uma comunidade são construídos e difundidos.

Isso também toca a construção das identidades que os falantes/escritores constroem para si e tentam imprimi-la nas relações interpessoais, tendo em vista o público a que se destinam. Pois a avaliatividade porta em si as subjetividades dos interagentes, quando estes realizam avaliações, quando se engajam e se comprometem com e no próprio discurso e quando intensificam seus sentidos.

Como já mencionado, a LSF identifica três metafunções que constroem os significados, operando simultaneamente em todo o texto: ideacional, interpessoal e textual. Com a teoria da avaliatividade a metafunção interpessoal é expandida por meio de três eixos ao longo dos quais o escritor/falante se posiciona de forma subjetiva, podendo ainda variar suas posições. Trata-se do eixo Atitudinal, do eixo de Engajamento e do eixo de Gradação.

2.5.1 O Eixo Atitudinal

O eixo atitudinal revela sentimentos e valores do falante/escritor, funcionam retoricamente para construir relações de alinhamento entre o falante e o ouvinte, escritor e o leitor. Martin e White (2005) escrevem que esse eixo se divide em três regiões semânticas associadas a emoções, ética e estética.

A emoção está, pois, no centro desse eixo e dessas regiões semânticas, sendo uma atitude nomeada como **Afeto**. Este está preocupado em registrar sentimentos positivos e/ou negativos, avaliar se algo faz sentir-se feliz ou triste, confiante ou inseguro, satisfeito ou insatisfeito, próximo ou distante. Exemplo:

7. *Caro* Presidente Renan⁹.

A atitude relacionada à ética é o **Julgamento**, trata-se de avaliações e análise do comportamento das pessoas, se o admiramos ou reprovamos, elogiamos ou condenamos, sempre de acordo com os valores de cada cultura, sendo assim ele pode envolver implicações legais ou não. Quando envolve uma implicação legal, o julgamento é classificado como Sanção Social, pois toca regras morais, se o comportamento avaliado é ético ou verdadeiro. Quando não envolve implicações legais é classificado como de Estima Social, pois toca questões quanto à normalidade do comportamento do indivíduo, sua capacidade e sua confiabilidade. Vejamos os exemplos 8 e 9:

8. Se existe alguma *suspeita* sobre o meu procedimento¹⁰;

9. Levo ao conhecimento de Vossa *Excelência*¹¹.

A região semântica da estética é nomeada **Apreciação** e trata da avaliação dos objetos, fenômenos e da realidade, não toca o comportamento humano. Podem ser apreciações de reação: se algo cativa ou agrada; de composição, se refere à proporcionalidade: o equilíbrio e a complexidade de objetos e/ou fatos; e de valoração, se algo vale a pena.

⁹ Ofício nº 46/2013 – CI

¹⁰ Ofício Int. nº 33/GSDT

¹¹ Ofício “s” nº 19, de 2013

Exemplo:

10. O esforço do nosso governo em ofertar serviços de qualidade ao maior número de brasileiros é *público e notório*¹².

Assim, esquematizo a avaliação de Atitude no quadro abaixo:

Quadro 4: Avaliações de Atitude

AFETO (Emoção)	JULGAMENTO (Ética)	APRECIÇÃO (Estética)
Felicidade	Sanção Social	Reação
Segurança	Propriedade (ético)	Impacto
Satisfação	Veracidade	Qualidade
	Estima Social	Composição
	Normalidade	Equilíbrio
	Capacidade	Complexidade
	Tenacidade	Valoração

2.5.2 O Eixo do Engajamento

O segundo eixo avaliativo é o Engajamento, este eixo posiciona a voz do falante e do escritor em relação aos diversos pontos de vistas e significados comunicados no texto. Assim essas avaliações negociam o espaço da interessoalidade quanto às posições que leitor e escritor assumem na diversidade que ocorre no texto. A diversidade de outras vozes constitui um cenário heteroglóssico, em que se negocia e se reconhece o potencial dialógico, segundo a perspectiva bakhtiniana.

Vian Jr (2010, p.26) escreve que para a perspectiva bakhtiniana toda interação verbal, seja falada ou escrita, é dialógica. Pois em toda interação há, além do falante ou escritor, o ouvinte ou o leitor. Aqueles interagem em função destes. Os textos são produzidos tendo em mente os seus interagentes. Assim, os recursos linguísticos que os escritores utilizam para

¹² Ofício nº 1208/2013 – DEPAT

realizarem avaliações e posicionamentos levam em conta os interagentes, ouvintes e leitores. As abordagens avaliativas levam em conta esse conceito bakhtiniano de dialogismo.

Conforme Martin e White (2005), ao desempenhar processos de produção de significados, posicionando-se para fins dialógicos, o escritor negocia relações de alinhamento com o seu leitor, isso por meio de crenças e atitudes compartilhadas e socialmente situadas. Assim, falante e escritor se posicionam quanto a possibilidade ou não de abertura para a dialogia, em um plano heteroglóssico ou monoglóssico, respectivamente.

Vian Jr. (2010, p.35) sugere que apesar do princípio da dialogia implicar necessariamente a presença de um “outro”, considerar a monoglossia pareceria contraditório. No entanto, considerando a perspectiva das orações é possível fazer asserções categóricas que não permitam o questionamento ou que não permitam a dialogia, tendo em conta o estrato léxico-gramática. O plano heteroglóssico por sua vez se divide na possibilidade da expansão ou da redução do potencial dialógico. Quando expansivo, o escritor ou falante reconhece que a própria voz é mais uma na diversidade de posições a serem assumidas, portanto está aberto a possibilidade de aceitação ou rejeição de seu ponto de vista. Quando redutivo, assume-se uma posição de desacordo e rejeição, evitando posições que não se alinham ao seu próprio ponto de vista.

Para a expansão dialógica, a teoria apresenta as seguintes categorias:

(A) Entretenimento: a voz autoral, portanto a subjetividade do autor, indica que sua posição, seu ponto de vista, é mais um em um número de possíveis posições, criando dessa forma, um espaço dialógico para essas possibilidades:

11. [...] Gostaria de contar com a Vossa colaboração¹³.

(B) Atribuição: o fundamento da proposição não está mais na subjetividade do autor, mas na subjetividade de uma voz externa (MARTIN e WHITE, 2005), representando mais uma voz em uma gama de outras vozes possíveis, invocando assim a dialogia. Ela pode ser de dois tipos:

a. Reconhecimento: o autor não explicita o seu posicionamento, mas o faz invocando a voz de outro:

¹³ Aviso nº 105/GM

12. (a proposta) objetiva a parametrização com a Estrutura Remuneratória Especial¹⁴.

b. Distanciamento: o autor explicita o seu posicionamento distanciando-se da proposição, não se responsabilizando pela mesma:

13. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 277, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local¹⁵.

Para a redução dialógica têm-se as seguintes categorias:

(A) Refutação: Trata-se das formulações que ante algum enunciado ou alguma posição alternativa são invocadas de modo a rejeitá-los diretamente, substituindo ou considerando-os insustentáveis. Obviamente, para negar ou rejeitar uma posição é necessário antes que a posição alternativa seja reconhecida, para então refutá-la. Este é o domínio da negação e da contra-expectativa:

a. Negação: Segundo Martin e White (2005) este é um recurso para se introduzir a posição alternativa para o diálogo, reconhecendo-a, para então rejeitá-la. Portanto, na dialogia, o negativo não é o simples oposto do positivo, uma vez que o negativo necessariamente traz consigo o positivo, enquanto o positivo não reciprocamente transporta o negativo.

14. Não tem sido possível a fixação de profissionais de nível médio¹⁶.

b. Contra-expectativa: Inclui formulações que intencionam substituir ou suplantar uma determinada proposição por outra.

15. Pelas razões acima expostas apresento a proposta de reestruturação das tabelas remuneratórias dos servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho¹⁷.

¹⁴ Aviso nº 105/GM

¹⁵ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

¹⁶ Aviso nº 105/GM

c. Ratificação: São as formulações que ao invés de rejeitarem diretamente ou indeferirem uma posição que consideram contrária, atuam para limitar o âmbito de alternativas dialógicas em curso. São três tipos:

a. Confirmação de Expectativa: Tratam de formulações que anunciam abertamente o remetente concordando com, ou tendo o mesmo conhecimento que, o senso comum. Ele projeta dialogicamente o seu posicionamento em seu destinatário:

16. [...] razão pela qual aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada¹⁸.

b. Endosso: São as proposições provenientes de fontes externas e interpretadas pela voz autoral como corretas, referenciais de validade, ou máximas irrefutáveis cobertas de garantia:

17. [...] para promover a parametrização com a Tabela da Estrutura Remuneratória Especial de que trata a Lei nº 12.277/2010¹⁹.

c. Pronunciamento: A voz autoral dá ênfase a algo, podendo inclusive representar o papel de seu leitor/ouvinte, para fins de obter sua solidariedade:

18. Ressalta-se que a Lei nº 12.277/2010 instituiu a Estrutura Remuneratória Especial²⁰.

¹⁷ Aviso nº 105/GM

¹⁸ Aviso nº 111 / 2013-GM/MEC

¹⁹ Aviso nº 105/GM

²⁰ Aviso nº 105/GM

2.5.3 O Eixo da Gradação

O terceiro eixo da Gradação intensifica ou ameniza os sentidos dos eixos da Atitude e do Engajamento. Uma propriedade dos significados atitudinais é a gradualidade dos valores de afeto, julgamento e apreciação, realizados e interpretados em maior ou menor grau de positividade ou negatividade. Também a gradação é característica do sistema de engajamento, em que intensifica o grau de investimento e comprometimento do falante/escritor no enunciado.

Conforme Martin e White (2005), a gradação opera através de duas escalas – uma que gradua de acordo com a intensidade ou quantidade, a essa a teoria chama de Força; e outra que gradua categorias semânticas prototípicas que a princípio não são passíveis de serem graduadas. Sua gradação se dá de forma a atenuar ou precisar, trata-se do Foco.

A escala de **Força** se subdivide em dois subsistemas com o fim de graduar processos, qualidades e modalidades, a intensificação, e outro para quantificar entidades, a quantificação.

A **Intensificação** se divide em três categorias:

(A) **Fusão**: A ideia de fusão indica que a intensificação está infusa no léxico, não há uma forma lexical separada para transmitir o sentido de aumentar ou diminuir a intensificação de forma escalonada. Pelo contrário, o escalonamento é transmitido como apenas um aspecto do significado de um único termo: gostaria, solicito, exijo; excelentíssimo, ilustríssimo, digníssimo:

19. Excelentíssimo Senhor Presidente²¹.

(B) **Isolamento**: item individual que exclusivamente, ou, principalmente, desempenha a função de definir o nível de intensidade fundido – isto é, na mesma palavra – com um significado que serve alguma outra função semântica. Nesse caso, por está fusionado na própria palavra, o aumento ou a diminuição da intensidade se dá por meio de uma advérbio ou locução adverbial. Como nos fechos de Redação Oficial: cordialmente, respeitosamente, atenciosamente.

²¹ Of. No 181/2013 _ bloco

20. Cumprimentando-o cordialmente²².

(C) **Repetição:** trata-se da repetição de um item lexical, ou de diferentes itens lexicais referentes ao mesmo campo semântico com o objetivo de intensificar um significado ou uma avaliação.

21. Ele negou, negou, negou e agora aparece candidato²³.

A **Quantificação** envolve dimensionamento no que diz respeito à quantidade (tamanho, peso, força, número), e no que diz respeito a medidas de tempo e espaço (duração e distâncias e proximidades). Pode tocar entidades concretas e/ou abstratas, como significados atitudinais. Martin e White (2005) escrevem que são três as categorias para realizar a quantificação:

(A) **Quantidade:** é a gradação de quantidades de uma entidade. Pode ser feita numericamente, com pronomes indeterminados ou expressões como:

22. Sofro nas últimas semanas toda sorte de ataques²⁴.

(B) **Volume:** gradação de alturas, peso, espessuras, profundidades:

23. Exijo profunda e meticulosa investigação²⁵.

(C) **Extensão:** gradação de proximidades e distribuições temporais e espaciais:

24. O deputado assumiu recentemente a secretaria²⁶;

25. Sofro nas últimas semanas²⁷;

26. Antecipo agradecimentos²⁸.

²² Ofício GAB/PSD n° 511

²³ Vian Jr, 2010

²⁴ Ofício Int. n° 33/GSDT

²⁵ Ofício Int. n° 33/GSDT

²⁶ Of. no 543/13/PSD

²⁷ Ofício Int. n° 33/GSDT

O **Foco**, segundo os autores, trata das gradações de cunho prototípico. Aplica-se tipicamente a categorias que, devido a sua ordem lexical e semântica, não são escaláveis. A partir do mundo da experiência, por tanto cultural, é possível realizar gradação dessas categorias, **acentuando** ou **atenuando** os significados experienciais, reconstruindo as categorias, por meio de combinações lexicais.

A **Acentuação**, pelo uso de determinadas expressões, enfatiza a essência de categorias semânticas experienciais.

27. Exemplo: Cordiais cumprimentos²⁹;

28. Exemplo: Solicito especial atenção³⁰.

A **Atenuação** por sua vez reduz a essência do significado experiencial.

29. Exemplo: se existe alguma suspeita³¹;

Por fim, os recursos desse sistema de gradação permitem conferir o quão comprometido o produtor textual está em relação aos valores e avaliações que realiza em seu texto, bem como a intensidade que confere as suas atitudes – emoções, julgamentos e apreciações – e às negociações com outros pontos de vistas e vozes, o grau de abertura para a dialogia.

²⁸ Ofício nº 82/2013/GAB/ZD

²⁹ Of. nº 105/2013 - BLUFOR

³⁰ Of. no 181/2013 _ Bloco

³¹ Ofício Int. nº 33/GSDT

3 CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Bauer e Gaskell (2013, p.20), a realidade social pode ser representada por ações comunicativas formais e informais. As comunicações informais se constituem a partir do proceder livre das pessoas em suas ações interativas, possuem poucas regras explícitas, como uma conversa frugal do cotidiano em que se é livre para falar o que quiser e da forma que quiser. Já as formais demandam das pessoas um conhecimento e uma competência especializados. Há a possibilidade de regras e manuais para que haja interação, como a produção de uma coluna de jornal ou a produção de um Memorando.

Os dados oriundos das comunicações formais reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. O que uma pessoa escreve ou lê, posiciona-a em uma determinada categoria, podendo revelar um determinado papel social. Assim, a maneira como as pessoas se expressam, seja espontaneamente ou se orientando por regras sociais, é objeto de interesse da pesquisa social.

A tradição dividiu a pesquisa social em quantitativa e qualitativa. *A priori*, a pesquisa quantitativa lida com números e modelos estatísticos e a qualitativa, evitando números, lida com as interpretações das realidades sociais. Contudo, ainda na linha de pensamento de Bauer e Gaskell (2013, p.24), essa aparente dicotomia é considerada estéril, uma vez que esses autores afirmam não haver quantificação sem qualificação, nem análise estatística sem interpretação. Partindo dessa premissa e embora esta pesquisa se constitua como qualitativa, ela lança mão de dados quantitativos, como gráficos e porcentagens, os quais são analisados à luz da interpretação qualitativa.

3.1 A pesquisa qualitativa

Para Silva (2007, p.58) a pesquisa qualitativa caracteriza-se por uma perspectiva interpretativa da realidade que está sendo estudada e que seus métodos são apropriados para o entendimento dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas redes de relações que ocorrem no contexto sociocultural. Escolhemos como caminho para a pesquisa qualitativa, a Pesquisa Documental. A mesma permite a análise dos temas e questões de pesquisa aqui propostos, já que os gêneros textuais materializam e realizam o contexto de cultura.

Conforme sugere Godoy (1995, p.21) a palavra Documento deve ser entendida em seu sentido amplo, o que inclui:

- a) Materiais escritos: jornais, revistas, diários, obras literárias, cartas, memorandos etc;
- b) Estatísticas;
- c) Materiais iconográficos: imagens, fotografias, filmes etc.

Uma vantagem da pesquisa documental é que se pode estudar desde as pessoas que produzem esses documentos – seus valores culturais, como também as instituições nas quais grupos de pessoas se organizam com fins sociais, bem como o contexto cultural onde esses documentos se materializam, pois eles retratam e fornecem informações a respeito dos fenômenos que se quer analisar.

3.2 A busca dos documentos

Os campos das atividades humanas, em que atuam os gêneros textuais, são muito diversos. Também diversa é a Administração Pública e para esta pesquisa foram necessários recortes.

A Administração Pública insere-se na organização política do Estado Brasileiro, o qual se divide em três Poderes, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Conforme o Direito Administrativo, esses Poderes ocorrem em três esferas: a Federal, a Estadual e a Municipal (DI PIETRO, 2010). Tomarei como base para esta pesquisa a esfera Federal. Especificamente, serão pesquisados os gêneros textuais publicados no âmbito do Congresso Nacional – Poder Legislativo – e no âmbito dos Ministérios – Poder Executivo. Destaco que apenas o Congresso Nacional, por meio de suas respectivas casas legislativas, dá publicidade a parte desses documentos em seus diários oficiais. No Diário Oficial da União (DOU), instrumento de publicidade do Poder Executivo Federal, não há publicação de Ofícios e Avisos.

Diversos gêneros textuais ocorrem no campo de atuação de órgãos e entidades públicas, cada qual atendendo a diferentes finalidades comunicativas e institucionais. Contudo, nem todos esses gêneros constam nos manuais oficiais de redação. Porém, entre os que constam nos manuais, elegi, para fins desta, dois gêneros do Padrão Ofício: Ofícios e Avisos.

Esses dois gêneros foram escolhidos devido estarem entre as comunicações mais frequentes em toda a Administração Pública, além de serem os gêneros que a maioria dos profissionais – servidores e funcionários, das áreas de assessoramento, de representação institucional, de setores de direção e coordenação, como gabinetes, elabora. Tais tipos de textos padronizados são utilizados na comunicação externa entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares.

3.3 Coleta e seleção de Ofícios e Avisos

A coleta de Ofícios se deu por meio, da seleção e busca de publicações no Diário da Câmara dos Deputados e no Diário do Senado Federal, ambos versão eletrônica, disponíveis nos sítios eletrônicos das respectivas casas legislativas e de domínio público, por meio do Sistema de Informação do Congresso Nacional – Sicon e da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. São os seguintes sítios:

- a) Sistema de Informação do Congresso Nacional, Diário do Senado Federal:
<http://legis.senado.gov.br/sicon/#/basica> ;
- b) Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados:
<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/biblarq> ;
- c) Diário da Câmara dos Deputados:
http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp .

A seleção dos Avisos se deu por consulta ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), um serviço do Governo Federal Executivo, sancionado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional às informações públicas e por meio dos sítios eletrônicos de sindicatos trabalhistas, ligados às carreiras dos servidores públicos.

Houve dificuldade para reunir Avisos Ministeriais por meio do e-SIC. Foi realizada solicitação desses documentos ao Ministério da Educação (MEC) e à Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Foram obtidos apenas os documentos do MEC. A alegação da SDH, conforme documento anexo, é que se tratava de pedido de ordem genérica, uma vez que não foi informado o número do Aviso ou o destinatário da mensagem. Quanto à mesma solicitação, entendimento diferente teve o MEC, acerca do conceito legal de informação nos termos da Lei nº 12.527, conforme anexo. Os Avisos que não são oriundos do MEC, foram colhidos nos sítios de sindicatos, pois os mesmos não foram encontrados nas páginas eletrônicas dos respectivos Ministérios. Os documentos são apresentados na seção dos Anexos dessa Dissertação (CD-ROM). Trata-se de 12 Avisos Ministeriais e 21 Ofícios das Casas Legislativas.

Esse quantitativo se deveu à necessidade de se analisar percentualmente as categorias de análise do Sistema de Avaliatividade e as Modalidades Epistêmica e Deontica do Sistema

de Modo. Comumente os textos de Aviso Ministerial equivalem ao dobro de palavras ocorridas nos Ofícios parlamentares. Por isso a quantidade de Avisos é menor do que a quantidade de Ofícios, todavia o número de palavras em ambos os gêneros se equivalem, como no quadro abaixo:

Quadro 5: Quantitativo de Ofícios e Avisos

Gêneros	Nº de textos	Quantitativo de palavras
Avisos Ministeriais	12	2.965
Ofícios Parlamentares	21	2.815

Para a quantificação dos dados, usei a ferramenta de localização de palavras do Word 2010 (Ctrl + L). Nessa função, a ferramenta apresenta a quantidade de ocorrências de uma determinada palavra, no caso as categorias de avaliação e de modalidade, bem como suas localizações nos textos. Para tal, categorizei as ocorrências a serem contabilizadas segundo as nomenclaturas da Gramática Sistêmico-Funcional, especificamente as categorias das Modalidades do Sistema de Modo e as Avaliações do Sistema de Avaliatividade, atendendo às análises da Teoria de Registro e Gênero. Com o registro das quantificações das categorias de análise, procedi então à confecção de gráficos por meio do Excel 2010.

3.4 Análise textual: A Linguística Sistêmico-Funcional e a Análise do Discurso Crítica Textualmente Orientada

Primeiramente, procedi às análises sistêmicas dos documentos oficiais por meio do Sistema de Modo, da metafunção interpessoal, tendo como unidade de sentido e análise linguística, a oração. Pois assim se estrutura a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday, para quem tal unidade equivale a uma unidade de informação. As análises do Sistema de Modo dos 12 Avisos e 21 Ofícios encontram-se nos Anexos 7 e 8. Em seguida procedi à análise do Sistema da Avaliatividade registrando as atitudes, o engajamento e as gradações manifestos nas escolhas léxico-gramaticais dos produtores desses textos, sob a égide da Teoria de Gênero e Registro da Linguística Sistêmico Funcional.

Por se tratar de uma gramática de uso, suas categorias nos auxiliam na análise dos papéis que os produtores de texto atribuem a si e a seus leitores, bem como que valores culturais são utilizados para que os textos logrem seus objetivos sociais. Os quadros nº 6, 7 e 8 apresentam as categorias de análise do Sistema de Avaliatividade. A quantidade de ocorrência de cada categoria nos textos analisados encontra-se numerada em negrito. A partir desse quantitativo foram construídos os percentuais dos Gráficos de Setores apresentados no Capítulo IV.

Quadro 6: Quantitativo de Avaliações de Atitude

Afeto	Aviso	Felicidade 10	Segurança 13	Satisfação 11		
	Ofício	Felicidade 44	Segurança 12	Satisfação 12		
Julgamento	Aviso	Propriedade 1	Veracidade 5	Normalidade 30	Capacidade 15	Tenacidade 13
	Ofício	Propriedade 4	Veracidade 7	Normalidade 74	Capacidade 1	Tenacidade 6
Apreciação	Aviso	Impacto 34	Qualidade 17	Proporção 0	Complexidade 5	Valoração 2
	Ofício	Impacto 10	Qualidade 6	Proporção 0	Complexidade 0	Valoração 3

Quadro 7: Quantitativo de Avaliações de Engajamento

Aviso	Monoglossia 36		Heteroglossia 115	
Ofício	Monoglossia 88		Heteroglossia 47	
Heteroglossia				
Aviso	Entretenimento 6	Reconhecimento 12	Distanciamento 4	Negação 7
	Contra- expectativa 7	Confirmação de Expectativa 17	Endosso 26	Pronunciamento 36
Ofício	Entretenimento 11	Reconhecimento 0	Distanciamento 3	Negação 3
	Contra- expectativa 1	Confirmação de Expectativa 13	Endosso 7	Pronunciamento 9

Quadro 8: Quantitativo de Avaliações de Gradação

Aviso	Força 95		Foco 37	
Ofício	Força 113		Foco 26	
Força	Aviso	Fusão 62	Isolamento 16	Repetição 0
		Quantidade 7	Volume 7	Extensão 3
	Ofício	Fusão 65	Isolamento 33	Repetição 0
		Quantidade 5	Volume 3	Extensão 7
Foco	Aviso	Acentuação 37	Atenuação 0	
	Ofício	Acentuação 23	Atenuação 3	

O quadro nº 9 apresenta o quantitativo das Modalidades ocorridas nos verbos dos textos de Ofício e Avisos. As ocorrências encontram-se em negrito, abaixo de cada categoria. Cada categoria representa os diferentes níveis gradativos das modalidades, conforme referenciadas no quadro nº 3. A partir desses números foram construídos os percentuais que permitiram confeccionar os Gráficos de Coluna apresentados no Capítulo IV, os quais tratam das modalidades verbais.

Quadro 9: Quantitativo das Modalidades Verbais

	Modalidade Epistêmica		Modalidade Deôntica	
	Probabilidade	Habitualidade	Obrigação	Inclinação
Avisos	Certeza 93	Sempre 3	Necessário 5	Determinado 7
	Provável 0	Frequente 1	Aceitável 0	Desejoso 10
	Possível 0	às vezes 0	Permitido 3	Inclinado 4
Ofícios	Certeza 79	Sempre 0	Necessário 6	Determinado 25
	Provável 0	Frequente 1	Aceitável 0	Desejoso 11
	Possível 0	às vezes 0	Permitido 2	Inclinado 1

Com base nesses dados, procedi   Análise do Discurso Crítica Textualmente Orientada (ADTO), de Norman Fairclough (2008, p.61), com a finalidade de analisar a rela o entre o público e o privado na esfera público-administrativa brasileira. Em especial as questões de identidade desenvolvidas por essa teoria, com base no conceito de Modernidade Tardia, do mesmo autor.

3.5 Considerações acerca do princípio da publicidade

Para a coleta e análise das redações oficiais que constituíram o objeto deste estudo, é preciso mencionar que tal procedimento se deu de acordo com o princípio constitucional da publicidade, prescrito no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990). Tal princípio exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei (DI PIETRO, 2008). Conforme o MRPR (BRASIL, 2002), esse princípio deve nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais.

Assim, Ofícios e Avisos são, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2002), de natureza pública, pois os princípios constitucionais, entre eles o da publicidade, se aplicam às comunicações oficiais. O princípio da publicidade implica em que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os cidadãos, pois é fundamento desse princípio propiciar aos cidadãos a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos (CARVALHO JUNIOR, 2010, p.28).

Nesta linha, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados dão publicidade aos seus atos por meio, entre outros instrumentos, de seus Diários, na versão impressa e eletrônica, disponibilizados nos sítios mencionados. Nestes Diários constam desde pronunciamentos dos parlamentares à publicação dos Ofícios assinados pelos parlamentares, constam ainda Ofícios e Avisos externos, recebidos de outros Órgãos e Poderes. No Poder Executivo, um instrumento de publicidade é o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html>). Esse sistema permite o acesso aos documentos, no caso desta pesquisa Avisos, nos diferentes Ministérios e Secretarias do Poder Executivo Federal. O e-SIC objetiva dar cumprimento a Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011. Conforme registrado no próprio e-SIC, tal lei tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para as ações de prevenção da corrupção no país, pois tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais. O acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

O Art. 7º da lei supracitada define que o acesso à informação de que trata, compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) Inciso II: informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;
- b) Inciso IV: informação primária, íntegra, autêntica e atualizada.

Assim, os Avisos recebidos, pelo e-SIC, foram do Ministério da Educação. O Aviso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi colhido do site do Sindicato dos Fiscais Estaduais Agropecuário do Espírito Santo – SINFAGRES; os Avisos do Ministério da Fazenda, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foram colhidos do site do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – SindCT, o Aviso do Ministério da Saúde foi colhido do site da Federação Nacional dos Sindicatos do Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS.

4 CAPÍTULO IV – GÊNEROS TEXTUAIS DE REDAÇÃO OFICIAL

4.1 Análise sistêmico-funcional do Gênero Ofício

Considerando os contextos de cultura e de situação realizados nos textos, procedo à análise do gênero tendo em vista suas etapas estruturais e as famílias de gêneros, no que se refere ao contexto de cultura. Quanto ao contexto de situação, analiso as modalidades presentes nos verbos e as categorias do Sistema de Avaliatividade ocorridas nos textos.

4.1.1 *O Contexto de Cultura*

Na análise conjunta das comunicações oficiais, evidenciou-se uma estrutura esquemática funcional interna ao texto, a qual não é prevista pelo MRPR. As Etapas Estruturais, como outrora mencionadas, possuem cada uma um objetivo específico. Juntas se configuram e se potencializam para lograr o objetivo cultural de um gênero textual.

Consideravelmente, os textos iniciam com um período conferindo saudações e cordialidades, por vezes enaltecendo as características pessoais do destinatário e as emoções do remetente. Feita essa introdução, prossegue-se ao assunto do Ofício. Com frequência, o último parágrafo (ou período) do texto reforça o apreço e cordialidade apresentados no primeiro parágrafo, para então encerrar a comunicação oficial.

Para fins de comparação e exemplificação, apresento três Ofícios produzidos no ano de 2013, um da Câmara dos Deputados, outro do Senado Federal, ambos de Brasília, e um terceiro do Ministério da Saúde, em Belo Horizonte. As etapas estruturais de introdução e conclusão encontram-se em negrito:

Quadro 10: Etapas comuns em Ofícios

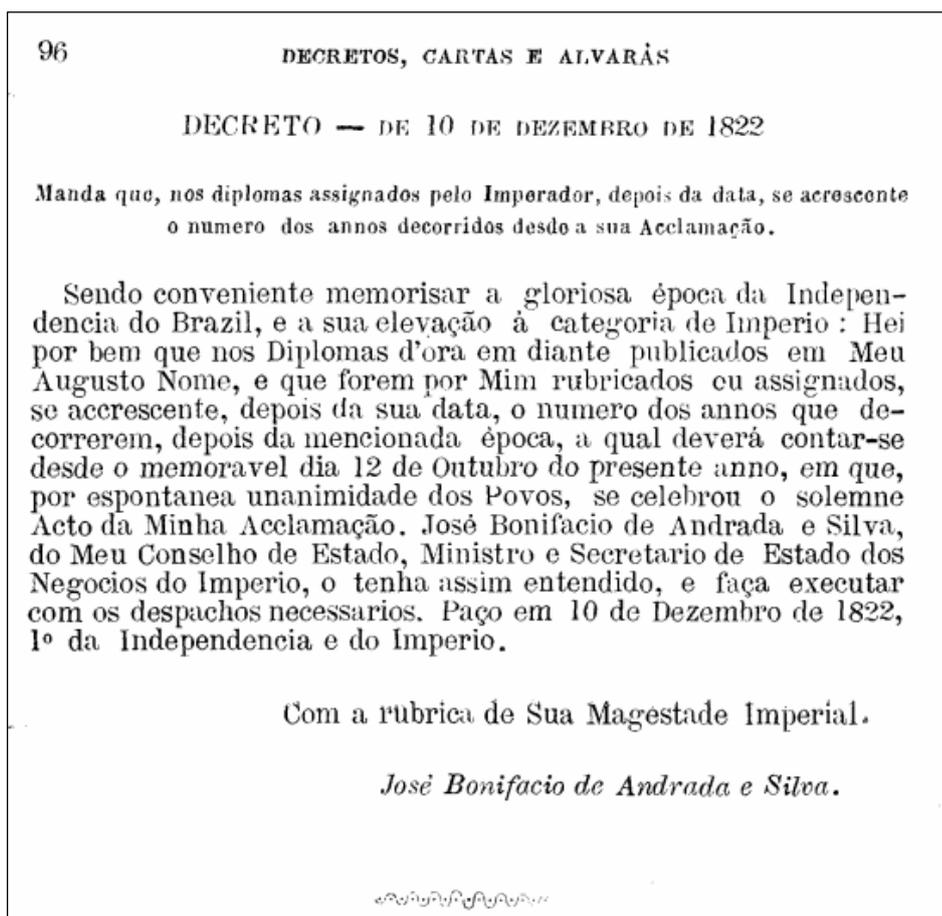
<p>Procedência: Ministério da Saúde – Funasa</p> <p>Of. nº11/2013/GAB</p> <p>Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2013.</p> <p>A sua senhoria o Senhor Dr. João Silva DD. Sup. Est. de MG da Funasa. Rua... CEP... BH-MG</p> <p>Assunto: Solicitação de Estagiário</p> <p>Senhor Superintendente,</p> <p>Cumprimentando-o, venho respeitosamente solicitar seja renovada a alocação de vaga de estágio desta autarquia junto á GAB/MG, nos termos já tratados em momentos anteriores (conforme cópia de ofício e mensagens eletrônicas anexas), sobretudo em razão da assunção de todo o contencioso da Funasa pela GAB/MG e da necessidade de continuidade do serviço público, uma vez que a interrupção do estágio junto ao setor competente causará significativos prejuízos às atividades da Procuradoria.</p> <p>Na oportunidade, renovo os votos de estima e consideração.</p> <p>Atenciosamente, Procuradora.</p>	<p>Procedência: Senado Federal</p> <p>OF. Nº. 054/12 –BLUFOR</p> <p>Brasília, 5 de março de 2013.</p> <p>Senhor Presidente,</p> <p>Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino, como membro Titular, para integrar Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC – do Congresso Nacional.</p> <p>Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos Senadores que ocuparão as vagas restantes de titular e suplente que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Senador Gim, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.</p>
<p>Procedência: Câmara dos Deputados</p> <p>Of. nº 378/GAB-LidPT – CD</p> <p>Brasília, 30 de abril de 2013</p> <p>Excelentíssimo Senhor Henrique Eduardo Alves Presidente da Câmara dos Deputados</p> <p>Senhor Presidente,</p> <p>Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para solicitar a retirada dos (das) deputados (as) Domingos Dutra (PT/MA), Érika Kokay (PT/DF), Nilmário Miranda (PT/MG) como membros titulares e Janete Pietá (PT/SP), Luiz Couto (PT/PB) e Vicentinho (PT/SP) da condição de suplentes na Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.</p> <p>Atenciosamente, Usiraque, Vice-Líder da Bancada na Câmara.</p>	

Nos três Ofícios, pode-se constatar que no primeiro período dos textos os remetentes, no caso agentes políticos e gestores públicos, buscam estabelecer e imprimir com o seu interlocutor uma relação e uma identidade de cordialidade, a qual é anunciada desde os Endereçamentos e os Vocativos que fazem referência direta ao destinatário, como os pronomes e títulos de tratamento:

- a. À Sua Excelência;
- b. O Senhor;
- c. Excelentíssimo Senhor Presidente;
- d. Dr. (Doutor);
- e. DD (Digníssimo).

O MRPR menciona que, além de atender à disposição constitucional, a forma dos atos normativos, leis, por exemplo, obedece a certa tradição que remonta ao período da história imperial do Brasil, como a obrigatoriedade – estabelecida pelo decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 – de que se aponha, ao final desses atos, o número de anos transcorridos desde a Independência, conforme figura 5:

Figura 5: Decreto Imperial de 10 de dezembro de 1822



Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil/1822, site Senado Federal

Essa prática foi mantida no período republicano. Contudo não apenas os atos normativos, mas também as comunicações oficiais, aqui analisadas, portam em suas formas recursos linguísticos dessa tradição. Isso pode ser constatado tanto no Endereçamento como no corpo textual dos Ofícios.

No Endereçamento do Ofício nº 11/2013/GAB, do quadro1, há a presença da abreviatura do tratamento de digníssimo, DD. No mundo de fala portuguesa, Biderman (1973) apresenta um registro desse tratamento em correspondências do século XVI, em que os nobres se dirigem ao Rei com o uso exclusivo de digníssimo: *El-Rei DD*.

No corpo textual, a declaração do Ofício nº 378/GAB/LIDPT: *Tenho a honra de...* é também encontrada em uma correspondência de Machado de Assis (1962), datada em 1864, ainda período Imperial, uma vez que a Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889:

[2] A DOMINGOS JACI MONTEIRO [RJ, 18 mar. 1864]

Il.mo Sr. Dr. Domingos Jaci Mont.ro / Dig.o Secret.o Conservaat.º dramático Brasileiro. / Tenho a honra de remeter a V. S.a a minha comédia em 3 atos intitulada: O Pomo da Discórdia para ser sujeita ao parecer Conservatório Dramático Brasileiro. / Deus g. e a V. S.a / MACHADO DE ASSIS.

De fato, trata-se de costumes/tradições que permanecem e revelam as identidades de um contexto governamental que implica em relações de hierarquia com vista a um objetivo cultural. É preciso considerar que a Administração Pública no Brasil foi trazida de Portugal, com sua corte e seus funcionários públicos, cargos, títulos e conseqüentemente os procedimentos administrativos. Apesar de o MRPR abolir o uso do tratamento digníssimo (DD.), por considerar que dignidade é pressuposto para se ocupar qualquer cargo público, sua presença é corriqueira nos gêneros de redação oficial aqui analisados. O mesmo se diz do tratamento ilustríssimo (Ilmo). Contudo, os manuais de redação oficial, em geral, desconsideram a realidade do gênero textual, o qual busca alcançar um objetivo social a partir dos valores de uma determinada cultura, isso implica quais valores são admitidos para se construir uma relação interpessoal em uma sociedade, em específico a brasileira, no contexto da administração pública.

Nesse contexto, estabelecida a natureza da relação, que configura cordialidades, o gestor realiza a “troca”, uma demanda ou uma oferta, de informações ou bens e serviços. Considerando que o objeto de análise desta pesquisa são textos escritos, é preciso ter em conta que, diferentemente dos textos falados, o escritor não possui o retorno imediato do impacto de sua ação sobre o seu interlocutor. Talvez por isso a necessidade de reforçar a relação de cordialidade no último parágrafo, como forma, por vezes, a comprometer a ação do seu interlocutor, com frase como: “estou convicto das medidas que serão adotadas, pelo que antecipo agradecimentos”.

Essa constatação nos é dada ao analisar o contexto de cultura. Tem-se, pois, o contexto social da administração pública determinando as etapas estruturais do gênero textual Ofício, de acordo com o objetivo estabelecido culturalmente.

É próprio das atividades da administração pública determinar procedimentos e padrões de ação. O mesmo se dá com a produção dos gêneros textuais administrativos que circulam na esfera governamental. Diversos manuais oficiais orientam e normatizam a confecção dos textos a serem produzidos segundo o seu objetivo. Entre os mais conhecidos estão o Manual de Redação da Presidência da República (2002) – MRPR e o Manual de Redação da Câmara

dos Deputados (2004) – MRCD. Ambos os manuais prescrevem as seguintes etapas estruturais para o objetivo social de Ofícios:

- a. Identificação do expediente;
- b. Datação e local;
- c. Endereçamento e Vocativo;
- d. Assunto;
- e. Texto;
- f. Fecho;
- g. Assinatura;
- h. Identificação e cargo do Signatário.

Cada componente desta estrutura concorre para a unificação dos significados e para o objetivo cultural que se quer alcançar em um Ofício. Como já mencionado, os manuais apresentam normatizações, portanto não consideram a realidade do Gênero com sua característica cultural, o qual realiza as escolhas léxico-gramaticais e discursivas dos escritores. Logo, o que acontece na prática, por vezes diverge desta estrutura ou a estende, segundo a eleição e a modelação dos componentes da etapa estrutural para os fins específicos. Como Bakhtin (2011) afirma, os gêneros são relativamente estáveis, assim, a estrutura apresentada não é estanque.

O Quadro 11, a seguir, apresenta um Ofício de acordo com a estrutura prescrita tanto pelo MRCD como pelo MRPR:

Quadro 11: Etapas Estruturais do Of. nº 855/2013/SGM/P

1. Identificação do expediente:	Of. nº 855/2013/SGM/P
2. Datação e local:	Brasília, 8 de maio de 2013.
3. Endereçamento e Vocativo:	A Sua Excelência o Senhor Deputado Major Fábio Gabinete 368 – Anexo III Nesta
4. Assunto:	Assunto: Prejudicialidade de Proposição
5. Texto:	Senhor Deputado, Reporto-me ao Projeto de Lei nº 5.314/13, de sua autoria, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”. Informo a Vossa Excelência que não será possível dar tramitação à mencionada proposição, uma vez que a matéria em apreço já se encontra contemplada em diploma legal (Lei n.º 11.951, de 24 de junho de 2009). Assim sendo, considero prejudicada a mencionada Proposição, em conformidade com o disposto no art. 164, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
6. Fecho:	Atenciosamente,
7. Identificação do Signatário:	Henrique Eduardo Alves
8. Cargo ou função:	Presidente.

Note que o objetivo social do Of. nº 855/2013/SGM/P é informar não ser possível realizar a tramitação de um projeto de lei do ano de 2013, uma vez que a matéria em apreço já se encontra contemplada em outra lei de 2009. O objetivo ainda atende a tradições dentro de um contexto cultural, no caso a esfera governamental brasileira. Nessas comunicações tem-se ainda como objetivo identificar o perfil social do interlocutor, localizá-lo na hierarquia administrativa ou governamental, e o individualizar. De uma forma um tanto quanto cerimonial, esta é a função dos vocativos e dos pronomes de tratamento nesses gêneros em questão.

Como outrora mencionado, essas estruturas não são estanques, ainda que estejam prescritas, mas estão a serviço das intenções comunicativas de falantes socialmente situados dentro de uma determinada cultura. “Estar a serviço do falante” é entender que este dispõe de opções discursivas e léxico-gramaticais em sua língua e que a partir dessas opções, ele realiza escolhas as quais julga eficazes para atingir seu objetivo social. É possível que ideologias

estejam orientando essas escolhas, especificamente se considerarmos o tipo de relação e de papéis que o escritor atribui ao seu interlocutor ao ter que localizá-lo em uma hierarquia, ao ter que dimensionar proximidades e distâncias sociais tendo em vista seu objetivo social, o qual pode ser de interesse da coletividade ou de interesse pessoal, em se tratando de um ambiente político, administrativo e governamental. Portanto, conforme o objetivo social, essas estruturas adequam-se ao propósito do escritor e outras estruturas podem ser acrescentadas.

Em *Genre Relations* (2008, p.6), Martin e Rose escrevem que cada gênero possui uma configuração específica para as variáveis de campo, relação e modo. Ao comparar, relacionar diferentes gêneros é possível encontrar padrões de configurações comuns entre eles, podendo reuni-los em famílias de gêneros. Os autores identificam quatro famílias gerais de gêneros: Estórias, Histórias, Relatórios/Explicações e Procedimentos.

O dicionário Aurélio recomenda apenas a grafia “história”. Contudo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP, apresenta o registro “estória”. Estória, segundo os dicionários, é uma narração de ficção, oral ou escrita; ao passo que História, além de envolver a narração de fatos passados, é também uma ciência que estuda esses fatos. Na língua inglesa, há os dois registros com os significados aqui expostos. Uma vez que o VOLP traz os dois registros, faremos o uso desses dois verbetes para a diferenciação.

Martin e Rose (2008) apresentam, em linhas gerais, e Silva (2014), de forma mais específica para o português, alguns gêneros e suas famílias, os quais compilei no quadro abaixo:

Quadro 12: Famílias de gêneros

Família de Gêneros	Gêneros	Propósitos
Estória	Relato	Trata-se do relato de uma experiência temporal, revelando as situações temporais, espaciais e pessoais da experiência.
	Anedota	Compartilhar uma reação emocional, a partir de uma série de eventos extraordinários, os quais concluem com uma reação aos acontecimentos relatados.
	Exemplo	Compartilhar um julgamento moral. Elogiar ou condenar os protagonistas.
	Observação	Esses textos buscam compartilhar um ponto de vista pessoal, um comentário pessoal, para um evento específico.
	Narrativa	O objetivo desses textos é mostrar como os protagonistas resolvem um problema em suas vidas.
História	Relato biográfico	Trata-se de uma série de episódios da vida de uma pessoa, a partir de sequências temporais e concatenadas.
	Relato histórico	Constrói registros públicos de pessoas e agências que influíram em sua própria história. Tal como acontece com o discurso público são relatos engajados, que constroem o passado nos termos dos que produzem a história e para as comunidades que desejam alinhar segundo seus interesses.
	Explicação histórica	O texto se compromete a explicar por que um episódio surgiu a partir de outro.
	Exposição, Debate	O objetivo é debater o passado. Pela exposição uma tese é exposta e defendida como em um debate. Isso envolve necessariamente a argumentação uma vez que pontos de vistas serão defendidos ou aceitos por um determinado público.
	Avaliação do passado	O que a história significa a partir de interpretação do que aconteceu, avaliando o que se passou.
Relatórios e Explicações	Descrição	Seu propósito é descrever fenômenos ou suas características.
	Classificação	Por meio de critérios estabelecidos segundo diferentes culturas e objetivos, esses textos classificam os membros/fenômenos de uma classe geral.
	Composição	Os textos estão preocupados com a dimensão da organização de elementos, fatos ou eventos, como partes de uma totalidade.
	Sequenciação	Explicações sequenciais tipicamente construídas como uma série de eventos, em que há uma relação casual obrigatória entre cada evento.
Procedimentos		Textos pedagógicos que ensinam o leitor como realizar uma sequência especializada de atividades.

Fonte: Adaptado de Martin e Rose, 2008; Silva, 2014

Segundo Silva (2014, p.236):

A identidade do gênero em um texto é reconhecida pelo exame das variáveis de registro – campo, relação e modo do discurso, das etapas do gênero presentes no texto e do padrão léxico-gramatical do texto. Os gêneros especificam modos de as pessoas lidarem linguisticamente com variáveis de registro recorrentes.

Para as famílias de gêneros de Estória e História, a autora apresenta as etapas estruturais dos gêneros e os propósitos para o uso da língua. No quadro abaixo, a autora faz uso do termo “Referenciais” ao invés de História.

Quadro 13: Família de gêneros e Etapas dos gêneros

Famílias de Gêneros	Gêneros	Etapas (elementos estruturais) dos gêneros	Propósitos para o uso da língua
Estórias	Relato	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação (informação sobre quem); • Registro de eventos (na ordem em que ocorreram); • Reorientação (reorientar a sequência de eventos); • Coda (avaliação pessoal). 	Contar o que aconteceu; documentar uma sequência de eventos e avaliar o seu significado.
	Narrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação (informação sobre quem e onde); • Complicação (eventos que constituem um problema/ crise e avaliação do problema); • Resolução (informação sobre como o problema foi resolvido e os eventos resumidos); • Avaliação. 	Construir um padrão de eventos com um resultado problemático e/ou inesperado que entretém e instrui o leitor ou ouvinte.
	Notícias	<ul style="list-style-type: none"> • Manchete; • Desenvolvimento da manchete; • Sumário ou revisão. 	Registrar um evento socialmente significativo.

	Interpretação	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação (mensagem do texto); • Sinopse (elementos que ilustram a mensagem); • Reafirmação da avaliação (elaboração da mensagem). 	Responder aos valores culturais de um texto.
Referenciais	Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo; • Materiais; • Passos (em sequência). 	Contar como fazer algo.
	Relatório	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração geral (identificação e classificação); • Descrição (informação organizada em blocos (aparência, comportamento, etc.)). 	Apresentar informação sobre algo.
	Explicação	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração identificadora; • Sequência explicativa (as fases do processo na ordem em que ocorreram). 	Contar como e por que algo acontece ou aconteceu.
	Exposição	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração de posicionamento; • Apresentação prévia de argumentos; • Argumentos fundamentados por evidências; • Reforço da declaração de posicionamento. 	Discutir um caso.
	Argumentação	<ul style="list-style-type: none"> • Questão; • Argumentos a favor; • Argumentos contrários. 	Olhar para mais de um lado de uma questão; explorar várias perspectivas antes de chegar a uma decisão fundamentada.

Fonte: Silva (2014)

Assim o seguinte texto, segundo Martin e Rose (2008) e Silva (2014), é um gênero narrativo, pertencente à família Estória e possui as seguintes etapas:

Quadro 14: Etapas Estruturais do Ofício nº 008/2013 – CI

Etapas da Família do gênero	Fases do gênero Ofício	Texto de Redação Oficial
Orientação	1. Identificação do expediente:	Ofício nº 008/2013 – CI
	2. Datação e local:	Brasília, 13 de março de 2013.
	3. Endereçamento e Vocativo:	Excelentíssimo Senhor Presidente,
Avaliação	3.1. Vocativo informal:	Caro Presidente Renan,
Orientação	4. Assunto:	—
Complicação	5. Texto:	Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada na data de hoje, foi submetido à discussão em Turno Suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC”.
Resolução		Não tendo sido oferecidas emendas, o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.
Avaliação	6. Fecho:	Respeitosamente,
	6.1. Fecho informal:	com o abraço do
Orientação	7. Identificação do Signatário:	Senador Fernando Collor,
	8. Cargo ou função:	Presidente da Comissão

Podemos concluir que além das etapas dos gêneros, o propósito social para o uso da língua e ainda a avaliação podem indicar a família que determinado gênero pertence. Assim, textos de Redação Oficial, dependendo de seus objetivos sociais e das interações, podem pertencer a diferentes famílias. O que se percebeu é que a presença de avaliações de cunho

pessoal, complicações e resoluções de problemas, a descrição de eventos e a exposição de fatos para fins argumentativos é uma constante nos Ofícios e Avisos. Os Ofícios do Congresso Nacional tendem a ser mais avaliativos pessoalmente, ao passo que os Avisos ministeriais não. Logo, os gêneros mais recorrentes nos textos analisados são Relatos, Narrativas, Relatórios e Exposições, sendo os Relatos mais presentes em Ofícios parlamentares.

Quanto às Etapas Estruturais, no Ofício nº 008/2013 – CI nota-se o acréscimo ou a extensão do sentido das mesmas, no caso o vocativo e o fecho, o que envolve não apenas sentidos, mas também o objetivo social de tais acréscimos. Tais estruturas, a princípio, parecem não ser capaz de comportar outros sentidos e objetivos além do previsto pelos manuais oficiais, isto é, estabelecer e identificar posições hierárquicas dentro da administração pública. Todavia, os manuais não consideram o fenômeno dos gêneros textuais os quais realizam o contexto de cultura.

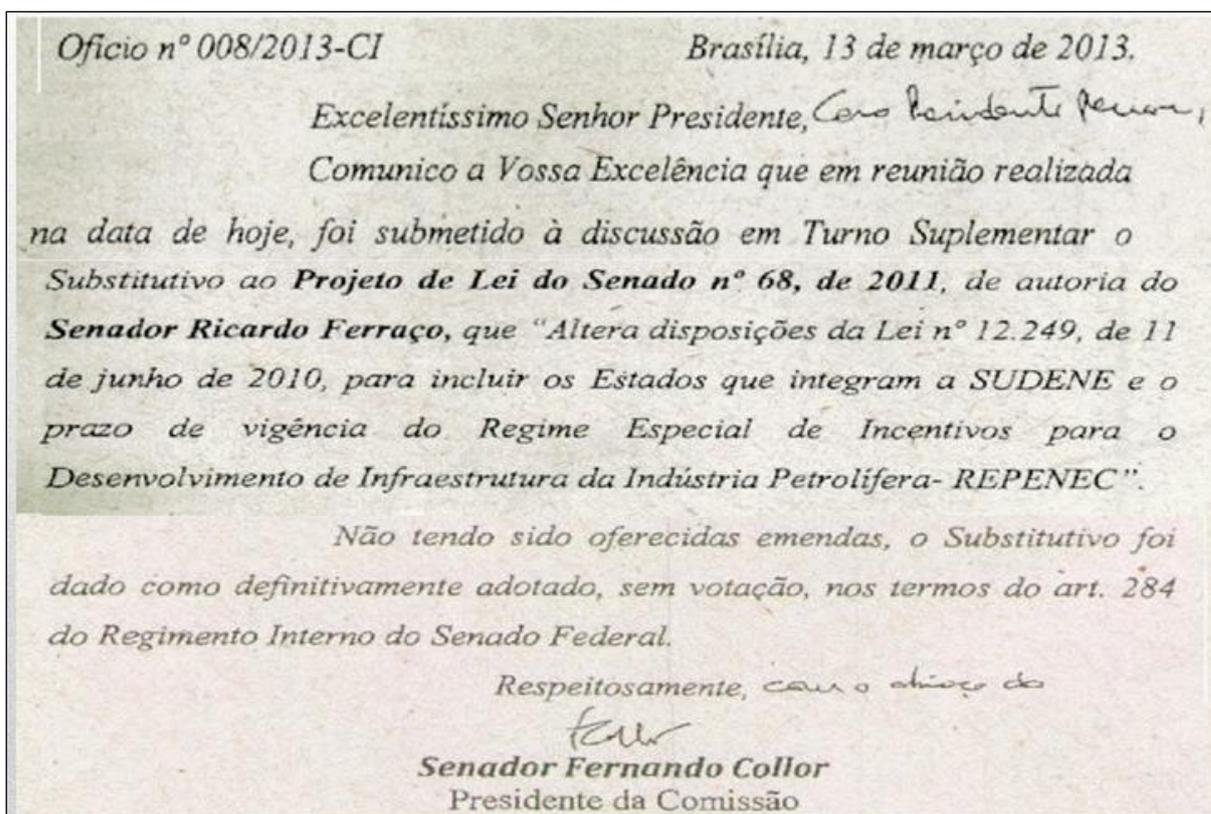
É de se esperar que a informação principal, o núcleo significativo do gênero Ofício, esteja localizada na etapa estrutural “Texto”, ou na etapa Assunto, a qual foi omitida – por isso a sinalizei com o travessão. No caso, a estrutura “Texto” comunica a aprovação sem votação de um Substitutivo a um Projeto de Lei do Senado. Contudo, chama à atenção as estruturas de vocativo e fecho, as quais parecem ter deslocadas para si o objetivo social do gênero. Como escreve Eggins (2004), os textos trazem em sua estrutura, na léxico-gramática, os significados do contexto de cultura.

O senador signatário compreende que suas opções discursivas e léxico-gramaticais vão além das prescritas nos manuais oficiais, as quais são em última instância, o reflexo de princípios constitucionais, como por exemplo, a impessoalidade (BRASIL, 1988). O senador, quanto escritor, entende estar situado socialmente não apenas na esfera pública da administração, mas também na esfera privada de suas relações particulares, de onde também faz suas eleições discursivas e léxico-gramaticais.

O vocativo utilizado, *Caro Presidente Renan* e a ausência do sobrenome, trazem o sentido de informalidade e de proximidade. Assim também o fecho, *com o abraço do*, assemelham o gênero ofício ao gênero “e-mail pessoal”. De tal maneira essa informação concorre paralelamente, senão em maior importância, à informação da eleição do presidente da subcomissão. Assim, as etapas estruturais realizaram mais de um objetivo. As etapas 3.1 e 6.1 objetivaram marcar uma relação pessoal entre o senador Fernando Collor e o presidente do Senado Federal, o senador Renan Calheiros. Ainda, tornar essa relação pública e visível aos partidários e correligionários.

É preciso trazer a conhecimento o contexto de tal Ofício. O mesmo foi publicado no Diário do Senado Federal, dando publicidade a toda a casa legislativa, bem como ao público em geral, tendo ainda sua publicação no sítio eletrônico do Senado Federal, conforme figura a seguir:

Figura 6: Ofício do Senador Fernando Collor



Fonte: Diário do Senado Federal – 2013

Como é de praxe, determinados ofícios, nem todos, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, são publicados nos respectivos diários e sítios eletrônicos. É possível considerar a publicidade de tal Ofício uma oportunidade de reforçar alianças políticas e partidárias, ou ainda um veículo de construção da autoimagem do senador signatário, o que colabora para entender o porquê do uso da impessoalidade por parte do senador Fernando Collor. Ao se consultar os textos assinados pelo senador em questão, percebe-se o costume do mesmo de acrescentar ao fecho de seus Ofícios a expressão *com o abraço do*, independentemente se este é endereçado ao Presidente da casa. Isso leva a entender que há uma intencionalidade em relação à autoimagem que o senador quer marcar nas suas relações

sociais no Legislativo brasileiro e em relação ao papel a ser desempenhado pelos seus leitores, parlamentares ou civis, considerando ainda que essas etapas estruturais foram escritas manualmente. Ainda, tal intenção pode ser deflagrada pela análise da avaliatividade. Os afetos manifestos no texto são uma forma de conquistar a solidariedade de seu leitor, evitando uma negativa desse ou reforçando laços de natureza e de interesse políticos.

As etapas estruturais que configuram um determinado gênero, portanto um texto engajado em um objetivo social, mostram que os Ofícios estão além das prescrições dos manuais oficiais. Nesses gêneros também ocorre o jogo político de acordo com a cultura administrativo-governamental brasileira, o qual negocia com as normas de construção textual, não as negando, mas direcionando-as segundo seus objetivos.

4.1.2 Contexto de Situação

Para a análise da TR&G é necessário considerar também o contexto mais imediato ao texto, o Contexto de Situação. O registro de Relação permite analisar a modalização que o gestor realiza nas comunicações oficiais e como ela se relaciona com os tempos verbais. A modalidade revela o grau de comprometimento de quem escreve, seus julgamentos e opiniões. Halliday (1994) apresenta quatro tipos de modalidades: Probabilidade, Habitualidade, Obrigação e Inclinação. Probabilidade e Habitualidade agrupam-se no que a literatura nomeia Modalidade Epistêmica, por isso relacionam-se às trocas de informações; ao passo que Obrigação e Inclinação são nomeadas Modalidade Deontica, estando, pois, relacionadas às trocas de bens e serviços. Cada uma delas pode ainda ser graduada, em alta, média ou baixa, na medida em que se aproxima dos polos da Polaridade, conforme o quadro 3.

A título de análise do Sistema de Modo, apresento dois trechos destacados do OF N° 054/12 – BLUFOR que representam o mais recorrente nos textos analisados.

OF. Nº. 054/12 –BLUFOR – SF

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino, como membro Titular, para integrar Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC – do Congresso Nacional.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos Senadores que ocuparão as vagas restantes de titular e suplente que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão. **Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.**

Atenciosamente,

Senador Gim

Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

Quadro 15: Análise do Sistema de Modo

Com meus cordiais cumprimentos	e nos termos regimentais,	[eu]	dirijo-me		a Vossa Excelência
Finito: Adj. Modal de Comentário.	Finito: Adj. Modal de Comentário.	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado.	Predicador	Complemento
Modo				Resíduo	
para Indicar pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino, como membro titular.					
Adjunto de Circunstância					
Resíduo					

Pode-se constatar que, primeiramente, o gestor demonstra quais os sentimentos que o tomam ao dar início à relação que visa estabelecer com seu interlocutor. Para a palavra ‘cumprimento’, o dicionário Houaiss (2001) fornece a seguinte acepção: “gesto ou palavra

(oral ou escrita) que denota delicadeza, cortesia, atenção para com outrem ou ainda agradecimento”. O gestor acrescenta ainda o adjetivo ‘cordiais’, aproximando seu interlocutor aos afetos de ‘coração’. Cria-se uma atmosfera de cordialidades e afabilidades. Como apresentado no quadro, a primeira expressão, “Com meus cordiais cumprimentos”, é um Adjunto Modal de Comentário e segundo Thompson (2014, p.67) tal adjunto deve ser incluído no Modo.

Halliday (2014) entende que não existe uma linha clara entre os adjuntos de modo e os adjuntos de comentário. Contudo ele marca uma diferença para os de comentário, estes estão menos intimamente ligados à gramática de modo, estando restritos a sentenças “indicativas” – aquelas que funcionam como proposições – e a expressões que demonstram a atitude do falante em relação à proposição como um todo ou em relação à função da fala. Bernardino (2012) escreve que eles constroem significados interpessoais de avaliação como julgamento, posicionamento e atitude, ao passo que os adjuntos modais realizam informações de modalidade, como probabilidade e frequência. Halliday ensina que o objeto do adjunto de comentário pode ser dois tipos, ideacional ou interpessoal.

Ideacional (proposicional), esse tipo ocorre somente com orações declarativas. Ele aparece nos mesmos locais que os Adjuntos de Modo, na oração, embora por razões diferentes. Eles são menos integrados na estrutura de Modo, sendo localizados de acordo com sua importância para a organização textual da oração. Em particular, eles são fortemente associados com a fronteira entre as unidades de informação, sendo acompanhados normalmente por/entre vírgulas. Exemplo:

30. Ao cumprimentá-lo, informo a vossa Excelência, em aditamento ao Of. 017/13 – CDH, o fim do prazo da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, em 02/02/2013³².

Eles podem ocorrer em posição temática como uma unidade de informação em separado, no meio da sentença ou em posição final, como reflexão sobre a proposição. Com este modelo, o falante comenta tanto a proposição, como um todo, ou o papel desempenhado pelo sujeito. No primeiro caso, o comentário pode ser tanto asseverativo (isto é), com avaliações acerca da naturalidade, obviedade ou clareza do que se declara ou qualificativo (isto é o que eu penso sobre), isso envolve pressuposições, volitividade, entretenimento. No

³² Of. n. 025/12 - CDH

segundo caso, o adjunto de comentário pode ainda avaliar o papel do sujeito quanto à sabedoria, moralidade ou tipicidade.

Interpessoal (função da fala), esse tipo por sua vez pode ocorrer com qualquer oração declarativa ou interrogativa, mas com uma orientação diferente: em uma declarativa, os adjuntos de comentário expressam o ponto de vista do falante, enquanto que em uma interrogativa eles expressam o ponto de vista do ouvinte – ou que se pretenda ser o ponto de vista do ouvinte ou do leitor. Suas localizações na oração são mais restritas; eles favorecem fortemente posição inicial ou final. Suas avaliações buscam persuadir, garantir, reclamar a veracidade dos fatos, validar e manifestar o envolvimento pessoal. Exemplo:

31. Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino, como membro Titular, para integrar Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC – do Congresso Nacional³³.

Assim, “Com meus cordiais cumprimentos” relaciona-se com o todo da proposição e é uma avaliação da atitude (cordialmente) do próprio sujeito. Em seguida, tem-se outra expressão bastante recorrente nesses textos, “nos termos regimentais”, a qual confere a ideia de persuasão e legalidade, pois o proceder do gestor apresenta-se como sustentado, em conformidade, com o regimento interno da Casa Legislativa (regimentalmente). É uma avaliação com a função de validar sua ação, dando garantias ao seu leitor. Portanto, compõe o Modo da oração.

O sujeito encontra-se elíptico devido à desinência do verbo “dirigir”, o Finito da oração. O Finito porta a ideia de tempo e de modalidade. Quanto à modalidade presente nesse verbo, percebe-se que está relacionada a uma oferta de bem e serviço: um determinado senador é indicado para prestar serviço em uma comissão. Além disso, há uma inclinação e uma determinação por parte do gestor que indica, reforçada pelos Adjuntos de Comentário, pois ele declara estar sustentado regimentalmente em sua atuação administrativa e cordialmente em sua relação interpessoal com o seu leitor. Por último, tem-se o resíduo que nesse caso possui em si, uma oração reduzida de infinitivo, sendo o complemento do verbo “dirigir”.

³³ OF. Nº. 054/12 –BLUFOR

Note-se ainda que o objetivo principal do Ofício é indicar o nome de um senador para ser membro titular de uma comissão. Porém, o verbo “indicar” está posto como Resíduo da oração, tendo em vista que o senador que escreve o Ofício prioriza o verbo “dirigir-me”, pois este se encontra no Modo da oração. Trata-se de um exemplo de que a léxico-gramática manifesta as opções dos falantes, inclusive na organização textual.

Na perspectiva do princípio constitucional da impessoalidade, o mesmo trecho poderia ser escrito da seguinte forma: *Indico, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino como membro titular.* Aqui o verbo indicar é Finito e está no Modo da oração. Todavia, o gestor preferiu priorizar e estabelecer aspectos de pessoalidade, construindo dessa forma sua relação interpessoal com o Presidente da Casa Legislativa.

Como observado, a seguinte oração encerra o Ofício. Tal etapa estrutural, funcionalmente, é recorrente nas comunicações oficiais analisadas.

Quadro 16: Análise do Sistema de Modo

[eu]	Aproveito		a oportunidade	para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado.	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo		Resíduo		

Mais uma vez recorro ao dicionário Houaiss para colher a acepção da palavra ‘aproveitar’: tornar (algo) proveitoso, útil, eficaz. Como na oração anterior analisada, aqui também o sujeito encontra-se em elipse e o Finito fornece a ideia de tempo e modalidade. A modalidade nesse trecho está relacionada à inclinação, à volição do senador que escreve o Ofício. Ele está determinado, sua ação é um bem a ser prestado de forma personalística, ou seja, renovar à Sua Excelência, o Presidente do Senado, protestos de estima e consideração.

4.1.2.1 Os Tempos Verbais e as Modalidades

Assim, pelo Sistema de Modo, procedi à análise dos gêneros textuais de Ofícios e Avisos. Feita as análises, quantifiquei a modalidade presente nos 253 verbos ocorridos nos textos (Anexo 7 e 8), bem como categorizei a ocorrência dos tempos verbais, os quais apresento nos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Tempos verbais e modalidades nos textos de Ofício

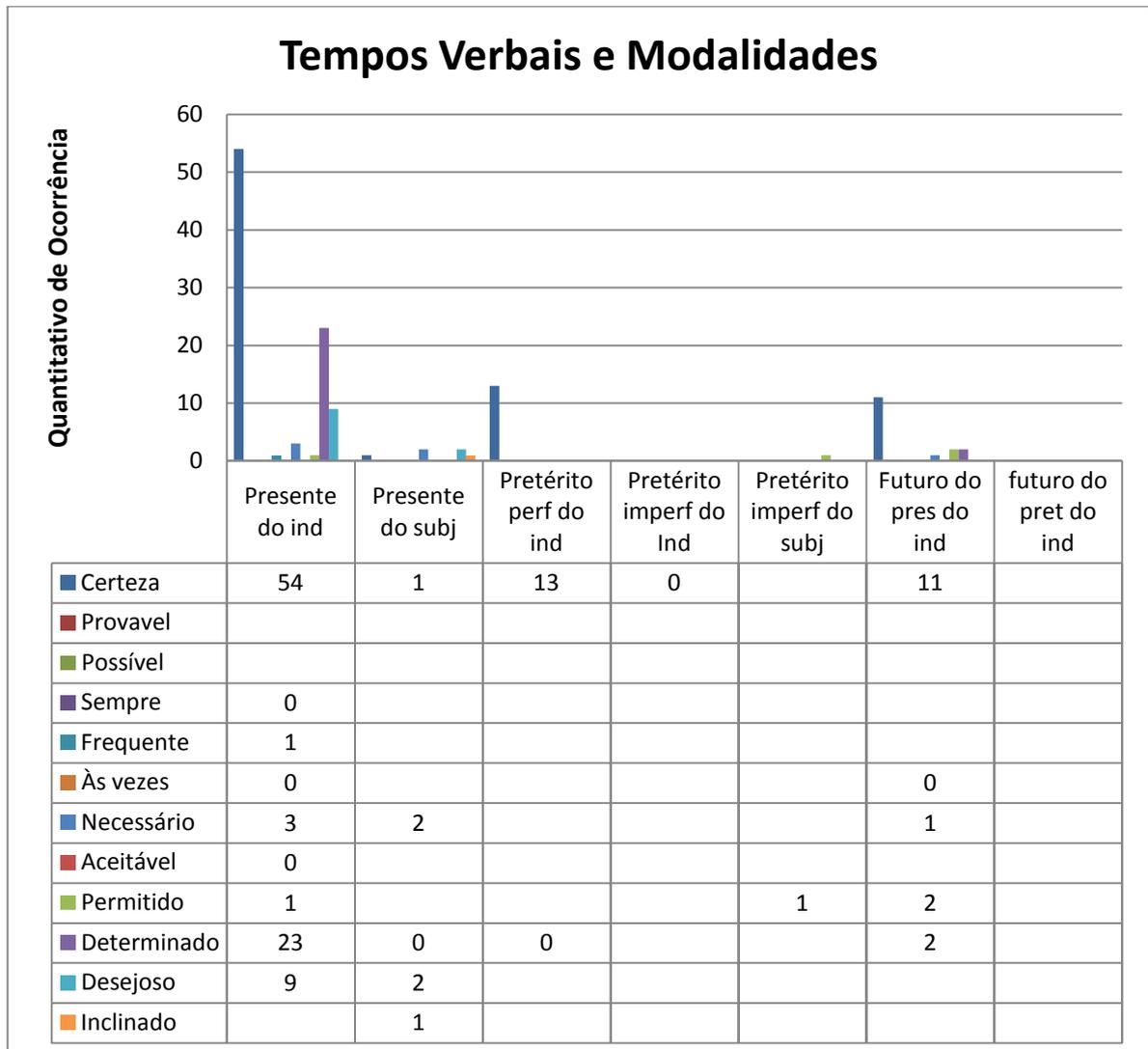
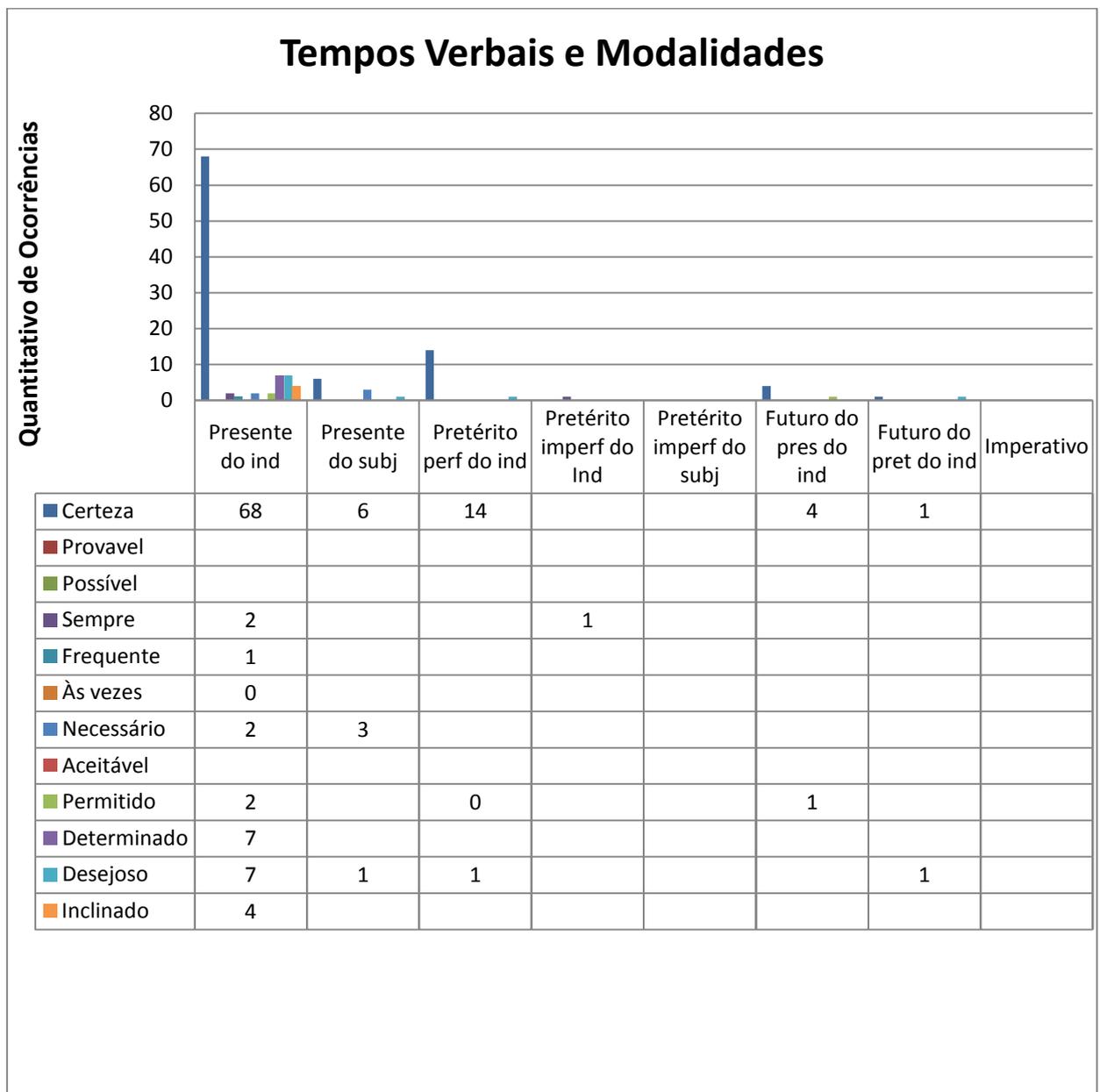


Gráfico 2: Tempos verbais e modalidades nos textos de Avisos



Como se pode observar nos gráficos 1 e 2, o tempo verbal do Presente do Indicativo concentra em si quase que todas as modalidades ocorridas nos gêneros de Ofício e Aviso analisados, com destaque para a modalidade epistêmica de probabilidade / certeza. A considerável ocorrência desse tempo verbal vai ao encontro dos estudos de Koch acerca dos tempos verbais no discurso. Realizando uma adequação da proposta H. Weinrich, a cerca dos tempos verbais, para o português, Koch (2011) escreve que o tempo do Presente do Indicativo pertence ao mundo comentado, em oposição ao mundo narrado. O mundo comentado

apresenta um traço de tensão, uma vez que, nele, o discurso compromete o falante. São os seguintes tempos:

- a. Presente do Indicativo: sofro;
- b. Pretérito Perfeito Composto: tenho sofrido;
- c. Futuro do Presente: sofrerei;
- d. Futuro do Presente Composto: terei sofrido;
- e. Locuções verbais formadas com esses tempos.

Quanto ao ouvinte, esse mundo o adverte e o impele a uma reação, exige-lhe uma resposta, pois o afeta diretamente. Koch conclui que a forma verbal Presente nada tem a ver com o Tempo (Cronos), mas constitui o tempo principal do mundo comentado, manifestando uma atitude de engajamento e comprometimento. Não à toa, a modalidade mais realizada nesse tempo é a Epistêmica de Probabilidade-Certeza. Nos textos analisados, essa modalidade está relacionada ao sujeito-escriptor. É ele quem dá a certeza de suas ações e de seu comprometimento pessoal na interação estabelecida. É através desse tempo que o produtor textual solicita a atenção do leitor. Por isso nos Ofícios e Avisos, a primeira oração introdutora traz o verbo no Presente do Indicativo, chamando a atenção do leitor, anunciando a intenção do escritor para a interação:

32. Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar³⁴;
33. Informo que³⁵;
34. Aproveito a oportunidade para³⁶.

Tal entendimento a cerca do tempo Presente permite compreender sua ocorrência, objetivando estabelecer, entre outros fins de comunicação, pessoalidade nas interações

³⁴ OF. Nº. 054/12 –BLUFOR

³⁵ Aviso nº 105/GM

³⁶ OF. Nº. 054/12 –BLUFOR

interpessoais nos Ofícios e Avisos. O agente público que escreve, seja um senador, deputado, ministro ou outro gestor público, compromete-se com seu interlocutor de forma personalística, cria laços de companheirismo e cordialidades, de forma a exigir uma contrapartida de seu leitor. Essa contrapartida não é livre ao interlocutor. Ora, por questões sociais e políticas, a cordialidade exige em resposta cordialidade.

Tais gêneros textuais são produzidos e consumidos em um contexto político, que implica parcerias e acordos. Escritor e leitor são os participantes desse meio. Uma negativa ao que se espera em tal relação interpessoal poderá gerar desacordos, enfrentamentos e combates políticos. Isso revela uma cultura administrativa que não tem a impessoalidade como princípio de seu agir e fazer.

A segunda maior ocorrência temporal foi o Pretérito Perfeito do Indicativo, que segundo Koch pertence ao mundo narrado. Pertencem a esse mundo, os seguintes tempos verbais:

- a. Pretérito Perfeito Simples;
- b. Pretérito Imperfeito;
- c. Pretérito mais que perfeito;
- d. Futuro do Pretérito;
- e. Locuções verbais com esses tempos.

Seu emprego convida o leitor a assumir uma postura passiva. Não o impele a uma ação de resposta, pois não lhe afeta diretamente. O leitor entende que deve receber a informação como um relato:

35. A Lei nº 12.277/2010 instituiu a estrutura remuneratória³⁷;

36. Os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal³⁸;

37. Minha prevista visita a Israel foi mudada para o período de 9 a 13 de junho próximo³⁹.

³⁷ Aviso nº 105/GM

³⁸ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

Com base nos estudos de Koch (2011) sobre os tempos verbais no Português, busquei relacioná-los com a modalidade presente nos textos de Redação Oficial a fim de esboçar o contexto de situação e cultura presente nesses textos administrativos.

4.1.2.2 A Modalização e a Modulação em Avisos Ministeriais.

A seguir apresento o quadro nº 17 no qual relaciono as modalidades ocorridas nos textos com os tempos verbais e a pessoa do sujeito. Tais verbos foram colhidos dos Avisos presentes no Anexo 7, sua classificação quando a Modalidade se deu conforme o Sistema de Modo. O mesmo recurso foi aplicado para a elaboração dos quadros nº 18, 20 e 21.

Quadro 17: Modalização em Avisos

AVISOS						
MODALIZAÇÃO – EPISTÊMICA						
Probabilidade				Habitualidade		
Nº	Verbo	Pessoa	Tempo	Verbo	Pessoa	Tempo
1	trata	3a	presente	vem percebendo	3a	presente composto
2	é	3a	presente	enviava	3a	pretérito imp
3	trata	3a	presente	está sendo realizada	3a	presente composto
4	trata	3a	presente	é atualizado	3a	presente composto
5	ressalta-se	3a	presente			
6	instituiu	3a	pretérito perf			
7	pondera-se	3a	presente			
8	são	3a	presente			
9	trata	3a	presente			
10	percebe	3a	presente			
11	percebe	3a	presente			
12	não tem sido	3a	presente			
13	informo	1a	presente			
14	foram	3a	pretérito perf			
15	permanecem	3a	presente			
16	destaca-se	3a	presente			
17	trata	3a	presente			
18	trata	3a	presente			
19	informo	1a	presente			
20	foram	3a	pretérito perf			
21	editou-se	3a	presente			

22	são	3a	presente
23	constarão	3a	futuro do presente
24	estão	3a	presente
25	informo	1a	presente
26	não consta	3a	presente
27	informo	1a	presente
28	foi homologado	3a	pretérito perf
29	foi prorrogado	3a	pretérito perf
30	ocorreram	3a	pretérito perf
31	possui	3a	presente
32	encontram-se	3a	presente
33	tenho	1a	presente
34	assegure	3a	presente do subj
35	permita	3a	presente do subj
36	encontram-se	3a	presente
37	seja denegada	3a	presente
38	é	3a	presente
39	é	3a	presente
40	é	3a	presente
41	caracteriza-se	3a	presente
42	ganhou	3a	pretérito perf
43	passaram	3a	pretérito perf
44	aderiram	3a	pretérito perf
45	apoiaram	3a	pretérito perf
46	incluiu	3a	pretérito perf
47	não conseguiria	3a	pretérito imperfeit
48	será aplicado	3a	futuro do presente
49	encontram-se	3a	presente
50	seja denegada	3a	presente
51	assegure	3a	presente do subj
52	encontram-se	3a	presente
53	destaco	1a	presente
54	é	3a	presente
55	é	3a	presente
56	é	3a	presente
57	foi determinado	3a	pretérito perf
58	institui	3a	presente
59	tem	3a	presente
60	apoiaram	3a	pretérito perf
61	incluiu	3a	pretérito perf
62	não conseguiu	3a	pretérito perf
63	serão aplicadas	3a	futuro do presente
64	demandam	3a	presente
65	tenho	1a	presente
66	assegure	3a	presente do subj

67	encontram-se	3a	presente
68	geram	3a	presente
69	foi julgada	3a	pretérito
70	apresenta	3a	presente
71	é	3a	presente
72	mantém	3a	presente
73	tem obtido	3a	presente
74	implementa	3a	presente
75	ressalto	1a	presente
76	tem	3a	presente
77	asseguram	3a	presente
78	trata	3a	presente
79	tem	3a	presente
80	têm	3a	presente
81	apresenta	3a	presente
82	aproximará	3a	futuro do presente
83	corrigirá	3a	futuro do presente
84	não representa	3a	presente
85	destaco que	1a	presente
86	esclareço	1a	presente

A modalidade epistêmica de probabilidade ocorrida nos gêneros textuais de Avisos teve a ocorrência de 12,79% do sujeito em primeira pessoa e 87,21% do sujeito na terceira pessoa. A terceira pessoa, nesses gêneros, refere-se ao fato de que os Ministros de Estado fazem menção a planos de governo ou legislação para fins de argumentação com o seu leitor como nos exemplos a seguir:

38. Destaca-se que o Termo de Compromisso assinado pelo Ministério do Planejamento com representantes de entidades sindicais, em 2011, prevê o fortalecimento de estruturas remuneratórias⁴⁰;

39. Com meus cordiais cumprimentos, apresento a Vossa Excelência proposta de estrutura remuneratória para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho de que trata a Lei nº 11.355/2006⁴¹;

⁴⁰ Aviso nº 105/GM

⁴¹ Aviso nº 105/GM

40. Número esses insuficientes para suprir as reais necessidades deste Ministério, que possui 202 cargos efetivos autorizados para provimento, dos quais 62 encontram-se vagos em razão do alto índice de evasão⁴².

Apenas em 12,79%, os Ministros se colocam em primeira pessoa nos textos que assinam. Nos textos, quando o fazem, visam dar satisfação ou resposta a alguma demanda governamental ou de um órgão de fiscalização, por exemplo. Ocorre também manifestação de pessoalidade e cordialidade, como nos exemplos abaixo:

41. Apenas como exemplo informo que foram convocados até o momento, em Brasília, 2073 profissionais para ocupar 600 vagas para o cargo de agente administrativo⁴³;

42. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício⁴⁴;

43. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos⁴⁵;

44. Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência⁴⁶.

É mister destacar que o produtor dessas comunicações oficiais pode ainda, por meio da modalidade de probabilidade-certeza comprometer a atuação de seu leitor, exigindo-lhe uma resposta aos moldes esboçados pelo escritor, como em:

45. Certo de que o tema será tratado com a atenção que merece, agradeço antecipadamente⁴⁷.

⁴² Aviso nº 52/2012/MDA

⁴³ Aviso nº 105/GM

⁴⁴ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

⁴⁵ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

⁴⁶ Aviso nº 111 / 2013-GM/MEC

⁴⁷ Ofício nº 1208/2013 – DEPAT

A Modalidade Epistêmica de Habitualidade foi usada na terceira pessoa com o objetivo de apresentar justificativas quando os Ministros de Estado era interpelados a esclarecer fatos ou dar satisfações de suas ações administrativas ao Parlamento. Nesse caso, a habitualidade foi usada para registrar a continuidade e recorrência das atividades dos Ministérios a fim de dar transparência às suas ações, bem como o cumprimento de responsabilidades, mesmo diante de irregularidades. Em um caso a terceira pessoa é o próprio Ministério, o Ministro não toma a responsabilidade direta como chefe maior. Ele personaliza o órgão governamental e o responsabiliza, ou pode ainda indeterminar o agente da ação.

46. Este Ministério enviava aviso a essa Casa Legislativa para cada caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização⁴⁸;

47. O trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente⁴⁹;

48. A comunicação de que trata o § 2º do art. 24 da RSF 43/2001 está sendo realizada, a partir de fevereiro do corrente ano, por meio de relatório encaminhado mensalmente ao Senado Federal⁵⁰.

No quadro 18, apresento lista dos verbos ocorridos nos textos de Avisos ministeriais, com a realização de modulação deôntica, relacionados ao tempo e número de pessoa (Anexo 7).

Quadro 18: Modulação em Avisos

AVISOS						
MODULAÇÃO – DEÔNTICA						
Inclinação				Obrigação		
Nº	Verbo	Pessoa	Tempo	Verbo	Pessoa	Tempo
1	apresento	1a	presente	prevê	3a	presente
2	objetiva	3a	presente	prevê	3a	presente
3	objetivou	3a	pretérito perf	sejam adotadas	3a	presente do subj
4	apresento	1a	presente	estabelece	3a	presente
5	gostaria	1a	futuro do pret	poderão	3a	futuro do presente
6	dirijo-me	1a	presente	autorizou	3a	pretérito perf
7	submeto	1a	presente	demandas	3a	presente

⁴⁸ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

⁴⁹ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

⁵⁰ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

8	aguarda	3a	presente	assegure	3a	presente
9	renovo	1a	presente	seja incorporado	3a	presente
10	solicitamos	1a	presente			
11	aguarda	3a	presente			
12	aguarda	3a	presente			
13	solicitamos	1a	presente			
15	solicito	1a	presente			
16	sirvo-me	1a	presente			
17	faço chegar	1a	presente			
18	faço destacar	1a	presente			
19	dirijo-me	1a	presente			
21	encaminho	1a	presente			

Por sua vez na Modalidade Deôntica de Inclinação, a ocorrência do uso da primeira pessoa foi 60% com verbos usados para a volição, como *apresento*, *gostaria*, *solicito*, *faço chegar*, e a terceira pessoa 40%, com os seguintes verbos *objetivar* e *aguardar*. Com essa modalidade, os Ministros são mais incisivos em sua relação com o leitor com a finalidade de solicitar-lhe algo.

Para isso, fazem uso da gradação dos processos verbais, constituindo os diferentes níveis de modalidade como exposto no quadro 3, Gradação dos tipos de modalidades. De fato, esses diferentes graus de modalidade envolvem também graus de polidez: *solicitar* é mais polido que *exigir*; assim como *renovar apreço* é mais polido que *manifestar apreço*, pois aquele dá ideia de continuidade da renovação do apreço, e a manifestação é algo que começa a partir do agora. É possível então relacionar os graus de modalidade e polidez, como no quadro abaixo:

Quadro 19: Modalidade e Polidez

Níveis da Modalidade de Inclinação:	Inclinado	Desejoso			Determinado
	-	-/+	-/+	-/+	+
1ª pessoa:	Apresento	Gostaria	Solicito	Submeto	Exijo
3ª pessoa:	Aguarda		Objetiva		Determina
Níveis de Polidez:	+	-/+	+/-	-/+	-

O que se depreende é uma relação inversa entre modalidade e polidez. Quanto mais a modalidade de Inclinação avança no sentido do polo positivo, no nível ‘determinado’ de gradação, menos polido é o discurso, ao passo que quanto mais a modalidade segue no sentido do polo negativo, no nível ‘inclinado’, mais polido é o discurso. Há de se considerar que a classificação desses verbos se dá de acordo com o contexto e intenções de cada texto. Em textos diferentes, com intenções diferentes, é possível uma classificação diferente desses verbos quanto a sua modalidade e polidez. Para fins de evidenciação dessa gradação de modalidade e polidez, inseri o verbo *exigir*, o qual ocorreu apenas uma vez, em um Ofício parlamentar, em um contexto diverso do objetivo do mesmo, segundo o MRPR. Todavia, o verbo *solicitar* pode ser classificado como uma modalidade de inclinação, no nível determinado, de acordo com o contexto discursivo em que é realizado.

Assim temos as seguintes orações:

49. Gostaria de contar com a Vossa colaboração⁵¹;

50. Ao ensejo, renovo os protestos de elevada estima e consideração⁵²;

51. Cumprimentando-o cordialmente, solicito os préstimos de Vossa Excelência⁵³;

52. Ante o exposto, submeto à apreciação de V.Ex^a, objetivando a autorização para o preenchimento de 36, dos 62 cargos⁵⁴.

Por meio das Modulações de Inclinação o escritor promove sua identidade pessoal, por meio de aspectos de cordialidade e de pessoalidade. Podendo deixar claro o que espera de seu leitor. Expressões de caráter volitivo podem também realizar essa modalidade, como o uso do verbo *estar* no exemplo 55:

53. Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Chico das Verduras (PRP-RR), para membro Suplente da Comissão Especial⁵⁵;

⁵¹ Aviso nº 105/GM

⁵² Aviso nº 111 / 2013-GM/MEC

⁵³ Aviso nº 934/2012/GM-MEC

⁵⁴ Aviso nº 52/2012/MDA

⁵⁵ Of. no 181/2013 _ Bloco

54. Isto posto, solicito a gentileza de retirar da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço⁵⁶;
55. Meu desejo é ocupar a Tribuna do Senado tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos⁵⁷;
56. Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tomo a liberdade de fazer o encaminhamento de breve relatório da visita oficial a que fui designado⁵⁸.

A Modalidade Deôntica de Obrigação sempre é realizada com o verbo na terceira pessoa. Um terceiro, uma legislação ou acordo, é invocado ou mencionado pelo escritor com o fim de impelir o leitor a uma reação, ou permitir uma determinada ação por parte do leitor:

57. Editou-se a Portaria STN nº 277, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local⁵⁹;
58. A Portaria MP nº 154, publicada no D.O.U de 13.6.2008, autorizou a realização de concurso para provimento de 202 cargos⁶⁰;
59. Destaca-se que o Termo de Compromisso assinado pelo Ministério do Planejamento com representantes de entidades sindicais, em 2011, prevê o fortalecimento de estruturas remuneratórias dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar⁶¹.

Aqui cabe uma consideração a ser feita tendo em vista a ocorrência de processos verbais. Cabral e Bárbara (2012, p.584) mostram que os processos verbais, processos de dizer, por se situarem entre os processos relacionais e mentais, como um contínuo, portam em si características de ambos. Com os mentais, compartilham a capacidade de projeção de fenômenos de segunda ordem; com os relacionais, a capacidade de admitir um dizente não

⁵⁶ OF. Nº. 025/12 – CDH

⁵⁷ Ofício Int. nº 33/GSDT

⁵⁸ Ofício nº 250/2012

⁵⁹ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

⁶⁰ Aviso nº 52/2012/MDA

⁶¹ Aviso nº 105/GM

humano. Os verbos de dizer, usados nos exemplos 57, 58 e 59, são verbos de semiose, pois seus usos assumiram sentidos diferentes de seus significados denotativos. Halliday e Matthiessen (2004) apresentam como processos verbais de semiose, entre outros, os seguintes: *ordenar, mandar, relatar, anunciar*. Assim, é possível acrescentar a essa lista, os verbos *editar, estabelecer, autorizar, prever*.

Segundo as autoras, algumas formas não congruentes, como instituições públicas ou seus documentos oficiais, são observadas na função em que objetos e semioses ocupam a posição do dizente. É o que ocorre nos exemplos 57, 58 e 59. Em 57 tem-se como dizente uma *Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN*, em 58, uma *Portaria do Ministério do Planejamento* e em 59, o *Ministério do Planejamento*. Seu uso tem a finalidade de conferir legitimidade às informações vinculadas e de transferir a responsabilidade para as instituições. Também é uma forma, por meio da autoridade dos órgãos públicos, de impelir o Recebedor, o participante a quem é dirigida a mensagem, a agir conforme os interesses do dizente.

4.1.2.3 A Modalização e a Modulação em Ofícios

Apresento abaixo quadro relacionando as modalidades quanto aos tempos verbais, pessoas e os verbos ocorridos em Ofícios (Anexo 8). É preciso destacar que a categorização dos tipos de modalidade em relação aos verbos se dá no contexto do próprio texto em que estes ocorrem, assim é possível e esperado que certos verbos mudem de categoria de acordo com o significado de desempenham nos textos em que ocorrem.

Quadro 20: Modalização em Ofícios

OFÍCIOS						
MODALIZAÇÃO – EPISTÊMICA						
Probabilidade				Habitualidade		
Nº	Verbo	Pessoa	Tempo	Verbo	Pessoa	Tempo
1	foi mudada	3a	pretérito	tem acompanhado	3a	presente
2	visitarei	1a	futuro			
3	manterei	1a	futuro			
4	constituirá	3a	futuro			
5	transmitirá	3a	futuro			
6	informo	1a	presente			
7	foi instalada	3a	pretérito			

8	cumprimento	1a	presente
9	respondo	1a	presente
10	sou	1a	presente
11	comunico	1a	presente
12	foram eleito	3a	pretérito
13	informo	1a	presente
14	ocuparão	3a	futuro
15	são destinadas	3a	presente
16	sofro	1a	presente
17	tenha	1a	presente do sub
18	estão	3a	presente
19	reafirmo	1a	presente
20	disse	1a	pretérito
21	existe	3a	presente
22	afastei	1a	pretérito
23	comunico	1a	presente
24	foi encaminhado	3a	pretérito
25	dispõe	3a	presente
26	altera	3a	presente
27	reporto-me	1a	presente
28	acrescenta	3a	presente
29	dispõe	3a	presente
30	informo	1a	presente
31	encontra-se	3a	presente
32	considero	1a	presente
33	tenho	1a	presente
34	acrescenta	3a	presente
35	estarei	1a	futuro
36	responderá	3a	futuro
37	comunico	1a	presente
38	não integrará	3a	futuro
39	tenho	1a	presente
40	assumiu	3a	pretérito
41	publicou	3a	pretérito
42	reestrutura	3a	presente
43	altera	3a	presente
44	reduz	3a	presente
45	altera	3a	presente
46	dá	3a	presente
47	fica	3a	presente
48	sou	1a	presente
49	estou	1a	presente
50	serão	3a	futuro
51	tem	3a	presente
52	tem	3a	presente

53	sabemos	1a	presente
54	é	3a	presente
55	será	3a	futuro
56	agradeço	1a	presente
57	tem	3a	presente
58	tem	3a	presente
59	sabemos	1a	presente
60	é	3a	presente
61	será	3a	futuro
62	agradeço	1a	presente
63	institui	3a	presente
64	altera	3a	presente
65	especifica	3a	presente
66	dá	3a	presente
67	fui	1a	pretérito
68	comunico	1a	presente
69	aprovou	3a	pretérito
70	inclui	3a	presente
71	comunico	1a	presente
72	foi dado	3a	pretérito
73	foi encaminhado	3a	pretérito
74	informo	1a	presente
75	comunico	1a	presente
76	foram	3a	pretérito
77	versa	3a	presente
78	abrange	3a	presente

Diferente dos Avisos Ministeriais, os Ofícios produzidos no Congresso Nacional apresentaram, para a Modalização de Probabilidade, ocorrência de 59% dos verbos na terceira pessoa e 41% na primeira pessoa. A maior ocorrência da terceira pessoa está associada em grande parte pela menção às legislações, como as ementas das leis e/ou projetos de lei que surgem nos textos *ipsis litteris*, marcados por aspas. Assim os parlamentares chamam a atenção de seus leitores, não parafraseiam as ementas. O texto de uma ementa é constituído de orações determinativas, pois explicitam o que uma legislação impõe e determina. É muito comum verbos como: *dispõe, altera, institui*.

60. Reporto-me ao Projeto de Lei nº 5.314/13, de sua autoria, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 36 da Lei nº 5.991⁶²;
61. O Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010 (PL nº 2.192, de 2003, nessa Casa), que “Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo⁶³;
62. O primeiro, geral, versa sobre o “intercâmbio de informações objetivando transparência e controle dos recursos federais alocados na Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016”⁶⁴.

Contudo, diferentemente dos Ministros de Estado, os parlamentares se colocam mais em seus textos pelo uso da primeira pessoa, 41%. Na primeira pessoa, 78% dos verbos ocorreram no Presente Perfeito do Indicativo, tempo do mundo comentado. Como escreve Koch (2011) “comentar é se comprometer”. Desse modo, deputados e senadores assumem suas ações e intenções nos textos.

63. Na condição de Líder do PSOL respondo ao expediente OF. nº 93/2013-CN⁶⁵;
64. Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos Senadores que ocuparão as vagas restantes de titular e suplente que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão⁶⁶;
65. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 409⁶⁷.

A modalidade de Habitualidade teve apenas uma ocorrência, ainda assim num contexto deslocado do objetivo de um Ofício, conforme o MRPR. Trata-se do Ofício nº 33/GSDT, do então Senador Demóstenes Torres, do Partido Democratas – GO, quando do

⁶² Of. nº 855 /2013/SGM/P

⁶³ Ofício nº 833

⁶⁴ Of. n. 360/2012/CMA

⁶⁵ Ofício GSRR nº 00032/2013

⁶⁶ OF. Nº. 054/12 –BLUFOR

⁶⁷ Ofício nº 116/2013

processo de sua cassação por quebra de decoro parlamentar. Voltarei a esse Ofício no capítulo sobre avaliatividade. Abaixo segue o trecho com a ocorrência da modalidade mencionada:

66. Como Vossa Excelência tem acompanhado, sofro nas últimas semanas toda sorte de ataques à minha honra⁶⁸.

Concorre ainda para a identificação dessa modalidade o fato do finito carregar o significado de aspecto. Este é, segundo Castilho (1968, p.41) o ponto de vista subjetivo do falante sobre o desenvolvimento da ação. Ele está presente na Modalidade Epistêmica de Habitualidade, como na ocorrência *tem acompanhado*, em que o aspecto é uma ação continuada.

A seguir apresento o quadro 21 com lista dos verbos ocorridos nos Ofícios. Tal lista relaciona a modulação deôntica, o tempo verbal e o número da pessoa.

Quadro 21: Modulação em Ofícios

OFÍCIOS						
MODULAÇÃO – DEÔNTICA						
Obrigação				Inclinação		
N�	Verbo	Pessoa	Tempo	Verbo	Pessoa	Tempo
1	determina	3a	presente	solicito	1a	presente
2	permitirão	3a	futuro	reitero	1a	presente
3	pudessem	3a	presente do subj	levo	1a	presente
4	sejam observadas	3a	presente do subj	solicito	1a	presente
5	exijo	1a	presente	indico	1a	presente
6	não será possível	3a	futuro	dirijo-me	1a	presente
7	autoriza	3a	presente	indicarei	1a	futuro
8	deverá	3a	futuro	aproveito	1a	presente
9	encaminhe	3a	Presente do Subj	meu desejo é	1a	presente
10	requer	3a	presente	não me escusarei	1a	futuro
11				por ventura seja feito	3a	presente do subj
12				aproveito	1a	presente
13				retiro	1a	presente
14				solicito	1a	presente
15				sirvo-me	1a	presente
16				colho	1a	presente
17				expresso	1a	presente
18				indico	1a	presente

⁶⁸ Ofício Int. n  33/GSDT

19	solicito	1a	presente
20	solicito	1a	presente
21	antecipo	1a	presente
22	solicito	1a	presente
23	solicita	3a	presente
24	renovo	1a	presente
25	venho	1a	presente
26	para que isso se efetive	3a	presente do subj
27	para que isso se efetive	3a	presente do subj
28	dirijo-me	1a	presente
29	aproveito	1a	presente
30	tomo	1a	presente
31	dirijo-me	1a	presente
32	aproveito	1a	presente
33	solicito	1a	presente
34	solicito	1a	presente
35	visam	3a	presente
36	aproveito	1a	presente
37	solicito	1a	presente
38	reitero	1a	presente

Como nos Avisos, aqui também a Modalidade de Obrigação ocorreu na terceira pessoa, à exceção do Ofício nº 33/GSDT já mencionado. De igual maneira, os parlamentares fazem uso da terceira pessoa para darem comandos, fazendo menções a legislações, nunca diretamente, salvo a exceção mencionada. Percebe-se também que suavizam os comandos usando o Presente do Subjuntivo, fazendo uso de metáfora interpessoal, como em 68:

67. Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento⁶⁹;

68. Seria de todo interesse que o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador Aníbal Diniz e o Senador Wilder Pedro de Moraes, pudessem integrar minha delegação a Israel⁷⁰.

Acerca das metáforas gramaticais, Thompson (2014, p.246) escreve que a linguagem escrita formal (burocrática e científica) tende a ser construída de forma orientada para o

⁶⁹ Ofício nº 116/2013

⁷⁰ OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2013

conteúdo, está interessada na transmissão da informação. Isto está relacionado com a construção de metáforas experienciais, ideacionais, uma vez que este tipo de metáfora gramatical envolve formas não convencionais de representação. Ao passo que a linguagem tipicamente informal (conversação), tende a ser essencialmente orientada para a interação. Ela está interessada em estabelecer e manter relações com outras pessoas, o que se relaciona com a construção de metáforas interpessoais, as quais envolvem formas não convencionais de estabelecer interações. Digno de nota é que, enquanto a metáfora experiencial condensa expressões e orações, a metáfora interpessoal, por sua vez, as expande.

Interessante, pois, é constatar características de conversação – metáfora interpessoal – em um texto escrito e burocrático. Isso mostra que os textos de redação oficial não portam apenas o caráter administrativo, de igual maneira o caráter político está presente neles concorrendo para a construção dos significados e realizando os contextos de cultura e de situação. Assim, Thompson (2014, p.246) escreve que quanto mais necessitamos negociar relações, mais tendemos a realizar estruturas gramaticais relativamente complexas, para a expansão do significado. O quadro 22 é uma declaração com fins de demanda ou comando:

Quadro 22: Análise do Sistema de Modo

Seria de todo interesse que	o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador Aníbal Diniz e o Senador Wilder Pedro de Moraes,	pudessem	integrar	minha delegação	a Israel.
Metáfora Interpessoal	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Imperfeito do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Permitido (-)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo			Resíduo		

Aqui, a função é uma demanda de “bem e serviço”, uma autorização para que senadores integrem a delegação, do então Ministro Marcelo Crivela, a Israel, mas está realizada (forma) como uma declaração de “informação”. De fato, as metáforas gramaticais envolvem o uso de uma forma linguística para expressar um significado que não é sua função

natural. Às vezes os significados surgem da combinação de ambas as formas e funções. Este efeito suaviza o pedido, um possível comando. No português brasileiro, declarações serão entendidas como demandas de acordo com o uso de metáforas ou da polidez.

A modalidade de Inclinação apresentou a ocorrência de 12,5%, apenas, de verbos na terceira pessoa, ao passo que 87,5% dos verbos estão na primeira pessoa. Esses percentuais vão ao encontro do que Halliday (1994) ensina a respeito das orações de modulação. Segundo ele, nas trocas de bens e serviços em que o escritor está se oferecendo para fazer algo ou pedindo que seu leitor o faça, raramente essas orações possuem Sujeito na 3ª pessoa. Com o Sujeito na 1ª pessoa, o escritor assume sua força retórica e seu comprometimento com a proposta, perante o seu leitor. A modalidade de inclinação talvez seja aquela que mais está a serviço da construção da autoimagem do político, pois ela realiza suas compulsões, seus desejos. Como bem registrado do Ofício nº 33/GSDT, do então Senador Demóstenes Torres: “Meu desejo é”. Com essa modalidade, o escritor constrói a imagem que quer imprimir na sensibilidade de seu leitor ou público, ele é o agente dessa construção – por isso a considerável ocorrência da 1ª pessoa.

No jogo político – mediado pelo discurso, trata-se de uma estratégia, pois é uma forma de sensibilizar o público ou as massas. É uma marca de personalismo. Essa autoimagem do político-escritor, construída por meio da modalidade de inclinação, impele a resposta ou o proceder do seu leitor. Ora, se seu interpelador, um agente público e representante da população, manifesta seu desejo e comprometimento com um bem e serviço, que beneficiará em última instância a população, se opor a esse desejo é se opor também a um serviço ou bem que está dirigido a essa população. Em outras palavras, o leitor (um político) poderá assumir uma imagem de opositor da vontade e do bem do povo, representada na imagem assumida pelo escritor da comunicação oficial.

Assim, conforme Halliday (2014; 1994), raramente modulações de inclinação possuem verbos na terceira pessoa do sujeito, exceto quando se tratar de preces ou juramentos. Como exemplo, têm-se as seguintes orações:

69. Cumprimentando-o cordialmente, e nos termos regimentais, retiro a indicação do Deputado Padre Ton (PT-RO) como membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM⁷¹;

⁷¹ Ofício GAB/PSD nº 511

70. Isto posto, solicito a gentileza de retirar da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço⁷².

As orações moduladas ao realizarem ofertas, comandos ou sugestões implicam regularmente uma terceira pessoa; trata-se de declarações de obrigação e inclinação feitas pelo orador em relação aos outros, comuns em textos normativos e administrativos.

Halliday (1994) escreve que essas propostas funcionam como proposições, uma vez que essas ofertas e comandos assumem uma roupagem de informação, suavizando a ideia de bens e serviços para o leitor. Se há alguma resistência por parte deste para atender a um comando, a proposta soará como uma sugestão, tornando possível o atendimento de uma demanda, como no exemplo:

71. Seria de todo interesse que o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador Aníbal Diniz e o Senador Wilder Pedro de Moraes, pudessem integrar minha delegação a Israel⁷³.

Note-se no exemplo acima que, apesar da suavização da demanda, a sugestão do escritor para o seu leitor, no caso o Ministro da Pesca ao Presidente do Senado, não perdeu sua força retórica.

⁷² OF. N°. 025/12 – CDH

⁷³ OFÍCIO “S” N° 19, DE 2013

4.1.3 Considerações

Como se pode constatar, o sujeito nesses gêneros textuais é realizado de forma diferente em Ofícios e em Avisos, em outras palavras, entre o Congresso Nacional (Poder Legislativo) e os Ministérios (Poder Executivo). No quadro 23, apresento o percentual de ocorrência das pessoas em Ofícios e Avisos, segundo as modalidades verbais. Esse percentual foi obtido a partir do quantitativo de ocorrência das primeiras e terceiras pessoas registradas nos quadros das Modalidades, Epistêmica e Deontica, em Ofícios e Avisos. A saber, quadros nº 17, 18, 20 e 21.

Quadro 23: Percentual das Pessoas verbais em Ofícios e Avisos

Modalidade verbal	Ofícios				Avisos			
	Qt.	1ª Pessoa	Qt.	3ª Pessoa	Qt.	1ª Pessoa	Qt.	3ª Pessoa
Probabilidade	32	41%	46	59%	10	11%	76	89%
Habitualidade	0	0%	1	100%	0	0%	4	100%
Obrigação	1	10%	9	90%	1	10%	9	90%
Inclinação	33	87%	5	13%	14	66%	7	34%

O que se destaca do quadro 23   a diferença entre a realiza o do número de pessoa entre Ofícios e Avisos quanto   Probabilidade e Inclina o. Os Ministros de Estado fizeram o uso da primeira pessoa apenas 10 vezes, na modalidade de Probabilidade, correspondendo a 11% da realiza o do número de pessoa nos Avisos. Considerando o papel político e administrativo dos Ministros para o desenvolvimento e implementa o das Políticas Públicas de Governo, era de se esperar uma presença considerável da primeira pessoa, tendo em vista que o gênero Aviso   documento de exclusividade dos Ministros. Por sua vez, o uso da terceira pessoa implica a evidencia o de a o es ligadas aos ministérios ou a fatos de governo. Como:

72. O Enem ganhou grande dimensionamento nacional⁷⁴.

⁷⁴ Aviso n  143 / 2013-GM/MEC

A pouca ocorrência da primeira pessoa aponta ainda para uma característica desses gêneros textuais. De maneira pontual, a primeira pessoa teve sua maior ocorrência nos Avisos Ministeriais, na modalidade Deôntica de Inclinação. A modalidade Deôntica envolve obrigação ou desejo. Tem sua origem em normas morais ou sociais, em uma pessoa com autoridade, ou em alguma ‘compulsão interna’. Suas origens podem ser, portanto, externas ou internas ao sujeito obrigado, autorizado ou aconselhado a fazer algo. É a linguagem como ação. Quando nas propostas de ofertas, a modalidade Deôntica ocorreu em graus de inclinação, isto é, desejos, determinação e disposição. Sua ocorrência em 66% nos Avisos, em primeira pessoa, aponta para um caráter discursivo que marca o gênero textual. É o momento no texto em que o Ministro se compromete com sua oferta e solicitação. Por vezes as formas verbo-nominais são utilizadas para realizar ou introduzir o objeto de oferta e demanda, como em:

73. Gostaria de contar com a Vossa colaboração no sentido de que sejam adotadas as providências⁷⁵;

74. Dirijo-me a Vossa Excelência, ao tempo de cumprimentá-la, para solicitar autorização⁷⁶;

75. Dessa forma, solicitamos a Vossa Excelência o apoio desse Ministério da Defesa no sentido de propiciar a guarda segura⁷⁷;

76. Cumprimentando-o cordialmente, solicito os préstimos de Vossa Excelência no sentido de tomar as providências⁷⁸.

Na forma como esses recursos da língua são usados e dispostos nos textos, suavizam a demanda, a fim de que essa não assuma característica de ordem, de comando, e que não seja interpretadas pelo leitor como tal. Vale destacar a ocorrência da expressão “no sentido de”, exemplo 73, que especifica ou esclarece o que está sendo demandado do leitor.

É o que Koch (1992) escreve acerca das interações linguísticas. Segundo a autora temos sempre objetivos, fins a serem atingidos. Há relações que desejamos estabelecer,

⁷⁵ Aviso nº 105/GM

⁷⁶ Aviso nº 52/2012/MDA

⁷⁷ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

⁷⁸ Aviso nº 934/2012/GM-MEC

efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados. Pretendemos atuar sobre os outros de determinada maneira e obter deles determinadas reações. Assim, o escritor na redação oficial buscar convencer seu interlocutor, por vezes, passando a ideia de que tem a certeza do que está escrevendo, mostrando o seu comprometimento. Porém, antes objetiva construir essa interação, essa certeza, sobre laços de cordialidades ou pessoalidades. O leitor pode confiar no seu remetente, pois esse lhe é próximo como um amigo cordial e solene. Mais do que interpelar pela argumentação da importância e necessidade da prestação do serviço público, o interlocutor busca convencer pela subjetividade de sua cordialidade e lisonjas. De tal forma que espera de seu destinatário uma atitude espelhada no sentimento, visando atender suas demandas. Uma negativa frustraria a interação.

4.2 Comunicações oficiais: entre a personalidade e a avaliação

O sistema de avaliabilidade amplia os significados interpessoais através dos três eixos já apresentados: atitude, engajamento e gradação. Ao longo deles, o escritor se posiciona de forma intersubjetiva (Martin e White, 2005). Esse sistema não apenas aborda como os escritores codificam na léxico-gramática suas próprias atitudes e avaliações, mas também os meios pelos quais, direta e indiretamente, impelem seus leitores a assumirem posturas e posições quanto aos textos.

No contexto da Administração Pública, especificamente nas instituições Ministérios e Congresso Nacional, as avaliações dos produtores textuais manifestam uma forma e uma cultura de se administrar o bem público e de se fazer política. Assim, quantifiquei as ocorrências dos diferentes tipos de avaliações nos três eixos mencionados nos gêneros textuais de Ofício e Avisos. O que os dados mostraram foi uma considerável diferença quanto às avaliações em ambos os gêneros, bem como o grau de ocorrência nos mesmos, os quais apresento a seguir. De forma comparativa, começemos pelo eixo das atitudes.

4.2.1 Avaliações atitudinais e cordialidades

Devido à natureza administrativa das Comunicações Oficiais, bem como o princípio constitucional da impessoalidade, espera-se a princípio que um texto burocrático não tenha considerável ocorrência de avaliações de afetividade. Todavia, os gêneros textuais realizam padrões culturais para lograr um objetivo socialmente situado. Assim, a partir da análise da avaliabilidade de Avisos e Ofícios (anexos 7 e 8), procedendo à quantificação e porcentagem das ocorrências das categorias avaliativas, obtivemos os seguintes gráficos:

Gráfico 3: Avaliação de afeto em Avisos Ministeriais



Gráfico 4: Avaliação de afeto em Ofícios



No campo da experiência, as avaliações de afetividade presentes nos textos examinados estão, em sua maioria, relacionadas aos participantes. Realizados gramaticalmente por grupos nominais, estes são as entidades envolvidas, pessoas, atributos ou coisas, as quais levam à ocorrência do processo, elemento central da oração, que indica a experiência se desdobrando no tempo (FUZER & CABRAL, 2014, p.41, 46).

Destaca-se dos gráficos o percentual de ocorrência da avaliação de felicidade em Avisos, instituição Ministério de Estado, e Ofícios, instituição Congresso Nacional. Nos Avisos, os afetos mostram-se em equilibrada ocorrência percentual, para as três categorias. Um exemplo da realização dessas avaliações na léxico-gramática é o Aviso nº 185, de 05 de março de 2012, do Ministério da Educação – MEC:

Aviso nº 185

Em, 05 de Março de 2012.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a propósito do Documento de Nome 20295607.txt, de 10 de fevereiro de 2012, recebido no dia 15 do mesmo mês, para encaminhar Parecer elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado, como informações no Mandado de Segurança em questão, impetrado por Bruno Dal Bó Silva,

objetivando provimento jurisdicional que lhe assegure a colação de grau e a expedição do diploma de conclusão de curso superior, independente da sua regularidade no ENADE.

Acreditando que nas referidas informações encontram-se os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão debatida no referido *mandamus*, aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministro de Estado da Educação

A Sua Excelência o Senhor

Ministro Benedito Gonçalves

Relator do Mandado de Segurança nº 17.982/DF

Superior Tribunal de Justiça

Na primeira oração do Aviso, o Ministro da Educação marca o tipo de relação que quer estabelecer com o seu leitor e o faz usando uma avaliação de afeto-felicidade: *Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência*. Ora, o termo honra pressupõe dignidade. E dignidade é pressuposto para o exercício de qualquer cargo público, ademais, o código de ética dos servidores públicos também exorta a não declaração pública de afetos, pois isso constrangeria a realização dos serviços públicos por meio da pessoalidade, orientando-os para interesses privados. Assim, o Ministro predispõe e orienta a resposta do Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, por meio da pessoalidade e declarações de afeto, impelindo seu leitor a também ter sua resposta motivada pela afetividade, não pela regularidade legislativa. Essa é a missão do Poder Judiciário, salvaguardar o cumprimento das legislações, garantindo equidade entre os cidadãos.

Não foi comum encontrar esse tipo de introdução, que busca estabelecer vínculos de cordialidade e afetividade, nos Avisos Ministeriais. Todavia, sua realização pode apontar para o grau de importância que o produtor textual quer atribuir a uma determinada comunicação oficial. Acredito que esse Aviso seja um exemplo disso, considerando a demanda que tal documento porta e objetiva realizar. É o que consta a oração: *que lhe assegure a colação de grau e a expedição do diploma de conclusão de curso superior, independente da sua regularidade no ENADE*.

O afeto de segurança é realizado pelo processo *assegure*, aqui, o produtor textual busca segurança quanto à expedição de um diploma de curso superior, frente ao Ministro do STJ, o qual tem a responsabilidade de dizer o direito. Para ele foi direcionada a honra e o pedido de segurança, independente da situação de regularidade de um cidadão ante o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Ora, houve uma amenização quanto à situação do estudante em questão. Solicitar uma colação de grau e expedição de diploma independente da regularidade de um exame que é componente curricular obrigatório nos cursos de graduação, conforme Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é reconhecer, a princípio, uma situação irregular.

Trata-se, pois, de estratégias para lograr o objetivo cultural. Aqui o gênero textual mostra-nos o contexto de cultura realizado no texto, este está situado socialmente no contexto da Administração Pública brasileira. O Ministro compreende, nesse ambiente, como organizar seus textos de acordo com a cultura a qual está inserido e também a reforça, quanto Ministro de Estado, em suas relações hierárquicas.

Seu nível de comprometimento, engajamento, se dá na conclusão, no último parágrafo, quando, por uma confirmação de expectativa, o produtor textual impele seu leitor a ser solidário com sua demanda. Inclusive atuando no campo de ação de seu leitor – fazendo o seu serviço, que é o jurisdicional, como se este não precisasse averiguar ou tampouco se preocupar com a regularidade do ato do Ministério da Educação, pois os elementos fatídicos e jurídicos, os necessários segundo Mercadante, já estão garantidos por este. De tal modo que o Ministro apenas aguarda de seu leitor a denegação da ordem pleiteada, isto é, “*a colação de grau e a expedição do diploma de conclusão de curso superior, independente da sua regularidade no ENADE*”.

Não estamos a julgar o direito quanto à regularidade ou irregularidade. Creio que o Ofício de resposta do Ministro do STJ o fez com a competência devida do Poder Judiciário. Contudo a prática de favores faz parte do contexto de cultura da administração pública brasileira, seja em qualquer dos três poderes da União – Legislativo, Executivo e Judiciário – como registrado em matéria da revista Isto É – Independente, de 6 de abril de 2009, Edição 2060, intitulada: *O esquema VIP no Judiciário*. A matéria em questão traz alguns Ofícios do STJ, figuras 7 e 8, os quais pedem atendimentos especiais, entre eles, o desembarque, em área restrita do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, de um juiz do STF e de sua esposa.

Figura 7: Ofício 018/08 - STJ



Poder Judiciário
Superior Tribunal de Justiça

OFÍCIO Nº 018/08
Representação do Superior Tribunal de Justiça
Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2008.

Solicito a Vossa Senhoria que seja providenciado atendimento especial para o desembarque do **Dr. CARLOS GUSTAVO VIANNA DIREITO, JUIZ DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, e esposa, Drª. THERESA DIREITO, dignitários do EXMº. Sr. MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,** conforme quadro abaixo:

DATA	ITINERÁRIO	VÔO/HORÁRIO
10/02/08	CDG/GIG	AF 0442 – 07:25 h

Solicito ainda que Sua Excelência, e esposa, **Drª. WANDA DIREITO,** possam ter acesso à área restrita desse aeroporto.

Informo que haverá um funcionário desta corte, devidamente credenciado pela INFRAERO ("AR"), para acompanhá-los no referido desembarque.

Respeitosamente,

 PI Fabiano Silva de Melo
 Representação STJ/CJ/RJ
 Nº 50 443-8
WAGNER CRISTIANO MORETZSOHN
 Chefe da Representação STJ/CJ/RJ

Dr. ELIS MARCIO RODRIGUES E SILVA
 INSPETOR CHEFE DA RECEITA FEDERAL
 AEROPORTO INTERNACIONAL ANTÔNIO CARLOS JOBIM - RJ

Em um segundo Ofício, solicita-se um “up grade” e “special service” a uma companhia aérea:

Figura 8: Ofício 116/08 - STJ



*Poder Judiciário
Superior Tribunal de Justiça*

OFÍCIO Nº 116/08
Representação do Superior Tribunal de Justiça
Rio de Janeiro, 09 de dezembro 2008.

Solicito a Vossa Senhoria que seja providenciado dentro do possível o “special service”, “up grade” e acesso à sala VIP dessa conceituada Companhia Aérea, para a excelentíssima Sra. Juíza Federal, **DÉBORA BLAISHMAN**, conforme quadro abaixo:

DATA	ITINERÁRIO	VÓO/HORÁRIO
10/12/08	GIG/MIAMI	AA 0990 – 23:35 h

Informo que haverá um funcionário desta Corte, devidamente credenciado pela INFRAERO (“AR”), para acompanhá-los no referido desembarque.

Respeitosamente,

Wagner Cristiano Moretzsohn

WAGNER CRISTIANO MORETZSOHN
Chefe da Representação STJ/CJF/ RJ

DR. HERLICHY BASTOS
GERENTE DA AMERICAN AIRLINES
AEROPORTO INTERNACIONAL ANTÔNIO CARLOS JOBIM-RJ

Como mencionado anteriormente, o texto porta em si o contexto de cultura, bem como os recursos linguísticos para se realizar um objetivo culturalmente situado. De tal forma que estas etapas estruturais realizam objetivos nem sempre de acordo com interesse público. A presença dessas estruturas pode ser um termômetro que acuse o interesse privado em meio aos interesses da coletividade, quando não os substituindo. A tradição, desde Machado de Assis, faz com que práticas sejam cristalizadas, de modo a tornarem-se normais. Não há constrangimento em registrar, em uma Comunicação Oficial, manifestações de honrarias e pedidos de *up grade* para uma companhia aérea, considerando que, neste último caso, há exigência direta de gastos com recursos financeiros públicos.

Nos Ofícios produzidos no Congresso Nacional, a presença da avaliação atitudinal de afeto-felicidade foi de 65%. Esse percentual revela a intencionalidade dos parlamentares quanto ao tipo de relações que buscam por em jogo no Parlamento. Mais do que administrar, atividade extraordinária do Poder Legislativo, deputados e senadores estão a fazer política de uma forma brasileira. A política implica também um campo de ação para a construção das identidades a serem dispostas no próprio jogo político e perante a sociedade. É o Homem Cordial, de Sérgio Buarque de Holanda, fazendo política de forma personalística. Contudo, os afetos de felicidades, vinculando cordialidades, não são gratuitos e tão pouco significam “boas maneiras” e civilidade, como escreve Holanda (1995, p.147). Principalmente considerando o princípio constitucional da impessoalidade, no agir da Administração Pública. Assim, os afetos de felicidade, direta ou indiretamente, são realizados como estratégia de conseguir de leitor parlamentar sua solidariedade política comprometendo-o.

O campo da experiência da afetividade pode estar relacionado aos participantes, quando de sua ocorrência em grupos nominais, ou pode ainda estar relacionado a circunstâncias, indicando o âmbito em que o processo se desdobra. Nos exemplos abaixo temos, nos números 77 e 78, exemplo de participantes em grupos nominais. No exemplo 79, a afetividade ocorre no campo da experiência de circunstância:

77. Certo da atenção de Vossa Excelência, expresso votos de estima e apreço⁷⁹;

78. Sendo o que se apresente para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração⁸⁰;

⁷⁹ Ofício no 59/2013 LID/PRB

⁸⁰ Of. no 181/2013 _ Bloco

79. Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar [...] ⁸¹.

O segundo tipo de avaliação atitudinal são os julgamentos. Como já expostos na teoria, podem ser de sanção ou estima social. Para Avisos e Ofícios temos os seguintes gráficos:

Gráfico 5: Avaliação de Julgamento em Avisos Ministeriais

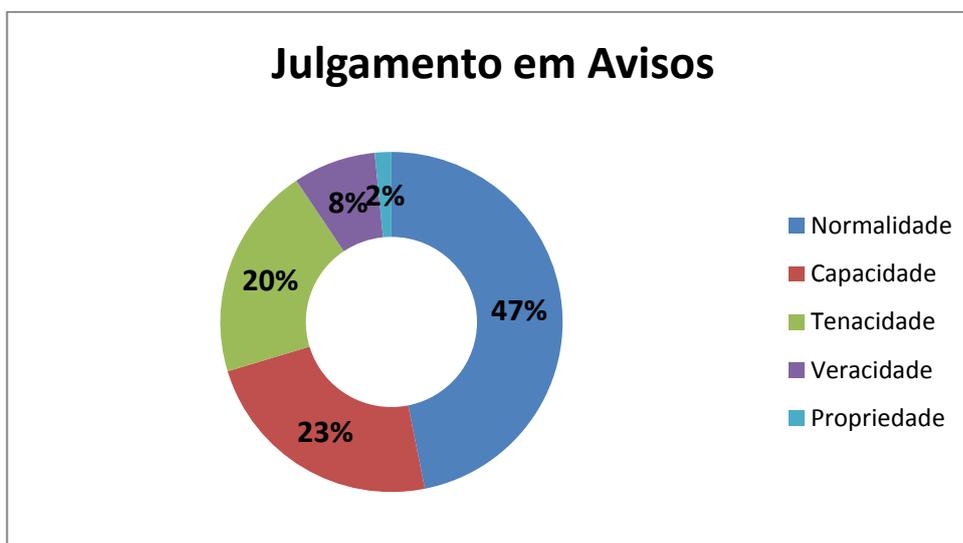
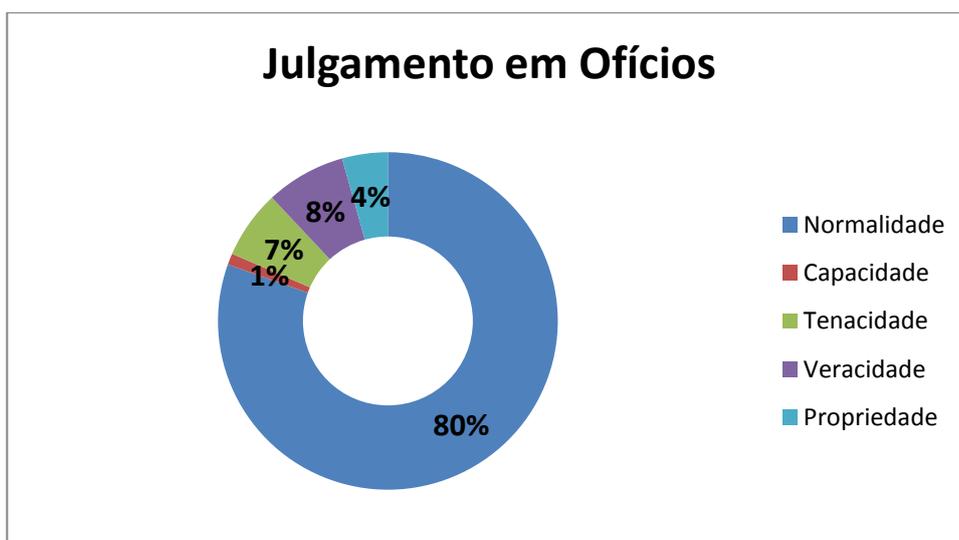


Gráfico 6: Avaliação de Julgamento em Ofícios



⁸¹ OF. N°. 054/12 –BLUFOR

O que se destaca dos gráficos 5 e 6 é o percentual do julgamento de Normalidade, o qual implica uma avaliação de estima social quanto aos comportamento humanos. No caso específico das redações oficiais, a Normalidade aqui envolveu o alto uso dos Pronomes de Tratamento, de adjetivos, vocativos e o fecho. Estes são realizados gramaticalmente por grupos nominais estando relacionados, no campo da experiência, aos participantes. Em especial o Congresso Nacional, em seus Ofícios, se mostra bastante cerimonialístico devido ao recorrente uso dos Tratamentos, como Vossa Excelência e Excelentíssimo. O uso do adjetivo que ocorreu para com os Presidentes das Casas Legislativa foi *Ilustre* Presidente, havendo a ocorrência particular do *Caro*. Ao passo que nos Avisos ministeriais, apesar do uso corrente do julgamento de Normalidade, 47%, se destacou em segundo e terceiro lugar os julgamentos de Capacidade e Tenacidade. No campo da experiência, estes são realizados pelos processos, representando as experiências, atividades e a missão das instituições públicas, como nos exemplos nº 80 e 81. Estes julgamentos estão relacionados à natureza e função do Poder Executivo, que é justamente executar, realizar os programas e projetos de governo. Portanto são avaliações quanto às ações de Estado dos Ministérios, que são avaliadas e destacadas nos Avisos.

80. Capacidade: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada a este Ministério, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro⁸²;

81. Tenacidade: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação mantém com as entidades representativas dos servidores da carreira de C&T permanente diálogo⁸³.

Note-se que as ocorrências dos julgamentos que não sejam Normalidade são mínimas nos Ofícios do Congresso Nacional, o que reforça a identidade que os parlamentares constroem em suas relações, assim como no uso dos Afetos de Felicidade. Além de cordiais, são identidades cerimoniais.

As avaliações atitudinais de apreciação são voltadas para coisas, objetos, fenômenos naturais, o que não seja o comportamento humano, conforme Thompson (2014, p.56).

⁸² Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

⁸³ Aviso nº 059 /MCTI

Contudo, as ações humanas, o que as pessoas produzem ou desenvolvem, são passíveis de apreciação. Os gráficos 7 e 8 apresentam as avaliações de apreciação ocorridas nos textos de Ofícios e Avisos.

Gráfico 7: Avaliação de Apreciação em Avisos



Gráfico 8: Avaliação de Apreciação em Ofícios



A apreciação mais corrente em ambos os gêneros textuais foi a avaliação de Impacto, um reação quanto ao que fatos e fenômenos provocam nas pessoas, especificamente se o impacto da reação cativou a atenção.

82. Sabemos que o esforço do nosso governo em ofertar serviços de qualidade ao maior número de brasileiros é público e notório⁸⁴;

83. Apenas como exemplo informo que foram convocados até o momento, em Brasília, 2073 profissionais para ocupar 600 vagas para o cargo de agente administrativo, no entanto permanecem em exercício apenas 514, havendo alto índice de pedidos de exoneração⁸⁵.

84. A partir de 2009 o Enem ganhou grande dimensionamento nacional, quando seus resultados passaram a ser utilizados nos processos seletivos das universidades públicas federais⁸⁶.

Nesses casos, a reação de impacto se constitui nessas comunicações oficiais como uma estratégia de argumentação, visando à solidariedade dos leitores, por meio de ações governamentais, sejam essas positivas, exemplos 82 e 84, ou negativas, exemplo 83, a fim de cativar a atenção do leitor para um fato que necessita de sua ação.

A apreciação de qualidade, também uma reação que se volta para a qualidade dos objetos, se resume no sentimento de agradabilidade que provoca nas pessoas.

85. O Termo de Compromisso assinado pelo Ministério do Planejamento com representantes de entidades sindicais, em 2011, prevê o fortalecimento de estruturas remuneratórias dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, com vistas ao nivelamento com a Estrutura Remuneratória Especial prevista no art. 19, da Lei nº 12.277/2010 e ao fortalecimento do vencimento básico⁸⁷.

Esta apreciação de Qualidade também está ligada a ações de governo ou leis, se constituindo dessa forma em um instrumento de argumentação, que por um instante foge à

⁸⁴ Ofício nº 1208/2013 – DEPAT

⁸⁵ Aviso nº 105/GM

⁸⁶ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

⁸⁷ Aviso nº 105/GM

personalidade, assim como o Impacto. Uma metáfora para as apreciações, até mesmo por sua natureza que se volta à avaliação de coisas e objetos, e não o comportamento humano, é a de uma ilha “impessoal”, cercada pelas águas da “personalidade”. Pois é mister destacar, que os textos se iniciam com o estabelecimento de relações de cunho pessoal e assim também se encerram.

4.2.2 *Avaliações de Engajamento e o jogo político*

Como apresentado na teoria, as avaliações de engajamento realizam na léxico-gramática o comprometimento do falante/escritor com o seu texto e com o seu leitor, a fim de obter deste alinhamento para as suas ideias. Nesse primeiro momento apresento gráficos que mostram em percentuais a ocorrência do posicionamento dialógico dos produtores textuais de redação oficial. Trata-se da Monoglossia e da Heteroglossia.

Gráfico 9: Monoglossia e heteroglossia em Avisos

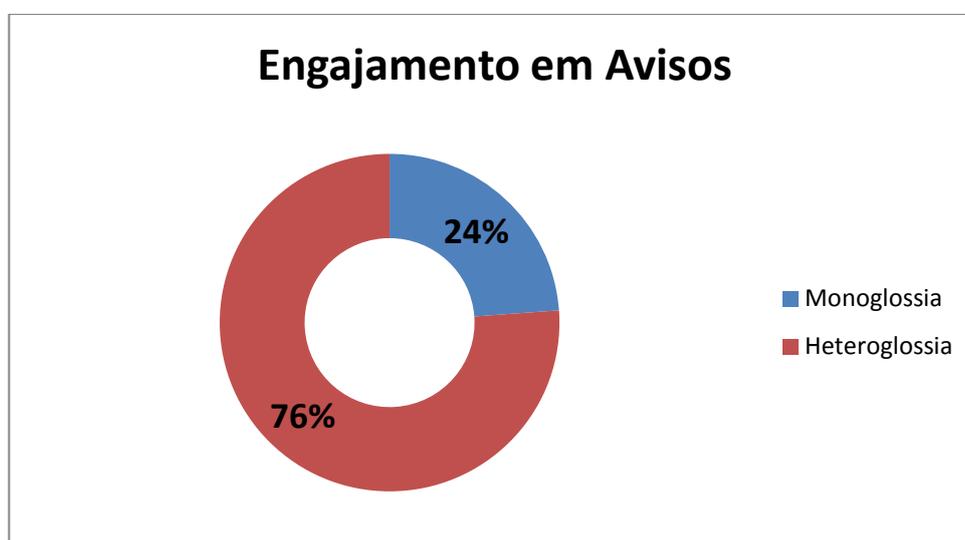


Gráfico 10: Monoglossia e Heteroglossia em Ofícios



O que se evidencia dos gráficos é que a monoglossia é mais presente nos textos parlamentares do que nos textos ministeriais. Acerca da monoglossia é importante trazer o entendimento de Martin e White (2005). Esses autores consideram a monoglossia como uma asserção nua, no sentido que ela contrasta com a diversidade das vozes heteroglóssicas não as reconhecendo, trata-se de uma estratégia do escritor para suprir possíveis enunciados divergentes de sua voz. O objetivo é fazer com o seu ponto de vista seja aceito como verdadeiro e único, como se não tivesse alternativas dialógicas.

Bare assertions obviously contrast with these heteroglossic options in not overtly referencing other voices or recognising alternative positions. As a consequence, the communicative context is construed as single voiced or, in Bakhtin's terms, 'monoglossic' and 'undialogised', at least for the brief textual moment taken up by the utterance. By this, the speaker/writer presents the current proposition as one which has no dialogistic alternatives which need to be recognised, or engaged with, in the current communicative context – as dialogistically inert and hence capable of being declared categorically (MARTIN e WHITE, 2005).

Como os autores afirmam, há efeitos precisos para a opção do posicionamento monoglóssico, levando-se em conta a natureza do contexto de cultura, no caso o ambiente institucional – Parlamento ou Ministério. Isso inclui o objetivo comunicativo perseguido pelos gêneros textuais. No caso do Congresso Nacional os gêneros buscam o convencimento de suas demandas. O jogo político tem no Parlamento sua arena de debate por excelência. É ali que se deseja ganhar a solidariedade do maior numero possível de deputados e senadores para

a aprovação de projetos de lei, de votação de emendas, inquéritos; bem como se discute o universo das leis, que é por natureza determinativo. Ora, diante de uma lei não se tem opções quanto ao seu cumprimento, se estas não estiverem prescritas em seu bojo. Portanto, argumentativamente, o posicionamento monoglóstico, a asserção nua e simples, atende às funções legislativas.

86. A Proposta de Emenda à Constituição no 32-A, de 1999, do Sr. Pompeo de Mattos, que “determina a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas, acrescentando inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal”⁸⁸;

87. A cooperação conjunta constituirá caminho para desenvolver novas tecnologias⁸⁹;

88. O primeiro, geral, versa sobre o “intercâmbio de informações objetivando transparência e controle dos recursos federais alocados na Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016”⁹⁰.

Por sua vez, os gêneros textuais dos Ministérios não possuem natureza determinativa, devido inclusive à missão destes Órgãos do Poder Executivo, o que não quer dizer que o posicionamento monoglóstico não esteja presente nos textos. O que ocorre no sentido administrativo é que, com os Avisos, os Ministros prestam conta das atividades de seus Órgãos para os demais Poderes ou para a sociedade, bem como solicitam recursos a outros Ministérios. Para tal é necessário justificar o porquê de suas solicitações, é necessário argumentar. Para isso o posicionamento heteroglóstico se adequa mais a essa função administrativa, pois permite a inclusão de outras vozes e pontos de vista, a fim de se obter a solidariedade de seu leitor. Vejamos agora como a heteroglossia ocorre em Avisos e Ofícios.

⁸⁸ Of. no 181/2013 _ Bloco

⁸⁹ OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2013

⁹⁰ OF. Nº 360/2012/CMA

Gráfico 11: A heteroglossia em Avisos Ministeriais

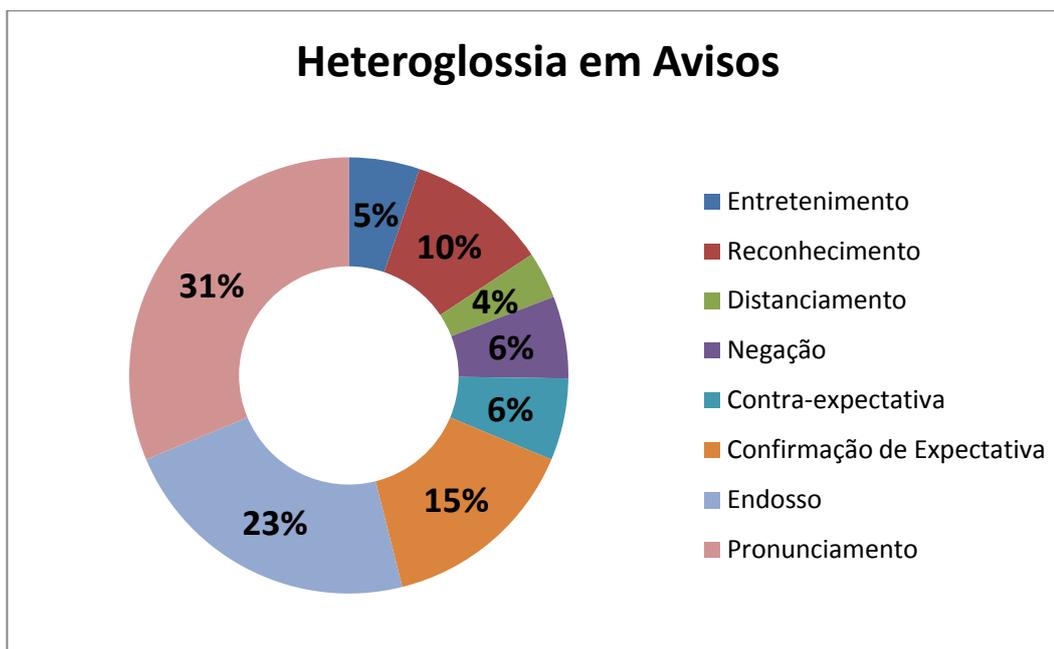
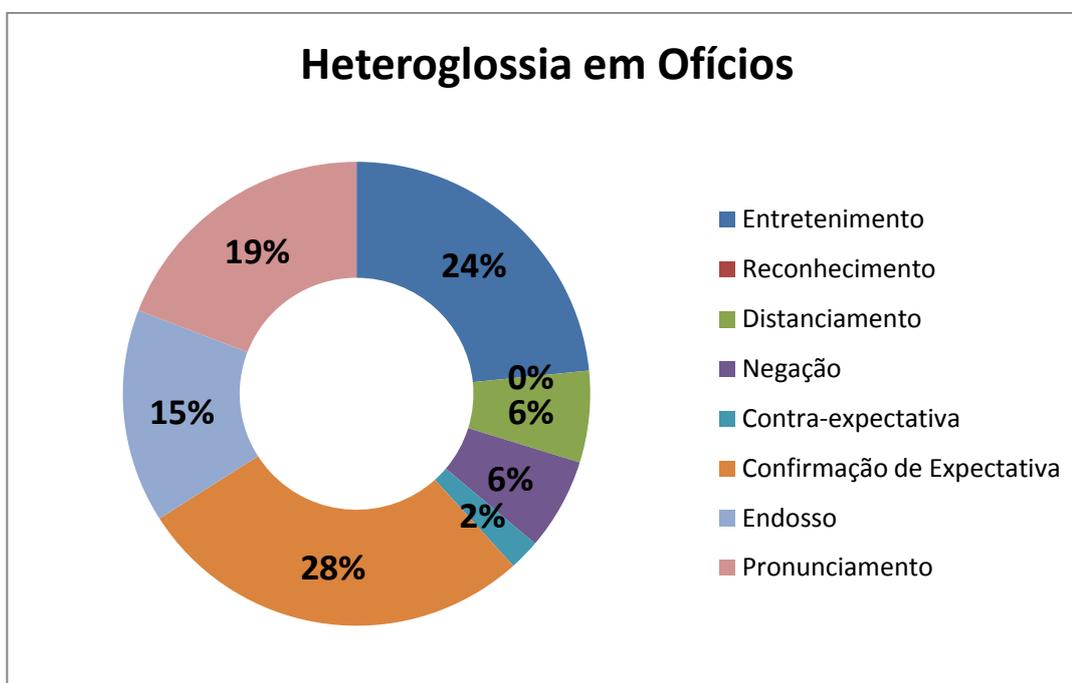


Gráfico 12: A heteroglossia em Ofícios



Com a heteroglossia de **Entretenimento**, a voz autoral do escritor, parlamentar ou ministro, indica sua subjetividade. Seu ponto de vista é mais um entre uma diversidade de possibilidades. Sua subjetividade realiza propostas quanto o ser fazer administrativo, visando

por vezes a solidariedade de seu leitor, para que este aceite sua proposta ou atenda a sua demanda. Esta avaliação foi realizada tipicamente por verbos, como nos exemplos abaixo, tendo seu campo da experiência relacionado aos processos.

89. Gostaria de contar com a Vossa colaboração⁹¹;

90. Acreditando que nas referidas informações encontram-se os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão (...) aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada⁹².

No **Reconhecimento**, o Ministro – não houve ocorrência desse tipo de heteroglossia nos Ofícios examinados – explicita o seu posicionamento invocando a voz de um terceiro que pode ser uma instituição, a proposta de uma comissão ou uma legislação. No campo da experiência, os processos são realizados na 3ª pessoa, justamente para invocar a voz do outro explicitando, a partir dessa voz, o seu posicionamento.

91. A proposta prevê reajustes nos anos de 2013 e 2014⁹³;

92. A proposta objetiva a parametrização com a Estrutura Remuneratória Especial⁹⁴.

No **Distanciamento**, o autor ao explicitar seu posicionamento, distanciando-se da proposição, ele não se responsabiliza por ela. No exemplo nº 93, as demandas de valorização da ciência e tecnologia são de responsabilidade das entidades sindicais, não do autor do texto, no caso o Ministro de Ciência e Tecnologia. Esse distanciamento é realizado por meio de processos em que os verbos se encontram na 3ª pessoa.

93. O Fórum de Entidades Sindicais da área de Ciência e Tecnologia apresenta demandas relativas à sua campanha de Valorização da C&T⁹⁵.

⁹¹ Aviso nº 105/GM

⁹² Aviso nº 111 / 2013-GM/MEC

⁹³ Aviso nº 105/GM

⁹⁴ Aviso nº 105/GM

⁹⁵ Aviso nº 059 /MCTI

Na redução dialógica de **Negação**, reconhece-se primeiramente uma posição alternativa, um fato administrativo, econômico ou de governo, para então rejeitá-lo. Nos textos, sua realização se dá no campo das circunstâncias, por meio do advérbio de negação:

94. Não me escusarei de responder a qualquer questionamento⁹⁶;

95. A medida não representa qualquer impacto financeiro⁹⁷.

Na **Contra-expectativa**, o escritor procura substituir uma determinada posição por outra, justificando a necessidade de substituição de forma avaliativa. Sua proposta se constitui adequada ou como uma solução. A contra-expectativa pode ser realizada no campo das circunstâncias, como nos exemplos:

96. Exijo profunda e meticulosa investigação no foro constitucionalmente adequado, qual seja, o Supremo Tribunal Federal;⁹⁸

97. Pelas razões acima expostas, apresento a proposta de reestruturação das tabelas remuneratórias.⁹⁹

Pela **Confirmação de Expectativa**, o escritor projeta o seu posicionamento em seu leitor, comprometendo a ação deste. Outras vezes o discurso do escritor torna-se contundente, lançando fora qualquer possibilidade de divergência, restando ao leitor a confirmação de expectativa. Esta é realizada no campo das circunstâncias, como no exemplo 98 ou no campo dos processos, exemplo 99:

98. Certo da atenção de Vossa Excelência, expresse votos de estima e apreço¹⁰⁰;

99. Diante da magnitude da operação, do algo grau de sigilo e segurança que demanda esse Exame e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro,

⁹⁶ Ofício Int. nº 33/GSDT

⁹⁷ Aviso 179/2014/gm-mapa

⁹⁸ Ofício Int. nº 33/GSDT

⁹⁹ Aviso nº 105/GM

¹⁰⁰ Ofício no 59/2013 LID/PRB

é imprescindível contar com o auxílio desse Ministério da Defesa na próxima aplicação do ENEM¹⁰¹.

A ocorrência do **Endosso** nas comunicações oficiais examinadas deu-se pela invocação de fontes externas, como leis, portarias, regimentos e os próprios órgãos de governo, para fins de validar ou tornar irrefutável a proposição do escritor. Seu campo da experiência é realizado por meio de circunstâncias:

100. Amparado nos termos regimentais, comunico Vossa Excelência que o Deputado Otoniel Lima (PRB-SP) não mais integrará, como membro Titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito¹⁰².
101. Com fulcro na mencionada Portaria, este Ministério enviava aviso a essa Casa Legislativa para cada caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização¹⁰³.

Por fim no **Pronunciamento**, o escritor das redações oficiais dá ênfase a algum fato, tornando-o relevante, seja para ganhar a solidariedade de seu leitor para atender a uma demanda ou para prestar contas de suas ações administrativas. Sua realização no campo da experiência se dá por circunstâncias, exemplo 102, ou por processos, com verbos como *destacar*, *salientar*, *ressaltar* e *esclarecer*, exemplo 103:

102. Assim, considerando a importância do pleito, estou convicto das medidas que serão adotadas¹⁰⁴;
103. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo,

¹⁰¹ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

¹⁰² Ofício no 59/2013 LID/PRB

¹⁰³ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

¹⁰⁴ Ofício nº 82/2013/GAB/ZD

Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício¹⁰⁵.

A ocorrência das avaliações heteroglóssicas em Avisos e Ofícios é diferente em seus percentuais conforme os gráficos 11 e 12. Percebe-se que nos Avisos Ministeriais as avaliações de Endosso e Pronunciamento são maiores em sua ocorrência, juntas equivalem a mais de 50% das avaliações de Engajamento. Chama a atenção também, por oposição aos Ofícios, a avaliação de Entretenimento em Avisos. Naqueles, sua ocorrência foi de 24%, ao passo que nos Avisos foi de apenas 5%. Destaca-se ainda nos Ofícios a Confirmação de Expectativa. A respeito dessas avaliações discorro a seguir.

O Pronunciamento foi a avaliação de Engajamento de maior ocorrência nos Avisos, sendo a terceira maior ocorrência nos Ofícios. Trata-se de um posicionamento que tende para a redução da dialogia, embora reconheça a presença de outras vozes e pontos de vistas, busca reduzir suas influências. A voz autoral salienta algo, um ponto de vista, a fim de clamar a solidariedade de seu leitor. Tal ênfase pode representar a presença de alguma resistência – outras vozes – ao que está sendo salientado pela voz autoral (MARTIN e WHITE, 2005). Segue sublinhado no Aviso nº 415/2013/GM-MEC exemplo de Pronunciamento:

Aviso nº 415/2013/GM-MEC

Brasília, 22 de Outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
CELSO AMORIM
Ministro de Estado da Defesa
Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, 6º andar
70049-900 – Brasília/DF

Assunto: Termo de Cooperação para aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade.

¹⁰⁵ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

Senhor Ministro,

1. Cumprimentando-o cordialmente, destaco que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma Autarquia Federal vinculada a este Ministério, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, utilizando parâmetros de qualidade e equidade, objetivando produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores e público em geral.

2. Uma das avaliações promovidas pelo Inep é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, que foi determinado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que intitui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Basicamente, o Enade tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos dos respectivos cursos de graduação do País, constituindo-se um dos pilares do Sinaes, juntamente com a avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.

3. No ano de 2012, as Forças Armadas do Brasil, por meio do Ministério da Defesa, apoiaram a operação para a aplicação do Enade no dia 25 de novembro. O apoio incluiu o transporte das provas para locais de difícil acesso, onde a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não conseguiu atender.

4. Este ano, as provas do Enade serão aplicadas no dia 24 de novembro, em todo território nacional.

5. Diante da importância, do alto grau de sigilo e segurança que demandam esse exame e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro, é imprescindível contar com o costumeiro apoio desse Ministério da defesa nas próximas aplicações do Enade.

6. Dessa forma, solicitamos a Vossa Excelência o apoio desse Ministério no sentido de propiciar a guarda segura, o transporte aéreo e marítimo do material de aplicação das edições do Enade no ano de 2013.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado da Educação

No Aviso nº 415/2013/GM-MEC há de fato ênfase à natureza da Instituição Inep, bem como ênfase a sua missão. Posteriormente o Ministro da Educação, perante o Ministro de Estado da Defesa, salienta a importância e o alto grau de sigilo e segurança que o Enade demanda, de tal forma que outra voz que se coloque em oposição à voz autoral pode representar insegurança e a violação do sigilo. De tal forma, fica reduzida a possibilidade dialógica do leitor em assumir uma voz alternativa, do contrário seu posicionamento seria uma resistência. É, pois, uma estratégia de argumentação para se obter a solidariedade do destinatário.

A mesma estratégia ocorre nos Ofícios, além de destacar algo no texto, pode se dirigir a resposta do leitor, comprometendo-a com as expectativas da voz autoral, como nos exemplos abaixo:

104. Assim, considerando a importância do pleito, estou convicto das medidas que serão adotadas, pelo que antecipo agradecimentos¹⁰⁶;

105. O Analista-Tributário da Receita Federal tem um papel fundamental nos mais de 17 mil km de fronteiras, no combate a pirataria, contrabando, descaminho e seus efeitos na economia, combate ao tráfico de drogas e armas de fogo¹⁰⁷.

Aqui também, uma voz que não se alinhe ao que o produtor textual dá ênfase, se coloca em uma posição que representa o favorecimento da pirataria, contrabando e o tráfico de drogas.

O Endosso, também uma contração dialógica, é um posicionamento no qual o escritor invoca fontes externas para atribuir validade a sua voz. Sua presença foi de 23% nos Avisos, sendo sua segunda maior ocorrência nesses documentos, e de 15% nos Ofícios, quarta maior ocorrência. Um exemplo é a invocação de leis, no texto, para validar o próprio discurso, como em:

106. Com meus cordiais cumprimentos, apresento a Vossa Excelência proposta de estrutura remuneratória para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho de que trata a Lei nº 11.355/2006.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Ofício nº 82/2013/GAB/ZD

¹⁰⁷ Ofício nº 1208/2013 – DEPAT

¹⁰⁸ Aviso nº 105/GM

Ora, o que se espera de um gestor público, principalmente na qualidade de Ministro de Estado é que, no que lhe compete quanto gestor, faça cumprir as Leis. Diante uma Lei, todos, seja na Administração Pública seja na sociedade, estão subordinados como um acordo social e legal. O excerto acima se trata do Aviso nº 105/GM, do Ministro de Estado da Saúde, dirigido à Ministra de Estado do Planejamento. Nele, o Ministro da Saúde invoca a Lei, uma autoridade externa, para validar sua demanda. Inclusive sua apresentação de proposta remuneratória é colocada no texto como sua contribuição para o cumprimento da legislação, a qual espera de sua leitora, também Ministra, que realize o seu dever dando cumprimento a Lei nº 11.355/2006. É provável que a maior ocorrência de Endosso nos Avisos, deva-se a natureza funcionalística dos Ministérios, os quais devem executar os planos de governo sempre em estrita observância das legislações. Das 26 ocorrências de Endosso nesses gêneros textuais, 17 ocorreram invocando legislações, emendas ou pareceres jurídicos. É, pois, uma forma de dizer o direito para o seu leitor, como uma estratégia de obrigá-lo para que cumpra a lei, pois do contrário pode se gerar uma ilegalidade. Nos Ofícios o posicionamento de Endosso também está relacionado a legislações, em especial os regimentos internos, das Casas Legislativas, contudo aí eles não se mostram preferenciais para a argumentação. Seu uso está ligado mais a um registro das atividades ordinárias dos parlamentares, como em:

107. Indico, nos termos do § 2º, art. 11-A do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Deputado Plínio Valério (PSDB-AM), como vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados¹⁰⁹.

A Confirmação de Expectativa é posicionamento de redução dialógica. Ela envolve formulações em que o remetente anuncia o comportamento do destinatário frente a sua proposição. Tal conhecimento prévio a cerca do comportamento do destinatário é uma projeção da vontade do produtor textual (MARTIN e WHITE, 2005). Esta relação de confirmação de expectativa é realizada nos Ofícios por meio de declarações retóricas, aquelas em que o escritor supõe perante seu leitor (outro parlamentar) que nenhuma resposta precisa ser pensada para uma determinada questão, uma vez que a resposta desejada se mostra óbvia, inclusive já apresentada pelo remetente. Dessa forma, escritor e leitor estão completamente em alinhamento em um senso comum, tendo-se o acordo dado como certo.

¹⁰⁹ OF/GABMIN/No 015/2013

108. Assim, considerando a importância do pleito, estou convicto das medidas que serão adotadas, pelo que antecipo agradecimentos¹¹⁰;
109. Certo da atenção de Vossa Excelência, expresso votos de estima e apreço¹¹¹.

Interessante constatar que o posicionamento de Endosso está atrelado, em alguns momentos, a avaliações atitudinais de Afeto de felicidade. Como nos exemplos acima. O entendimento do produtor textual é: Porque estou convicto de que concorda comigo e se alinha a mim, lhe expresso minha cordialidade e apreço. Nos Avisos, os ministros são menos incisivos afetivamente quanto a Confirmação de Expectativa. Buscam a solidariedade de seu leitor apelando para questões administrativas comuns a ambos como a preservação da estabilidade das instituições:

110. Ante o exposto, submeto à apreciação de V.Ex^a, objetivando a autorização para o preenchimento de 36, dos 62 cargos, conforme quadro anexo, mediante nomeação de candidatos aprovados e homologados no certame, de maneira a preservar a estabilidade institucional deste MDA no tocante à implementação de suas políticas públicas.¹¹²

4.2.3 Gradação, intensificando atitudes e níveis de comprometimento.

Conforme escreve Martin e White (2005), a gradação trata de um recurso para que falantes e escritores possam ajustar a intensidade das avaliações de atitude e os posicionamentos dialógicos do engajamento. Força e Foco compõem os dois eixos do Sistema de Gradação. Em ambos os gêneros textuais, de Avisos e Ofícios, a gradação de Força obteve maior ocorrência, como exposto nos gráficos 13 e 14.

¹¹⁰ Ofício nº 82/2013/GAB/ZD

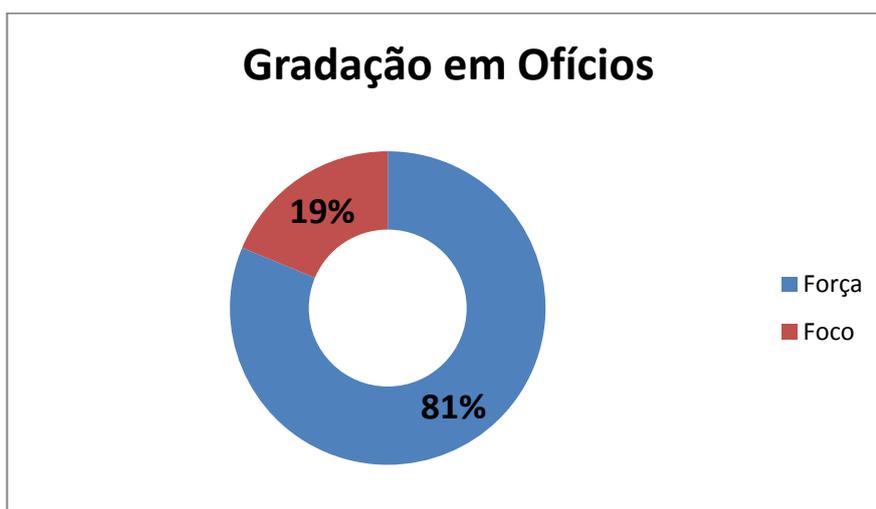
¹¹¹ Ofício nº 59/2013 LID/PRB

¹¹² Aviso nº 52/2012/MDA

Gráfico 13: Gradação em Avisos Ministeriais



Gráfico 14: Gradação em Ofícios



A Força gradua qualidades e processos, intensificando-os ou quantificando-os. Ao passo que o Foco gradua categorias que a princípio não são possíveis de serem graduadas. A preferência pela gradação de Força nesses gêneros textuais está no fato da considerável presença de qualidades e indicadores de modalidade. As qualidades estão associadas desde aquelas atribuídas ao leitor parlamentar ou ministro, na busca de estabelecer com este laços de estreita cordialidade, até as qualidades das ações de governo, como uma propaganda política, buscando a sensibilização e solidariedade do destinatário. Intensificar, pois, qualidades e processos que permitam o estabelecimento de uma relação aos moldes do Homem Cordial, nesse contexto político-administrativo, torna-se mais relevante aos objetivos culturais desses gêneros textuais analisados, do que a gradação de Foco, embora ela também ocorra acentuando ou atenuando entidades prototípicas.

Assim, temos os gráficos 15 e 16 que mostram a ocorrência das categorias de Força em Avisos e Ofícios:

Gráfico 15: Gradação de Força em Avisos Ministeriais

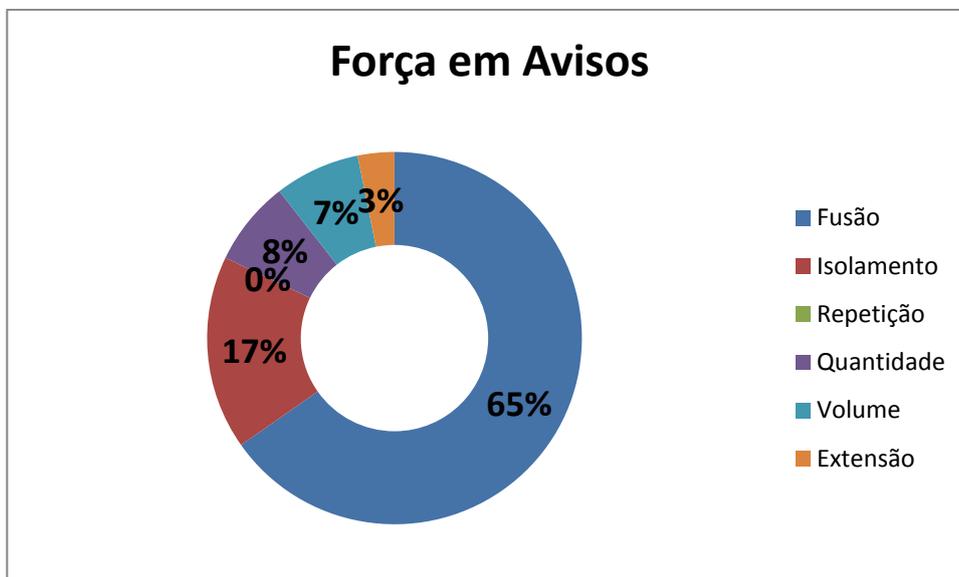
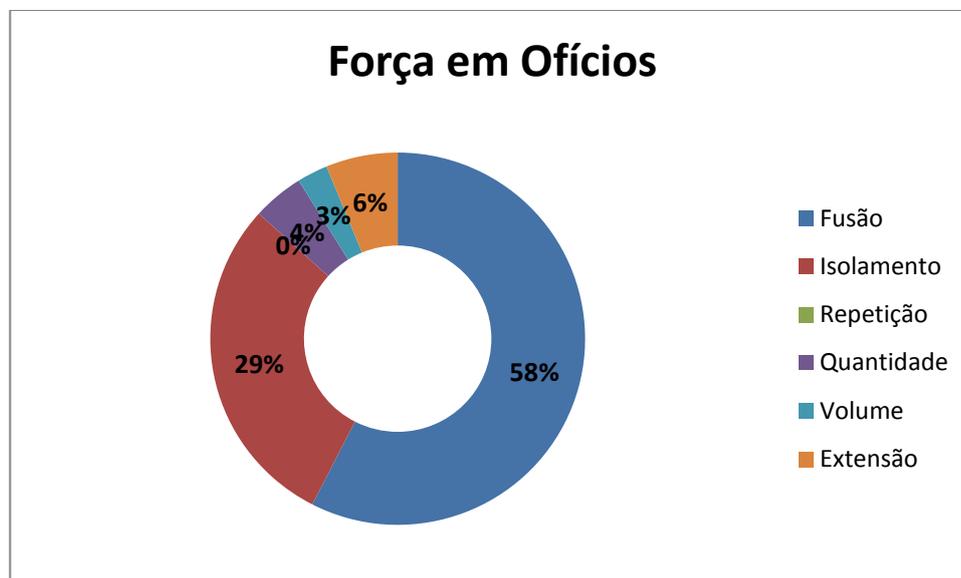


Gráfico 16: Gradação de Força em Ofícios



Destacam-se nos gráficos as categorias de Fusão e Isolamento, em ambos os gêneros textuais, elas estão em grande parte associadas ao tratamento que o produtor textual atribui ao seu leitor. A gradação de Fusão, em que o grau de intensidade está fusionado no próprio item lexical, ocorre com pronomes de tratamento, os vocativos e o uso da modalidade verbal.

- a. Pronomes de Tratamento: Vossa Excelência, Vossa Senhoria;
- b. Vocativo: Excelentíssimo, Ilustríssimo, Digníssimo (DD);
- c. Modalidade verbal: exijo, solicito, gostaria.

Quanto aos processos, ao exemplo da letra c, temos uma gradação quanto à intensidade de uma demanda: *exigir* é mais intenso que *solicitar*, que é mais intenso que *gostar*. Esses níveis de intensidade são percebidos pelo contexto discursivo e estão relacionados à polidez, que nos textos de Redação Oficial analisados geram a gradação. Contudo a presença de sinônimos, nos textos analisados, não indica gradação, como os seguintes processos: *informar* e *comunicar*. Porém ao cotejar estes com o verbo *ressaltar* tem-se então uma gradação. Nesse caso, a gradação surge a partir das semioses, os diferentes e possíveis sentidos que um léxico pode realizar. Assim, nos exemplos abaixo, as quatro orações têm a função de “informar”, porém os verbos utilizados não são sinônimos se tomados isoladamente, mas, ao serem usados para além de seus sentidos originais, eles geram gradação. *Ressaltar* e *destacar* podem ser considerados sinônimos, todavia estes são mais intensos do que *esclarecer*, e este é mais intenso do que *informar*:

111. Ressalto que este MCTI, por sua vez, tem um conjunto de sugestões;¹¹³
112. Destaco que informações detalhadas (...) constarão de relatório anexo a este Ofício;¹¹⁴
113. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos;¹¹⁵
114. Informo que o trâmite das operações de crédito (...) é atualizado diariamente.¹¹⁶

Nos Ofícios, o uso dos pronomes de Tratamento e dos Vocativos é mais recorrente do que nos Avisos. Isso aponta para um aspecto político e cultural que deriva da natureza da

¹¹³ Aviso nº 059 /MCTI

¹¹⁴ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

¹¹⁵ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

¹¹⁶ Aviso nº 132/GMF/MF-DF

instituição em que os textos são produzidos, o Parlamento Brasileiro. Quanto à gradação de Isolamento, em que o aumento ou diminuição da intensidade se dá pelo uso de advérbios e/ou locuções adverbiais, em ambos os gêneros ela está vinculada à Etapa Estrutural de Fecho: *Atenciosamente, Respeitosamente, Cordialmente*; e a locução adverbiais como: *Cumprimentando-o cordialmente*.

É mister ressaltar que esses mecanismos de gradação fazem parte da natureza da Redação Oficial, estando registrados nos manuais oficiais, para o devido uso. Há, portanto, uma escala segundo a hierarquia que o gestor público e o cidadão ocupam. Essa escala se dá de acordo com as posições assumidas na administração pública e na sociedade. Assim apresento um quadro dessa hierarquia segundo a realidade dos gêneros textuais, do uso da língua, e não segundo a orientação técnica dos manuais, a qual não é observada pelos produtores textuais, simplesmente por ela não atender plenamente aos objetivos culturais dentro do contexto da administração pública.

Quadro 24: Vocativos, Tratamentos e Fechos usados em Redação Oficial

Escala	Vocativos de dignidade	Vocativos afetivos	Pronomes de Tratamento	Fechos
+ ↑ ↓ -	Excelentíssimo Digníssimo Ilustríssimo Magnífico Doutor Senhor	Caro Prezado	Vossa Excelência Vossa Magnificência Vossa Senhoria	Atenciosamente Respeitosamente Cordialmente Com o abraço do

A gradação de Foco foi preterida em relação à de Força pelos motivos já expostos. Sua ocorrência se deu para acentuar fatos e situações de cunho administrativo a fim de chamar a atenção do leitor para o assunto da Comunicação Oficial, como nos exemplos abaixo:

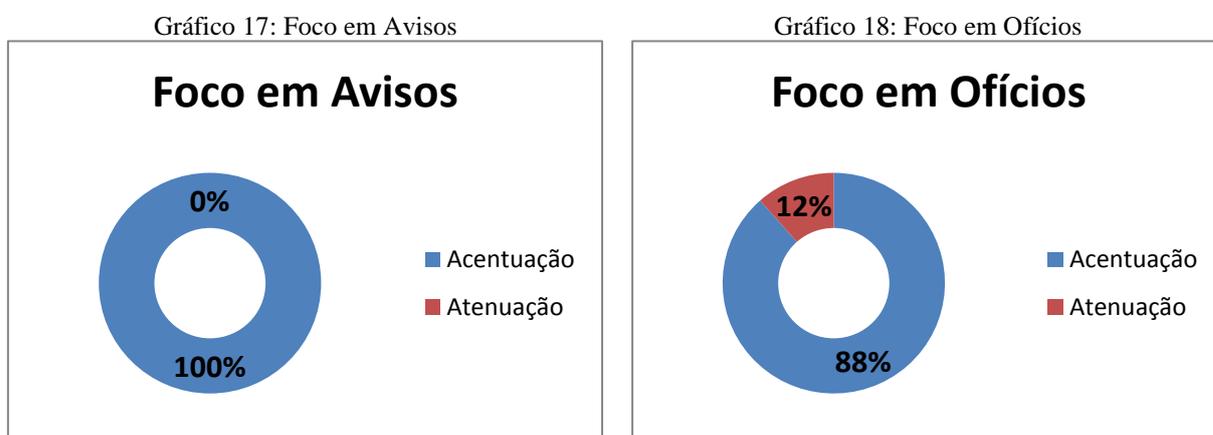
115. Utilizando parâmetros de qualidade e equidade;¹¹⁷

116. Objetivando produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores e público em geral.¹¹⁸

¹¹⁷ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

¹¹⁸ Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC

A seguir, apresento os gráficos 17 e 18 com o percentual de ocorrências da gradação de foco em Avisos e Ofícios:



Nas comunicações de Ofício, o foco foi usado também para acentuar afetos e cortesias como:

117. Com meus cordiais cumprimentos¹¹⁹;

118. Com meus sinceros cumprimentos¹²⁰;

119. Reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração¹²¹.

A atenuação ocorreu apenas no Ofício Int. nº 33/ GDST, do Senador Demostenes Torres, com o objetivo de minimizar possíveis suspeitas e investigações quanto ao processo sobre a quebra de decoro parlamentar que o mesmo sofreu, culminando em sua cassação. Como posto anteriormente, tal Ofício se diferencia da função ordinária desse gênero textual no Congresso Nacional. Contudo sua ocorrência e publicação do Diário do Senado Federal, registra outra funcionalidade permitida para esse gênero quando nas situações de inquérito e investigação contra os parlamentares. No excerto abaixo há um exemplo de atenuação:

¹¹⁹ OF. Nº. 054/12 –BLUFOR

¹²⁰ OF Nº 29/2003 – GAB.EF

¹²¹ Of. no 181/2013 _ Bloco

120. Reafirmo o que disse no Plenário: se existe alguma suspeita sobre o meu procedimento, exijo profunda e meticulosa investigação.¹²²

Assim o sistema de Gradação é utilizado nessas comunicações oficiais para regular a intensidade das relações interpessoais que se quer estabelecer. Está a serviço também da construção da identidade dos produtores textuais, é por meio dele que também se constrói o “homem cordial” na medida de seus afetos e cordialidades. Sua intensidade é dirigida para o leitor, ele é o objeto da afeição, pois dele se quer a solidariedade e o alinhamento de ideias.

4.2.4 Análise avaliativa de um Ofício parlamentar

Todas essas avaliações acontecem simultaneamente no texto, ao mesmo tempo em que se está avaliando por atitudes e se posicionando dialogicamente, se está também regulando o volume dessas avaliações e posicionamentos. Pode-se então perceber as intencionalidades do produtor textual, bem como o grau das mesmas. Levando-se sempre em conta os contextos sociais, de cultura e de situação, que são realizados no texto. Assim, vejamos os três eixos da avaliatividade no Ofício nº 33/GDST, de 27 de março de 2012, do então Senador Demóstenes Torres, do Partido Democratas, de Goiás (DEM/GO). Tal Ofício foi escrito quando ocorreu o processo de cassação que o mesmo sofreu por quebra de decoro parlamentar. Na ocasião, foi acusado de usar o mandato para atender a interesses do bicheiro Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira. O Ofício é direcionado ao então presidente do Senado, o Senador José Sarney.

¹²² Ofício Int. nº 33/GSDT

 Ofício nº 33/GDST

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Como Vossa Excelência tem acompanhado, sofro nas últimas semanas toda sorte de ataques à minha honra, sem que sejam observadas as garantias constitucionais previstas em qualquer Estado Democrático de Direito.

Meu desejo é ocupar a Tribuna do Senado tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos que, segundo afirmam, estão em poder do Procurador-Geral da República. Não me escusarei de responder a qualquer questionamento que, por ventura, seja feito pelos senhores senadores e senhoras senadoras.

Reafirmo o que disse no Plenário: se existe alguma suspeita sobre o meu procedimento, exijo profunda e meticulosa investigação no foro constitucionalmente adequado, qual seja, o Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para comunicar a Vossa Excelência que, para acompanhar a evolução dos fatos e versões noticiados nos últimos dias, me afastei hoje da liderança do Democratas no Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **Demóstenes Torres**.

Segundo o Sistema de Avaliatividade, temos as seguintes avaliações no texto do Senador:

A.	Senhor Presidente,
ENG:	
ATI:	
GRA:	Fusão

B.	Como	Vossa Excelência	Tem	Acompanhado
ENG:	Confirmação de expectativa			
ATI:		Normalidade		
GRA:		Fusão		

C.	Sofro	nas últimas semanas	toda sorte de ataques à minha honra,
ENG:	Monoglossia		
ATI:	(in) Segurança		Propriedade
GRA:	Fusão	Extensão	Toda sorte: quantidade

D.	sem que sejam	observadas	as garantias constitucionais	previstas	em qualquer Estado Democrático de Direito.
ENG:	Monoglossia				
ATI:	(In) Segurança				
GRA:					Em qualquer: acentuação

E.	Meu desejo	é	Ocupar	a Tribuna do Senado	tão logo
ENG:	Entretenimento				
ATI:					Extensão
GRA:					

F.	Tenha	Acesso	ao conteúdo dos autos
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			

G.	que, segundo afirmam,	estão	em poder	do Procurador-Geral da República.
ENG:	Distanciamento			
ATI:				
GRA:				

H.	Não me escusarei	de responder	a qualquer questionamento
ENG:	Negação		
ATI:	Tenacidade	Capacidade	
GRA:		Atenuação	

I.	que,	por ventura,	seja	feito	pelos senhores senadores e senhoras senadoras.
ENG:	Distanciamento				
ATI:		Impacto			
GRA:					

J.	Reafirmo	o que	disse	no Plenário:
ENG:	Monoglossia			
ATI:	Tenacidade			
GRA:				

K.	Se	existe	alguma	suspeita	sobre o meu procedimento,
ENG:	Entretenimento				
ATI:				Propriedade	
GRA:			Atenuação		

L.	Exijo	profunda e meticulosa	Investigação
ENG:	Monoglossia		
ATI:	Veracidade		
GRA:	Fusão	Volume e Acentuação	

M.	no foro constitucionalmente adequado,	qual seja,	o Supremo Tribunal Federal.
ENG:	Contra-expectativa		
ATI:	Propriedade (ético)		
GRA:	Acentuação		

N.	Aproveito	a oportunidade	para	comunicar	a Vossa Excelência
ENG:	Monoglossia				
ATI:	Valoração (vale a pena)				Normalidade
GRA:					Fusão

O.	que, para acompanhar	a evolução dos fatos e versões	noticiados	nos últimos dias,
ENG:	Distanciamento			
ATI:				
GRA:				Proximidade temporal

P.	me afastei	hoje	da liderança	do Democratas no Senado Federal.
ENG:	Confirmação de expectativa			
ATI:	Tenacidade			
GRA:	Proximidade temporal			

Q.	Atenciosamente,
ENG:	
ATI:	Normalidade
GRA:	Isolamento

O senador inicia seu texto partindo de uma confirmação de expectativa, convidando seus leitores a assumirem seu próprio ponto de vista, pois todos tem acompanhado um fato que é introduzido monoglossicamente, como verdade inquestionável: os ataques à honra sofridos pelo senador, sem que sejam observadas as garantias constitucionais de qualquer Estado de Direito. Ora, é possível medir o peso de tal afirmação, segundo a própria história de um país, quando suas as garantias constitucionais não são observadas. Trata-se de injustiças.

No quadro H há a construção da identidade do próprio senador, por meio da Tenacidade e Capacidade, julgamentos de estima social que realizam a confiança e a competência, pois ele não se escusará de dar satisfações, ao contrário, mostrar-se-á capaz de responder a qualquer questionamento dos parlamentares.

Construída essa identidade de tenacidade e capacidade, confiança e competência, o que o faz resistir aos ataques contra a própria honra, é o momento de por em dúvida e questionar a legitimidade das acusações. É o que faz nos quadros J e K. Usando um posicionamento monoglóssico, ele reafirma o que pronunciou no plenário e põe em dúvida as acusações, reduzindo o potencial dialógico de outros pontos de vista: *se existe alguma suspeita sobre o meu procedimento*. Considerando por meio do entretenimento a possibilidade de outros pontos de vista quanto ao seu procedimento, sua identidade novamente é retomada, acrescida agora de Veracidade, honestidade. Inclusive, pouco usual é a presença do verbo *exigir*, uma gradação de força, para realizar solicitações por meio de comunicações oficiais, contudo nesse caso trata-se da exigência que a honestidade reclama.

Todavia tal exigência põe em cheque a competência do Plenário do Senado Federal, em outras palavras, a competência dos Senadores para julgá-lo. Aqui se faz necessário, recorrer ao contexto de cultura parlamentar e administrativa, isso implica no conhecimento de regimentos e da Constituição. Note-se que o Senador do DEM apresenta uma contra-expectativa para o agente de seu julgamento, o Supremo Tribunal Federal – STF. O qual considera constitucionalmente adequado. Ao usar da gradação de acentuação, por oposição classifica o Senado como inadequado.

Pela declaração do Senador do Democratas, baseada em sua identidade tenaz, competente e honesta, espera-se que ele esteja sendo verdadeiro e possua os devidos conhecimentos legislativos que se espera de um parlamentar, ao afirmar que o STF é o foro adequado, constitucionalmente, para julgá-lo. Do contrário, ou o ele não possui o conhecimento constitucional ou agiu de má fé. Vejamos então o que a Constituição de 1988 (BRASIL, 2012) prescreve para os casos de quebra de decoro parlamentar:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta,

mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Diante do Art. 55, não se sustenta a declaração do parlamentar e conforme a Constituição, o então senador Demostenes Torres foi cassado pelo Plenário do Senado Federal, em sessão de voto secreto.

4.2.5 Considerações

O que se evidenciou nas comunicações oficiais analisadas, por meio do Sistema de Avaliatividade, é que as negociações nas relações interpessoais assumem características de cunho pessoal e informal, impelindo o destinatário, um agente político, a assumir uma resposta solidária ao seu interlocutor, mais por força da pessoalidade do que pela postura que se espera de alguém que possui um cargo público. Tal postura deve se nortear pelos princípios constitucionais e administrativos: legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e efetividade.

Charaudeau (2013, p.180) afirma que tentar atingir afetivamente seu interlocutor, dramatizando o discurso, é uma forma de predispor-lo a aderir à ideia defendida. É, pois uma faceta do discurso político, sua influência dá-se mais pelo afeto que pela razão, mais pelos sentimentos irracionais provocados no leitor, que pela reflexão, mais pela oferta de imagens pessoais que se faz circular no mercado político que pela oferta de argumentos que poderiam ser discutidos. O *ethos* (a construção da imagem de si) oculta o *logos* (a razão e o raciocínio), uma vez que não permite a discussão. Segundo Maingueneau (2008) a prova pelo *ethos* mobiliza efetivamente tudo o que, na enunciação discursiva, contribui para formar a imagem do produtor textual a um determinado público leitor. A escolha das palavras, os argumentos, as avaliações, as gradações, os posicionamentos dialógicos e as modalidades são recursos linguísticos pelos quais o escritor dá de si mesmo uma imagem psicológica e sociológica. De tal forma, o *ethos* implica uma experiência sensível do texto, pois toca a afetividade do leitor, apresentando-se tão eficaz, ou até mais, que o *logos*, que corresponde aos argumentos. Maingueneau (2008, p.14) conclui que o *ethos* pode inclusive inverter a hierarquia moral entre o inteligível e o sensível, entre o ser e o parecer, tendo em vista que o produtor textual pode mostrar em seu discurso um *ethos* mentiroso.

As análises da avaliatividade mostram ainda um agir diferente das instituições públicas quanto às avaliações e à forma de agir nos textos de Redação Oficial. Como visto, o *ethos* concorre com o *logos*. Aquele pertence ao domínio das representações sociais: a figura da fidelidade, da honestidade, da ética e do homem cordial. Assim o exercício e o bom desempenho da administração pública ficam comprometidos, uma vez que a força do *ethos* faz os agentes públicos aderir por “cordialidades” às pessoas e não às ideias. O serviço público dá lugar à pessoalidade e seus interesses privados, esvaziando-se de seu caráter público, que é o interesse da coletividade.

A influência da pessoalidade causa mudanças na configuração desses gêneros textuais a fim de que os mesmos logrem o propósito cultural estabelecido. As escolhas léxico-gramaticais esboçam outra configuração do gênero Ofício, diferente da prescrita nos manuais oficiais, o qual por vezes assume configuração de carta/email pessoal.

De tal forma é possível descrever uma geografia desses gêneros textuais. No primeiro parágrafo ou primeiro período o escritor de redação oficial estabelece a relação interpessoal com o seu leitor, ele dá o tom dessa relação pelo tipo de vínculo que quer estabelecer, para isso fara o uso de avaliações de atitude, em especial afeto. O vínculo de caráter afetivo tem o objetivo de, também, construir a autoimagem do escritor, o “homem cordial”. Construída essa imagem e a relação interpessoal, então se prossegue ao que seria o assunto do texto, uma demanda ou uma informação. Nesse momento o escritor demonstra o quanto engajado está com o seu discurso, realiza aqui estratégias de argumentação e convencimento a fim de galgar a solidariedade de seu leitor. Na conclusão do texto, por vezes o ultimo parágrafo ou período, o produtor retoma a cordialidade apresentada na introdução com o uso de avaliações de afetos e gradações dessas emoções, podendo por fim, inclusive comprometer a resposta de seu leitor com engajamentos de confirmação de expectativa.

Tal configuração genérica deve ser tida em conta quanto à capacitação de servidores públicos, bem como a formação de uma cultura de profissionalização na administração pública. Deve se considerar que o texto escrito é o meio, quase que exclusivo no sentido da efetividade, da administração pública comunicar e atuar. No texto escrito, a administração tem seu marco e amparo legal para a execução dos serviços públicos. Por meio dele, pode-se averiguar a legalidade, o motivo e a finalidade de um ato administrativo. Sendo assim a Linguística Sistêmico-Funcional pode contribuir para a capacitação profissional dos servidores e funcionários que trabalham com a produção textual em órgãos públicos, bem como permitir intelecção e a presença de ideologias que atentam contra os princípios administrativos. Pois se pelo texto escrito a Administração Pública atua em nome e em prol da

sociedade, é preciso ter em mente que por esses textos se dão a garantia e a efetividade dos serviços prestados. Eles também são um indicador de cultura, por meio desses textos é possível orientar formações e competências profissionais a fim de atender o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Tal decreto Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Em seu Art. 3º, dá-se a seguinte diretriz:

Art. 3º São diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:

IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

Com a devida formação, baseada na realidade dos gêneros textuais, pode-se então atender a uma das finalidades previstas no decreto supracitado:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

I - melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;

5 CAPÍTULO V – O INDIVÍDUO VERSUS O CIDADÃO: ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA

A proposta de análise crítico-discursiva textualmente orientada de Norman Fairclough encontra-se dentro do contexto histórico atual nomeado de Modernidade Tardia. Este termo está alinhado ao pensamento de sociólogos, como Zygmunt Bauman e Anthony Giddens.

É de Bauman o livro que nomeia o atual período histórico que a sociedade contemporânea vive: *Modernidade Líquida* (2001). Um dos eixos dessa teoria, que a Análise do Discurso Crítica (ADC) busca investigar, entre outros aspectos, é a relação da construção e do desenvolvimento das identidades. Assim, esta dissertação descreve e analisa a construção dessas identidades em gêneros textuais produzidos no âmbito da administração pública brasileira, bem como as identidades que os produtores desses textos atribuem a si e a seus leitores, como forma de estabelecer relações na esfera político-governamental.

Antes de tratar sobre a identidade, discorreremos sobre o conceito de Modernidade Tardia a fim de que possamos situar o conceito de identidade. Parece não haver um consenso quanto às terminologias usadas, por sociólogos, filósofos e demais pensadores, para categorizar o período atual que a humanidade vive. Assim, têm-se diferentes nomenclaturas para a Era Contemporânea: Modernidade Líquida, Segunda Modernidade, Modernidade Tardia, Pós-Modernidade.

Bauman (2001) escreve que a Modernidade Líquida se dá como a segunda e atual fase do capitalismo. A primeira fase deste é chamada de Fordismo, o qual se configura com a divisão do trabalho em atividades manuais e intelectuais. Ora, tal divisão nos remete ao pensamento de Marx, que em *Ideologia Alemã* (MARX, 1987) afirma ser a divisão de classes uma consequência da divisão do trabalho, gerando por fim uma ideologia de classe dominante. No Fordismo, também chamado de capitalismo pesado, as relações são estabelecidas sob rígido controle. Trata-se do racionalismo instrumental que consiste na divisão do trabalho em atividades manuais e intelectuais, bem como o controle dessas atividades e dos trabalhadores por meio da administração. Tal controle e racionalismo são estendidos para as relações societárias. Os objetivos da vida e condição humana são validados por instituições, as quais fornecem referenciais para os indivíduos.

Diferente dessa primeira fase, a segunda é chamada de capitalismo leve – nas palavras de Fairclough, Novo Capitalismo –, por isso “líquido”. Esse termo remete a ideia de fluidez.

Um fluido, não mantém sua forma com facilidade e está constantemente pronto e propenso a mudá-la. A mobilidade dos fluídos os associa à ideia de leveza. De tal forma, associamos leveza ou ausência de peso à mobilidade e à inconstância. Líquido é, pois, a principal metáfora que Bauman (2001) usa para o estágio presente da Era Contemporânea. Nessa fase, o que era sólido no capitalismo pesado – as referências e as instituições – foram derretidos. Na ausência do que foi derretido, entra em cena, com a missão de se autodeterminar, o indivíduo por meio de sua liberdade. A este é imputado juntamente, a responsabilidade de suas escolhas bem como as consequências das mesmas.

A terminologia que Fairclough (1999) usa para se referir ao período atual, Modernidade Tardia, ele a toma de Giddens (1990), o qual teoriza que a sociedade contemporânea é melhor caracterizada pelo termo "modernidade tardia". Segundo Giddens, as sociedades da modernidade tardia são moldadas pela extensão e desenvolvimento das mesmas forças sociais que estruturaram a vida social da era moderna, a anterior à era contemporânea. Dessa forma não haveria uma ruptura, mas uma continuidade, pois as instituições que forneciam referências na era moderna, não perderam sua força e nem foram extintas, mas desenvolveram sua extensão à era atual. Tardia, pois seus efeitos de modernidade, do capitalismo pesado, são vivenciados na era contemporânea. A extensão e o desenvolvimento das mesmas forças se dão pelo desencaixe do tempo e do espaço. Tal desencaixe desloca as relações sociais de seus lugares específicos, estabelecidos nas tradições. Agora eles são recombinados através de grandes distâncias no tempo e no espaço. Como resultado, atuam na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana. Um exemplo de desencaixe era o papel da mulher, na sociedade brasileira, nos idos de 1920. Seu lugar específico era na família com a função exclusiva de educar os filhos. Essa relação foi desencaixada de seu lugar específico, a mulher assumiu outros espaços, como a sala de aula exercendo o magistério. O desencaixe resultou na perda da tradição como referencial para a construção das identidades. No sentido de exclusividade, pois, como posto, para Giddens há uma continuidade e não uma ruptura. Assim, nenhum molde foi derretido sem que por outro fosse substituído. Tal derretimento impele o indivíduo a se responsabilizar pelas suas próprias escolhas.

Em sua obra intitulada *Modernidade e Identidade* (2002), Giddens argumenta que as interações sociais foram limitadas pelo tempo e pelo espaço. Se uma pessoa queria falar com um parente em outra cidade, deveria viajar longas distâncias de espaço e tempo. Na modernidade tardia, no entanto, as interações sociais se deslocaram de tais contextos locais. A comunicação eletrônica, os sistemas de transportes avançados e sistemas econômicos e culturais globalizados tornaram possível interagir com outras pessoas sem levar em conta as

restrições de tempo e espaço. As linhas que separavam o local do global, o momento passado e o momento futuro, foram apagadas, deu-se lugar a instantaneidade.

Giddens (2002) afirma também que a sociedade pré-moderna foi estruturada em grande parte, pela tradição. Em tais culturas tradicionais, as pessoas não precisam pensar como devem agir ou decidir nos diferentes ambientes sociais, pois suas ações e o seu proceder já estão determinados e prescritos pelos costumes e tradições de suas culturas. A modernidade tardia, no entanto, é caracterizada por uma cultura pós-tradicional em que a tradição perde seu poder e as pessoas têm maior capacidade de reflexividade quanto às suas ações. Elas podem fazer escolhas acerca de suas ações e de suas próprias identidades. Porque a tradição diminui, o indivíduo torna-se o novo centro de agência e de responsabilidade. Portanto, a Giddens essa pesquisa se alinha quanto à realidade das tradições e instituições, pois seu pensamento dá sustentação às análises realizadas tendo em vista instituições da administração pública brasileira.

5.1 As Instituições Sociais

Como mencionado, para Giddens (2002) não há uma ruptura com as tradições e instituições do Capitalismo Pesado, mas uma continuidade destas no Novo Capitalismo. Essa continuidade se configura também pela agência do indivíduo em meio às tradições e às instituições, em uma cultura de compra. Compra inclusive de identidades. Assim, as instituições desenvolvem o papel de oferecer padrões e comportamentos aos indivíduos, diante agora da agência desses. Elas constituem, de certa maneira, parte do mercado de identidades. Acerca das instituições sociais, Fichter conceitua-as como:

Estruturas relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas. (Fichter apud Lakatos, 1990, p.166)

Eva Lakatos (1990, p.167) escreve que as instituições podem ser, quanto a sua origem, espontâneas (família) ou criadas (igrejas); quanto a sua natureza, regulativas (Estado) ou operativas (um órgão do Estado). Apresentam ainda cinco características funcionais:

- a. Finalidade: satisfação das necessidades sociais;
- b. Conteúdo relativamente permanente: padrões, papeis e relação entre indivíduos da mesma cultura;
- c. Estruturação: combinações de padrões de comportamento dos componentes (pessoas, equipamentos e organização);
- d. Unificação: cada instituição funciona como uma unidade que lhe dá coesão;
- e. Valores: códigos de conduta.

Assim, segundo o autor, as principais instituições sociais são: a família, a igreja, o Estado, a empresa e a escola. A instituição Estado tem a função de garantir a soberania de seus povos e/ou nações; manter a ordem, por isso está investido de poder coercitivo, proibindo atos e obrigando outros aos seus cidadãos; e promover o bem-estar social dos seus. Em um nível mais apurado, há instituições dentro da instituição Estado, instituições políticas com objetivos regulatórios e operacionais, como a instituição Congresso Nacional, que segundo sua natureza constitucional e constitutiva tem a finalidade de legislar, regular princípios e valores da nação brasileira. Os Ministérios de Estado tem a finalidade operativa para realizar o bem-estar social garantindo saúde, educação, justiça e segurança por exemplo.

Como mencionado essas instituições possuem valores, códigos de conduta, segundo a sociedade que representam, pois a partir dela essas instituições se compõem. Nelas estão os valores sociais e culturais estabelecidos e determinados por um povo. Portanto as instituições tendem a orientar e manter relativamente estáveis padrões de comportamento de seus membros, podendo fazer isso por meio de ideologias. Uma instituição de natureza regulativa ou orientadora, como órgãos governamentais e o parlamento, mantem em seu bojo estruturas e organizações que lhe dão coesão, segundo os valores nelas presentes e que orientam o comportamento de seus membros.

Falar de ações de Estado é falar de relações de poder, legitimidade e autoridade. Lakatos (1990, p.186) escreve que, a partir de uma orientação weberiana, poder é a capacidade que um indivíduo ou um grupo de indivíduos tem de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem, uma demanda. A legitimidade então corresponde à aceitação do exercício do poder, pois ela materializa um valor cultural acatado por todos os subordinados. A autoridade é portando um poder que é legítimo.

Segundo a autora, a autoridade se faz em três diferentes categorias: tradicional, o poder é exercido segundo o costume e as tradições (família); carismática, o poder é exercido em decorrência da influência de uma personalidade com a qual os subordinados se identificam; e por fim a burocrática (racional ou legal), nela os subordinados a aceitam, pois consideram legítimos os preceitos adotados, como leis e regulamentos, emanando desses preceitos a autoridade dos que exercem o poder. De fato a socialização dessa autoridade em uma instituição é encarada como aprendizagem e internalização de elementos socioculturais, de normas e valores pelo indivíduo, os quais formam a sua personalidade. Portanto os indivíduos diante desse processo podem reagir a ele de duas formas: conformando-se ou desviando-se.

Conformidade é, pois, o comportamento dos membros de uma instituição orientados segundo as normas estabelecidas, de acordo com o tipo de autoridade, tradicional, carismática ou burocrática. O Desvio por sua vez é uma infração motivada da norma estabelecida. Conformidade e desvio são comportamentos motivados dos membros de uma instituição, a maneira de se comportar se dá nas relações sociais. Um elemento importante para as relações é a expectativa do comportamento dos seus membros frente às normas estabelecidas, a previsão quanto à conformidade e o desvio. Essa previsão pode influenciar as ações futuras dos membros e das lideranças para, por exemplo, evitar desvios e estabelecer controle social ou estimular e manter conformidades, também uma forma de controle.

Lakatos (1990, p.222) afirma que o desvio é um comportamento disfuncional em relação ao grupo onde ocorre e que o mesmo é desprovido de conotações valorativas. Deve-se considerar, ainda, que uma sociedade é composta de diferentes grupos e instituições, os quais podem estar em oposição entre si quanto aos seus valores. Portanto, o desvio não pode ser considerado, necessariamente, de valor negativo. Por exemplo, se um grupo de parlamentares se organiza para praticar atos de improbidade administrativa, corrupção, e um determinado membro desse grupo deseja abandonar a prática criminosa, este comete um desvio em relação ao comportamento funcional do grupo de corruptores, no entanto tal comportamento é considerado positivo frente às normas de outro grupo que se opõe a tais práticas. O que motiva os membros de uma instituição à conformidade ou ao desvio são os seguintes fatores, segundo a autora:

Para a Conformidade:

- a. **Socialização:** processo de interiorização das normas sociais que se integram na estrutura da personalidade;

- b. **Isolamento:** processo no qual a pessoa se adapta a diversas normas e valores em conflito, e a diferentes momentos e lugares. Assim a ação apropriada para cada ocasião permanecerá restrita a ela;
- c. **Hierarquia:** normas e valores de um sistema sociocultural são classificados por ordem de precedência, a fim de serem selecionados de acordo com a necessidade e ocasião;
- d. **Controle Social:** pode se dar como uma antecipação do comportamento. Uma pessoa socializada pode prever as consequências de seu comportamento desviado;
- e. **Ideologia:** pode reforçar a conformidade dos membros de uma instituição, ou pode contestar a validade das normas e valores, promovendo um comportamento de desvio;
- f. **Interesses Adquiridos:** normas sociais definem não apenas obrigações, mas também direitos para os seus membros. O que de certa forma contribui para a conformidade já que tais normas podem legitimar vantagens, transformando-as em direitos adquiridos, reforçando dessa maneira o apoio as normas.

Para o Desvio:

- a. **Socialização falha:** quando age o ponto de vista pessoal dos que aderem as normas
- b. **Sanções fracas:** se as sanções para a conformidade ou desvio são fracas, perdem muito de seu poder de orientação ou determinação do comportamento;
- c. **Cumprimento medíocre das sanções:** atua no desinteresse da conformidade;
- d. **Facilidade de racionalização:** processo pelo qual a pessoa que interiorizou as normas sociais justifica seu comportamento em desvio, reconciliando-o com sua autoimagem de pessoa digna de confiança, seguidora das normas sociais;

- e. **Alcance indefinido da norma:** a norma não alcança a todos, mas salvaguarda alguns;
- f. **Sigilo das infrações;**
- g. **Execução injusta ou corrupta da lei;**
- h. **Legitimação cultural do desvio;**
- i. **Sentimento de lealdade para com o grupo em desvio.**

Portanto, tais fatores são reforços e realizações das identidades dos membros que atuam nas instituições sociais segundo suas motivações. Nos gêneros de Redação Oficial foram encontrados:

- A. Hierarquia, essa oscila entre a impessoalidade e a personalidade como:
 - a. Vossa Excelência e Caro Presidente Renan;
 - b. Atenciosamente e Cordialmente;
 - c. Dirijo-me a Vossa Excelência e Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência.
- B. Controle Social, forma de orientar a ação do leitor por meio da cordialidade:
 - a. Estou convicto das medidas que serão adotadas, pelo que antecipo agradecimentos.
- C. Ideologias: a legitimação cultural do desvio (personalidade) é vista como cordialidade e boas maneiras.
- D. Socialização falha: o fato de um parlamentar registrar manualmente marcas de personalidade em um documento oficial, como se tivera corrigindo-o, é um registro do seu ponto de vista pessoal para com o serviço público.

Esses fatores apresentados foram registrados nos textos, contudo é sabido por meio das mídias que os outros fatores estão presentes nessas instituições, como sigilo de infrações e o cumprimento medíocre das sanções, execução corrupta da lei, entre outros. Contudo interessa-nos o que está registrado nos textos em sua léxico-gramática. Assim esses registros e fatores concorrem para a construção das identidades dos membros que compõem essas instituições.

5.2 A identidade na Modernidade Tardia: a crise de identidade

Ao conceituar identidade Stuart Hall (2006) parte do sujeito, que é o possuidor da identidade. Então a concepção de identidade parte da ideia de sujeito, a qual é desenhada em três diferentes formas. O sujeito do Iluminismo, a pessoa como um indivíduo totalmente centrado e unificado, o centro do eu é a sua identidade; O sujeito sociológico, seu núcleo interior não é autônomo nem autossuficiente, ele é formado na relação com outras pessoas importantes para o sujeito, as quais medeiam para ele a cultura; e o sujeito pós-moderno, diferente dos outros que se pretendem fixos, estáveis e biológicos, o sujeito pós-moderno é histórico e variável, está sempre em transformação de acordo com as influencias e mudanças que recebe das culturas. Isto é, diferentes identidades são assumidas de acordo com o momento e as mesmas não são unificadas ao redor de um eu coerente. Assim o sujeito da modernidade tardia vive uma crise de identidade.

Alinhando-se com Saussure, Hall (2006, p.40) escreve que a língua é um sistema social e não individual, portanto falar uma língua é mais do que expressar novos pensamentos, significa também ativar uma gama de significados que já estão presentes em nossa língua e em nossa cultura. Assim, ele conclui que o falante não pode nunca fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade, porque as palavras são multimoduladas, elas sempre carregam o eco de outros significados. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento e a identidade, mas ele é constantemente perturbado pela diferença.

Partindo dessa percepção, Fairclough (2008; 1999) considera a língua como um elemento constitutivo de identidades sociais. Assim, o texto é uma prática social que se arraiga nas relações entre os sujeitos e na constituição de suas identidades. De tal forma torna-se relevante compreender quais são os elementos linguísticos discursivos, as estratégias, bem

como as propriedades da língua que são utilizados no texto, os quais são capazes de representar realidades e projetar identidades sociais, bem como suas ligações e relações a grupos sociais e ideologias de poder.

5.3 A prática discursiva manifesta na linguagem

Para a análise linguística, Fairclough buscou os estudos sistêmico-funcionais de Halliday, o qual entende a língua como um fenômeno social. Como visto anteriormente no Capítulo II, Halliday (2014) dividiu os significados linguísticos em três metafunções: ideacional, à qual Fairclough (2001, p.104) vincula a representações das realidades; a interpessoal, que realiza os significados de identidade e relacionais; e a textual, a qual organiza os significados ideacionais e interpessoais em um texto coeso e coerente.

Para a análise crítico-discursiva textualmente orientada (ADTO), acerca da identidade, em gêneros textuais de redação oficial, produzidos no âmbito da administração pública federal, tomamos por base a metafunção interpessoal. É preciso mencionar que, segundo Eggins (2004), na Linguística Sistêmico-Funcional, os gêneros textuais realizam objetivos culturais. Portanto, o objetivo cultural dos gêneros em questão é realizar as comunicações externas entre diferentes autoridades políticas, ou entre estas e os cidadãos. Ainda, a Constituição Federal prescreve que os princípios de impessoalidade e de publicidade devem nortear a elaboração dos documentos no âmbito de toda a Administração.

Podemos analisar o princípio da impessoalidade sob dupla perspectiva, primeiramente como desdobramento do princípio da igualdade (CF, Art. 5º, I), o qual estabelece que o administrador público deve objetivar o interesse público, sendo, em consequência inadmitido o tratamento privilegiado aos amigos e o tratamento recrudescido aos inimigos. Segundamente, por impessoalidade, entende-se que a Administração Pública não deve conter a marca pessoal do administrador, ou seja, os atos públicos não são praticados pelo servidor (sujeito portador de identidades), mas pela Administração a que ele pertence. Aqui se põe uma questão de prática social, pois de acordo com a cultura dessa administração, das instituições sociais que a compõe, as práticas se darão de forma a atender os interesses da coletividade ou os interesses particulares. Em outras palavras, o sujeito está entre o público e o privado.

5.4 Entre o público e o privado

Bauman (2003) sugere que a cultura da Modernidade Tardia é uma cultura de compra, na qual a necessidade é substituída pelo desejo. Assim, como não há mais as referências advindas da tradição – aqui entendemos as referências da tradição como exclusividade de modelo – bem como as lideranças do capitalismo pesado, o indivíduo busca exemplos, os quais podem ser comprados. Nessa busca, que tem seu arquétipo no ato de comprar, os indivíduos constituem a sociedade do consumo em busca de suas identidades, sempre fluidas e voláteis. Uma vez que suas identidades são voláteis, nunca saciam o desejo (não mais necessidade) de consumir, de comprar. Esse indivíduo entende que não pode buscar culpados para os seus insucessos e infortúnios, o que pode ser uma ideologia dominante. Ele é o único responsável. Portanto ele está distanciado da visão e da possibilidade da coletividade em busca do bem da cidade, sua busca é a si próprio. É dessa forma o indivíduo *de jure*, o qual está em oposição ao cidadão.

O autor entende que há um grande e crescente abismo entre a condição de indivíduos *de jure* – ele é o único culpado por seus fracassos e desilusões – e suas chances de se tornar indivíduos *de facto* – de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam. Para o indivíduo *de jure* o espaço público não é mais que uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privadas. Esta é a situação que hoje se coloca para a teoria crítica. Redesenhar e repovoar a quase vazia ágora – o lugar de encontro, debate e negociação entre as questões individuais e o bem comum, entre o privado e o público.

Assim, os textos de redação oficial, aqui analisados, instanciaram os contextos de situação e cultura de instituições do governo federal brasileiro, especificamente em sua administração pública. A preferência por avaliações de afeto e felicidade, o comprometimento do princípio da impessoalidade – um desvio tendo em vista uma norma registrada em legislações, a modalidade que prevê e busca controlar o comportamento de seu leitor parlamentar, são exemplos de como o indivíduo *de jure* ocupa o espaço público. Tal proceder encontra guarida em fatores institucionais como a socialização falha e legitimação cultural do desvio: a pessoalidade.

Considerando a internalidade da língua, no seu contexto de situação ao qual corresponde a metafunção interpessoal (Halliday, 2014), por meio do Sistema de MODO, é

possível registrar traços da construção da identidade, tanto do indivíduo signatário e da identidade que este atribui ao seu leitor. Vejamos os exemplos a seguir:

121. Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para solicitar a retirada dos deputados da CDHM¹²³.

O exemplo 121 trata-se de um período de introdução do texto de um Ofício. Nele, o deputado elegeu como Finito o verbo *tenho* na primeira pessoa, com o tempo primário presente do indicativo, o que mostra seu comprometimento com a proposição, tendo como complemento *a honra*. Assim, a solicitação – a retirada dos deputados da CDHM¹²⁴ possui importância secundária em relação aos sentimentos pessoais do deputado. Com este exemplo, o produtor textual estabelece o tom da relação social que quer construir. Pelo Sistema de Avaliatividade, o primeiro Complemento, *a honra de*, é um julgamento atribuindo qualidade ao escritor. Ele envolve estima social, pois não há nele implicações legais, mas implicações de senso comum, de cunho pessoal.

Ao manifestar tal apreço honorífico, o deputado cria laços de companheirismo e cordialidade, de forma a subtender uma contrapartida de seu leitor, seja no evento imediato que o envolve ou em eventos futuros. É a cordialidade uma forma de controlar. Por isso Holanda (1995) escreve que seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras e civilidade, no brasileiro. Na civilidade há algo de coercitivo, de autoridade burocrática. Tais atitudes revelam então, como expressão, um fundo emotivo, que dá margem para a tradição e para a autoridade familiar. O próprio uso da polidez surge como uma forma de se organizar e se defender da sociedade. Em seu dizer:

(A polidez) detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções. Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo (HOLANDA, 1995, p.147)

¹²³ Of. nº 378/GAB-LidPT

¹²⁴ Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Ainda segundo Holanda, o homem cordial em sua maneira de interação para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais à parcela periférica – tendo em vista que na sociedade a centralidade na coletividade salvaguarda grupos componentes menores como a família – que no brasileiro tende a ser a que mais importa. Quanto às fórmulas de reverência, inclusive as apresentadas nos textos, estas visam possibilitar um convívio mais familiar. Em regra geral, visam o desejo de estabelecer intimidade. Como no Ofício (figura 6), em que o senador Fernando Collor dirige-se ao presidente do Senado como “Caro Presidente Renan”. O fato de excluir o sobrenome do vocativo, invocando apenas o nome, é uma forma de demonstração de intimidade, de familiaridade. Talvez Collor seja o único senador a tratar o presidente nesse termo. Outros fatores dessa relação podem apurar ainda mais esse contexto: ambos são naturais do Estado de Alagoas e suas famílias dominam a política local.

No passado, em 1989, quando da candidatura de Fernando Collor à Presidência da República, a primeira eleição presidencial desde a redemocratização, Renan Calheiros foi seu assessor político. Após sua eleição, Renan tornou-se líder de seu governo no Congresso. Ambos pertenciam ao Partido da Reconstrução Nacional – PRN, hoje Partido Trabalhista Cristão – PTC.

No exemplo a seguir, um período de desenvolvimento do texto realiza uma demanda, por meio da polidez:

122. Solicito a gentileza de retirar da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço¹²⁵.

No período 122, o que o parlamentar solicita primeiramente – o que já revela um grau de importância – é a gentileza do seu leitor, o Presidente da Câmara dos Deputados. Isto é, que o leitor/presidente assuma em sua identidade e conseqüentemente em seu proceder, a gentileza. Essa característica está atribuída ao seu fazer administrativo e regimental, *retirar da ordem do dia*. Deve-se entender que se houver por parte do Presidente uma negativa, sua identidade de gentil, de homem cordial, estará comprometida, bem como a sua estima social no Parlamento, o que implica necessariamente sua relação com os Partidos Políticos ali presentes.

¹²⁵ OF. Nº. 025/12 – CDH

A seguir temos dois períodos, 123 e 124, que são a conclusão de Ofícios:

123. Reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração¹²⁶;

124. Certo da atenção de Vossa Excelência, expresso votos de estima e apreço¹²⁷.

Podemos perceber que ambos os períodos, comprometem a ação de seu leitor, por meio da cordialidade e do sentido pressuposto. Em 123, por meio do Sistema de Avaliatividade, o qual é responsável por manifestar a valoração e avaliação dos agentes, tem-se o signatário Deputado, atribuindo uma característica à identidade do Presidente da Câmara dos Deputados, *ilustre*. Ao reiterar seus elevados apreços e distinta consideração, bem como a certeza de obter a atenção do Presidente (exemplo 124), o indivíduo-agente compromete o seu leitor; atribui a este uma identidade de “camaradagem”, a qual anseia que seja assumida e estabelecida na relação.

5.5 Polidez

Pode-se observar que o que caracteriza culturalmente estas relações na administração pública é a cordialidade e a gentileza como proceder administrativo dos indivíduos. Fairclough (2008, p.203) trata esta questão como Polidez e a divide em dois tipos: polidez positiva e polidez negativa. Esta implica quando o indivíduo não quer ser controlado ou impedido por outrem; enquanto naquela o indivíduo busca ser compreendido, admirado e amado. É, pois, um conjunto de estratégias em que o participante do discurso mitiga os atos de fala potencialmente comprometedores quanto ao seu objetivo, dentro de uma determinada cultura.

Fairclough (2008, p.203) atenta para a visão de Bourdieu o qual vê a polidez sempre como uma concessão política. Essa visão vai além da polidez como conjuntos de estratégias por parte dos participantes do discurso com o fim de mitigar os atos de falas. A polidez como concessão política implica que suas convenções particulares incorporam, e seu uso reconhece, relações sociais e relações de poder particulares. Na medida em que se recorre a essas

¹²⁶ Of. no 183/2013 – Bloco

¹²⁷ Ofício no 59/2013 LID/PRB

convenções de polidez, contribui-se para reproduzir tais relações. Assim, a investigação da polidez nos gêneros de redação oficial, segundo Fairclough, permite obter percepção das relações sociais dentro das práticas institucionais em que esses gêneros estão associados, isto é, a Administração Pública.

Isso nos leva a considerar os gêneros textuais em questão, documentos que constituem suporte da comunicação entre autoridades políticas e o local de circulação desses gêneros textuais, instituições político-governamentais.

Investigar as convenções de polidez de um dado gênero ou tipo de discurso é um modo de obter percepções das relações sociais dentro das práticas e dos domínios institucionais, aos quais esse gênero está associado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.204).

Assim, dentro das instituições públicas analisadas, observa-se que, por meio dos gêneros textuais, o signatário parece fazer um misto do uso da polidez negativa e positiva perante o seu destinatário, como nos exemplos abaixo:

125. Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência [...] ¹²⁸.

Aqui há a aparente demonstração de respeito por meio da manifestação de honraria ao Presidente da Casa Parlamentar. Aparente demonstração, pois as intenções do produtor textual o levam a usar esses termos para alcançar seu verdadeiro objetivo, estabelecer uma relação pessoal, a base de cordialidades, e assim ganhar a solidariedade de seu leitor. A real manifestação do respeito nas atividades públicas está no cumprimento das normas e princípios administrativos, entre eles a impessoalidade. Tal atitude constrange o leitor a corresponder aos desejos de seu remetente, pois do contrário abre possibilidades a não cooperação política, em um contexto de parlamento.

126. Solicito a gentileza de retirar da ordem do dia [...] ¹²⁹.

No exemplo 126, tem-se a nominalização – a gentileza – de uma característica atribuída ao destinatário que o torna gentil. É uma ação reparadora, mitigada, que demonstra simpatia, portanto polidez positiva. Há o comprometimento da atitude e da imagem do leitor e o pré-julgamento do produtor de texto quanto à ordem do dia, ambos implicam em gentileza

¹²⁸ Aviso nº 185

¹²⁹ OF. Nº. 025/12 – CDH

caso a ação do leitor se alinhe com o desejo do escritor; ou em não gentileza, uma descortesia no caso da divergência. A opção do leitor poderá estar em aderir uma identidade que envolva a escolha entre o público e o privado.

127. Reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração¹³⁰.

Igualmente há no período 127, demonstração de respeito ao destinatário, *ilustre Presidente*, sendo uma mitigação de polidez negativa. Em seguida no mesmo período o signatário declara seu elevado apreço e distinta consideração, manifestando afeição, portanto polidez positiva.

128. Certo da atenção de Vossa Excelência, expresso votos de estima e apreço¹³¹.

De igual maneira o período 128 está estruturado. Por considerar que terá a atenção do Presidente, estima e apreço são manifestados como consequência do comportamento pressuposto – da identidade a ser assumida, e não como condição. De fato, tal forma é um sentido realizado no texto. Esse sentido, mais do que manifestar estima e apreço, visa comprometer a ação de seu leitor. Não quer lhe dar opção diferente.

Trata-se de sentidos frequentes nos gêneros de Ofício e Aviso: suposições quanto à ação esperada do leitor, um agente público; uma suposição que o compromete. Fairclough (2008) escreve que sentidos suposto possuem significados particularmente ideológicos. Para esses casos, e os aqui tratados, ele considera que relações de poder são melhores estabelecidas quando os sentidos realizados no texto são tidos como dados, pressupostos. Ainda, segundo o autor, isso implica busca por hegemonia – no sentido de universalizar dentro do contexto cultural, a administração pública, o plenário parlamentar, significados específicos, a fim de manter “dominação”, isto é, manter um determinado resultado por meio de um padrão de comportamento linguístico. É possível que tais estruturas esquemáticas desses gêneros de Redação Oficial sejam inclusive, modelos pré-estabelecidos de produção textual.

¹³⁰ Of. no 183/2013 – Bloco

¹³¹ Ofício no 59/2013 LID/PRB

5.6 Considerações

O que se evidencia nesses gêneros textuais de redação oficial é a presença do indivíduo no lugar do cidadão. As marcas de pessoalidade, em oposição ao princípio constitucional da impessoalidade, mostram o privado colonizando o espaço da Ágora – o público.

Bauman (2001, p.23) entende que o indivíduo é a marca registrada da sociedade moderna. Por estar em oposição ao cidadão, o indivíduo esvazia o espaço público das questões públicas, o coloniza com suas frustrações privadas. Mina a Política com “P maiúsculo”, a qual é capaz de traduzir as questões privadas em questões públicas, num espaço público em que se colocam os interesses da coletividade.

É possível assim associarmos o Cidadão ao Público e o Indivíduo ao Privado. Se na Modernidade Tardia há uma crise entre o Cidadão e o Indivíduo, esta crise é também materializada na relação entre o Público e o Privado. Ao contrário do indivíduo, o cidadão é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade.

O indivíduo por sua vez é cético em relação à causa comum, ao bem comum, à sociedade justa. Assim, a individualização parece ser a corrosão e desintegração da cidadania, pois as preocupações dos indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como os únicos ocupantes legítimos. Portanto, parece-nos que o “Homem Cordial”, que atua na esfera político-administrativa, está para o indivíduo e não para o cidadão.

Sua agência se dá de acordo com características culturais dentro da administração pública. Nela, os agentes constroem suas identidades e atribuem-nas aos seus interlocutores, pautados em uma cordialidade que se veste de interesses e controle. Há nos textos, considerável caráter cerimonialista quanto à pessoa a quem se dirige. A exaltação do indivíduo-leitor parece estar associada ao atendimento de uma demanda, apelando-se à estima social dentro da instituição pública.

Parece ter ainda, esta estima e esta cerimônia da imagem do indivíduo, importância principal em alguns Ofícios, como no do Senador Fernando Collor. Nele, a informação do texto encontra-se de forma secundária em relação à imagem de si mesmo que o parlamentar imprime no texto ao registrar marcas de pessoalidade, como com o abraço do.

As consequências do não atendimento ao princípio da impessoalidade atingem outros princípios constitucionais. A Publicidade fica comprometida, pois uma vez que esses documentos são tratados de forma personalista, deixam de ter caráter público e são tratados

como privados pelo senso-comum. Resultado é a dificuldade de acesso a esses documentos nos diversos órgãos da administração pública. A Igualdade é posta de lado, pois se há parlamentares que são tratados “com o abraço do”, haverá também parlamentares que não receberão o mesmo tratamento. Em outras palavras a prática será: aos amigos as benesses da lei, aos inimigos a lei. Isso em uma instituição que é considerada o motor da democracia e casa do povo.

Esses são efeitos do esvaziamento do espaço público. De fato, o indivíduo se mostra em oposição ao cidadão. Seu interesse não considera o bem da coletividade, mas se dá à custa desta. Uma mudança social nessa realidade se dará a longo prazo, já que se trata de uma mudança no campo da cultura. A curto prazo, a análise do discurso crítica pode contribuir na realização de auditorias internas, quando da análise dos vários relatórios e registros escritos sobre as operações administrativas, considerando se tais relatórios são reais, úteis e apresentam informações completas e atualizadas. Bem como pode contribuir para formação crítica dos servidores públicos que atuam na produção desses gêneros textuais, colaborando para a formação de uma cultura profissional na administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos gêneros de redação oficial, aqui examinados pela perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, permitiu compreender os traços da cultura administrativa pública brasileira, uma vez que, conforme Eggins (2004), os gêneros concretizam situações de comunicação das pessoas nas diferentes esferas das atividades humanas.

De fato, segundo Holanda (1995), o estudo das formas sintáticas do português brasileiro trouxe revelações e constatações a respeito dessa cultura. Como exposto, a ocorrência considerável de pessoalidades, realizada pelas escolhas léxico-gramaticais nas diferentes modalidades e avaliações, revela um trato peculiar na relação entre o público e o privado, o qual se distancia de um referencial moderno.

Pela Modalidade os agentes públicos buscaram construir suas interações, sobre laços de cordialidades e pessoalidades. O leitor, um agente público ou um cidadão que tenha acesso às comunicações oficiais, é impelido a confiar em seu interlocutor, pois este lhe é próximo como um amigo. Segundo Fairclough (2008) a modalidade é importante na texturização das identidades, tanto a pessoal, quanto a social. Modalizar o discurso confere graus de incertezas e de alguma forma compromete a própria imagem. Portanto, segundo o autor, escolhas modais em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização da própria identidade, a qual é influenciada inevitavelmente pelas relações sociais.

Pela Avaliação os agentes públicos, em seus textos, buscaram atingir afetivamente seus leitores. Seus posicionamentos assumidos para ganhar a solidariedade tem a afetividade como retribuição. Ambos, atitudes e engajamentos, são intensificados na gradação para se ter a medida certa da relação a ser estabelecida e do objetivo a ser alcançado. As escolhas das atitudes, dos posicionamentos dialógicos e das gradações são recursos linguísticos pelos quais o escritor constrói sua imagem psicológica e sociológica. Vimos que a construção dessa imagem envolveu a modalidade e a avaliação. Essa construção da personalidade faz o agir público ancorar nas relações pessoais.

Candido (1995, p.16) escreve que o brasileiro, formado nos quadros da estrutura familiar patriarcal, recebeu o peso das relações de simpatia, as quais dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos, como por exemplo, agrupamentos de natureza profissional e formal. Por isso, o brasileiro não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, busca reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo. O que de fato se deu nas análises

sistêmico-funcionais de redação oficial. É o “Homem Cordial” atuando nas relações público-administrativas, na vida política e na representação popular. Candido faz uma análise do Homem Cordial em que é possível vê-lo encaixado nos parâmetros da Modernidade Tardia. Ele está para o indivíduo e não para o cidadão. Para ele, o homem cordial não pressupõe bondade, mas o predomínio de comportamentos de aparência afetiva. Suas manifestações externas não são necessariamente sinceras nem profundas. Ele é visceralmente inadequado às relações impessoais, uma vez que estas decorrem da posição e da função do indivíduo em uma sociedade, e não de seu trato pessoal e familiar. Acerca desse agir cordial, Candido (1995, p.17) escreve:

Ao que se poderia chamar “mentalidade cordial” estão ligados vários traços importantes, como a sociabilidade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo e não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva. Decorre deste fato o individualismo, que aparece aqui focalizado de outro ângulo e se manifesta como relutância em face da lei que o contrarie.

Essa identidade que o produtor textual assume e quer imprimir em seu leitor, não se adequa aos princípios constitucionais. Por isso o espaço público é esvaziado dos interesses da coletividade, pois o indivíduo o coloniza com seus interesses particulares, patrimonialistas. Um possível efeito dessa mentalidade cordial na administração pública é o que ocorre com o princípio da publicidade. Ora, como já exposto, alguns níveis de pessoalidade, realizados na léxico-gramática por avaliações de afetividade, podem trazer às comunicações oficiais um caráter de como documentos pessoais, ao ponto destes serem entendidos e tratados como privados ou de acesso limitado, pelos produtores textuais e pela própria Administração. Essa postura implica na indisponibilidade de tais documentos aos cidadãos. O acesso a tais documentos não é livre e tão pouco atende à legislação e o direito de informação do cidadão.

Registro aqui o pedido de acessos a documentos oficiais a duas instituições públicas do Poder Executivo, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Como registrado nas respostas em anexo, o mesmo pedido foi feito a ambas as instituições, contudo as mesmas tiveram entendimento diferente quanto ao direito de acesso. Obtive apenas Avisos do MEC. Os Avisos da SDH foram negados.

Há também intencionalidade em tornar um texto administrativo, pessoal. Considerando que este pode contribuir para imprimir a autoimagem em um determinado público, torna-se então interessante dar visibilidade a ele. Como foi o caso do texto do

senador Fernando Collor, que teve sua publicação no diário do Senado Federal. No mencionado texto, registros manuscritos evidenciaram para a Casa Legislativa a relação intimista e personalista entre o senador e o Presidente da casa. Contudo, cabe ressaltar que nem todos os textos são publicados nesse veículo, parece-nos haver uma seleção do que pode ser publicado, a exemplo do documento mencionado.

Evidenciou-se, portanto uma gramática de uso nos textos administrativos. Tal gramática mostrou que há nesses textos um caráter político que determina os tipos de relações, a intensidade do comprometimento com o discurso e a identidade de seus interlocutores. Como posto na conclusão do Capítulo IV, essa gramática configura uma geografia dos textos oficiais analisados. A realidade do gênero revela como se alcança um objetivo atendendo a cultura do meio político-administrativo, essa cultura vai de encontro aos princípios constitucionais de impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Consequentemente se opõe às orientações dos manuais oficiais, que intentam contribuir para a construção de uma cultura administrativa de profissionalização dos serviços públicos.

Como na introdução, acreditamos que a retomada da temática da “confusão entre o público e o privado”, embora não original, deve ser sempre estimulada, pois é no campo da práxis que as mudanças são esperadas e podem acontecer. Os estudos da Linguística Sistêmico-Funcional acompanhados com a Análise Crítico-Discursiva têm muito a contribuir para a formação profissional dos servidores públicos.

O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, prevê como diretriz que cursos introdutórios ou de formação sejam oferecidos aos servidores que ingressarem no setor público e inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública, os quais exercem cargos e funções de gestão, direção e assessoramento. É comum, e está previsto no Decreto, a oferta de cursos de capacitação aos servidores públicos, pelas instituições federais de ensino.

É possível então, nos cursos de Redação Oficial apresentar a realidade do gênero textual, segundo a LSF, levando os servidores a considerar quais os objetivos institucionais e quais os meios culturais disponíveis para alcançá-los, em uma perspectiva crítico-discursiva. De fato, os textos parlamentares são em sua maioria escritos por assessores, que estão preocupados muitas vezes em manter seus cargos e empregos. No entanto, muitos textos são elaborados por servidores de vínculo efetivo com a Administração. Assim, a formação desses servidores contribuirá para uma mentalidade de profissionalização que o Manual da Presidência da República, entre outros, objetiva.

Vale ressaltar, que a Administração tem no texto escrito, seu marco e amparo legal para a execução dos serviços públicos. Por meio dele, pode-se averiguar a legalidade, o motivo e a finalidade de um ato administrativo. Todo texto escrito na administração tem a natureza de ser público e em última instância deve atender ou mediar os serviços e os bens que a sociedade necessita. Assim, essa pesquisa não esgota a temática da cultura e das identidades na Administração, mas quer antes estimular outras pesquisas nesse campo da vida pública de nosso país.

Outras contribuições podem ser dadas a sociedade. Uma possível limitação de acesso a documentos públicos deve ser um desafio provocador para os pesquisadores. Há outras instâncias do Poder Público que precisam vir à luz para a sociedade, como o Poder Judiciário por exemplo. Os estudos sistêmicos-funcionais de Halliday e a análise crítico-discursiva de Fairclough podem ser instrumentos valiosos para o conhecimento de realidades que possam estar ocultas e servir para mudanças sociais efetivas e constantes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. D. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BERNARDINO, C. G. Artigo acadêmico: a construção de significados interpessoais. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 12, n.3, p. 463-492, 2012.
- BIDERMAN, M. T. C. Formas de Tratamento e Estruturas Sociais. **ALFA**, 1972-1973. 339-382.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Tradução de Varriale et alli Carmen C. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. 1, 1998.
- BRASIL. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2ª. ed. Brasília: Presidência da República, 2002. 140 p.
- BRASIL. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 35ª. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**. [S.l.]: [s.n.].
- CABRAL, S. R. S.; BARBARA, L. Processos Verbais no Discurso Jornalístico: frequência e organização da mensagem. **D.E.L.T.A.**, 28, São Paulo, n. Especial, p. 581 - 603, 2012.
- CANDIDO, A. O Significado de "Raízes do Brasil". In: HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9 - 22.
- CARVALHO JUNIOR, J. D. S. **Manual de Direito Administrativo**. 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- CASTILHO, A. T. D. **Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa**. Marília: [s.n.], 1968.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2010.

- EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, 2004.
- EGGINS, S.; MARTIN, J. R. Genres and Registers of Discourse. In: DIJK, T. A. V. **Discourse as Structure and Process**. London: SAGE, 1997. p. 230-256.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sitêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2014.
- GASPARINI, D. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 60 p.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, Mai/Jun 1995.
- GOMES, ANGELA DE CASTRO. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, F. A.; SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1998. Cap. 8.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4ª. ed. New York: Routledge, 2014.
- HOLANDA, S. B. D. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ISTO_É. Reportagens. **O Esquema VIP no Judiciário**, 2009. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/12841_O+ESQUEMA+VIP+NO+JUDICIARIO>. Acesso em: 1 out. 2014.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral**. 6 rev e ampl. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- LARAIA, R. D. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L.; ALLI, E. **Ethos Discursivo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

- MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Tradução de José Auto. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTIN, J. A context for genre: modelling social processes in functional linguistics. In: DEVILLIERS, J.; STAINTON, R. **Communication in Linguistics: Papers in Honour of Michael Gregory**. Toronto: GREF, 2001. p. 287-328.
- MARTIN, J. Genre and Literacy: Modeling Context in Education Linguistics. In: ZHENHUA, W. **Language in Education: Collected Works of J.R.Martin**. [S.l.]: [s.n.], v. 7, 2012. p. 133-159.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **Language of Evaluation: Appraisal in English**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- MARTIN, J.; MATTHIESSEN, C. Modelling and Mentoring: Teaching and Learning from Home through School. In: (ORG), L. B. A. A. M. **English in a Multilingual Context**. Berlin: Springer Verlag, 2012.
- MARTIN, J.; ROSE, D. **Genre Relations: Mapping Culture**. London: Equinox, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- NEVES, M. H. D. M. **Texto e gramática**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- SILVA, D. E. G. D. Critical Discourse Analysis and The Functional Bases of Language. **33rd International Systemic Functional Congress**, São Paulo, v. 1, p. 939-949, 2007.
- SILVA, E. C. M. D. **Gênero e prática de letramento no ensino fundamental**. Brasília: UnB, v. 1, Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2007.
- SILVA, E. C. M. D. Leitura e Produção de Gêneros Textuais na Escola. In: SILVA, W. R.; SANTOS, J. S.; MELO, M. A. **Pesquisas em Língua(gem) e Demandas do Ensino Básico**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014. p. 233 - 262.
- THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. 3ª. ed. New York: Routledge, 2014.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. The development of modal verbs. **Regularity in semantic change**, Cambridge, 2005. 105-151.
- VIAN JR., O. **A Linguagem da Avaliação em Língua Portuguesa: Estudos sistêmicos-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro & João, 2010.
- WHITE, P. Valoração - A linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, 4, n.esp 2004. 178-295.

ANEXOS

Pedido e resposta ao acesso de documentos públicos ao MEC:

Anexo 1 – 1º pedido:

Dados do Pedido	
Protocolo	23480006066201467
Solicitante	Hudson Nogueira Santos
Data de abertura	09/05/2014 17:03
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	02/06/2014
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	
Detalhamento	Gostaria de receber 13 Avisos Ministeriais do MEC, referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014.

Dados da Resposta	
Data de resposta	02/06/2014 18:38
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Hugo, boa noite. Por se tratar de uma pergunta genérica, solicitamos informar o assunto e o mês correspondente para cada ano citado.

Classificação do Pedido	
Categoria do pedido	Educação
Subcategoria do pedido	Legislação educacional
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido		
Data do evento	Descrição do evento	Responsável
09/05/2014 17:03	Pedido Registrado para o Órgão MEC – Ministério da Educação	SOLICITANTE
02/06/2014 18:38	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação

Anexo 2 – 2º pedido:**Dados do Pedido**

Protocolo	23480006682201418
Solicitante	Hudson Nogueira Santos
Data de abertura	26/05/2014 12:12
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	16/06/2014
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Informações enviadas por e-mail)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Avisos Ministeriais do MEC nos exercícios de 2012 ou 2013
Detalhamento	Solicito 10 cópias de Avisos Ministeriais do MEC, nos exercícios de 2012 ou 2013.

Dados da Resposta

Data de resposta	27/05/2014 10:49
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Informações enviadas por e-mail
Resposta	Sua demanda foi classificada como genérica, nos termos do art. 13, I do Decreto nº 7724/2012. Solicitamos que registre nova pergunta, esclarecendo detalhadamente sua demanda para que possamos atendê-la adequadamente.

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Educação
Subcategoria do pedido	Legislação educacional
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
26/05/2014 12:12	Pedido Registrado para o Órgão MEC – Ministério da Educação	SOLICITANTE
27/05/2014 10:49	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação

Anexo 3 – 3º pedido

Dados do Pedido	
Protocolo	23480006979201483
Solicitante	Hudson Nogueira Santos
Data de abertura	03/06/2014 10:10
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	07/07/2014
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Avisos Ministeriais do MEC
Detalhamento	Gostaria de receber 13 Avisos Ministeriais do MEC, referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014. Assunto: ENADE E ENEM MESES: AGOSTO E/OU SETEMBRO DE 2012 E 2013; E MARÇO DE 2014

Dados da Resposta	
Data de resposta	07/07/2014 19:38
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezado Hudson, com relação ao seu pedido de cópias de Avisos Ministeriais, comunicamos que constam oito avisos relativos aos assuntos solicitados, cujas cópias seguem em anexo.

Classificação do Pedido	
Categoria do pedido	Educação
Subcategoria do pedido	Legislação educacional
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido		
Data do evento	Descrição do evento	Responsável
03/06/2014 10:10	Pedido Registrado para o Órgão MEC – Ministério da Educação	SOLICITANTE
03/06/2014 15:00	Pedido Reencaminhado para o Órgão INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	MEC – Ministério da Educação
04/06/2014 15:09	Pedido Reencaminhado para o Órgão MEC – Ministério da Educação	MEC – Ministério da Educação/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
24/06/2014 17:44	Pedido Prorrogado	MEC – Ministério da Educação
07/07/2014 19:38	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação

Pedido e resposta ao acesso de documentos públicos à SDH:

Anexo 4 – 1º pedido:

Dados do Pedido

Protocolo	00083000225201405
Solicitante	Hudson Nogueira Santos
Data de abertura	13/06/2014 11:48
Orgão Superior Destinatário	SDH – Secretaria de Direitos Humanos
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	07/07/2014
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Negado (Pedido genérico)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Assuntos de Avisos Ministeriais da SDH
Detalhamento	<p>Para fins de estudos acadêmicos, na área de Linguística, necessito de documentos de redação oficial, especificamente, Avisos Ministeriais. Interessa-me o texto desses Avisos, produzidos no âmbito da Administração Pública e não nos Manuais de Redação Oficial.</p> <p>Os Avisos Ministeriais não são produzidos com tanta frequência como Memorandos e Ofícios. Portanto, se eu nomear um assunto será muito provável que não haja Avisos quanto ao assunto nomeado. Sendo assim, para que eu possa solicitar um Aviso de forma "não geral", é necessário que eu saiba antes, quais assuntos a SDH tratou com frequência nesse 1º semestre de 2014, em seus Avisos.</p> <p>Sendo assim solicito que me informem quais assuntos mais frequentes foram tratados nos Avisos Ministeriais dessa SDH, no primeiro semestre de 2014.</p>

Dados da Resposta

Data de resposta	13/06/2014 16:11
Tipo de resposta	Acesso Negado
Classificação do Tipo de resposta	Pedido genérico

Anexo 5 – 2º pedido:**Dados do Pedido**

Protocolo	00083000276201429
Solicitante	Hudson Nogueira Santos
Data de abertura	17/07/2014 10:30
Orgão Superior Destinatário	SDH – Secretaria de Direitos Humanos
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	06/08/2014
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Negado (Pedido genérico)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	cópia de 13 avisos ministeriais emitidos pela SDH
Detalhamento	Solicito cópia de 13 avisos ministeriais emitidos pela SDH, no 1º semestre de 2014, que tratem dos assuntos listados no menu do site da SDH, a saber: combate ao trabalho escravo, mortos e desaparecidos políticos, LGBT e combate às violações.

Dados da Resposta

Data de resposta	17/07/2014 13:57
Tipo de resposta	Acesso Negado
Classificação do Tipo de resposta	Pedido genérico
Resposta	<p>Prezado cidadão,</p> <p>Em atenção ao pedido de informação protocolado por V.Sa., informamos que a resposta encontra-se em anexo.</p> <p>Lembramos ainda que, conforme artigo 21 do Decreto 7.724/12, caso Vossa Senhoria não concorde com a resposta, poderá apresentar recurso, no prazo de 10 dias a contar da data de resposta.</p> <p>Atenciosamente, SIC/SDH</p>

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Pessoa, família e sociedade
Subcategoria do pedido	Pessoa
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
17/07/2014 10:30	Pedido Registrado para o Órgão SDH – Secretaria de Direitos Humanos	SOLICITANTE
17/07/2014 13:57	Pedido Respondido	SDH – Secretaria de Direitos Humanos

Anexo 6 – 3º pedido:**Dados do Pedido**

Protocolo	00083000277201473
Solicitante	Hudson Nogueira Santos
Data de abertura	17/07/2014 14:11
Orgão Superior Destinatário	SDH – Secretaria de Direitos Humanos
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	06/08/2014
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Negado (Pedido genérico)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	cópia de 10 avisos ministeriais emitidos pela SDH
Detalhamento	Solicito cópia de 10 avisos ministeriais emitidos pela SDH, nos meses de março a maio de 2014, que tratem do assunto listado no menu do site da SDH: combate ao trabalho escravo.

Resposta ao Protocolo 00083.000276/2014-29

Ao Senhor Hudson Nogueira Santos,

A Lei é explícita no que tange ao conceito de informação, conseqüentemente, qualquer pedido de acesso à informação deve ancorar-se no preceito legal aludido. Isso porque, em consonância com o princípio da legalidade, a administração pública tem seu atuar pautado estritamente pelos comandos legalmente dispostos. Destarte, em todos os casos concernentes a pedidos de acesso à informação o seu exame deve sempre ater-se à definição de informação legalmente assentada. Nesse sentido, informação deve ser entendida como “dados – que compõem documentos, arquivos, estatísticas”^[1], portanto, qualquer pedido de manifestação oriunda da administração pública que não se enquadre no conceito de informação deixa de estar contemplado pela Lei sobredita.

No caso em análise, constata-se que o requerente pleiteia informação acerca de Avisos Ministeriais produzidos pela Secretaria de Direitos Humanos e que tratam de diversos temas de competência desse Órgão, porém o pedido se mostra de caráter subjetivo, uma vez que se toma genérico por não direcionar a solicitação a uma informação concreta revelando-se dessa forma completamente apartado do conceito legal de informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 2011.

**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Anexo 7 - CADERNO DE AVISOS

1. Aviso nº 105/GM – EXE	175
2. Aviso nº 132/GMF/MF-DF – EXE	188
3. Aviso nº 52/2012/MDA	197
4. Aviso nº 111 / 2013-GM/MEC.....	203
5. Aviso nº 143 / 2013-GM/MEC.....	207
6. Aviso nº 185	215
7. Aviso nº 259 / GM-MEC	218
8. Aviso nº 415/2013/GM-MEC.....	221
9. Aviso nº 582/GM-MEC	229
10. Aviso nº 934/2012/GM-MEC.....	231
11. Aviso nº 059 /MCTI	234
12. Aviso nº 179/2014/GM-MAPA.....	241

6

7

8

9 1. AVISO Nº 105/GM – EXE

Brasília, 1º de março de 2012.

A Sua Excelência a Senhora
MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco K
70040-906 Brasília – DF

Assunto: proposta de reestruturação remuneratória para a Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho de que trata a Lei nº 11.355/2006.
Senhora Ministra

1. Com meus cordiais cumprimentos, apresento a Vossa Excelência proposta de estrutura remuneratória para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho de que trata a Lei nº 11.355/2006.
2. A presente proposta é resultado do trabalho desenvolvido pela Mesa Setorial de Negociação do Ministério da Saúde – MSNP/MS e objetiva a parametrização com a Estrutura Remuneratória Especial de que trata a Lei nº 12.277/2010, para os cargos de nível superior e auxiliar, e com a tabela salarial praticada para os servidores de nível intermediário do Instituto Nacional do Seguro Social, pertencentes à Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº 10.855/2004, para os cargos de nível intermediário da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho.
3. Ressalta-se que a Lei nº 12.277/2010 instituiu a Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regido pela Lei nº 8.112/1990, não contemplando os demais cargos de nível superior.
4. Pondera-se que os servidores do Ministério da Saúde são oriundos do antigo Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), tendo sido aprovados muitas vezes nos mesmos concursos públicos, sendo que os servidores do INSS, pertencentes à Carreira do Seguro Social, vem percebendo, ao longo dos anos, vantagens diferenciadas em relação aos servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho de que trata a Lei nº 11.355/2006, a qual abrange a maior parte dos servidores do Ministério da Saúde.
5. A título de equiparação, conforme dados extraídos do Boletim Estatístico de Pessoal, em 2011, um servidor ocupante de cargo de nível intermediário do INSS, pertencente à Carreira do Seguro Social percebe, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, a seguinte remuneração: Inicial – R\$ 3.522,49 final – R\$ 6.354,67.
6. Por sua vez, um servidor do Ministério da Saúde ocupante de cargos de nível intermediário, da Carreira da Previdência, saúde e Trabalho, percebe, para uma jornada de 40 horas semanais, a seguinte remuneração: inicial – R\$ 2.510,42 / Final – R\$ 3.117,11
7. Salienta-se, ainda, em que pese à realização de concursos para substituição de mão de obra terceirizada, que objetivou cumprir o Termo de Conciliação Judicial assinado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, não tem sido possível a fixação de profissionais de nível médio. Apenas como exemplo informo que foram convocados até o momento, em Brasília, 2073 profissionais para ocupar 600 vagas para o cargo de agente administrativo, no entanto permanecem em exercício apenas 514, havendo alto índice de pedidos de exoneração.

8. A proposta prevê reajustes nos anos de 2013 e 2014 de forma a atingir as tabelas salariais, anexas, utilizadas como parâmetro para cada nível. Destaca-se que o Termo de Compromisso assinado pelo Ministério do Planejamento com representantes de entidades sindicais, em 2011, prevê o fortalecimento de estruturas remuneratórias dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, com vistas ao nivelamento com a Estrutura Remuneratória Especial prevista no art. 19, da Lei nº 12.277/2010 e ao fortalecimento do vencimento básico.

9. Pelas razões acima expostas apresento a proposta de reestruturação das tabelas remuneratórias dos servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, e gostaria de contar com a Vossa colaboração no sentido de que sejam adotadas as providências necessárias para promover a parametrização com a Tabela da Estrutura Remuneratória Especial de que trata a Lei nº 12.277/2010, para os cargos de nível superior e auxiliar e, com a tabela salarial praticada para os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pertencentes à Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº 10.855/2004, para os cargos de nível intermediário.

Atenciosamente,
ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

Fonte: <http://www.fenasps.org.br/images/stories/pdf/reestruturaoseguridade2013.pdf>,
09/05/2014, 16:06.

Senhora Ministra			
Vocativo			

Com meus cordiais cumprimentos,	(eu)	apresento		a Vossa Excelência	proposta de estrutura remuneratória para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho
Finito: Adj. Modal de comentário – Cordialmente*	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Inclinado(-)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo			Resíduo		
ENG: Entretenimento					
ATI: Cordiais: felicidade – atributo			Normalidade		
GRA: Cordiais – acentuação			Fusão		

de que	trata		a Lei nº 11.355/2006.
Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza, (+)	Predicador	Sujeito
Resíduo	Modo	R.	Modo

ENG:	Endosso		
ATI:			
GRA:			

A presente proposta	É	resultado do trabalho desenvolvido	pela Mesa Setorial de Negociação do Ministério da Saúde – MSNP/MS
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza (+)	Predicador	Complemento Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo		
ENG: Reconhecimento			
ATI:	Valoração		
GRA:			

e	(a proposta)	objetiva	a parametrização	com a Estrutura Remuneratória Especial
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Inclinado(-)	Predicador	Complemento Adjunto de Circunstância
	Modo		Resíduo	
	ENG: Reconhecimento			
	ATI:		Impacto	
	GRA:			

de que	Trata		a Lei nº 12.277/2010, para os cargos de nível superior e auxiliar,
Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+)	Predicador	Sujeito
Resíduo	Modo		Resíduo
ENG:	Endosso		
ATI:			
GRA:			

e (objetiva a parametrização)

e com a tabela salarial	praticada	para os servidores de nível intermediário do Instituto Nacional do Seguro Social,	pertencentes à Carreira do Seguro Social
Adjunto de Circunstância	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Resíduo			
ENG:			
ATI:			
GRA:			

de que	Trata		a Lei nº 10.855/2004, para os cargos de nível intermediário da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho.
Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+)	Predicador	Sujeito
Resíduo	Modo	R	Modo
ENG:	Endosso		
ATI:			
GRA:			

	Ressalta-se	
Sujeito Indeterminado	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador
Modo		Resíduo
ENG: Pronunciamento		
ATI:		
GRA: Fusão		

que	a Lei nº 12.277/2010	instituiu	a Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo,	regido	pela Lei nº 8.112/1990,
-----	----------------------	-----------	--	--------	-------------------------

	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Complemento	Predicador	Adjunto de Circunstancia
	Modo		Resíduo			
ENG:	Monoglossia					
ATI:						
GRA:						

Não	contemplando	os demais cargos de nível superior.
Finito: Adjunto Modal de Negação	Predicador	Complementos
Modo	Resíduo	
ENG: Negação		
ATI:	Qualidade - processo	
GRA:		

	Pondera-se	
Sujeito Indeterminado	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador
Modo	R.	
ENG: Reconhecimento		
ATI:		
GRA: Fusão		

que	os servidores do Ministério da Saúde	são	oriundos do antigo Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS),
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Complemento
	Modo	Predicador	Resíduo
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			Antigo: acentuação

tendo	sido	aprovados	muitas vezes	nos mesmos concursos públicos,
Predicador	Predicador	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo			Modo	Resíduo
ENG: Pronunciamento				
ATI: Capacidade - processo				
GRA:			quantidade	

sendo que	os servidores do INSS pertencentes à Carreira do Seguro Social,	vem	percebendo,	ao longo dos anos,	vantagens diferenciadas em relação aos servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho
Adjunto Modal de Temporalidade, Tempo	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Habitualidade, sempre, (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Complemento
Modo			Resíduo		
ENG: Pronunciamento					
ATI:			Veracidade - atributo		
GRA:				Extensão	Diferenciadas: acentuação

de que	Trata		a Lei nº 11.355/2006,
Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+)	Predicador	Sujeito
Resíduo	Modo	R	Modo
ENG:	Endosso		
ATI:			
GRA:			

a qual	abrange	a maior parte dos servidores do Ministério da Saúde.
--------	---------	--

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, certeza, (+).	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Pronunciamento			
ATI:			
GRA:	quantidade		

A título de equiparação,	conforme dados extraídos do Boletim Estatístico de Pessoal,	em 2011,
Adjunto Modal de Comentário – Comparação (comparativamente)	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo	
ENG: Endosso		
ATI:		
GRA:		

um servidor ocupante de cargo de nível intermediário do INSS, pertencente à Carreira do Seguro Social	percebe,	para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais,	a seguinte remuneração: Inicial – R\$ 3.522,49 final – R\$ 6.354,67.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo
ENG:			
ATI: Impacto			
GRA:			

Por sua vez,	um servidor do Ministério da Saúde ocupante de cargos de nível intermediário, da Carreira da Previdência, saúde e Trabalho,	percebe,	para uma jornada de 40 horas semanais,	a seguinte remuneração : inicial – R\$ 2.510,42 / Final – R\$ 3.117,11	
Adjunto Modal de Comentário – Predição (por acaso)	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Adjunto de Circunstan- -cia	Complemen- -to
Modo			Resíduo		
ENG: Contra-expectativa					
ATI: Impacto - processo					
GRA:					

	Salienta-se,	
Sujeito Indeterminado	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, certeza, (+).	Predicador
Modo		Resíduo
ENG: Pronunciamento		
ATI:		
GRA: Fusão		

ainda,	em que pese à	realização de concursos para substituição de mão de obra terceirizada,
Adjunto modal de temporalidade - Tempo	Adjunto modal de temporalidade – Tipicidade (ocasionalmente)	Sujeito
Modo		
ENG: confirmação de expectativa		
ATI:	impacto	
GRA:		

que	objetivou	cumprir	o Termo de Conciliação Judicial assinado entre a União e o Ministério Público do Trabalho,
-----	-----------	---------	--

Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, desejoso (+/-).	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI: Satisfação - processo			
GRA:			

não tem	sido	possível	a fixação de profissionais de nível médio.
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva; b) Polaridade: negativa; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Adjunto Modal De probabilidade, possível (-).	Sujeito
Modo	Resíduo	Modo	
ENG: Negação			
ATI: Capacidade - processo			
GRA:			

Apenas	como exemplo	(eu)	informo	
Adjunto Modal de Modo Intensidade	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador
Modo	Resíduo	Modo		R.
ENG: Endosso				
ATI:				
GRA:	Fusão (informo – destaque – ressaltto)			

que	foram	convocados	até o momento,	em Brasília,	2073 profissionais
	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva; b) Polaridade: positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Adjunto Modal de Temporalidade, Tempo	Adjunto de Circunstancia	Sujeito
	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	Modo
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

para	ocupar	600 vagas para o cargo de agente administrativo,
	Predicador	Complemento
	Resíduo	
ENG:		
ATI:		
GRA:		

no entanto	Permanecem	em exercício	apenas	514,	havendo	alto índice de pedidos de exoneração.	
	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto Modal de Modo Intensidade	Sujeito	Predicador	Complemento
	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo			
ENG:	Contra-expectativa						
ATI:					Impacto		
GRA:						volume –alto	

A proposta	Prevê	reajustes	nos anos de 2013 e 2014	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: positiva; c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, permitido (-).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Reconhecimento				

ATI:		Impacto
GRA:	Fusão (prevê – estabelece – determina)	

de forma a	atingir	as tabelas salariais, anexas,	utilizadas	como parâmetro para cada nível.
Adjunto de Comentário, desejo	Predicador	Complemento	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo			
ENG:				
ATI:	satisfação			
GRA:				

	Destaca-se	
Sujeito Indeterminado	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+)	Predicador
Modo	Resíduo	
ENG:	Pronunciamento	
ATI:		
GRA:		

que	o Termo de Compromisso	assinado	pelo Ministério do Planejamento com representantes de entidades sindicais,	em 2011,
	Sujeito (de prevê)	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
	Modo	Resíduo		
ENG:				
ATI:				
GRA:				

Prevê	o fortalecimento de estruturas remuneratórias dos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, com vistas ao nivelamento com a Estrutura Remuneratória Especial prevista no art. 19, da Lei nº 12.277/2010 e ao fortalecimento do vencimento básico.	
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, permitido (-).	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo	

ENG: Reconhecimento	Segurança – nominalização - fortalecimento
ATI: qualidade	
GRA:	

Pelas razões	acima	expostas
Adjunto de Comentário de Validação	Adjunto de Circunstancia	Predicador
Modo	Resíduo	
ENG: Pronunciamento		
ATI:		
GRA:		

(eu)	Apresento		a proposta de reestruturação das tabelas remuneratórias dos servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, inclinado, (-).	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG: contra-expectativa			
ATI:			
GRA:			

e	(eu)	gostaria	de contar	com a Vossa colaboração
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Pretérito do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, desejoso, (+/-).	Complemento	Complemento
		Modo		Resíduo
ENG:		entretenimento		
ATI:		Satisfação - processo		
GRA:		fusão		

no sentido de que	Sejam	adotadas	as providências necessárias
Adjunto de Comentário de Validação – estritamente falando	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz passiva; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, necessário (+).	Predicador	Sujeito
	Modo	Resíduo	Modo

ENG: confirmação de expectativa		
ATI: Tenacidade – nominalização – adotadas		Qualidade
GRA:		Acentuação

para	promover	a parametrização	com a Tabela da Estrutura Remuneratória Especial
	Predicador	Complemento	Complemento
Resíduo			
ENG:			
ATI:		Impacto	
GRA:	Fusão (promover – realizar – estabelecer) modalidade		

de que	Trata		a Lei nº 12.277/2010,	para os cargos de nível superior e auxiliar
Completo	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Sujeito	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	Modo	R.	Modo	Resíduo
ENG:	Endosso			
ATI:				
GRA:				

e,	com a tabela salarial	praticada	para os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	pertencentes à Carreira do Seguro Social
	Complemento	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Resíduo				
ENG: Endosso				
ATI:				
GRA:				

de que	Trata		a Lei nº 10.855/2004,	para os cargos de nível intermediário.
	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa; b) Polaridade: Positiva; c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, certeza, (+).	Predicador	Sujeito	Adjunto de Circunstancia
	Modo	R.	Modo	Resíduo
ENG:	Endosso			
ATI:				
GRA:				

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

10 2. AVISO Nº 132/GMF/MF-DF – EXE

Brasília, 30 de abril de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatórios com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de março de 2013, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art.54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 277, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 5, para atendimentos ao § 2º do art. 24 da RSF 43/2001.

3. Com fulcro na mencionada Portaria, este Ministério enviava aviso a essa Casa Legislativa para cada caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização. Entretanto, considerando a elevação do quantitativo desse tipo de operação, bem como o Princípio da Eficiência na administração pública, a comunicação de que trata o § 2º do art. 24 da RSF 43/2001 está sendo realizada, a partir de fevereiro do corrente ano, por meio de relatório encaminhado mensalmente ao Senado Federal, conforme disposto no art. 41 da aludida Resolução.

4. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

5. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- Anexo 1 – Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- Anexo 2 – Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- Anexo 3 – Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das

operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;

- Anexo 4 – Tabela contendo informações sobre as regularidades constatadas de que trata o § 2º do art. 24 da RSF 43/2001 no período; e
- Anexo 5 – Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.

6. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de janeiro a março de 2013, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link “Consultar Operações de Crédito”. Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 2 e 3 deste Ofício.

Atenciosamente,
GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

Fonte: <http://forum.sindct.org.br/?q=node/116> ;
file:///D:/Usuarios/hudson.santos/Downloads/oficio_Fazenda.pdf ; 09/05/2014, 16:06.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

Em cumprimento	ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001,	(eu)	encaminho	
Adjunto de Comentário de Persuasão	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador
Modo	Resíduo	Modo		
ENG:	Endosso			
ATI:				
GRA:				

documentação anexa contendo,	além de relatórios com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de março de 2013,	tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Complemento	Complemento	Complemento

Resíduo
ENG:
ATI:
GRA:

(eu)	Informo que	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador
Modo		
ENG: Monoglossia		
ATI:		
GRA: Fusão (informo, destaque, ressaltado)		

os dados relativos às dívidas consolidadas	foram	extraídos	pela Caixa Econômica Federal	dos Relatórios de Gestão Fiscal,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Complemento
Modo	Resíduo			
ENG: Distanciamento				
ATI:	Capacidade – extraídos - nominalização			
GRA:				

publicados	no Sistema de Coleta de dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN	e	elaborados	pelos Estados, Distrito Federal e Municípios,
Predicador	Adjunto de Circunstancia	Conector aditivo	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo				
ENG:				
ATI:			capacidade	
GRA:				

em cumprimento	ao art.54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Adjunto de Comentário de Persuasão	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo
ENG: Endosso	
ATI: Veracidade	
GRA:	

Quanto	ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001,		editou-se	a Portaria STN nº 277, de 11 de abril de 2011,
Adjunto Modal de Comentário e Ressalva.	Adjunto de Circunstância	Sujeito Indeterminado	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador Complemento
Modo	Resíduo	Modo		Resíduo
ENG:		Distanciamento		
ATI:				
GRA:				

que	estabelece		procedimentos de comunicação
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Dêontico, Modulação, Obrigação, Necessário (+).	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo
ENG:	Monoglossia		
ATI:	Capacidade – estabelece – processo		
GRA:	Fusão (estabelece – determina – prevê)		

pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal	em caso de	constatação de irregularidades	na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001.
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Comentário de Ressalva	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG:			
ATI:		Veracidade – nominalização	
GRA:			

As irregularidades constatadas no período	são	comunicadas	por meio do Anexo 5, para atendimentos ao § 2º do art. 24 da RSF 43/2001.
---	-----	-------------	---

Sujeito paciente	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia (Agente da Passiva)
Modo		Resíduo	
ENG: Endosso			
ATI: Veracidade (nominalização)			
GRA:			

Com fulcro	na mencionada Portaria,	este Ministério	enviava	aviso
Adjunto de Comentário de Validação	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Imperfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Habitualidade, Sempre (+).	Predicador Complemento
Modo	Resíduo	Modo		Resíduo
ENG:	Endosso			
ATI:		Tenacidade - processo		
GRA:				

a essa Casa Legislativa	para cada caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização.
Complemento	Adjunto de Circunstância.
Resíduo	
ENG:	
ATI:	
GRA:	

Entretanto,	Considerando	a elevação do quantitativo desse tipo de operação,	bem como	o Princípio da Eficiência na administração pública,
Finito: Adjunto de Comentário de Ressalva	Finito: Adjunto de Comentário de Persuasão	Adjunto de Circunstancia	Conectivo de adição	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: confirmação de expectativa				
ATI:		Impacto - nominalização		
GRA:		Gradação: elevado - volume		

a comunicação de que trata o § 2º do art. 24 da RSF 43/2001	está	sendo	realizada,	a partir de fevereiro do corrente ano,
---	------	-------	------------	--

Sujeito paciente	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Habitualidade, Usualmente (+/-).	Predicador	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Contra-expectativa				
ATI:				
GRA:				

por meio de relatório encaminhado mensalmente ao Senado Federal,	conforme disposto no art. 41 da aludida Resolução.
Adjunto de Circunstancia (Agente da Passiva)	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	
ENG:	Endosso
ATI:	
GRA:	

(eu)	Destaco que	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador
Modo		Resíduo
ENG: Pronunciamento		
ATI:		
GRA: Fusão		

informações detalhadas	acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras,	constarão	de relatório anexo a este Ofício.
------------------------	--	-----------	-----------------------------------

Sujeito	Adjunto de Circunstancia (?)	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG: Monoglossia				
ATI: Complexidade				
GRA: Acentuação				

(eu)	Esclareço que		
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	
Modo		Resíduo	
ENG: Pronunciamento			
ATI: Tenacidade - processo			
GRA: Fusão (esclarecer – informar – destacar)			

as informações ora encaminhadas	estão	dispostas	nos seguintes anexos:
Sujeito paciente	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

Anexo 1 – Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;

Adjunto de Circunstancia

Resíduo

Anexo 2 – Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;

Adjunto de Circunstancia

Resíduo

Anexo 3 – Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;

Adjunto de Circunstancia
Resíduo

Anexo 4 – Tabela contendo informações sobre as regularidades constatadas de que trata o § 2º do art. 24 da RSF 43/2001 no período; e
Adjunto de Circunstancia
Resíduo

Anexo 5 – Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.
Adjunto de Circunstancia
Resíduo

Em cumprimento	ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001,	(eu)	informo que	
Adjunto de Comentário de Persuasão	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador
Modo	Resíduo	Modo		R
ENG: Endosso				
ATI:		Tenacidade		
GRA:		Fusão		

não consta		de nossos registros, nos meses de janeiro a março de 2013,	qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Negativa c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Sujeito
Modo	Resíduo	Modo	
ENG: negação			
ATI: Tenacidade			
GRA: Qualquer – quantidade			

(eu)	Informo que		
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	
Modo			Resíduo
ENG: Pronunciamento			

ATI:	
GRA: Fusão	

o trâmite das operações de crédito	neste Ministério	é	atualizado	diariamente
Sujeito Paciente	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Habitualidade, Sempre (+).	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Temporalidade, Tipicidade
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	Modo
ENG: Monoglossia				
ATI:			qualidade - processo	
GRA:				isolamento

em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios , no link “Consultar Operações de Crédito”.				
Adjunto de Circunstancia				
Resíduo				
ENG:				
ATI:				
GRA:				

Nesse mesmo endereço,	poderão	ser	encontradas	as planilhas eletrônicas com os dados
Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, Permitido (-).	Predicador	Predicador	Sujeito paciente
Resíduo	Modo	Resíduo		Modo
ENG:	Monoglossia			
ATI:	Tenacidade			
GRA:	Fusão			

que	compõem		os Anexos 2 e 3	deste Ofício.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Ø	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo	
ENG: Monoglossia				

ATI:	
GRA:	

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: normalidade
GRA: isolamento

11 3. AVISO N° 52/2012/MDA

Brasília, 04 de abril de 2012.
A Sua Excelência a Senhora
MÍRIAM BELCHIOR
Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esplanada dos Ministérios – Bloco K, 7º andar
70040-906 – Brasília-DF

Assunto: Autorização para nomeação – Concurso Público do MDA

Senhora Ministra,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência, ao tempo de cumprimentá-la, para solicitar autorização para nomeação de 36 candidatos aprovados em concurso público, regido pelo Edital MDA/SE nº 01/2008, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U de 10.12.2008, cujo resultado final foi homologado pelo Edital MDA/SE nº 2/2009, publicado no D.O.U de 18.6.2009, com nova homologação por meio do Edital MDA/SE nº 1/2011, publicado no D.O.U de 3.6.2011.

2. A Portaria MP nº 154, publicada no D.O.U de 13.6.2008, autorizou a realização de concurso para provimento de 202 cargos das carreiras do PGPE de Administrador, Arquivista, Contador, Economista, Engenheiros Agrônomos, Agrimensor e Florestal, Estatístico, Médico Veterinário e Agente Administrativo, cuja validade de 2 anos foi prorrogada por igual período, a partir de 18.6.2001, nos termos da Portaria nº 74, publicada no D.O.U de 9.6.2011.

3. Entretanto, desde a suspensão da autorização para provimento de cargos públicos na Administração Pública Federal, por meio da Portaria MPOG nº 39, publicada no D.O.U de 28.3.2011, ocorreram somente duas nomeações para cargos efetivos, um de Administrador, o outro de Contador, número esses insuficientes para suprir as reais necessidades deste Ministério, que possui 202 cargos efetivos autorizados para provimento, das quais 62 encontram-se vagos em razão do alto índice de evasão.

4. Ante o exposto, submeto à apreciação de V.Ex^a, objetivando a autorização para o preenchimento de 36, dos 62 cargos, conforme quadro anexo, mediante nomeação de candidatos aprovados e homologados no certame, de maneira a preservar a estabilidade institucional deste MDA no tocante à implementação de suas políticas públicas.

Atenciosamente,

GILBERTO JOSE SPIER VARGAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Fonte: <http://forum.sindct.org.br/index.php?q=node/110>

<https://docs.google.com/file/d/0B9e9n3RbH9DcYThwZktfMzMzMyN00/edit?pli=1>

Senhora Ministra,			
Vocativo			
ENG:			
ATI:			
GRA:			

[eu]	Dirijo-me	a Vossa Excelência,	ao tempo de cumprimentá-la,
------	-----------	------------------------	--------------------------------

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Modal
Modo		Resíduo		
ENG: Monoglossia				
ATI:		Normalidade	Felicidade	
GRA:		Fusão		

para	Solicitar	autorização para nomeação de 36 candidatos aprovados em concurso público,	regido pelo Edital MDA/SE nº 01/2008,	publicado no Diário Oficial da União – D.O.U de 10.12.2008,
	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
	Resíduo			
ENG:	Entretenimento			
ATI:		Capacidade - nominalização		
GRA:	Fusão (solicitar – demandar)			

cujo resultado final	foi	homologado	pelo Edital MDA/SE nº 2/2009,	publicado
Complemento	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	predicador	Sujeito	predicador
Resíduo	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo
ENG:	Endosso			
ATI:		Impacto		
GRA:				

no D.O.U de 18.6.2009,	com nova homologação	por meio do Edital MDA/SE nº 1/2011,	publicado no D.O.U de 3.6.2011.
Adjunto de circunstancia	Adjunto de circunstancia	Adjunto de circunstancia	Adjunto de circunstancia
Resíduo			
ENG:			
ATI:	impacto		
GRA:	acentuação		

A Portaria MP nº 154,	publicada no D.O.U de 13.6.2008,	autorizou	a realização de concurso para provimento de 202 cargos das carreiras do PGPE de Administrador, Arquivista, Contador, Economista, Engenheiros Agrônomos, Agrimensor e Florestal, Estatístico, Médico Veterinário e Agente Administrativo,
Sujeito	Adjunto de Circunstância	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica , Modulação, Obrigação, Permitir (-).	Predicador Complemento
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo
ENG:	Endosso		
ATI:		Capacidade - proce	
GRA:		Fusão (autorizar-prever-determinar)	

cuja validade de 2 anos	foi	prorrogada	por igual período,
Complemento	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstância
Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG:	Distanciamento		
ATI:		Impacto	
GRA:			

a partir de 18.6.2001,	nos termos da Portaria nº 74,	publicada no D.O.U de 9.6.2011.
Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
Resíduo		
ENG: Endosso		
ATI:		
GRA:		

Entretanto,	desde	a suspensão da autorização para provimento de cargos públicos na Administração Pública Federal,	por meio da Portaria MPOG nº 39, publicada no D.O.U de 28.3.2011,
	Adjunto Modal de Temporalidade, Tempo	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo	
ENG:	Contra-expectativa...		
ATI:		impacto	
GRA:			

ocorreram		somente	duas nomeações para cargos efetivos,	um de Administrador, o outro de Contador,	número esses insuficientes para suprir as reais necessidades deste Ministério,
Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adj Modal de Modo, Intensidade	Sujeito	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstancia
Modo	R	Modo	Resíduo		
ENG:					
ATI:					Capacidade – epíteto (insuficiente)
GRA:		quantidade			Acentuação (insuficientes) Acentuação (as reais...)

que	possui		202 cargos efetivos autorizados para provimento,	dos quais
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	
Modo			Resíduo	
ENG:	pronunciamento			
ATI:				
GRA:				

62	encontram-se		vagos	em razão do alto índice de evasão.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG:	Monoglossia			
ATI:				Impacto
GRA:				volume

Ante o exposto,	[eu]	submeto	à apreciação de V.Ex ^a ,
Adjunto de comentário	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Complemento
Modo			Resíduo
ENG: Contra-expectativa			
ATI:		Normalidade	Normalidade
GRA:		Fusão	Fusão

objetivando	a autorização para o preenchimento de 36, dos 62 cargos,	conforme quadro anexo,	mediante nomeação de candidatos aprovados e homologados no certame,
Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo			
ENG:	Pronunciamento		
ATI: satisfação			
GRA:			

de maneira a preservar	a estabilidade institucional	deste MDA	no tocante à implementação de suas políticas públicas.
Adjunto de Circunstancia			
Resíduo			
ENG:	Confirmação de expectativa		
ATI:	Propriedade - nominalização		
GRA:			

Atenciosamente,			
Fecho			
ENG:			
ATI: Normalidade			
GRA: Isolamento			

12 4. AVISO Nº 111 / 2013-GM/MEC

Brasília, 23 de abril de 2013

A Sua Excelência o Senhor
MINISTRO HUMBERTO MARTINS
 Ministro do Superior Tribunal de Justiça
 Relator do Mandato de Segurança nº 20.002/DF (2013/0090418-1)

Senhor Ministro,

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, a propósito do TLG.MCD1S – 3156/2013, para encaminhar o Parecer nº 419/2013-CONJUR-MEC/CGU/AGU-js, elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério, e por mim aprovado, como informações no Mandato de Segurança em questão, impetrado por Athos Oliveira Carvalho, objetivando provimento jurisdicional que lhe assegure dispensa no Exame Nacional de Desempenho – ENADE, realizado em 25 de novembro de 2012, assim como lhe permita participar de cerimônia de colação de grau e a expedição de seu diploma.

Por oportuno, insta salientar que nas referidas informações encontram-se os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão debatida no referido *mandamus*, razão pela qual aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada.

Ao ensejo, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
 Ministro de Estado da Educação Interino

Senhor Ministro,			
Vocativo			
ENG:			

ATI:			
GRA:			

[eu]	Tenho		a honra	de me dirigir a Vossa Excelência,	a propósito do TLG.MCD1S – 3156/2013,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Modo				Resíduo	
ENG: Monoglossia					
ATI:		Felicidade		Normalidade	
GRA:		Fusão		Fusão	

para	encaminhar	o Parecer nº 419/2013-CONJUR-MEC/CGU/AGU-js,	elaborado	pela Consultoria Jurídica deste Ministério,
	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo				
ENG: Monoglossia				
ATI:			capacidade	
GRA:				

e	por mim	aprovado,	como informações no Mandado de Segurança em questão,
	Adjunto de Circunstancia	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo			
ENG:			
ATI:		Impacto	
GRA:			

impetrado	por Athos Oliveira Carvalho,	objetivando	provimento jurisdicional
Predicador	Adjunto de Circunstancia	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Adjunto de Circunstancia			
ENG:			
ATI: impacto		satisfação	Acentuação
GRA:			

que	lhe	assegure	dispensa	no Exame Nacional de Desempenho – ENADE,	
sujeito	complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	complemento	Adjunto de circunstancia
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo		
ENG:	Reconhecimento				
ATI:		Segurança			
GRA:		Fusão (assegurar, permitir)			

realizado	em 25 de novembro de 2012,
predicador	Adjunto de circunstancia
Resíduo	
ENG:	
ATI:	
GRA:	

assim como	lhe	permita	participar	de cerimônia de colação de grau	e a expedição de seu diploma.
	complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	complemento	Adjunto de circunstancia
	Resíduo	Modo	Resíduo		
ENG:	Reconhecimento				
ATI:		Satisfação			
GRA:		Fusão (permitir, assegurar)			

Por oportuno,	insta salientar que	nas referidas informações	encontram-se		os elementos fáticos e jurídicos,	necessários ao entendimento da questão debatida no referido <i>mandamus</i>
Adjunto modal de temporalidade, Tipicidade		Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Sujeito	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo	Modo	R	Modo	Resíduo
ENG:	pronunciamento					
ATI:						qualidade
GRA:	Fusão				Acentuação / acentuação	

razão pela qual	aguarda	este Ministério	seja	denegada	a ordem pleiteada.
	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	predicador	complemento
	Modo			Resíduo	
ENG:	Confirmação de expectativa				
ATI:				Segurança - nominalização	
GRA:				Fusão	

Ao ensejo,	[eu]	renovo	os protestos de
------------	------	--------	-----------------

			elevada estima e consideração.
Adjunto modal de temporalidade, Tipicidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Complemento.
Modo			Resíduo
ENG: Monoglossia			
ATI:			Felicidade - epíteto
GRA:			Volume

13 5. AVISO Nº 143 / 2013-GM/MEC

Brasília, 14 de Maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
CELSO AMORIM
 Ministro de Estado da Defesa
 Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, 6º andar
 70049-900 – Brasília – DF

Assunto: Contribuição das Forças Armadas para aplicação do ENEM.

Senhor Ministro,

1. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal vinculada a este Ministério, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, utilizando parâmetros de qualidade e equidade, objetivando produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores e público em geral.

2. Uma das avaliações promovidas pelo Inep é o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, aplicado pela primeira vez em 1998, que caracteriza-se como um exame de saída, facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio. Contudo, a partir de 2009 o Enem ganhou grande dimensionamento nacional, quando seus resultados passaram a ser utilizados nos processos seletivos das universidades públicas federais que aderiram ao sistema de seleção unificada – SISU, deste Ministério da Educação, somando-se à seleção das vagas do ProUni, já feitas por meio do Exame.

3. No ano de 2012, as Forças Armadas brasileiras, por intermédio do Ministério da Defesa, apoiaram a operação para aplicação das provas em todo território nacional. O apoio incluiu a guarda e segurança das provas e até mesmo o transporte destas para locais de difícil acesso, onde a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não conseguiria atender.

4. Este ano, o Enem será aplicado nos dias 26 e 27 de outubro em cerca de 1.600 (um mil e seicentos) municípios em todos os Estados e no Distrito Federal.

5. Diante da magnitude da operação, do alto grau de sigilo e segurança que demanda esse Exame e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro, é imprescindível contar com o auxílio desse Ministério da Defesa na próxima aplicação do ENEM.

6. Dessa forma, solicitamos a Vossa Excelência o apoio desse Ministério da Defesa no sentido de propiciar a guarda segura e o transporte do material de aplicação de avaliação da edição do ENEM 2013, conforme ajuste a ser oportunamente firmado pelo Inep com este Ministério da Defesa, por instrumento jurídico hábil para tanto.

Atenciosamente,
ALOIZIO MERCADANTE
 Ministro da Educação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	é	uma autarquia federal	vinculada a este Ministério,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

cuja missão	é	promover	estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro,	com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Monoglossia				
ATI:		Capacidade - processo		
GRA:				

utilizando parâmetros de qualidade e equidade,	objetivando produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores e público em geral.
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	
ENG: Qualidade – nominalização	QUALIDADE e qualidade - epíteto
ATI:	
GRA:	Acentuação (clara) – Acentuação (confiáveis)

Uma das avaliações promovidas pelo Inep	é	o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM,	aplicado	pela primeira vez em 1998,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Complemento	predicador	Adjunto de circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Monoglossia				
ATI:				
GRA:				

que	caracteriza-se	como um exame de saída,	facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento Adjunto de circunstancia
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:		Qualidade (facultativo)	
GRA:			

Contudo,	a partir de 2009	o Enem	ganhou	grande dimensionamento nacional,
	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador
	Resíduo	Modo		Resíduo
ENG:	Contra-expectativa			
ATI:				Impacto - nominalização
GRA:				acentuação

quando	seus resultados	passaram	a ser utilizados	nos processos seletivos das universidades públicas federais
Adjunto modal de temporalidade, Tempo	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Modo				Resíduo
ENG: Pronunciamento				
ATI:				ímpactô
GRA:				

que	aderiram		ao sistema de seleção unificada – SISU,	deste Ministério da Educação,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Pronunciamento				
ATI: qualidade				
GRA:				

somando-se			à seleção das vagas do ProUni,	já feitas por meio do Exame.
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador		Complemento	Adjunto de circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Pronunciamento				
ATI:				
GRA:				

No ano de 2012,	as Forças Armadas brasileiras,	por intermédio do Ministério da Defesa,	apoiaram	a operação para aplicação das provas em todo território nacional.
-----------------	--------------------------------	---	----------	---

Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Resíduo	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG: Endosso					
ATI:			Tenacidade - processo		
GRA:					

O apoio	incluiu		a guarda e segurança das provas
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

e até mesmo	o transporte destas	para locais de difícil acesso, onde
	Complemento	Adjunto de circunstancia
Resíduo		
ENG:		
ATI:		qualidade
GRA:		acentuação

a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	não conseguiria	atender.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Pretérito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: negativa c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador
Modo		Resíduo
ENG:		Negação
ATI:		Capacidade
GRA:		

Este ano,	o Enem	será	aplicado	nos dias 26 e 27 de outubro	em cerca de 1.600 (um mil e seicentos) municípios em todos os Estados e no Distrito Federal.
Adjunto Modal de Temporalidade, Tempo	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Complemento
Modo			Resíduo		
ENG: Monoglossia					
ATI:					
GRA:					

Diante da magnitude da operação,	do algo grau de sigilo e segurança	que	demanda	esse Exame
----------------------------------	------------------------------------	-----	---------	------------

Adjunto modal de Comentário, Suposição	Complemento	Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Necessário (+).	Predicador	Sujeito
Modo	Resíduo	Modo	R	Modo	
ENG:	Pronunciamento				
ATI:	Segurança				
GRA: acentuação	volume				

e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro,	é imprescindível contar com o auxílio desse Ministério da Defesa na próxima aplicação do ENEM.	
Complemento	Metáfora de Modo	
Resíduo		
ENG:	Confirmação de Expectativa	
ATI: Valoração	Segurança	
GRA:	Isolamento (imprescindível)	Extensão

Dessa forma,	[nós]	solicitamos	a Vossa Excelência	o apoio desse Ministério da Defesa
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Predicador	Complemento
	Modo	Resíduo		Complemento
ENG:	Confirmação de Expectativa			
ATI:			Normalidade	
GRA:	Fusão (solicitar, demandar)		Fusão	

no sentido de propiciar a guarda segura e o transporte do material de aplicação de avaliação da edição do ENEM 2013,	conforme ajuste a ser oportunamente firmado pelo Inep com este Ministério da Defesa,	por instrumento jurídico hábil para tanto.
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo		
ENG: Confirmação de Expectativa		
ATI:		
GRA: acentuação		acentuação

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

14 6. AVISO Nº 185

Em, 05 de Março de 2012.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a propósito do Documento de Nome 20295607.txt, de 10 de fevereiro de 2012, recebido no dia 15 do mesmo mês, para encaminhar Parecer elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado, como informações no Mandado de Segurança em questão, impetrado por Bruno Dal Bó Silva, objetivando provimento jurisdicional que lhe assegure a colação de grau e a expedição do diploma de conclusão de curso superior, independente da sua regularidade no ENADE.

Acreditando que nas referidas informações encontram-se os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão debatida no referido *mandamus*, aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministro de Estado da Educação

A Sua Excelência o Senhor

Ministro Benedito Gonçalves

Relator do Mandado de Segurança nº 17.982/DF

Superior Tribunal de Justiça

Senhor Ministro,				
Vocativo				
ENG:				
ATI:				
GRA:				

[Eu]	Tenho		a honra	de dirigir-me a Vossa Excelência,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de circunstancia
Modo	Resíduo			
ENG: Monoglossia				
ATI:			Felicidade	Normalidade
GRA:			Fusão	Fusão

a propósito do Documento de Nome 20295607.txt, de 10 de fevereiro de 2012,	recebido no dia 15 do mesmo mês,	para	encaminhar	Parecer elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério,
Adjunto de Circunstância				
Resíduo				
ENG: Endosso				
ATI:				
GRA:				

por mim aprovado,	como informações no Mandado de Segurança em questão,	impetrado por Bruno Dal Bó Silva,	objetivando provimento jurisdicional
Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
ENG:			
ATI: impacto		impacto	
GRA:			acentuação

que	lhe	assegure	a colação de grau e a expedição do diploma de conclusão de curso superior,	independente da sua regularidade no ENADE.	
Sujeito	Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Necessário (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo		
ENG:		Reconhecimento			
ATI:		Segurança			
GRA:		Fusão			

Acreditando que	nas referidas informações	encontram-se	os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão	debatida no referido <i>mandamus</i> ,	
Adjunto Modal de Comentário, Validação	Adjunto de Circunstância	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Sujeito	Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo	Modo	R.	Modo	Resíduo
ENG: Entretenimento					
ATI:				Qualidade	

GRA:				Fusão	
aguarda		este Ministério	seja	denegada	a ordem pleiteada.
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Predicador	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Resíduo		Modo		Resíduo	
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:				Segurança	
GRA:				Fusão	

Atenciosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI:	Normalidade				
GRA:	Isolamento				

15 7. AVISO Nº 259 / GM-MEC

Brasília, 29 de Março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
 Relator do mandado de Segurança nº 18.301/DF (2012/0048562-6)
 Superior Tribunal de Justiça

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a propósito do TLG.MCD1S – 2046/2012, recebido no dia 22 do mês de março, para encaminhar Parecer elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado, como informações no Mandado de Segurança em questão, impetrado por João Fernandes Moreira, objetivando provimento jurisdicional que assegure: i) a participação na cerimônia de colação de grau; ii) a expedição de diploma de conclusão de curso superior; iii) e a dispensa do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Acreditando que nas referidas informações encontram-se os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão debatida no referido mandamus, aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada.

Atenciosamente,
JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
 Ministro de Estado da Educação Interino

Senhor Ministro,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

[Eu]	Tenho		a honra	de dirigir-me a Vossa Excelência,	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia	
Modo		Resíduo			
ENG: Monoglossia					
ATI:			Felicidade	Normalidade	
GRA:			Fusão	Fusão	

a propósito do TLG.MCD1S – 2046/2012,	recebido no dia 22 do mês de março,	para encaminhar parecer elaborado	pela Consultoria Jurídica deste Ministério,	por mim aprovado,	como informações no Mandado de Segurança em questão,
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo					
ENG:	Endosso				
ATI:				Impacto	
GRA:					

impetrado por João Fernandes Moreira,	objetivando provimento jurisdicional
---------------------------------------	--------------------------------------

Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	
ENG:	
ATI: Impacto	satisfação
GRA:	Acentuação

que	assegure:		i) a participação na cerimônia de colação de grau;	ii) a expedição de diploma de conclusão de curso superior;	iii) e a dispensa do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Complemento	Complemento
Modo		Resíduo			
ENG:	Reconhecimento				
ATI:	Segurança				
GRA:	Fusão				

Acreditando que	nas referidas informações	encontram-se	os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão	debatida no referido mandamus,
-----------------	---------------------------	--------------	---	--------------------------------

Adjunto modal de comentário, Suposição	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Sujeito	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo	Modo	R	Modo	
ENG: Entretenimento					
ATI:				Qualidade	
GRA:				Fusão	

aguarda		este Ministério	seja	denegada	a ordem pleiteada.
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Predicador	Sujeito	Complemento		
			Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz passiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Sujeito
			Modo	Resíduo	Modo
Modo	R	Modo	Resíduo		
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:				Segurança	
GRA:				Fusão	

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

16 8. AVISO Nº 415/2013/GM-MEC

Brasília, 22 de Outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
CELSO AMORIM
 Ministro de Estado da Defesa

Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, 6º andar
70049-900 – Brasília/DF

Assunto: Termo de Cooperação para aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade.

Senhor Ministro,

1. Cumprimentando-o cordialmente, destaco que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma Autarquia Federal vinculada a este Ministério, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, utilizando parâmetros de qualidade e equidade, objetivando produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores e público em geral.
2. Uma das avaliações promovidas pelo Inep é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, que foi determinado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que intitui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Basicamente, o Enade tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos dos respectivos cursos de graduação do País, constituindo-se um dos pilares do Sinaes, juntamente com a avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.
3. No ano de 2012, as Forças Armadas do Brasil, por meio do Ministério da Defesa, apoiaram a operação para a aplicação do Enade no dia 25 de novembro. O apoio incluiu o transporte das provas para locais de difícil acesso, onde a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não conseguiu atender.
4. Este ano, as provas do Enade serão aplicadas no dia 24 de novembro, em todo território nacional.
5. Diante da importância, do alto grau de sigilo e segurança que demandam esse exame e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro, é imprescindível contar com o costumeiro apoio desse Ministério da defesa nas próximas aplicações do Enade.
6. Dessa forma, solicitamos a Vossa Excelência o apoio desse Ministério no sentido de propiciar a guarda segura, o transporte aéreo e marítimo do material de aplicação das edições do Enade no ano de 2013.

Atenciosamente,
ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado da Educação

Senhor Ministro,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

Cumprimentando-o cordialmente,	[Eu]	destaco	
Adjunto Modal de Comentário, Cordialidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador
Modo			R.
ENG: Monoglossia			
ATI: Felicidade		Pronunciamento	
GRA: Isolamento		fusão	

que	o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	é	uma Autarquia Federal	vinculada a este Ministério,
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento Adjunto de Circunstancia
	Modo		Resíduo	
ENG:	Monoglossia			
ATI:	Reconhecimento			
GRA:				

cuja missão	é	promover	estudos, pesquisas e avaliações	sobre o sistema educacional brasileiro,	com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo			
ENG: Monoglossia					
ATI: Reconhecimento					
GRA:					

utilizando parâmetros de qualidade e equidade,	objetivando produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores e público em geral.
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	
ENG: Pronunciamento	Pronunciamento
ATI: Normalidade e Veracidade	Tenacidade
GRA: Acentuação	Acentuação

Uma das avaliações promovidas pelo Inep	é	o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade,	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

que	foi	determinado	pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004,
Complemento	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Sujeito
Resíduo	Sujeito		
ENG: endosso			
ATI:			
GRA:		Fusão	

que	institui	o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	
Modo		Resíduo	
ENG: Endosso			
ATI:			
GRA:			

Basicamente,	o Enade	tem	por objetivo	avaliar o desempenho dos estudantes	em relação aos conteúdos programáticos dos respectivos cursos de graduação do País,	
Adjunto Modal de Comentário, Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo			
ENG: Monoglossia						
ATI: Normalidade						

GRA: isolamento		
constituindo-se um dos pilares do Sinaes,	juntamente	com a avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.
Adjunto de Circunstancia		Adjunto de Circunstancia
Resíduo		
ENG: Monoglossia		
ATI: Complexidade		
GRA:		

No ano de 2012,	as Forças Armadas do Brasil,	por meio do Ministério da Defesa,	apoiaram		a operação para a aplicação do Enade	no dia 25 de novembro.
Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	Modo	Resíduo	Modo	R	Resíduo	
ENG: Endosso						
ATI: Tenacidade						
GRA:						

O apoio	incluiu			o transporte das provas para locais de difícil acesso,		
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).			Predicador	Complemento	
Modo				Resíduo		
ENG: Pronunciamento						
ATI: Capacidade						
GRA:						

onde	a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	não conseguiu	atender.
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: negativa c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador
	Modo		Resíduo
ENG:	Negação		
ATI:		Capacidade	
GRA:			

Este ano,	as provas do Enade	serão	aplicadas	no dia 24 de novembro,	em todo território nacional.
	Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
	Resíduo	Modo	Resíduo		
ENG: Pronunciamento					
ATI:		Impacto			
GRA:					Extensão

Diante da importância,	do alto grau de sigilo e segurança	que	demandam	esse exame
Adjunto Modal de Comentário, Suposição	Complemento	Complemento	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador
Modo	Resíduo		Modo	R. Modo
ENG: Pronunciamento				
ATI: Normalidade	Complexidade			
GRA: Fusão	Acentuação			

e de sua consolidação no calendário educacional brasileiro,	é imprescindível contar com o costumeiro apoio desse Ministério da defesa nas próximas aplicações do Enade.
Complemento	Metáfora de Modo
Resíduo	
ENG:	Monoglossia
ATI: Impacto	
GRA:	Fusão (imprescindível), Acentuação (costumeiro)

Dessa forma,	[nós]	Solicitamos	a Vossa Excelência	o apoio desse Ministério	
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Predicador	Complemento	Complemento
	Modo			Resíduo	
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:			Normalidade		
GRA:		Fusão	Fusão		

no sentido de propiciar a guarda segura,	o transporte aéreo e marítimo do material de aplicação das edições do Enade no ano de 2013.
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	
ENG: Confirmação de Expectativa	
ATI: Complexidade	
GRA: Acentuação	

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

17 9. AVISO Nº 582/GM-MEC

Brasília, 18 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Falcão
Relator do Mandado de Segurança nº 18.520/DF (2012/0100084-2)
Superior Tribunal de Justiça

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelencia, a propósito do TLG.MCD1S - 5862/2012, recebido no dia 08 do mês de junho, para encaminhar parecer elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado, como informações no Mandado de Segurança em questão, impetrado por Celina de Vasconcelos Leite, objetivando provimento jurisdicional que assegure a revisão da nota obtida na prova discursiva do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Acreditando que nas referidas informações encontram-se os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão debatida no referido mandamus, aguarda este Ministério seja denegada a ordem pleiteada.

Atenciosamente,
ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado da Educação

Senhor Ministro,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

[eu]	Tenho		a honra	de dirigir-me a Vossa Excelencia,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo			
ENG: Monoglossia				
ATI:			Felicidade	Normalidade
GRA:			Fusão	Fusão

a propósito do TLG.MCD1S - 5862/2012,	recebido no dia 08 do mês de junho,	para encaminhar parecer	elaborado pela Consultoria Jurídica deste Ministério,	por mim aprovado,	como informações no Mandado de Segurança em questão,
Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
Resíduo					
ENG: –					
ATI:				Impacto	
GRA: –					

*Resíduo satélite natural ao invés de secundário

impetrado por Celina de Vasconcelos Leite,	objetivando provimento jurisdicional
Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
Resíduo	
ENG: –	
ATI: impacto	Satisfação
GRA: –	Acentuação

que	assegure	a revisão da nota obtida na prova discursiva do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Complemento
Modo		Resíduo
ENG: –		
ATI: Segurança		
GRA: Fusão		

Acreditando que	nas referidas informações	encontram-se	os elementos fáticos e jurídicos necessários ao entendimento da questão debatida no referido <i>mandamus</i> ,
Adjunto modal de comentário, Suposição	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização,	Sujeito
		Predicador	

		Probabilidade, Certeza (+).		
Modo	Resíduo	Modo	R	Modo
ENG: Entretenimento				
ATI:				Complexidade
GRA:				Acentuação

aguarda		este Ministério	seja	denegada	a ordem pleiteada.
Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Predicador	Sujeito	Complemento		
			Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz passiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Sujeito
			Modo	Resíduo	Modo
Modo	R	Modo	Resíduo		
ENG: Confirmação de Expectativa			Confirmação de Expectativa		
ATI:				Segurança	
GRA:				Fusão	

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

18 10. AVISO Nº 934/2012/GM-MEC

Brasília, 29 de outubro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
MINISTRO LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Advogado-Geral da União
Brasília – DF

Senhor Advogado-Geral da União,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito os préstimos de Vossa Excelência no sentido de tomar as providências cabíveis em relação à atuação funcional do Senador Procurador da República OSCAR COSTA FILHO, em razão do ajuizamento de várias demandas referentes

ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), as quais geram insegurança jurídica em milhões de alunos e nas instituições de ensino. Destaque-se que, de dez ações judiciais propostas pelo referido membro do Ministério Público Federal, apenas uma foi julgada procedente, ainda assim parcialmente.

Atenciosamente,
ALOIZIO MERCADANTE
 Ministro de Estado da Educação

Senhor Advogado-Geral da União,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

Cumprimentando-o cordialmente,	(eu)	Solicito	os préstimos de Vossa Excelência	no sentido de tomar as providências cabíveis em relação à atuação funcional do Senador Procurador da República OSCAR COSTA FILHO,	em razão do ajuizamento de várias demandas referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao Sistema de Seleção Unificada (SISU),
Adjunto Modal de Comentário, Cordialidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz passiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-).	Complemento	Adjunto de circunstancia	Adjunto de circunstancia
Modo			Residuo		
ENG: Pronunciamento					
ATI: Felicidade			Normalidade	Capacidade	
GRA: isolamento		Fusão	Fusão		

as quais	geram	insegurança jurídica	em milhões de alunos e nas instituições de ensino.
----------	-------	----------------------	--

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: pronunciamento (as quais)				
ATI: (in)Segurança				
GRA:		Acentuação	Quantidade	

Destaque-se que,	de dez ações judiciais propostas pelo referido membro do Ministério Público Federal,	apenas uma	foi	julgada	procedente,	ainda assim parcialmente.
	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
	Residuo	Modo		Residuo		
ENG: Pronunciamento	Endosso					
ATI:					Impacto	
GRA:		quantidade				Isolamento

Atenciosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: Isolamento					

19 11. AVISO Nº 059 /MCTI

16.04.2013

À Sua Excelência a Senhora
MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Brasília – DF

Assunto: Demanda do Fórum de Entidades Sindicais de C&T

Senhora Ministra,

Ao cumprimenta-la, sirvo-me do presente para levar à apreciação desse Ministério o anexo documento encaminhado ao titular deste Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do qual o Fórum de Entidades Sindicais da área de Ciência e Tecnologia apresenta demandas relativas à sua campanha de Valorização da C&T.

2. Sobre o assunto, é importante registrar que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação mantém com as entidades representativas dos servidores da carreira de C&T permanente diálogo, do qual tem obtido importantes contribuições, seja para as políticas que implementa, seja na permanente busca pela qualidade da gestão pública.

3. No âmbito desse esforço de cooperação é que faço chegar a Vossa Excelência o presente documento, para que seu conteúdo seja incorporado às discussões internas desse Ministério, nas instâncias pertinentes aos assuntos que aborda.

4. Ressalto que este MCTI, por sua vez, tem um conjunto de sugestões no sentido de tornar mais atraentes as carreiras de C&T, sobretudo no que concerne a mecanismos mais ágeis de contratação, recomposição e fixação de seus quadros.

5. No mais, faço destacar a competente atuação desse Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no trato das questões que asseguram o bom desempenho das instituições públicas, entre elas o MCTI.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO RAUPP

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Fonte: (<http://forum.sindct.org.br/index.php?q=node%2F139>) , 07/04/2014.

Senhora Ministra,				
Vocativo				
ENG:				
ATI:				
GRA:				

Ao cumprimentala,	(eu)	sirvo-me		do presente	para levar à apreciação desse Ministério o anexo documento encaminhado ao titular deste Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,
Adjunto Modal de Comentário, Cordialidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Inclinado (-).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo		
ENG: Pronunciamento					
ATI: Felicidade					
GRA:					
					Fusão (apreciação)

por meio do qual	o Fórum de Entidades Sindicais da área de Ciência e Tecnologia	apresenta	demandas relativas à sua campanha de Valorização da C&T.
------------------	--	-----------	--

Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Complemento
Resíduo	Modo		Resíduo	
ENG:	Distanciamento			
ATI:	(in) satisfação			
GRA:	Fusão (apresenta-reclama-exige) modalidade			

Sobre o assunto,	é	importante registrar que	que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação mantém com as entidades representativas dos servidores da carreira de C&T permanente diálogo,	
Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Complemento	Sujeito
Resíduo	Modo	Resíduo	Modo	
ENG:	Pronunciamento			
ATI:			Normalidade	
GRA:			Fusão	

o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	mantém	com as entidades representativas dos servidores da carreira de C&T	permanente diálogo,
--	--------	--	---------------------

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Complemento
Modo		Resíduo		
ENG: Pronunciamento				
ATI: Tenacidade				
GRA:		Acentuação		

do qual	tem	obtido	importantes contribuições,	
Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Complemento	
Resíduo	Modo	Resíduo		
ENG:	Pronunciamento			
ATI:	Capacidade	Impacto		
GRA:		Acentuação		

seja para	as políticas que	[O MCTI]	implementa,	seja na	permanente busca pela qualidade da gestão pública.
Adjunto de Circunstancia	Complemento	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo		Modo	Resíduo		
ENG: Pronunciamento					
ATI:					Qualidade
GRA:					

No âmbito desse esforço de cooperação é que	[Eu]	faço	chegar	a Vossa Excelência	o presente documento,
Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Predicador	Complemento	Complemento
Resíduo	Modo		Resíduo		
ENG:	Endosso				
ATI:				Normalidade	
GRA:				Fusão	

para que	seu conteúdo	seja	incorporado	às discussões internas desse Ministério,	nas instâncias pertinentes aos assuntos que aborda.
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, Necessário (-).	Predicador	Complemento	Adjunto de circunstancia
	Modo		Resíduo		
ENG:	Confirmação de expectativa				
ATI:			Satisfação		
GRA:					

[eu]	Ressalto	que
------	----------	-----

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG: Pronunciamento			
ATI:			
GRA: Fusão (ressaltar – destacar – informar)			

este MCTI,	por sua vez,	tem	um conjunto de sugestões	no sentido de	tornar mais atraentes as carreiras de C&T,	sobretudo no que concerne a mecanismos mais ágeis de contratação, recomposição e fixação de seus quadros.
------------	--------------	-----	--------------------------	---------------	--	---

Sujeito	Adjunto de Comentário Validação	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Complemento	Adjunto de Comentário Validação	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo		Modo	Resíduo	
ENG: Endosso							
ATI: Tenacidade						Qualidade	Impacto
GRA:			Quantidade			Volume	Volume

No mais,	[eu]	faço	destacar	a competente atuação desse Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	no trato das questões
Adjunto de Comentário Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo		
ENG: pronunciamento					
ATI:					Qualidade
GRA:					Acentuação

que	asseguram	o bom desempenho das instituições públicas,	entre elas o MCTI.
-----	-----------	---	--------------------

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (-).	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG: Monoglossia				
ATI:		Impacto		
GRA:		Acentuação		

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

20 12. AVISO 179/2014/GM-MAPA

Brasília, 22 e maio de 2014.

À Sua Excelência a Senhora
MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: Alteração da nomenclatura do Cargo de Fiscal Federal Agropecuário

Senhora Ministra,

Dirijo-me a Vossa Excelência, para reiterar as solicitações contidas no Termo de Acordo nº 17/2012, firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a representação da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, que trata sobre a alteração da nomenclatura do Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.

2. O pleito em questão tem por objetivo dar cumprimento às políticas para gestão de pessoas do Governo Federal, que têm o intuito de valorizar e fortalecer as instituições e os servidores públicos federais. Nesse contexto, a atuação dos Fiscais Federais Agropecuários apresenta contribuição significativa para formação do produto interno bruto e superávit da balança comercial.

3. A adoção da mudança da nomenclatura para Auditor Fiscal Federal Agropecuário aproximará e corrigirá a realidade das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Carreira, em consonância com as diretrizes e programas das diversas áreas técnicas do MAPA.

4. Importante ressaltar que a medida não representa qualquer impacto financeiro.
5. Diante do exposto, solicito a apreciação e o empenho de Vossa Excelência, na condução do assunto.

Atenciosamente,

NERI GELLER

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Fonte: www.sinfagres.org/2014/07/29/transformacao-da-carreira-de-fiscal-federal-agropecuário-em-auditor/

Senhora Ministra,				
Vocativo				
ENG:				
ATI:				
GRA:				

[Eu]	Dirijo-me		a Vossa Excelência,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo
ENG:	Monoglossia		
ATI:			Normalidade
GRA:			Fusão

para	reiterar	as solicitações contidas	no Termo de Acordo nº 17/2012, firmado	entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a representação da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário,
	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
ENG:	Pronunciamento			
ATI:				
GRA:				

que	trata	sobre a alteração da nomenclatura do Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.
-----	-------	--

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento		
Modo		Resíduo			
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

O pleito em questão	tem	por objetivo	dar cumprimento às políticas para gestão de pessoas do Governo Federal,		
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto Comentário	Complemento	
Modo		Resíduo			
ENG:	Monoglossia				
ATI:			Satisfação		
GRA:					

que	têm	o intuito de valorizar e fortalecer as instituições e os servidores públicos federais.			
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento		
Modo		Resíduo			
ENG:	Reconhecimento				
ATI:			Impacto	Impacto	
GRA:			Fusão	Fusão	

Nesse contexto,	a atuação dos Fiscais Federais Agropecuários	apresenta	contribuição significativa	para formação do produto interno bruto e superávit da balança comercial.
-----------------	--	-----------	----------------------------	--

Adjunto de Complemento, Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo		
ENG: Pronunciamento					
ATI:	Tenacidade			Qualidade	
GRA:				Acentuação	

A adoção da mudança da nomenclatura para Auditor Fiscal Federal Agropecuário	aproximará e corrigirá			a realidade das atividades desenvolvidas	pelos integrantes da Carreira, em consonância com as diretrizes e programas das diversas áreas técnicas do MAPA.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Finito: a) Tempo: Futuro do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo			Resíduo		
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:	Impacto	Impacto			
GRA:					

Importante ressaltar que	a medida	não representa		qualquer impacto financeiro.	
Adjunto de Comentário, Ressalva	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: negativa c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	
Modo				Resíduo	
ENG: Pronunciamento		Negação			
ATI: Impacto					
GRA:					

Diante do exposto,	[eu]	solicito		a apreciação e o empenho	de Vossa Excelência,	na condução do assunto.
Adjunto de Comentário, Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: negativa c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Predicador	Complemento	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo			
ENG: Confirmação de Expectativa						
ATI:				Tenacidade	Normalidade	
GRA:		Fusão			Fusão	

Atenciosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: isolamento					

Anexo 8 – CADERNO DE OFÍCIOS

Of. no 181/2013 _ Bloco – SF.....	247
OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2013 – EXE.....	248
OF. Nº. 025/12 – CDH –SF.....	252
Ofício GSRR nº 00032/2013 – SF.....	253
Ofício nº 46/2013 – CI – SF.....	255
OF. Nº. 054/12 –BLUFOR – SF.....	256
Ofício Int. nº 33/GSDT – SF.....	259
Ofício nº 833 – SF.....	263
Of. nº 855 /2013/SGM/P – CD.....	265
Of. nº 378/GAB-LidPT – CD.....	268
Ofício GAB/PSD nº 511 – CD.....	269
Of. no 183/2013 – Bloco – CD.....	270
Ofício no 101/2013/LIDPV – CD.....	272
Ofício no 59/2013 LID/PRB – CD.....	274
OF no 418/GAB-LidPT – CD.....	275
OF/GABMIN/No 015/2013 – CD.....	276
Of. no 543/13/PSD – CD.....	277
Ofício no 260 (CN) – SF.....	Erro! Indicador não definido.
Ofício nº 82/2013/GAB/ZD – CD.....	279
OF Nº 29/2013 – GAB.EF.....	281
Ofício nº 1208/2013 – DEPAT – CD.....	282
Ofício no 23 / 2013 – Presidência / CCJ.....	Erro! Indicador não definido.
Ofício nº 1205/2013 – DEPAT.....	Erro! Indicador não definido.
Of.nº 105/2013-BLUFOR.....	286
Ofício nº 250/2012.....	288
OF. Nº 237/2012 – BLUFOR.....	290
OFÍCIO Nº 116/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS.....	292
OF. 365/2012/CAE.....	294
Of. nº 360/2012/CMA.....	297
Ofício nº 86/13 – PRESIDENCIA/CCJ.....	299
OF.Nº 770/2012-PRESID.....	301

21 OF. NO 181/2013 _ BLOCO – SF

Brasília, 18 de abril de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação para membro Suplente de Comissão Especial

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Chico das Verduras (PRP-RR), para membro Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 32-A, de 1999, do Sr. Pompeo de Mattos, que “determina a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas, acrescentando inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,

Deputado **Anthony Garotinho**,

Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vocativo
ENG
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

(eu)	Solicito	especial atenção	de Vossa Excelência	no sentido de	indicar	o Deputado Chico das Verduras (PRP-RR), para membro Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 32-A, de 1999, do Sr. Pompeo de Mattos,
Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, inclinação, desejoso (+/-)	Predicador	Complemento	Adjunto Comentário de Validação – estritamente falando	Predicador	Adjunto de Circunstância
Modo		Resíduo		Modo	Resíduo	
ENG: Entretenimento (especial)				Entretenimento		
ATI:			Normalidade			
GRA: fusão		acentuação	fusão			

que	“determina	a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo para o ensino médio e superior aos estudantes carentes em instituições privadas, acrescentando inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal”.
Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, obrigação, necessário (+)	Predicador Complemento
Modo	Resíduo	
ENG:	monoglossia	
ATI:		
GRA:	fusão	

Sendo o que se apresente para o momento,	(eu)	Reitero	ao ilustre Presidente	meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.
Adjunto de Circunstancia	Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador Complemento	Complemento
		Modo	Resíduo	
ENG		Monoglossia		
ATI		normalidade	Felicidade – felicidade	
GRA		Fusão	fusão	Acentuação – acentuação

Respeitosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

Deputado **Anthony Garotinho**,
Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

22 OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2013 – EXE

(nº 249/2013 – GM/MPA, na origem)
Brasília, 18 de abril de 2013.
A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
70.165/900 – Brasília – DF

Assunto: Visita a Israel

Senhor Presidente,
Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que minha prevista visita a Israel foi mudada para o período de 9 a 13 de junho próximo. Acompanhado de delegação de empresários, visitarei empreendimentos voltados à aquicultura e mantereí contato com autoridades daquele País, com vistas à futura cooperação na área de piscicultura. A cooperação conjunta constituirá caminho para desenvolver novas tecnologias, que permitirão acelerar ganhos na produtividade e aprimorar a qualidade da aquicultura do Brasil.

2. Seria de todo interesse que o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador Aníbal Diniz e o Senador Wilder Pedro de Moraes, pudessem integrar minha delegação a Israel.

3. Minha Assessoria Internacional transmitirá informações adicionais a seus assessores pelos telefones 2023-3483 e 2023-3475 e pelo e-mail asin@mpa.gov.br.

Atenciosamente,

Marcelo Crivella,

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

(eu)	Levo		ao conhecimento de Vossa Excelência
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, determinado (+) *	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG:	Monoglossia		
ATI:			Normalidade
GRA:			Fusão

que	minha prevista visita a Israel	foi	mudada	para o período de 9 a 13 de junho	próximo.
	Sujeito (paciente)	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto modal de temporalidade, Tempo
	Modo		Resíduo		Modo
ENG	Monoglossia				
ATI					
GRA					Prox. temporal

Acompanhado	de delegação de empresários,	(eu)	visitarei
Predicador	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)
Resíduo		Modo	
ENG:		Monoglossia	
ATI			
GRA			

empreendimentos	voltados	à aquicultura
Complemento	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo		
ENG		
ATI		
GRA		

E	(eu)	manterei	contato	com autoridades daquele País,
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstancia
	Modo		Resíduo	
ENG	Monoglossia			
ATI				
GRA				

com vistas	à futura	Cooperação na área de piscicultura.
Adjunto de Circunstancia	Adjunto Modal de Temporalidade, Tempo	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	Modo	Resíduo
ENG		
ATI		
GRA	Proximidade temporal	

A cooperação conjunta	constituirá	caminho para desenvolver novas tecnologias,
Sujeito	a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador
Modo		Resíduo
ENG: Monoglossia		
ATI		Impacto
GRA		

que	permitirão	acelerar	ganhos na produtividade
Sujeito	a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, Permitido (-)	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG: monoglossia			
ATI			
GRA			

E	aprimorar	a qualidade da aquicultura	do Brasil.
	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Resíduo			
ENG			
ATI:			
GRA			

Seria de todo interesse que	o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador Aníbal Diniz e o Senador Wilder Pedro de Morais,	pudessem	integrar
Metáfora Interpessoal	Sujeito	a)Tempo: Pretérito Imperfeito do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Permitido (-)	Predicador
Modo			Resíduo
ENG	Confirmação de Expectativa		
ATI			
GRA			

minha delegação	a Israel.
Complemento	Adjunto de Circunstancia
Resíduo	
ENG	
ATI	
GRA	

Minha Assessoria Internacional	transmitirá	informações adicionais	a seus assessores	pelos telefones 2023-3483 e 2023-3475 e pelo e-mail asin@mpa.gov.br.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo			Resíduo	
ENG	Monoglossia			
ATI				
GRA				

Atenciosamente
Fecho
ENG
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

23 OF. Nº. 025/12 – CDH –SF

Brasília, 21 de março de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informo a vossa Excelência, em aditamento ao Of. 017/13 – CDH, o fim do prazo da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, em 02/02/2013. A Subcomissão em comento foi instalada em 18/05/2011, pelo RDH nº 3/2011, de autoria do Senador Wellington Dias.

Isto posto, solicito a gentileza de retirar da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço.

Atenciosamente,

Senador **Ana Rita**,

Presidenta.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vocativo
ENG
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

Ao cumprimentá-lo,	(eu)	informo	
Finito Adj. Modal de Comentário Cordialidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador
Modo			Resíduo
ENG: monoglossia			
ATI: felicidade (processo de atitude)			
GRA:			

a vossa Excelência,	em aditamento ao Of. 017/13 – CDH,	o fim do prazo da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, em 02/02/2013.
Complemento	Adjunto de Circunstancia	Complemento
Resíduo		
ENG		
ATI: Normalidade		
GRA: Fusão		

A Subcomissão	em comento	foi	instalada	em 18/05/2011,	pelo RDH nº 3/2011,	de autoria do Senador Wellington Dias.
Sujeito	Finito: Adjunto de Comentário Validação	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstância		
Modo			Resíduo			
ENG	Monoglossia					
ATI						
GRA						

Isto posto,	(eu)	Solicito	a gentileza de	retirar
Finito: Adjunto Modal de Modo Obviedade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Finito: Adjunto de Comentário de Cordialidade / Solicitação	Predicador
Modo				Resíduo
ENG		Confirmação de Expectativa		
ATI			tenacidade	
GRA		Fusão		

da ordem do dia	a menção e composição da Subcomissão	em apreço.
Complemento	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Resíduo		
ENG		
ATI		
GRA		

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: isolamento

24 OFÍCIO GSRR Nº 00032/2013 – SF

Brasília, 6 de março de 2013

Assunto: indicação da vaga do PSOL para integrar a CMMC

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL respondo ao expediente OF. nº 93/2013-CN e, tendo em visto que sou o único representante do Partido no Senado Federal, indico o meu nome para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Atenciosamente,

Senador **Randolfe Rodrigues**,

Líder do PSOL.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vocativo
ENG
ATI: Normalidade
GRA: fusão

Na oportunidade em que	(eu)	cumprimento	Vossa Excelência,
Finito: Adjunto Modal de Temporalidade, Tipicidade.	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Complemento
Modo			Resíduo

ENG: Monoglossia	
ATI:	Normalidade
GRA:	Fusão

na condição de Líder do PSOL	(eu)	Respondo		ao expediente OF. nº 93/2013-CN e,
Finito: Adjunto de Comentário de Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo	
ENG: Pronunciamento				
ATI:				
GRA:				

tendo em visto que	(eu)	Sou	o único	representante	do Partido no Senado Federal,
Adjunto de Comentário de Persuasão	Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Modo, Grau: Apenas	Complemento Adjunto de Circunstância
Modo			R	Modo	Resíduo
ENG: Monoglossia					
ATI:					
GRA:			Acentuação		

(eu)	Indico		o meu nome
Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

Para	integrar	a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
	Predicador	Complemento
	Resíduo	
ENG:		
ATI:		
GRA:		

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

25

26 OFÍCIO Nº 46/2013 – CI – SF

Brasília, 22 de abril de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Caro Presidente Renan,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 26 de março do ano em curso, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador João Costa, respectivamente.

Atenciosamente, com o abraço do Senador Fernando Collor, Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

Caro Presidente Renan,
Vocativo
ENG:
ATI: Felicidade
GRA: Fusão

(eu)	Comunico		a Vossa Excelência
Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:			Normalidade
GRA:			Fusão

que,	em reunião realizada no dia 26 de março do ano em curso,	foram	eleitos	Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC,
	Adjunto de Circunstancia	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+).	Predicador	Adjunto de Circunstancia
	Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

o Senador Flexa Ribeiro e o Senador João Costa,	respectivamente.
Sujeito	Finito: Adjunto Modal de Comentário Obviedade
Modo	
ENG:	

ATI:
GRA:

Atenciosamente,	com o abraço do Senador Fernando Collor, Presidente.
Adj Modal	Circunstância
Modo	Resíduo
ENG:	
ATI: Normalidade	Felicidade
GRA: Isolamento	

27 OF. Nº. 054/12 –BLUFOR – SF

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino, como membro Titular, para integrar Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC – do Congresso Nacional.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos Senadores que ocuparão as vagas restantes de titular e suplente que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador Gim, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

Com meus cordiais cumprimentos	e nos termos regimentais,	(Eu)	dirijo-me	a Vossa Excelência
Finito: Adjunto modal de Comentário – Cordialidade	Finito: Adjunto modal de Comentário - Persuasão - Regimentalmente	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Complemento
Modo			Predicador	Resíduo
ENG: Monoglossia				
ATI: felicidade	Veracidade			Normalidade
GRA: acentuação				Fusão

para	indicar,	pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador João Vicente Claudino, como membro Titular,
	Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo		
ENG: monoglossia		

ATI:
GRA:

Para	Integrar	Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC –	do Congresso Nacional.
	Predicador	Complemento	Adjunto
	Resíduo		
ENG:	monoglossia		
ATI:			
GRA:			

(eu)	Informo		a Vossa Excelência
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia		
ATI:	Normalidade		
GRA:	Fusão		

que	(eu)	indicarei	posteriormente	os nomes dos Senadores
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Temporalidade
	Modo	R	Modo	Resíduo
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:	Extensão			

que	Ocuparão		as vagas restantes de titular e suplente
Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, probabilidade, certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			

que	São	destinadas	ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva* b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, probabilidade, certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

(eu)	Aproveito		a oportunidade
Sujeito	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

para	renovar	a Vossa Excelência	protesto de estima e consideração.
	Predicador	Complemento	Complemento
	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:	Normalidade	Felicidade - felicidade	
GRA:	Fusão		

Atenciosamente
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

28 OFÍCIO INT. Nº 33/GSDT – SF

Brasília, 27 de março de 2012

Senhor Presidente,

Como Vossa Excelência tem acompanhado, sofro nas últimas semanas toda sorte de ataques à minha honra, sem que sejam observadas as garantias constitucionais previstas em qualquer Estado Democrático de Direito.

Meu desejo é ocupar a Tribuna do Senado tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos que, segundo afirmam, estão em poder do Procurador-Geral da República. Não me escusarei de responder a qualquer questionamento que, por ventura, seja feito pelos senhores senadores e senhoras senadoras.

Reafirmo o que disse no Plenário: se existe alguma suspeita sobre o meu procedimento, exijo profunda e meticulosa investigação no foro constitucionalmente adequado, qual seja, o Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para comunicar a Vossa Excelência que, para acompanhar a evolução dos fatos e versões noticiados nos últimos dias, me afastei hoje da liderança do Democratas no Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **Demóstenes Torres**.

Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

Como	Vossa Excelência	tem	acompanhado
Conectivo de conformidade.	Sujeito paciente	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz passiva. b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Habitualidade, Usualmente (+/-)	Predicador
	Modo		Resíduo
ENG:	Confirmação de expectativa		
ATI:	Normalidade		
GRA:	Fusão		

(eu)	Sofro	nas últimas semanas	toda sorte de ataques à minha honra,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Temporalidade Tipicidade
	Modo		Complementos
		Resíduo	
	ENG: Monoglossia		
	ATI: (in) Segurança		Propriedade
	GRA: fusão	Extensão	Toda sorte: quantidade

sem que	sejam	observadas	as garantias constitucionais	previstas	em qualquer Estado Democrático de Direito.
	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz passiva b) Polaridade: negativa c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Necessário (+)	Predicador	Sujeito Paciente	Predicador	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG:	Monoglossia				
ATI:	(In) Segurança				
GRA:					Em qualquer: acentuação

Meu desejo	é	ocupar	a Tribuna do Senado	tão logo
Sujeito*	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso	Predicador	Complemento	Finito: Adjunto Modal de temporalidade Tempo
	Modo	Resíduo		Modo
ENG:	Entretenimento			
ATI:				Extensão
GRA:				

(eu)	tenha	acesso	ao conteúdo dos autos
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
	Modo	Resíduo	Complemento
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			

que,	segundo afirmam,	estão	em poder	do Procurador-Geral da República.
Sujeito	Finito: Adjunto Modal de Comentário Suposição	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo		Adjunto de Circunstância
ENG:	Distanciamento			
ATI:				
GRA:				

(eu)	Não <u>me</u> escusarei		de responder	a qualquer questionamento
Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Negativa c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo		Resíduo		
ENG: Negação				
ATI: Tenacidade				
GRA:				Atenuação

que,	por ventura,	Seja	feito	pelos senhores senadores e senhoras senadoras.
Sujeito	Finito: Adjunto de Comentário de Predição	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz passiva b) Polaridade: Negativa c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, inclinado (-)	Predicador	Agente da Passiva (?) - Adjunto de Circunstância
Modo			Resíduo	
ENG: Distanciamento				
ATI:	Impacto			
GRA:				

(eu)	Reafirmo		o que	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador		
Modo		Resíduo	Complemento	
ENG: Monoglossia				
ATI: Tenacidade				
GRA:				

(eu)	disse		no Plenário:	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstância	
Modo		Resíduo		
ENG: Monoglossia				
ATI:				
GRA:				

se	existe		alguma	suspeita	sobre o meu procedimento,
Conectivo de Condição	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto Modal de Modo Grau	Complemento	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG: Entretenimento					
ATI:				Propriedade	
GRA:			Atenuação		

(eu)	exijo		profunda e meticulosa	investigação
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, Necessário (+)	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Modo Intensidade	Complemento
Modo		R	Modo	Resíduo
ENG: Monoglossia				
ATI: Segurança?				
GRA: Fusão				
			Volume e Acentuação	

no foro constitucionalmente adequado,	qual seja,	o Supremo Tribunal Federal.
Adjunto de Circunstância		Adjunto de Circunstância
Resíduo		Resíduo
ENG: Contra-expectativa – outra proposição seria o próprio Senado de que ele quer fugir. Ver REG		
ATI: propriedade (ético)		
GRA: acentuação		

CF/88: Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013\)](#)

(eu)	Aproveito	a oportunidade	para	comunicar	a Vossa Excelência
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Complemento		Predicador ?	Complemento
Modo		Resíduo			
ENG: Monoglossia					
ATI: Valoração (vale a pena)					
GRA: Fusão					

que,	para	acompanhar	a evolução dos fatos e versões	noticiados	nos últimos dias,
	Conectivo de Finalidade	Predicador	<u>Complemento</u>	Predicador (que foram noticiados) – o finito está em elipse?	Adjunto Modal de Temporalidade (?)
	Resíduo				Modo
ENG:	Distanciamento				
ATI:					
GRA:					

(eu)	me afastei	hoje	da liderança	do Democratas no Senado Federal.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Finito: Adjunto Modal de Temporalidade Tempo	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo			Resíduo	
ENG: Confirmação de expectativa				
ATI: Tenacidade			Atenuação ?	
GRA:				

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

29 OFÍCIO Nº 833 – SF

Brasília, 5 de abril de 2013
A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marcio Bittar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Assunto: Remessa de matéria à sanção.
Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010 (PL nº 2.192, de 2003, nessa Casa), que “Dispõe sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo e altera a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981”.

Atenciosamente, – Senador **Flexa Ribeiro**, Primeiro-Secretário

Senhor Primeiro-Secretário,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

(eu)	Comunico		a Vossa Excelência
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:	Normalidade		
GRA:	Fusão		

que,	Aprovado	sem alterações	pele Senado Federal,	em revisão,
	Predicador	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância Agente da Passiva	Adjunto de Circunstância
	Resíduo			
ENG: Monoglossia				
ATI:				
GRA:				

Foi	encaminha do	à Excelentíssima Senhora Presidente da República,	para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal,	o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2010 (PL nº 2.192, de 2003, nessa Casa),
Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância	Sujeito Paciente
Modo	Resíduo		Resíduo	Modo
ENG: Monoglossia				
ATI:	Normalidade			
GRA:	Fusão			

que	“Dispõe		sobre a jornada de trabalho do Fonoaudiólogo
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

e	altera		a Lei nº 6.965,	de 9 de dezembro de 1981”.
	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

30 OF. Nº 855 /2013/SGM/P – CD

Brasília, 8 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Major Fábio

Gabinete 368 – Anexo III

Nesta

Assunto: Prejudicialidade de Proposição

Senhor Deputado,

Reporto-me ao **Projeto de Lei nº 5.314/13**, de sua autoria, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”.

2. Informo a Vossa Excelência que não será possível dar tramitação à mencionada proposição, uma vez que a matéria em apreço já se encontra contemplada em diploma legal (Lei n.º 11.951, de 24 de junho de 2009).

3. Assim sendo, considero prejudicada a mencionada Proposição, em conformidade com o disposto no art. 164, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Senhor Deputado,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

(eu)	Reporto-me		ao Projeto de Lei nº 5.314/13,	de sua autoria,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

que	“acrescenta		parágrafo único ao art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			

que	Dispõe		sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			

(eu)	Informo		a Vossa Excelência	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	
Modo			Resíduo	
ENG:	Monoglossia			
ATI:			Normalidade	
GRA:			Fusão	

que	não será possível METÁFORA DE MODO?	dar	tramitação	à mencionada proposição,
	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Negativa c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Permitido (-)	Predicador	Complemento	Complemento
	Modo	Resíduo		
ENG:	Negação			
ATI:				
GRA:				

uma vez que	a matéria em apreço	já	se encontra	contemplada	em diploma legal (Lei n.º 11.951, de 24 de junho de 2009).
	Sujeito	Finito: Adjunto Modal de Temporalidade Tempo	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstância
	Modo			Resíduo	
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

Assim sendo,	(eu)	considero	prejudicada	a mencionada Proposição,
Finito: Adjunto Modal de Modo Obviedade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo	
ENG: Entretenimento				
ATI:			Qualidade	
GRA:		Fusão: considero-declaro		

em conformidade	com o disposto no art. 164, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
Finito: Adjunto de Comentário Validação	Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo
ENG: Endosso	
ATI:	
GRA:	

31 OF. Nº 378/GAB-LIDPT – CD

Brasília, 30 de abril de 2013

Excelentíssimo Senhor
Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para solicitar a retirada dos (das) deputados (as) Domingos Dutra (PT/MA), Érika Kokay (PT/DF), Nilmário Miranda (PT/MG) como membros titulares e Janete Pietá (PT/SP), Luiz Couto (PT/PB) e Vicentinho (PT/SP) da condição de suplentes na Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM.

Atenciosamente, – **Usiraque**, Vice-Líder da Bancada na Câmara.

Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

(eu)	Tenho	a honra	de dirigir-me a Vossa Excelência,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:	Felicidade	Normalidade	
GRA:	Fusão	Fusão	

para	solicitar	a retirada dos (das) deputados (as) Domingos Dutra (PT/MA), Érika Kokay (PT/DF), Nilmário Miranda (PT/MG)	como membros titulares	e Janete Pietá (PT/SP), Luiz Couto (PT/PB) e Vicentinho (PT/SP) da condição de suplentes	na Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM.
Conectivo de Finalidade	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância	Complemento	Adjunto de Circunstância
Resíduo					
ENG: Entretenimento					
ATI:	Capacidade				
GRA:	Fusão				

Atenciosamente
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

32 OFÍCIO GAB/PSD Nº 511 – CD

Brasília, 30 de abril de 2013

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Henrique Eduardo Alves

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e nos termos regimentais, retiro a indicação do Deputado Padre Ton (PT-RO) como membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.

Atenciosamente, – Deputado Eduardo Sciarra,

Líder do PSD.

Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

Cumprimentando-o cordialmente,	e nos termos regimentais,	(eu)	retiro		a indicação do Deputado Padre Ton (PT-RO)	como membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.
Finito: Adjunto Modal de Comentário, Cordialidade	Finito: Adjunto Modal de Comentário, Persuasão	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo					Resíduo	
ENG:						
ATI: Felicidade	Veracidade		Satisfação			
GRA: Isolamento						

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

34 OF. NO 183/2013 – BLOCO – CD

Brasília, 18 de abril de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Henrique Eduardo Alves

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Assunto: Indicação para membro Suplente de Comissão Especial

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Chico das Verduras (PRP-RR), para membro Suplente da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 506-A, de 2010, do Senado Federal, que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus, e dá outras providências” (prorroga até 31 de dezembro de 2029).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Anthony Garotinho**,

Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Fusão

(eu)	Solicito	especial atenção	de Vossa Excelência
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Complemento	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Entretenimento			
ATI:		Valoração	Normalidade
GRA: Fusão			Fusão

no sentido de	indicar	o Deputado Chico das Verduras (PRP-RR),	para membro Suplente da Comissão Especial	destinada a
Finito: Adjunto Modal de Comentário Validação	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância	Predicador
Modo	Resíduo			
ENG: Entretenimento				
ATI:				
GRA:				

apreciar e	proferir	parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 506-A, de 2010, do Senado Federal,
Predicador	Predicador	Complemento
Resíduo		
ENG: Monoglossia		
ATI: Qualidade		

GRA:		
------	--	--

que	“acrescenta		artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT),
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG: Monoglossia			
ATI:			
GRA:			

para	dispor	sobre a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus, e dá outras providências” (prorroga até 31 de dezembro de 2029).
	Predicador	Adjunto de Circunstância
	Resíduo	
ENG: Monoglossia		
ATI:		
GRA:		

Sendo o que se apresenta para o momento,	(eu)	Reitero		ao ilustre Presidente
Finito: Adjunto Modal de Temporalidade Tipicidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modulação, Inclinação, determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo				Resíduo
ENG: Monoglossia				
ATI: satisfação				Normalidade
GRA:		Fusão: reiterar – manifestar -		Fusão

meus protestos	de elevado apreço	e distinta consideração.
Complemento		
Resíduo		
ENG:		
ATI:	Felicidade	Felicidade
GRA:	Acentuação	Acentuação

Respeitosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

35

36 OFÍCIO NO 101/2013/LIDPV – CD

Brasília, 7 de maio de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para informar a Vossa Excelência que estarei ausente de Brasília hoje, 7 de maio do corrente, ocasião em que o Deputado Antônio Roberto (PV/MG) responderá pela Liderança do Partido Verde. Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência as minhas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Senhor Presidente,
Vocativo
ENG:
ATI:
GRA:

(eu)	Sirvo-me		do presente
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz Reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo		
ENG:	Monoglossia		
ATI:	satisfação		
GRA:			

para	informar	a Vossa Excelência
	Predicador	Complemento
	Resíduo	
ENG:		
ATI:	Normalidade	
GRA:	Fusão	

que	(eu)	estarei	ausente	de Brasília	hoje, 7 de maio do corrente,
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
	Modo	Resíduo			
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

ocasião em que	o Deputado Antônio Roberto (PV/MG)	responderá		pela Liderança do Partido Verde.
Finito: Adjunto Modal de Temporalidade Tipicidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo	
ENG: Monoglossia				
ATI:				
GRA:				

(eu)	Colho			o ensejo
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador		Complemento
Modo		Resíduo		
ENG: Monoglossia				
ATI: Satisfação				
GRA:				

para	renovar	a Vossa Excelência	as minhas expressões de apreço e consideração.
	Predicador	Complemento	Complemento
	Resíduo		
ENG:			
ATI:		Normalidade	Felicidade – Felicidade
GRA:		Fusão	

37

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: isolamento

38 OFÍCIO NO 59/2013 LID/PRB – CD

Brasília, 12 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor

Deputado Henrique Eduardo Alves

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Comissão Parlamentar de Inquérito – Turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes

Senhor Presidente,

Amparado nos termos regimentais, comunico Vossa Excelência que o Deputado Otoniel Lima (PRB-SP) não mais integrará, como membro Titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Certo da atenção de Vossa Excelência, expresso votos de estima e apreço.

– Deputado **George Hilton**, Líder do PRB.

Senhor Presidente,
Fecho
ENG:
ATI:
GRA:

Amparado	nos termos regimentais,	(eu)	comunico	Vossa Excelência
Predicador	Finito: Adjunto Modal de Comentário Persuasão	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Complemento
Resíduo	Modo			Resíduo
ENG:	Endosso			
ATI: Segurança	Veracidade			Normalidade
GRA:				Fusão

que	o Deputado Otoniel Lima (PRB-SP)	não mais integrará,		como membro Titular,	a Comissão Parlamentar de Inquérito
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Negativa c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstância	Complemento
	Modo			Resíduo	
ENG:	Negação				
ATI:					
GRA:					

destinada a	apurar	denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.
Predicador	Predicador	Complemento
Resíduo		
ENG:		
ATI:		
GRA:		

Certo da atenção de Vossa Excelência,	(eu)	expresso	votos de estima e apreço.
Finito: Adjunto Modal de Comentário de Confiabilidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Complemento
Modo			Resíduo
ENG: Confirmação de Expectativa			
ATI: Normalidade			Felicidade – Felicidade
GRA: Fusão			

39 OF NO 418/GAB-LIDPT – CD

Brasília-DF, 8 de maio de 2013

Excelentíssimo Senhor

Henrique Eduardo Alves

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para indicar como membro Suplente o Deputado Fernando Marroni (PT-RS) em substituição ao Deputado Domingos Dutra (PT-MA), na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS.

Atenciosamente,

– Deputado **José Guimarães** (PT-CE), Líder da Bancada na Câmara.

(eu)	Tenho	a honra	de dirigir-me a Vossa Excelência,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:		Felicidade	Normalidade
GRA:		Fusão	Fusão

para	indicar	como membro Suplente	o Deputado Fernando Marroni (PT-RS)	em substituição	ao Deputado Domingos Dutra (PT-MA),
	Predicado	Adjunto de Circunstância	de Complemento	Adjunto de Circunstância	de Circunstância
Resíduo					
ENG: Entretenimento					
ATI:					
GRA:					

na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS.	
Adjunto de Circunstância	
Resíduo	
ENG:	
ATI:	
GRA:	

40

Atenciosamente,
Fecho:
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

41 OF/GABMIN/NO 015/2013 – CD

Brasília, 9 de maio de 2013

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Vice-líder

Senhor Presidente,
Cumprimentando Vossa Excelência, indico, nos termos do § 2o, art. 11-A do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Deputado Plínio Valério (PSDB-AM), como vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados em substituição ao Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP).

Atenciosamente,
Deputado **Nilson Leitão**, Líder da Minoria.

Cumprimentando Vossa Excelência,	(eu)	indico,	nos termos
Adjunto de Circunstância	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+).	Finito: Adjunto Modal de Comentário Validação
Resíduo	Modo		
ENG: Endosso			
ATI: Felicidade	Normalidade		
GRA:	Fusão		

do § 2o, art. 11-A do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,	o Deputado Plínio Valério (PSDB-AM),	como vice-líder da Minoria na Câmara dos Deputados	em substituição	ao Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP).
Adjunto de Circunstância	Complemento	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
Resíduo				
ENG:				
ATI:				
GRA:				

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

42 OF. NO 543/13/PSD – CD

Brasília, 30 de abril de 2013

À Sua Excelência Presidente
Henrique Eduardo Alves

Assunto: Desligamento do Deputado Irajá Abreu em Comissões.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente e tendo em vista que o Deputado Irajá Abreu assumiu recentemente a Secretaria de Regulação Fundiária do Estado do Tocantins, solicito nos termos regimentais, a pedido do Parlamentar, a retirada de Sua Excelência da titularidade e suplência nas seguintes Comissões:

- Titularidade na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS);
- Suplência na Comissão de Finanças e Tributação (CFT);
- Suplência na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP);
- Suplência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Atenciosamente,

Eduardo Sciarra, Líder do PSD.

Cumprimentando-o Cordialmente	e tendo em vista que
Adjunto de Circunstancia	Finito: Adjunto Modal de Comentário
Resíduo	Modo
ENG:	
ATI: Felicidade	
GRA: Isolamento	

o Deputado Irajá Abreu	assumiu		recentemente	a Secretaria de Regulação Fundiária do Estado do Tocantins,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo – voz ativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Temporalidade Tempo	Complemento
Modo		R	Modo	Resíduo
ENG: Monoglossia				
ATI:				
GRA:				Extensão

(eu)	solicito		nos termos regimentais,	a pedido do Parlamentar,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Desejo (+/-)	Predicador	Finito: Adjunto Modal de Comentário Persuasão	Adjunto de Circunstância
Modo		R	Modo	Resíduo
ENG: Endosso				
ATI:				Veracidade
GRA: Fusão				

a retirada de Sua Excelência	da titularidade e suplência nas seguintes Comissões:
Complemento	Adjunto de Circunstância
Resíduo	
ENG:	
ATI: normalidade	
GRA: fusão	

– Titularidade na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS);
– Suplência na Comissão de Finanças e Tributação (CFT);
– Suplência na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP);
– Suplência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).
Adjunto de Circunstância
Resíduo
ENG:
ATI:
GRA:

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: isolamento

43 OFÍCIO Nº 82/2013/GAB/ZD – CD

Brasília, 10 de abril de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Inclusão de Deputado Federal na Frente Parlamentar.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo solicito a Vossa Excelência a inclusão do Deputado Federal João Dado (PDT – SP) na Frente Parlamentar Mista José de Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e da Confeção do Brasil da qual sou Coordenador, conforme ficha de Adesão anexa.

Assim, considerando a importância do pleito, estou convicto das medidas que serão adotadas, pelo que antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,
Deputado Federal **Zeca Dirceu**, (PT – PR).

Ao cumprimentá-lo	(eu)	Solicito	a Vossa Excelência	a inclusão do Deputado Federal João Dado (PDT – SP)
Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejo (+/-)	Complemento	Complemento
Resíduo	Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia				
ATI: Felicidade			Normalidade	
GRA:		Fusão	Fusão	

na Frente Parlamentar Mista José de Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e da Confeção do Brasil	da qual	(eu)	sou		Coordenador,	conforme ficha de Adesão anexa.
Adjunto de Circunstância	de Adjunto Circunstância	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Conectivo de Conformidade
ENG:		ENG: Endosso				
ATI:						
GRA:						

Assim,	considerando a importância do pleito	(eu)	Estou	convicto	das medidas
	Finito: Adjunto Modal de Comentário de Avaliação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
	Modo			Resíduo	
ENG: Pronunciamento					
ATI:	Valoração			Satisfação	
GRA:	Acentuação			Fusão	

que	serão	adotadas,
Sujeito Paciente	Finito: a) Tempo: Futuro do Presente do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador
Modo		Resíduo
ENG: Confirmação de Expectativa		
ATI:		
GRA:		

pelo que	(eu)	Antecipo	agradecimentos
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador
	Modo		Resíduo
ENG: pronunciamento			
ATI:			Felicidade
GRA:	Extensão		

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

45 OF Nº 29/2013 – GAB.EF

Brasília, 26 de junho de 2013

Ao Exmo. Senhor
Deputado Décio Lima
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Assunto: Cancelamento de requerimento

Senhor Presidente,

Com meus sinceros cumprimentos e encarecendo especial atenção, solicito a V. Exa. a retirada do requerimento de minha autoria, que solicita a declaração de prejudicialidade do PLP nº 438/2008.
Em oportuno, renovo a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,
Efraim Filho
Deputado Federal
Democratas/PB

Senhor Presidente,						
Vocativo						
ENG:						
ATI:						
GRA:						

Com meus sinceros cumprimentos	e	encarecendo especial atenção,
Adjunto Modal de Comentário – Cordialidade		Adjunto Modal de Comentário – Desejo
Modo		Modo
ENG:		
ATI: Veracidade		
GRA: Acentuação		Acentuação

[Eu]	solicito		a V. Exa.	a retirada do requerimento de minha autoria,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Predicador		
Modo		Resíduo		
ENG: Entretenimento (devido aos adj modais que introduzem a oração)				
ATI:		Normalidade		
GRA: Fusão		Fusão		

que	solicita		a declaração de prejudicialidade do PLP nº 438/2008.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo		Resíduo	
ENG: Monoglossia			
ATI:			

GRA:						
------	--	--	--	--	--	--

Em oportuno,	[eu]	renovo		a Vossa Senhoria	protestos de estima e consideração.
Adjunto Modal de Comentário Tipicidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, determinado (+)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo			Resíduo		
ENG: Monoglossia					
ATI:				Normalidade	Felicidade
GRA:				Fusão	Fusão

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: Isolamento

46 OFÍCIO Nº 1208/2013 – DEPAT – CD

Brasília, 08 de maio de 2013.

A Ilustríssima Senhora
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça
Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –
SRT
Brasília/DF

Assunto: Pedido de Audiência

Ilustríssimo Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, encaminhar cópia do Ofício nº 056SG/Presidência/2013 do SINDIRECEITA, que solicita de Vossa Senhoria uma audiência para tratar da posse dos novos Analistas-Tributários da Receita Federal.
2. A propósito do documento encaminhado solicitamos especial atenção quanto à marcação da referida audiência uma vez que o Estado brasileiro tem diversos desafios e o Analista-Tributário da Receita Federal tem um papel fundamental nos mais de 17 mil km de fronteiras, no combate a pirataria, contrabando, descaminho e seus efeitos na economia, combate ao tráfico de drogas e armas de fogo, assim como os eventos de grande vulto como a Copa das Confederações, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.
3. Sabemos que o esforço do nosso governo em ofertar serviços de qualidade ao maior número de brasileiros é público e notório, e para que isso se efetive, é preciso garantir pessoal qualificado para o cumprimento da demanda do tamanho do Brasil.
4. Certo de que o tema será tratado com a atenção que merece, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,
Amauri Teixeira
Deputado Federal (PT-BA)

Fonte: <http://sindireceita.org.br/wp-content/uploads/2013/05/OF-Deputado-Amauri.pdf> (03/06/2014, 11:17)

Ilustríssimo Secretário,

Vocativo						
ENG:						
ATI: Normalidade						
GRA: Fusão						

Cumprimentando-o cordialmente	[eu]	venho	por meio deste	encaminhar	cópia do Ofício nº 056SG/Presidência/2013 do SINDIRECEI TA,	
Finito: Adjunto Modal de Comentário Cordialidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, determinado (+)	Adjunto de Circunstância	Predicador	Complemento	
Modo			Resíduo			
ENG: Monoglossia						
ATI: Felicidade						
GRA: Isolamento						

que	solicita	de Vossa Senhoria	uma audiência	para tratar da posse dos novos Analistas-Tributários da Receita Federal.	
Sujeito relativo	a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso.	Predicador	Complemento	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo		Resíduo			
ENG: monoglossia					
ATI:			Normalidade		
GRA:			Fusão		

para	tratar	da posse	dos novos Analistas-Tributários da Receita Federal.
	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
	Resíduo		
ENG:			
ATI:			
GRA:			

A propósito do documento encaminhado	(nós)	solicitamos especial atenção quanto à marcação da referida audiência
Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Metáfora de Modo
Resíduo	Modo	
ENG:		Monoglossia
ATI:		Segurança
GRA:		Acentuação

uma vez que	o Estado brasileiro	tem	diversos desafios
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza.	Complemento
	Modo		Resíduo
ENG: Pronunciamento			
ATI:			
GRA:			
			Quantidade

e	o Analista-Tributário da Receita Federal	tem	um papel fundamental	nos mais de 17 mil km de fronteiras, no combate a pirataria, contrabando, descaminho e seus efeitos na economia, combate ao tráfico de drogas e armas de fogo, assim como os eventos de grande vulto como a Copa das Confederações, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza.	Complemento	Adjunto de Circunstância
	Modo		Resíduo	
ENG: Pronunciamento				
ATI: Segurança				
GRA:				
			acentuação	

[nós]	Sabemos	que o esforço do nosso governo em ofertar serviços de qualidade ao maior número de brasileiros é público e notório
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza.	Complemento
Modo		Resíduo
ENG: Confirmação de expectativa		
ATI:		
GRA:		

que	o esforço do nosso governo em	é	público e notório
-----	-------------------------------	---	-------------------

	ofertar serviços de qualidade ao maior número de brasileiros			
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza.	Predicador	Complemento
	Modo			Resíduo
ENG: Pronunciamento				
ATI:	Satisfação e Qualidade			Impacto Impacto
GRA:	Quantidade			

e para que	isso	se efetive,		é preciso garantir pessoal qualificado	para o cumprimento da demanda do tamanho do Brasil.
	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Subjuntivo – voz reflexiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso.	Predicado	Metáfora de Modo	Adjunto de Circunstância
	Modo		R	Modo	Resíduo
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:				satisfação	Segurança
GRA:				acentuação	Volume

Certo de que	o tema	será		tratado	com a atenção que merece
Adjunto Modal de Modo – Obviedade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Indicativo – voz passiva b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza.		Predicador	Adjunto de Circunstância
	Modo				Resíduo
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:	Tenacidade				Segurança
GRA:					

[eu]	agradeço				antecipadamente.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz ativa b) Polaridade: positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza.		Predicador		Adjunto modal de temporalidade, Tempo.
	Modo		R	Modo	
ENG: Confirmação de expectativa					
ATI:	Satisfação				
GRA:					Extensão

Atenciosamente,
Fecho
ENG:
ATI: Normalidade
GRA: isolamento

47 OF.Nº 105/2013-BLUFOR

Brasília, 8 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Armando Monteiro, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº

613, que “Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador **Gim**,

Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC.

Senhor Presidente,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

Com meus cordiais cumprimentos	e nos termos regimentais,	[eu]	dirijo-me		a Vossa Excelência
Finito: Adjunto modal de Comentário – Cordialidade	Finito: Adjunto modal de Comentário - Persuasão - Regimentalmente	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo				Finito	
ENG: Monoglossia					
ATI: Felicidade	Veracidade				Normalidade
GRA: Acentuação					

para	indicar,	pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores	para	integrarem	a Comissão Mista destinada a
------	----------	--	------	------------	------------------------------

		Eduardo Amorim e Gim, como membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Armando Monteiro, como membros Suplentes,			apreciar a Medida Provisória nº 613
	Predicador	Adjunto de Circunstancia		Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

Que,	“Institui		crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes;		
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)		Predicador	Complemento	
Modo			Resíduo		
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

[MP]	altera		a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004,	e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo		Resíduo		
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

para	dispor	sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional			
	Predicador	Adjunto de Circunstância			
ENG: Monoglossia					
ATI:					
GRA:					

que	especifica,	e	dá	outras providências”.
-----	-------------	---	----	-----------------------

Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador		Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo		R.		Modo		Resíduo
ENG:	Monoglossia			Monoglossia		
ATI:						
GRA:						

[eu]	Aproveito		a oportunidade	para	renovar	a Vossa Excelência	protesto de estima e consideração.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento		Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Modo			Resíduo				
ENG:	Monoglossia						
ATI:			Normalidade			Normalidade	Felicidade - Felicidade
GRA:						Fusão	

Atenciosamente						
Fecho						
ENG:						
ATI: Normalidade						
GRA: isolamento						

48 OFÍCIO Nº 250/2012

Brasília, 19 de dezembro de 2012.

Assunto: Relatório da viagem oficial à 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tomo a liberdade de fazer o encaminhamento de breve relatório da visita oficial a que fui designado como observador dos trabalhos realizados por ocasião da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas – AGNU, na cidade de New York, nos Estados Unidos da América, no período de 31 de outubro a 11 de novembro passado.

Cordialmente,

Senador **Sérgio Petecão**, PSD/AC.

Senhor Presidente,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

Cumprimentando cordialmente	Vossa Excelência,	[eu]	tomo		a liberdade de fazer o encaminhamento de breve relatório da visita oficial
Adjunto de Comentário		Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo				Resíduo	
ENG: entretenimento					
ATI: Felicidade	Normalidade				
GRA: isolamento	Fusão				

a que	[eu]	fui	designado	como observador dos trabalhos	realizados por ocasião da 67ª Assembleia Geral
-------	------	-----	-----------	-------------------------------	--

					das Nações Unidas – AGNU, na cidade de New York, nos Estados Unidos da América, no período de 31 de outubro a 11 de novembro passado.
Complemento	Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
ENG: monoglossia					
ATI:					
GRA:					

Cordialmente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: Isolamento					

49 OF. Nº 237/2012 – BLUFOR

Brasília, 20 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senhor João Costa para integrar, como membro suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – em substituição ao nobre Senador João Ribeiro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador **Gim**,

Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB-PR-PSC-PPL.

Senhor Presidente,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:	Fusão				

Com meus cordiais cumprimentos	e nos termos regimentais,	[eu]	dirijo-me	a Vossa Excelência
--------------------------------	---------------------------	------	-----------	--------------------

Finito: Adjunto modal de Comentário Cordialidade	Finito: Adjunto modal de Comentário Persuasão - Regimentalmente	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo – voz reflexiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento
Modo				Resíduo	
ENG: Monoglossia					
ATI: Felicidade	Veracidade				Normalidade
GRA: Acentuação					Fusão

para	indicar,	pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senhor João Costa	para	integrar,	como membro suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – em substituição ao nobre Senador João Ribeiro.
	Predicador	Adjunto de Circunstancia		Predicador	Adjunto de Circunstancia
Resíduo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

[eu]	Aproveito			a oportunidade	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)		Predicador	Complemento	
Modo			Resíduo		
ENG:	Monoglossia				
ATI:				Normalidade	
GRA:					

para	renovar	a Vossa Excelência	protesto de estima e consideração.		
	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia		
Resíduo					
ENG:					
ATI:		Normalidade		felicidade	felicidade
GRA:		Fusão			

Atenciosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: Isolamento					

50 OFÍCIO Nº 116/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 15 de maio de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012, que inclui os protetores solares na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Respeitosamente,

Senador Waldemir Moka,

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Excelentíssimo Senhor Presidente,						
Vocativo						
ENG:						
ATI: Normalidade						
GRA: Fusão						

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal,	[eu]	comunico		a Vossa Excelência	que
Adjunto de Comentário de Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo				Resíduo	
ENG:		Monoglossia			
ATI:				Normalidade	
GRA:				Fusão	

esta Comissão	aprovou,		em decisão terminativa,	o Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2012,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Adjunto de Circunstancia	Complemento
ENG:	Monoglossia			
ATI:	Satisfação		qualidade	
GRA:				

que	inclui		os protetores solares	na abrangência da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

que	autoriza	a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	a disponibilizar medicamentos,	mediante ressarcimento, e dá outras providências, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Permitido(-)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo			
ENG:	Monoglossia			
ATI:	Qualidade			
GRA:	Fusão (autoriza-permite-libera)			

Respeitosamente,						
Fecho						
ENG:						
ATI: Normalidade						
GRA: Isolamento						

51 OF. 365/2012/CAE

Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 61ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 11 de dezembro de 2012, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 79 de 2012 (Aviso nº 444/GMF), de 27 de novembro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de outubro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 58/2012-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente,

Senador **Delcídio do Amaral**,

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senhor Presidente,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

[eu]	Comunico		a Vossa Excelência	que,
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo			Resíduo	
ENG:	Monoglossia			
ATI:			Normalidade	
GRA:			Fusão	

na ocasião da 61ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 11 de dezembro de 2012,	foi	dado	conhecimento	à Comissão	do Aviso nº 79 de 2012 (Aviso nº 444/GMF), de 27 de novembro de 2012, do Ministério da Fazenda,
Adjunto de Circunstância	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Sujeito	Complemento	Adjunto de Circunstância
Resíduo	Modo	Resíduo	Modo	Resíduo	
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

encaminhando,	em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01,	relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de outubro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.
Predicador	Adjunto de Circunstância	Adjunto de Circunstância
Resíduo		
ENG:		
ATI:		
GRA:		

O expediente	foi	encaminhado	aos membros da Comissão	por meio do OF. CAE nº 58/2012-Circular.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito Indicativo – voz passiva b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstância
Modo	Resíduo			
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

[eu]	Informo,		ainda,	que
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador		Complemento
Modo	Resíduo			
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

a referida matéria	deverá	ser	encaminhada	ao arquivo.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Futuro do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Obrigação, Necessário (+)	Predicador	Predicador	Complemento
Modo	Resíduo			
ENG:	Monoglossia			
ATI:				
GRA:				

Respeitosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: isolamento					

52 OF. Nº 360/2012/CMA

Brasília, 19 de dezembro de 2012.

Assunto: Acordo de cooperação técnica Senhor Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que em 18-12-2012, durante a 55ª Reunião Ordinária desta Comissão, foram firmados dois Acordos de Cooperação Técnica entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Controladoria-Geral da União. O primeiro, geral, versa sobre o “intercâmbio de informações objetivando transparência e controle dos recursos federais alocados na Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016”. O segundo específico, abrange a unificação da entrada de dados dos Portais de Transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União.

Dessa forma, solicito a Vossa Excelência que encaminhe os referidos acordos (em anexo) para publicação no *Diário do Senado Federal* e no *Diário Oficial da União*.

Respeitosamente,

Senador **Rodrigo Rollemberg**,

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senhor Presidente,				
Vocativo				
ENG:				
ATI:				
GRA:				

Cumprimentando-o cordialmente,	[eu]	comunico		que
Adjunto de Comentário - Cordialidade	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento
Modo			Resíduo	
ENG:		Monoglossia		
ATI: felicidade				
GRA: isolamento				

em 18-12-2012, durante a 55ª Reunião Ordinária desta Comissão,	foram	firmados	dois Acordos de Cooperação Técnica entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Controladoria-Geral da União.
Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Pretérito Perfeito do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Sujeito
Resíduo	Modo	Resíduo	Modo
ENG:	Monoglossia		
ATI:			
GRA:			

O primeiro,	geral,	versa	sobre o “intercâmbio de informações	objetivando transparência e controle dos recursos federais alocados na Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016”.	
Sujeito	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo		
ENG:		Monoglossia			
ATI:					
GRA:					

O segundo	específico,	abrange	a unificação da entrada de dados dos Portais de Transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União.
Sujeito	Adjunto de Circunstancia	Finito: a) Tempo: Presente Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Epistêmica, Modalização, Probabilidade, Certeza (+)	Predicador
Modo	Resíduo	Modo	Resíduo
ENG:		Monoglossia	
ATI:			
GRA:			

Dessa forma,	[eu]	solicito	a Vossa Excelência	que	
Adjunto de Comentário Validação	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Predicador	Complemento	Complemento
Modo			Resíduo		
ENG: Endosso					
ATI:			Normalidade		

GRA:				Fusão	
------	--	--	--	-------	--

[V.Exa]	encaminhe		os referidos acordos (em anexo)	para publicação no <i>Diário do Senado Federal</i> e no <i>Diário Oficial da União</i> .	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Imperativo afirmativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, Necessário (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia	
Modo		Resíduo			
ENG:	Monoglossia				
ATI:					
GRA:					

Respeitosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: isolamento					

53 OFÍCIO Nº 86/13 – PRESIDENCIA/CCJ

Brasília, 14 de maio de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: Autuação de Consulta

Senhor presidente,
Nos termos do Of. nº 126/2013 (anexo), dirigido pelo Senador Walter Pinheiro à Presidência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicito a Vossa Excelência a autuação, como Consulta, do Requerimento nº 38, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que requer manifestação da CCJ quanto à constitucionalidade e à juridicidade dos projetos de lei que visam alterar a relação descritiva de transportes, constante do anexo da Lei nº 5.917/73.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,
Senador VITAL DO RÊGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senhor presidente,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA: Fusão					

Nos termos do Of. nº 126/2013 (anexo),	dirigido pelo Senador Walter Pinheiro à Presidência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,	[eu]	solicito	a Vossa Excelência	
Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Predicador	Complemento
Resíduo		Modo		Resíduo	
ENG: Endosso					
ATI:				Normalidade	
GRA:				Fusão	

a autuação,	como Consulta,	do Requerimento nº 38, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura,
Complemento	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo		
ENG:		
ATI:		
GRA:		

que	requer	manifestação da CCJ quanto à constitucionalidade e à juridicidade dos projetos de lei
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Obrigação, Necessário (+/-)	Complemento
Modo		Resíduo
ENG:	Monoglossia	
ATI:		Propriedade
GRA:	Fusão (requer – determina)	

que	visam	alterar	a relação descritiva de transportes,	constante do anexo da Lei nº 5.917/73.
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deontica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo		Resíduo		
ENG:	Monoglossia			

ATI:				
GRA:				

[eu]	Aproveito		a oportunidade	para renovar protestos de estima e consideração.	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Determinado (+)	Predicador	Complemento	Adjunto de Circunstancia	
Modo			Resíduo		
ENG:	Monoglossia				
ATI:				Felicidade	Felicidade
GRA:					

Cordialmente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Felicidade					
GRA: isolamento					

54 OF.Nº 770/2012-PRESID.

Brasília, 17 de dezembro de 2012

Senhor Senador,

Solicito a Vossa Excelência subscrever, em nome do Senado Federal, e na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o texto do Acordo de Cooperação Técnica referente a intercâmbio de informações,

a ser celebrado entre esta Casa, a Câmara dos Deputados e a Controladoria-Geral da União em relação à transparência e ao controle de recursos federais destinados à Copa do Mundo, às Olimpíadas e às Paraolimpíadas, a se realizarem em 2014 e 2016.

Atenciosamente, –

Senador **José Sarney**,

Presidente do Senado Federal.

Senhor Senador,					
Vocativo					
ENG:					
ATI:					
GRA:					

[eu]	Solicito	a Vossa Excelência	subscrever,	em nome do Senado Federal, e na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,	
Sujeito	Finito: a) Tempo: Presente do Indicativo b) Polaridade: Positiva c) Modalidade: Deôntica, Modulação, Inclinação, Desejoso (+/-)	Predicador	Complemento	Complemento	Adjunto de Circunstancia
Modo	Resíduo				
ENG:	Monoglossia				
ATI:			Normalidade		
GRA:			Fusão		

o texto do Acordo de Cooperação Técnica	referente a intercâmbio de informações,	a ser celebrado entre esta Casa, a Câmara dos Deputados e a Controladoria-Geral da União	em relação à transparência e ao controle de recursos federais destinados à Copa do Mundo, às Olimpíadas e às Paraolimpíadas, a se realizarem em 2014 e 2016.
Complemento	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia	Adjunto de Circunstancia
Resíduo			
ENG:			
ATI:			
GRA:			

Atenciosamente,					
Fecho					
ENG:					
ATI: Normalidade					
GRA: Isolamento					